Diário Comercial

Fundado em 3 de novembro de 1955

ANO LXIX - Edição nº 17.328 | Edição Nacional

www.diariocomercial.com.br | SÁBADO, 23, DOMINGO, 24 E SEGUNDA-FEIRA, 25 DE MARÇO DE 2024

A defesa de Cid admitiu que a voz nas gravações é do militar

Moraes decreta a prisão de Mauro Cid

O militar disse que o inquérito da Operação Tempus Veritatis é uma "narrativa pronta" e que Moraes já tem a sentença dos investigados

O ex-ajudante de ordens da Presidência tenente-coronel Mauro Cid foi preso na sexta-feira, 22, após deixar audiência com o desembargador Airton Vieira, juiz instrutor do gabinete do ministro Alexandre de Moraes, para confirmar os termos de sua delação premiada. O mandado de prisão, com caráter preventivo, foi expedido por Moraes por descumprimento de medidas cautelares impostas ao tenente-coronel - que estava em prisão domiciliar - e obstrução à Justiça. Cid compareceu ao STF na tarde de sexta, 22, após a divulgação de áudios em que ele diz que o inquérito da Operação Tempus Veritatis é uma "narrativa pronta". Nos áudios, o militar também diz que Moraes já tem a sentença dos investigados. As gravações foram reveladas pela revista Veja. Em uma delas, Cid afirma que os investigadores 'não queriam saber a verdade' sobre a tentativa de golpe de Estado, e sim confirmar uma 'narrativa pronta'. Os áudios respingam diretamente na delação do tenente-coronel. As revelações do militar abasteceram uma série de inquéritos que miram o ex-presidente Jair Bolsonaro e seus aliados, em especial a investigação sobre uma suposta tentativa de golpe de Estado tramada pela cúpula do governo Bolsonaro. **PÁGINA 6**

Divulgação

O BRASIL CONTAVA AINDA, EM 2023, COM 9,3 MILHÕES DE ANALFABETOS, ou 5,4% da população - uma redução de 0,2% em relação ao ano anterior, o que equivale a 232 mil pessoas. O problema está associado à faixa etária e à raça. Quanto mais velho o grupo populacional, maior a proporção de analfabetos. Em 2023, eram 5,2 milhões de analfabetos com 60 anos ou mais, o que equivale a uma taxa de analfabetismo de 15,4% para esse grupo etário, quase três vezes mais do que a da população em geral. **PÁGINA 8**

TETO DE GASTOS

Governo anuncia bloqueio de R$ 2,9 bilhões em discricionárias

Os ministérios da Fazenda e do Planejamento anunciaram na sexta-feira, 22, um bloqueio de R$ 2,9 bilhões em despesas discricionárias no Orçamento deste ano para cumprir o limite de gastos do novo arcabouço fiscal. O volume é equivalente a 1,42% das despesas discricionárias do Executivo para esse ano. Do lado das despesas primárias, a previsão de gasto total em 2024 saltou de R$ 2,183 trilhões para R$ 2,184 trilhões. **PÁGINA 2**

CONTAS PÚBLICAS

Alckmin: governo quer déficit zero e combate à sonegação

O vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, reforçou na sexta-feira, 22, que o governo federal quer o déficit zero nas contas públicas este ano. "Então, de um lado, (tem de) combater sonegação. A arrecadação está indo bem. De outro lado, reduzir gastos para ter responsabilidade fiscal" O vice-presidente afirmou ainda que o equilíbrio fiscal se concretizará com um leque de medidas. **PÁGINA 3**

PAZ

Rússia e China vetam proposta americana para o fim da guerra

Uma proposta de resolução enviada pelos EUA ao Conselho de Segurança da ONU foi vetada pela Rússia e China na sexta-feira. A Argélia votou contra, a Guiana se absteve e os demais 11 países votaram a favor. A proposta afirmava ser "imperativo" ter "um cessar-fogo imediato e sustentado para proteger os civis de todos os lados", facilitar a entrega de ajuda "essencial" e apoiar as negociações entre Israel e o Hamas para um fim sustentado da violência. **PÁGINA 5**

IMPOSTOS

Presidente recebe fruticultores e ouve as demandas do segmento

O presidente Lula recebeu na Granja do Torto cerca de 60 representantes dos setores de fruticultura e de sucos para um churrasco. O petista busca se aproximar do agronegócio, que na campanha eleitoral de 2022 esteve mais próximo de Jair Bolsonaro. O presidente da Abrafrutas, Guilherme Coelho, disse que o evento foi tranquilo e descontraído. "As demandas são, cada vez mais, abrir mercados. **PÁGINA 4**

REDE ELÉTRICA

Iberdrola tem planos de investir cerca de R$ 23 bilhões no Brasil

A espanhola Iberdrola, controladora da Neoenergia, anunciou um plano de investimentos de 36 bilhões de euros nos próximos três anos (2024-2026), dos quais 21,5 bilhões de euros serão aplicados em ativos de redes elétricas. O presidente executivo da Iberdrola, Ignacio Galán, disse que a estratégia do grupo está centrada "no fornecimento de uma rede melhorada para apoiar a segurança do abastecimento. **PÁGINA 3**

PREJUÍZOS

Enel é condenada a indenizar clientes por apagão em São Paulo

A Justiça de São Paulo condenou a Enel a indenizar clientes que ficaram longos períodos sem energia durante o apagão após as fortes chuvas na região metropolitana de São Paulo, em 3 de novembro de 2023. Em três casos diferentes, a empresa alegou que a interrupção foi provocada pelas chuvas, mas os juízes decidiram que cabe danos morais de R$ 5 mil pela demora em restabelecer o serviço. **PÁGINA B19**

IBOVESPA 127.027,10 ↓ -0,88%

Maiores Altas

	PREÇO - R$	%	OSCIL.
EMBRAER ON NM	33.35	+7.93%	+2.45
COGNA ON ON NM	2.45	+3.38%	+0.08
CEMIG PN N1	12.35	+2.40%	+0.29
SABESP ON NM	80.30	+1.98%	+1.56
BRASKEM PNA N1	27.30	+1.75%	+0.47

Maiores Baixas

	PREÇO - R$	%	OSCIL.
CASAS BAHIA ON NM	6.800	−12.93%	−1.010
MARFRIG ON NM	9.62	−6.60%	−0.68
DEXCO ON ED NM	7.93	−4.34%	−0.36
VAMOS ON NM	8.550	−4.15%	−0.370
CVC BRASIL ON NM	3.26	−3.83%	−0.13

Mais Negociadas

	PREÇO - R$	%	OSCIL.
PETROBRAS PN N2	36.05	+0.98%	+0.35
EMBRAER ON NM	33.35	+7.93%	+2.45
B3 ON NM	12.00	12.00	−0.40
VALE ON NM	60.95	−1.15%	−0.71
SABESP ON NM	80.30	+1.98%	+1.56

BOLSAS NO MUNDO

	FECHAMENTO	%
DOW JONES	39.475,90	-0,77%
S&P 500	5.234,18	-0,14%
NASDAQ	16.428,82	+0,16%
DAX 30	16.428,82	+0,16%
FTSE 100	7.930,92	+0,61%
IBEX 35	10.943,20	+0,70%

DÓLAR COMERCIAL			PESO			EURO			LIBRA			OURO	
COMPRA	VENDA		COMPRA	VENDA		COMPRA	VENDA		COMPRA	VENDA		BM&FBovespa/Grama	Comex NY/Onça
4,998	4,999	↑ 0,39%	0,006	0,006	↑ 0,34%	5,401	5,401	↓ -0,09%	6,293	6,297	= 0,00%	321,11	2.165,64

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 45B5-643A-8486-7299.

ORÇAMENTO

Governo bloqueia R$ 2,9 bilhões para cumprir teto de gastos

O ministro afirmou que o Ministério do Planejamento vai oferecer a dotação para poder remanejar e aumentar as despesas com a Previdência

Haddad: "nosso quadro de riscos judiciais estava na casa de R$ 1,1 trilhão. Nós já reduzimos à metade os riscos herdados do governo anterior"

Paulo Pinto - Agência Brasil

Os ministérios da Fazenda e do Planejamento anunciaram na sexta-feira, 22, um bloqueio de R$ 2,9 bilhões em despesas discricionárias no Orçamento deste ano para cumprir o limite de gastos do novo arcabouço fiscal. O volume é equivalente a 1,42% das despesas discricionárias do Executivo para esse ano.

O Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do 1º bimestre também revisou a estimativa do resultado primário para 2024 para déficit de R$ 9,3 bilhões. A meta de resultado primário do Governo Central deste ano é de resultado neutro, de 0% do PIB, conforme estabelecido pelo novo arcabouço fiscal.

O Orçamento proposto pelo governo previa um pequeno superávit de R$ 2,8 bilhões, mas no documento divulgado pelo Planejamento nesta manhã, esse número havia sido elevado para R$ 9,1 bilhões.

A projeção da equipe econômica para as receitas primárias totais da União neste ano caiu de R$ 2,720 trilhões para R$ 2,688 trilhões. Já a estimativa para a receita líquida - livre de transferências para os governos regionais - passou de R$ 2,192 trilhões para R$ 2,175 trilhões neste ano.

Do lado das despesas primárias, a previsão de gasto total em 2024 saltou de R$ 2,183 trilhões para R$ 2,184 trilhões. Com as revisões deste relatório, o volume de gastos obrigatórios passou de R$ 1,974 trilhão para R$ 1,980 trilhão, enquanto as despesas discricionárias variaram de R$ 208,9 bilhões para R$ 204,4 bilhões neste ano.

O Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do primeiro bimestre traz também revisões em expectativas de receitas e nas projeções de gastos até o fim deste ano, na comparação com lei orçamentária de 2024. A previsão de gastos com benefícios previdenciários em 2024 subiu R$ 5,6 bilhões, para R$ 914,2 bilhões.

A projeção para os pagamentos de pessoal e encargos sociais diminuiu R$ 4,6 bilhões, para R$ 374,6 bilhões. Os valores estimados para o pagamento de precatórios e sentenças judiciais subiram R$ 7,8 bilhões, para R$ 35,3 bilhões.

Pelo lado da arrecadação, a estimativa para as receitas com dividendos de estatais ficou teve elevação de R$ 2,2 bilhões, para R$ 43,7 bilhões. Já as receitas previstas com concessões tiveram queda de R$ 12,8 bilhões, para R$ 31,6 bilhões.

O relatório também mostra que a projeção para arrecadação com royalties neste ano diminuiu R$ 14,5 bilhões, para R$ 110,1 bilhões.

Os ministérios da Fazenda e do Planejamento atualizaram também mais indicadores da grade de parâmetros macroeconômicos utilizados nos cálculos da execução orçamentária de 2024.

A equipe econômica reduziu a projeção para a Selic acumulada em 2024 de 9,80% para 9,63%. Na última reunião, nesta semana, o Comitê de Política Monetária (Copom) reduziu novamente a taxa básica de juros em 0,50 ponto porcentual, para 10,75% ao ano.

Já a projeção para o câmbio médio de 2024 passou de R$ 5,03 para R$ 4,94. A previsão para a alta da massa salarial nominal saiu de 8,46% para 9,84%.

Já a estimativa para o preço médio do barril de petróleo no mercado internacional foi de US$ 82,34 para US$ 80,70.

Na quinta-feira, 21, a equipe econômica divulgou a nova projeção para o crescimento da economia neste ano, que foi mantida em 2,2%%. A projeção oficial para a inflação medida pelo IPCA passou de 3,55% para 3,50%, enquanto a estimativa para o INPC - utilizado para a correção do salário mínimo - foi mantida em 3,25%.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que o bloqueio anunciado pelo governo, de R$ 2,9 bilhões em despesas discricionárias no Orçamento deste ano para cumprir o limite de gastos do arcabouço fiscal, não representa corte de gasto. De acordo com ele, o dispêndio para este ano já previsto no novo arcabouço fiscal. Estes R$ 2,9 bilhões equivalem a 1,42% das despesas discricionárias para este ano.

De acordo como ministro, é o Ministério do Planejamento que vai oferecer a dotação para poder remanejar e aumentar as despesas com a Previdência e que vieram acima das previsões do ano passado.

Ainda sobre o bloqueio, o ministro explicou que quando se coloca uma regra de gasto primário, se eventualmente vai ter mais gasto em uma determinada rubrica, é preciso fazer um remanejamento.

"Então não é corte de gasto. O patamar do dispêndio primário já está definido pela lei orçamentária e pelo arcabouço fiscal. Mas se uma despesa vai aumentar para além da projetada em agosto, você é obrigado a remanejar de algum lugar", disse Haddad.

O ministro da Fazenda afirmou ainda que o governo está fazendo um esforço de diálogo entre os três Poderes - Executivo, Legislativo e Judiciário - com o objetivo de equilibrar as contas públicas, e que isso vem resultando na mitigação de riscos fiscais. "Ontem a Advocacia-Geral da União (AGU) teve uma vitória no Supremo Tribunal Federal (STF) importantíssima", disse Haddad, referindo-se à decisão da suprema corte a respeito da chamada "revisão da vida toda", que retirou R$ 480 bilhões de potenciais despesas públicas do quadro de riscos judiciais do governo.

"Nosso quadro de riscos judiciais estava na casa de R$ 1,1 trilhão. Nós já reduzimos à metade os riscos herdados do governo anterior. Isso demonstra capacidade de diálogo e eu penso que o Judiciário está adotando postura mais consequencialista, o que concorre também para o equilíbrio das contas no longo prazo", disse o ministro. "O Judiciário mais permeável a esse argumento demonstra que temos capacidade de continuar construindo a relação entre Poderes para atingir o objetivo pretendido sem cortar o Bolsa-Família, o salário mínimo, o SUS, sem que os direitos constitucionais de cada cidadão sejam prejudicados", acrescentou.

E afirmou: "Isso está sendo conseguido aos poucos. Não é só a Fazenda, não é só o Executivo. É um pacto nacional com este objetivo. Penso que estamos logrando êxito com os outros dois Poderes."

O ministro da Fazenda disse também na sexta-feira que o atual governo terá que explicar à delegação da Moody's que se encontra em visita ao Brasil o que aconteceu no País em 2022, durante o governo anterior do ex-presidente Jair Bolsonaro. Haddad fez esta afirmação ao discorrer sobre o "calote dos precatórios", nas palavras dele, de mais de R$ 90 bilhões no ano passado.

De acordo com Haddad, metade deste valor não foi paga em 2022 e a outra metade não estava prevista no Orçamento de 2023.

"Não é fácil explicar para as pessoas que você tem que pagar quase R$ 100 bilhões de um calote dado por um governo anterior. É uma coisa complexa. A gente está com uma agência de risco aqui conversando, sobre o rating da Moody's e a gente

ILEGALIDADES

Haddad: Perse foi mal desenhado e gerou renúncia fiscal de R$ 32 bilhões

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, voltou a criticar na sexta-feira, 22, o Programa Emergencial do Setor de Eventos (Perse) e reiterou que o programa gerou R$ 32 bilhões em renúncia fiscal, rebatendo acusações de que o Planalto teria errado a conta sobre o custo do benefício. "Sobre o Perse, prestamos as informações requisitadas. Houve renúncia de R$ 32 bilhões, muito acima do que estava projetado para cinco anos", disse, durante uma entrevista coletiva à imprensa em São Paulo. "Todas as contas da Receita são auditáveis, ela responde por improbidade se mentir, então é muito fácil falar no jornal que os dados da receita não batem, mas você responde por isso?", acrescentou.

E afirmou: "O Tribunal de Contas da União (TCU) pode ser acionado a qualquer momento. Acionem o TCU e fazemos o batimento das contas conjuntamente. Fizemos isso com a reforma tributária. Tinha dúvida do Congresso sobre as contas da secretaria extraordinária. Nós abrimos as contas para o TCU, validou as contas."

Para depois acrescentar: "Algumas pessoas perguntaram como o número de Cnaes caiu para 223 e a renúncia foi maior do que em 2022. É porque em 2022 o Perse funcionou por oito meses, não o ano inteiro. E as pessoas aprendem a burlar um programa muito mal desenhado. Não podemos conviver com esse tipo de brecha."

O ministro reiterou que o Perse estaria sendo usado por criminosos para finalidades ilegais, e que o governo conseguiu na Justiça bloquear R$ 1 bilhão por causa dos sinais de lavagem de dinheiro envolvendo o programa.

"Se uma ação judicial desbaratou R$ 1 bilhão de lavagem de dinheiro, imagina o que já não aconteceu neste programa", acrescentou Haddad.

O ministro está "otimista" em relação à possibilidade de cortes na Selic nos próximos meses, ainda que o Banco Central tenha evitado se comprometer com manter o ritmo de redução de 0,50 ponto porcentual da taxa básica de juros de junho em diante. "Eu acredito que ele resolveu aguardar junho para tomar uma decisão", disse Haddad, ao ser questionado sobre o comunicado mais recente do Comitê de Política Monetária do BC, o Copom, que sinaliza um corte de 0,50 ponto porcentual na Selic na reunião de maio, mas não nas reuniões seguintes.

E avaliou: "Ele não falou que vai aumentar para 0,75, nem que vai manter meio ponto, nem diminuir para 0,25. 'Eu vou tirar o plural para ter liberdade de tomar decisão à luz do que estiver acontecendo no mundo.' E eu sou otimista com relação ao que estará acontecendo no mundo até lá", disse o ministro.

Diário Comercial

Propriedade de *Editora Diário Comercial Ltda*

Filiado à: ANJ Associação Nacional de Jornais

DIRETORA DE REDAÇÃO E EDITORA
Bruna Luz

DIRETOR EXECUTIVO
Marcos Luz • marcosluz@diariocomercial.com.br

REDAÇÃO: Vinicius Palermo - vipalermo@diariocomercial.com.br
DIAGRAMAÇÃO: André Mazza e Ricardo Gomes • paginacao@diariocomercial.com.br
PUBLICIDADE: RJ - Tainá Longo e Jerônimo Júnior • comercial@diariocomercial.com.br – SP - José Castelo • dcsp@diariocomercial.com.br

SERVIÇO NOTICIOSO: Agências: Estado, Brasil, PR Newswire, Senado e Câmara
IMPRESSÃO: RRM Gráfica e Editora Ltda.

Acesse nossa edição digital:

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não representam necessariamente a opinião deste jornal.

ADMINISTRAÇÃO, REDAÇÃO E DEPARTAMENTO COMERCIAL

RIO DE JANEIRO
Rua Santa Luzia, 651 - 28º andar - parte - Centro
CEP: 20030-041 - Tel: (21) 2262-2906

SÃO PAULO
Av. Paulista, 1159 - 17º andar, conjunto 1716 - Bela Vista
CEP: 01311-200 - Tel: (11) 3283-3000

BRASÍLIA
Ed. Serra Dourada, 6º andar - sala 612 - SCS
CEP: 70300-902 - Tel: (61) 3321-2845

BELO HORIZONTE
Av. Álvares Cabral, 397 - salas 1001 e 1002 - Lourdes
CEP: 30170-001 - Tel: (31) 3222-5232

REPRESENTANTE COMERCIAL
Brasília: EC Comunicação e Marketing - Quadra QS 01
Rua 210 Lt. nº 34/36, Bloco A, sala 512 Ed. Led Office - Águas Claras
CEP: 71950-770 - Tels: (61) 99186-6647 - e-mail: opec.eccm@gmail.com

redacao@diariocomercial.com.br | administracao@diariocomercial.com.br | comercial@diariocomercial.com.br | comercialsp@diariocomercial.com.br | homepage: **www.diariocomercial.com.br**

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 45B5-643A-8486-7299.

CONTINGENCIAMENTO

Alckmin diz que governo quer déficit zero e combate à sonegação

Alckmin: "sempre se começa ano contingenciando orçamento. Arrecadação é previsão, não certeza"

Rafa Neddermeyer - Agência Brasil

O ministro afirmou que o equilíbrio fiscal se concretizará com um leque de medidas

O vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, reforçou na sexta-feira, 22, que o governo federal quer o déficit zero nas contas públicas este ano. "Então, de um lado, (tem de) combater sonegação. A arrecadação está indo bem. De outro lado, reduzir gastos para ter responsabilidade fiscal", destacou, após inauguração do Cápsula, Centro de Inovação Senac-RJ, no centro do Rio.

Os ministérios da Fazenda e do Planejamento anunciaram um bloqueio de R$ 2,9 bilhões em despesas discricionárias no Orçamento deste ano para cumprir o limite de gastos do novo arcabouço fiscal. O volume é equivalente a 1,42% das despesas discricionárias do Executivo para esse ano.

Alckmin mencionou a palavra "contingenciamento". Nos bastidores, a equipe econômica tem ressaltado que houve um "bloqueio", não um "contingenciamento".

O bloqueio diz respeito ao crédito disponível - quando poderia haver estouro na rubrica de gastos. Já o contingenciamento se refere ao limite de empenho, quando faltam receitas para fechar as contas. Assim, o total a ser reservado pelo governo não estaria ligado a possíveis faltas de receitas.

"Sempre se começa ano contingenciando orçamento; arrecadação é previsão, não certeza", disse Alckmin. "Contingenciar recursos é medida de boa gestão", prosseguiu Alckmin.

O vice-presidente afirmou ainda que o equilíbrio fiscal se concretizará com um leque de medidas. "Não tem de tirar coelho da cartola. São reformas para a eficiência. Não tem bala de prata. É um conjunto de medidas que no seu conjunto fazem a diferença", afirmou.

O vice-presidente relativizou ainda o resultado de levantamento divulgado na quinta, 21, pelo Datafolha, mostrando que a reprovação ao governo Lula cresceu a 33%, tecnicamente empatada com a aprovação (35%). "Pesquisa é retrato de momento. O governo está sendo fiel ao que falou no período eleitoral", afirmou, após inauguração do Cápsula, Centro de Inovação Senac RJ, no centro do Rio.

Alckmin destacou alguns pilares da atual gestão, como a defesa da democracia e o desenvolvimento inclusivo, com sustentabilidade e com estabilidade e previsibilidade. Para ele, isso possibilidade a criação de um ambiente de segurança jurídica, o que atrairá investimentos.

Alckmin previu que os setores de serviços e indústria devem impulsionar o PIB neste ano, à medida que a agropecuária sofre com efeitos do clima. Ele destacou que a Câmara aprovou, nesta semana, o projeto da depreciação acelerada, de autoria do Executivo, que concede incentivo fiscal na depreciação de máquinas e equipamentos novos incorporados ao ativo de empresas de setores a serem definidos por decreto. O texto segue para apreciação do Senado. "Objetivo é estimular renovação de máquinas e equipamentos para aumentar investimentos e melhorar a produtividade e competitividade", disse.

Ele lembrou ainda que o governo enviou ao Congresso, em regime de urgência, o projeto que institui o Programa Mover, criado por medida provisória em dezembro de 2023. O documento prevê créditos financeiros para que as empresas invistam em descarbonização. Os incentivos serão de R$ 3,5 bilhões em 2024.

FORNECIMENTO

Lucro da Cemig subiu 34% e chegou a R$ 1,88 bilhão no 4º trimestre

A Cemig reportou lucro líquido IFRS de R$ 1,88 bilhão no quarto trimestre de 2023, alta de 34% em relação ao mesmo período do ano anterior. No acumulado de 2023, o lucro líquido da companhia avançou 41,4%, totalizando R$ R$ 5,8 bilhões.

Entre outubro e dezembro, o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, da sigla em inglês) IFRS ajustado pela exclusão de itens não recorrentes, aumentou 24,5% em base anual de comparação, para R$ 2,45 bilhões. Em 12 meses, o Ebitda da Cemig ficou em R$ 8,5 bilhões, alta de 23,1% ante o ano anterior.

Já a receita líquida da Cemig no quarto trimestre avançou 2,1% para R$ 9,95 bilhões. No ano, a empresa registrou receita de R$ 36,8 bilhões, o que representa um crescimento de 6,9%, em base anual de comparação.

A receita bruta com energia vendida a consumidores finais de outubro a dezembro somou R$ 7,6 bilhões, representando um aumento de 32,7% em relação a igual período de 2022. No período, o fornecimento bruto de energia totalizou 5.865 megawatts-hora (MWh), alta de 2,7% em relação ao mesmo período do ano passado.

Em relação ao gás, a companhia registrou uma receita com fornecimento de R$ 953 milhões no trimestre, redução de 23,2% na base anual. No período, o volume de gás vendido foi 8,2% menor do que no quarto trimestre de 2024, enquanto o número de consumidores cresceu 16,1%.

A Cemig Distribuição concluiu a sua 10ª emissão de debêntures, com valor total de R$ 2 bilhões, sendo R$ 400 milhões com vencimento em cinco anos e R$ 1,6 bilhão em dez anos. Com esta emissão, a companhia alongou seu prazo médio da dívida e reduziu seu custo médio. As debêntures são caracterizadas como "títulos ESG de uso de recursos sustentáveis", uma vez que os recursos serão utilizados em projetos que abrangem questões sociais e ambientais elencados no Sustainable Finance Framework da Cemig, validado por meio do Parecer de Segunda Opinião (SPO) emitido pela Bureau Veritas.

Divulgação

Cemig: "a receita bruta com energia vendida a consumidores finais de outubro a dezembro somou R$ 7,6 bilhões"

A emissão foi destinada ao Público Qualificado e teve uma demanda de R$ 5,46 bilhões, o que representa 2,73 vezes o valor da oferta. Trata-se de um dos maiores valores já emitidos no país para este tipo de debêntures, cujo objetivo é recompor o caixa da Cemig Distribuição, viabilizando investimentos em projetos relacionados ao seu Plano de Desenvolvimento da Distribuidora (PDD). Vale destacar que os investimentos no PDD serão incorporados na Base de Remuneração Regulatória na próxima revisão tarifária da companhia.

Segundo o vice-presidente de Finanças e de Relações com Investidores da Cemig, Leonardo George de Magalhães, os investimentos da Cemig Distribuição buscam gerar impactos sociais positivos na sua área de atuação, visando o desenvolvimento econômico e social de seus clientes.

"O PDD da Cemig visa incrementar a disponibilidade de energia elétrica e promover ganhos ambientais, como redução de emissões de gases de efeito estufa, além de fomentar o desenvolvimento social e econômico na área de concessão da distribuidora – que alcança 774 municípios em Minas Gerais, o que corresponde a mais de 90% da concessão do estado", explica o executivo.

Os aspectos sociais e ambientais contemplados no PDD da Cemig podem ser verificados por meio do Sustainable Finance Framework – documento elaborado pela companhia e verificado pelo Bureau Veritas, que detalha métricas relacionadas à agenda ambiental e social da empresa. A Cemig vem utilizando o framework como um "guarda-chuva" para emitir títulos e tomar empréstimos no mercado de capitais, mercado bancário e transações multilaterais, visando investimentos sustentáveis.

Os projetos elencados no documento disponível no portal da empresa atendem princípios definidos pela International Capital Market Association (ICMA), nos Green Bond Principles, Social Bond Principles e Sustainability Bond Guidelines.

"Com essa emissão, a Cemig Distribuição atinge a marca de R$ 4 bilhões em debêntures com essa característica no mercado local, o que reforça o posicionamento da companhia em relação ao tema ESG".

SEGURANÇA

Iberdrola vai investir R$ 23,3 bilhões no Brasil

A espanhola Iberdrola, controladora da Neoenergia, anunciou na quinta-feira, 21, um plano de investimentos de 36 bilhões de euros (R$ 194,7 bilhões) nos próximos três anos (2024-2026), dos quais 21,5 bilhões de euros (R$ 116 bilhões) serão aplicados em ativos de redes elétricas. Considerando 5 bilhões de euros (R$ 27 bilhões) de recursos de parceiros em renováveis, o plano de negócios total do grupo chega a 41 bilhões de euros (R$ 221,7 bilhões).

O Brasil receberá cerca de 12% do total previsto, ou 4,32 bilhões de euros (R$ 23,36 bilhões), totalmente destinados a ativos de transmissão e distribuição. O País aparece como quarto principal destino do grupo, atrás de Estados Unidos, Reino Unido e Península Ibérica.

O presidente executivo da Iberdrola, Ignacio Galán, disse que a estratégia do grupo está centrada "no fornecimento de uma rede melhorada para apoiar a segurança do abastecimento, o que representa agora 60% do nosso investimento total, bem como numa forte expansão da capacidade de energias renováveis, impulsionada pela substituição de tecnologias fósseis e pela procura adicional".

Do total destinado ao Brasil, 3,15 bilhões de euros (R$ 17 bilhões) serão aplicados no segmento de distribuição, no qual a espanhola opera, por meio da Neoenergia, as distribuidoras na Bahia (Coelba), Pernambuco (Celpe), Rio Grande do Norte (Cosern) e São Paulo (Elektro).

Já o segmento de transmissão brasileiro receberá R$ 2,6 bilhões, ou 18% do total que a empresa planeja nessa atividade. A companhia cita empreendimentos no Brasil que somam 2,4 mil quilômetros de linhas e sete subestações que devem ser executados entre este ano e 2025.

Conforme apresentação feita aos investidores na Espanha, documento também arquivado na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a intenção da companhia, com os investimentos em Redes Elétricas, é chegar a 2026 com 54 bilhões de euros (R$ 292 bilhões) em ativos regulados, alta de 28,5% ante o anotado em 2023. Deste total, a previsão é que o Brasil responderá por 23%, se tornando a terceira principal geografia do grupo, apenas atrás de Estados Unidos e Reino Unido, à frente da Espanha.

"Os nossos pilares estratégicos assentam em redes, diversificação geográfica e um mix equilibrado de energia e clientes. Este plano permitirá à companhia aumentar a base de ativos, aumentar a rentabilidade e fortalecer as nossas finanças, assim como aumentar os dividendos e promover o emprego, as competências e o crescimento econômico", afirmou Galán.

O investimento seletivo em energias renováveis alcançará 15,5 milhões de euros de investimento bruto, incluindo 5 milhões de euros de contribuição dos parceiros em projetos já identificados. Mais de 50% serão destinados à energia eólica offshore, nos EUA, Reino Unido, França e Alemanha. E 100% do investimento será destinado a projetos já em construção.

A empresa quer aumentar sua posição de liderança no setor do armazenamento, com investimento de 1,5 milhão de euros, atingindo 120 milhões de kWh de capacidade.

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 45B5-643A-8486-7299.

IMPOSTOS

Lula recebe fruticultores na Granja do Torto e ouve demandas do setor

O líder da Abrafrutas afirmou que o presidente citou obras de seus mandatos anteriores que facilitaram o setor atualmente

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu na quinta-feira, 21, na Granja do Torto, cerca de 60 representantes dos setores de fruticultura e de sucos para um churrasco. O petista busca se aproximar do agronegócio, que na campanha eleitoral de 2022 esteve mais próximo de Jair Bolsonaro (PL).

O vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) e os ministros Carlos Fávaro (Agricultura), Paulo Teixeira (Desenvolvimento Agrário), Márcio Macêdo (Secretaria-Geral) e Rui Costa (Casa Civil) também participaram do encontro.

O presidente da Associação Brasileira dos Produtores Exportadores de Frutas e Derivados (Abrafrutas), Guilherme Coelho, disse que o evento foi tranquilo e descontraído. "As demandas são, cada vez mais, abrir mercados. Depois, temos um problema fitossanitário, que é a mosca da fruta", afirmou. Coelho também falou sobre a possibilidade de liberação de beneficiários do Bolsa Família para trabalhar com carteira assinada temporariamente em períodos de safra.

O líder do setor afirmou que o presidente ouviu as demandas com atenção e mencionou obras de seus mandatos anteriores que facilitam a atividade atualmente. Questionado sobre a preferência política do agronegócio, Coelho preferiu se esquivar "Eu não mexo muito com esse negócio de Bolsonaro e Lula. Mexo com fruticultura."

Outras demandas também foram apresentadas, inclusive na área tributária, como a inclusão dos sucos naturais na lista de isenções da cesta básica.

Lula se comprometeu a articular uma ação com outros países contra a mosca da carambola

Fabio Rodrigues-Pozzebom - Agência Brasil

O diretor-executivo da Associação Nacional dos Exportadores de Sucos Cítricos (CitrusBR), Ibiapaba Netto, disse que ficou satisfeito com o encontro. "Existem todas as pontes possíveis com esse governo", afirmou.

O ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, disse que Lula "se comprometeu pessoalmente" a articular uma ação com outros países da América do Sul contra a mosca da carambola. "O presidente não sentou um minuto", afirmou Fávaro. Lula circulou entre grupos de convidados enquanto comia pequenas porções de carne.

Antes do início do evento, Fávaro disse que outros encontros com representantes do agronegócio ocorrerão a cada 15 ou 30 dias. Na lista estão produtores de café, algodão, floresta plantada e bioinsumos.

Alckmin afirmou que "o juro alto é uma das piores coisas que temos para a economia". Ele ressaltou que o ritmo de queda da taxa deveria ser mais acelerado.

"O juro ainda é alto, mas está em queda, caindo 0,5 ponto porcentual em cada encontro. Deveria ser mais rápido", comentou Alckmin. "Estamos começando um novo ano com quadro interessante", disse, frisando a queda do risco País, do câmbio, do desemprego e da inflação, além do avanço do Produto Interno Bruto (PIB).

E acrescentou: "O câmbio - de R$ 5 a R$ 4,90 - está variando pouco e está competitivo, ajuda exportação e turismo."

O vice-presidente afirmou ainda que, conforme um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em 15 anos, a reforma tributária pode fazer o PIB crescer 12% porque traz eficiência econômica. "A reforma fiscal desonera investimento e exportação."

Alckmin, que também é ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, participou da inauguração do Cápsula, Centro de Inovação Senac-RJ, no centro do Rio.

O local oferecerá laboratórios, estúdios, espaços para prototipagem de serviços, áreas de uso compartilhado para coworking, salas multiuso e para cursos de extensão, auditório e espaços de eventos.

O presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Rio de Janeiro (Fercomercio-RJ), Antonio de Queiroz Junior, declarou que o Brasil sofre de desemprego estrutural, com vagas abertas e sem profissionais capacitados para ocupar os postos abertos.

Após encontro com Alckmin, o executivo disse que foi discutida a exigência do visto norte-americano para entrada no Brasil. "Estivemos conversando sobre o visto americano, cuja exigência está suspensa até 9 de abril, para que possamos experimentar o efeito no turismo", afirmou, lembrando que não foi possível verificar os impactos da medida devido à pandemia de covid-19.

SEGUROS

MAPFRE é a nova seguradora da usina hidrelétrica de Itaipu

A MAPFRE, uma das líderes globais do mercado segurador e financeiro, foi selecionada como a nova seguradora da usina hidrelétrica binacional de Itaipu, segunda maior do gênero no mundo.

Ao longo dos próximos dois anos, as regionais brasileira e paraguaia da companhia que gere a hidrelétrica de Itaipu serão responsáveis, em conjunto, pelos seguros de riscos operacionais e de responsabilidade civil da usina.

A escolha se deu após um processo de licitação conduzido pela estatal Itaipu Binacional, para o qual a MAPFRE apresentou a melhor proposta técnica e comercial, superando as concorrentes.

Com o contrato, a MAPFRE consolida sua posição de líder em seguros de grandes riscos no Brasil e na América Latina, reforçando sua especialização em projetos de grande complexidade e que exigem alta liquidez patrimonial.

O CEO regional da MAPFRE no Brasil, Felipe Nascimento, destaca a capacidade da seguradora em oferecer à empresa Itaipu Binacional uma solução em seguros que combina expertise, conhecimento global de seguros e capacidade técnica.

"Para a MAPFRE, ser a nova seguradora de Itaipu é motivo de grande orgulho e responsabilidade. Somos uma das poucas companhias de seguros com capacidade para assumir um risco dessa magnitude. Isso demonstra nossa solidez, abrangência e a convicção de que oferecemos a melhor solução para a Itaipu Binacional", diz o executivo.

Bradesco registra crescimento nos seguros residenciais no Rio

A Bradesco Seguros registrou crescimento de cerca de 19,5% em contratações do Seguro Residencial no Rio de Janeiro no ano de 2023.

No período, a Seguradora passou a liderar o segmento no estado, com mais de 23,5% de participação no mercado.

Segundo o Superintendente Regional da Bradesco Seguros, Emanuel Nascimento, o retorno à sociedade, em pagamentos de indenizações do seguro residencial em todo o Brasil, foi cerca de R$ 143,5 milhões no ano passado.

Esse montante não menciona as prestações de serviços em assistências que também compõem a geração de valor desse seguro.

O executivo da Bradesco Seguros atribui o bom resultado a percepção da população à crescente incidência de eventos climáticos.

"O ano de 2023 foi marcado por questões climáticas mais frequentes, impactando diretamente no aumento de ocorrências. Neste sentido, o Seguro Residencial é fundamental um momento tão difícil, já que oferecemos coberturas contra enchentes e alagamentos", destaca Emanuel.

Divulgação

Da esquerda para a direita: Da Sabemi Seguradora, Janaina de Almeida Serra, Gerente Nacional Varejo; Thiago Muniz Schmidt, Gerente Nacional Afinidades; Cristina Albaini, Executivo Comercial de Seguros de Pessoas RJ; e Enio Miraglia, Diretor Social do CVG-RJ.

Parceria do CVG-RJ com a Sabemi amplia atuação no estado do RJ

O Clube Vida em Grupo do Rio de Janeiro (CVG-RJ) e representantes da Sabemi Seguradora, nova benemérita do Clube, se reuniram durante café da manhã, no dia 20 de março, realizado na sede do clube. Os presentes falaram sobre a companhia e apresentaram os produtos criados para atender as novas demandas dos consumidores.

"Para o CVG-RJ é uma honra essa aproximação com a Sabemi, uma seguradora que está no mercado há 50 anos. São encontros onde surgem oportunidades de negócios. Temos mantido uma programação intensa reunindo seguradoras e corretores. Há agendados para abril encontros com duas outras companhias. E fechando março, na próxima terça-feira, dia 26, faremos o nosso "Almoço com Seguro", sobre o tema fraudes no seguro saúde", enfatiza Enio Miraglia, Diretor Social do CVG-RJ.

Para Janaina de Almeira Serra, Gerente Nacional Varejo da Sabemi Seguradora, a parceria com o CVG-RJ é um divisor de águas. "A nossa missão é nos aproximar do corretor de seguros, levar informação sobre os produtos da Sabemi, ampliar nossa atuação no Rio e em toda a região. Esse foi um primeiro de muitos eventos. O CVG-RJ e a Sabemi têm em comum o foco no seguro de pessoas", fala.

Entre os vários produtos apresentados pela companhia está o APP-Acidentes Pessoais Passageiros, indicado para quem deseja proteger condutores e passageiros, independentemente da condução. Há também o Seguro Perda de Renda, que garante o pagamento de uma renda, de acordo com o período e valor contratado, para o segurado em situações de desemprego involuntário ou incapacidade física total e temporária. E ainda o Ingresso Garantido, seguro que reembolsa valores gastos na compra de ingressos adquiridos para eventos, decorrente da impossibilidade de comparecer no evento indicado no bilhete do seguro.

"Tivemos uma mudança na cultura do consumo no Brasil. Houve uma evolução na cultura da prevenção e da proteção. A sociedade passou a se preocupar mais com a segurança da sua família", avalia Thiago Muniz Schmidt, Gerente Nacional Afinidades da Sabemi Seguradora.

Sompo e MIRA Transportes firmam parceria por segurança

Para oferecer mais segurança aos seus clientes no transporte de cargas, o MIRA Transportes, que atua no segmento de cargas fracionadas das regiões Sul e Sudeste para as regiões Centro-Oeste e Norte do país, firmou parceria com a Sompo, líder de mercado no segmento de seguro de transportes desde 2017.

O MIRA passa por expansão, com filiais em diversas regiões do País, por isso buscou um parceiro que pudesse suprir as necessidades cada vez mais crescentes no quesito de segurança e agilidade para o transporte de cargas.

"A Sompo foi a parceira ideal para este nosso momento no MIRA, já que demandamos mais rapidez nas demandas operacionais e mais agilidade na regulação de sinistros de cargas. Além de a Sompo ter um market share de 17% no ramo de transportes, o que demonstra que a empresa entende bem todas as necessidades desse setor", diz Roberto Mira Junior, Diretor Geral do MIRA Transportes.

"Estamos honrados pelo reconhecimento e confiança depositada em nossa expertise e comprometimento. A Sompo conta com soluções inovadoras e o suporte de uma ampla equipe especializada, com plena capacidade para prestar atendimento de qualidade superior ao Grupo MIRA, principalmente nesse período de aumento de abrangência e capilaridade", destaca Rogério Santos, diretor Comercial de Filiais da Sompo.

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 45B5-643A-8486-7299.

CESSAR-FOGO

Rússia e China vetam proposta dos EUA para o fim da violência em Gaza

O representante russo afirmou que os EUA reconheceram a necessidade de um cessar-fogo em um momento em que mais de 30 mil habitantes de Gaza morreram e estavam tentando vender um produto

Uma proposta de resolução enviada pelos Estados Unidos ao Conselho de Segurança foi vetada pela Rússia e China na sexta-feira. A Argélia também votou contra, enquanto Guiana se absteve e os demais 11 países votaram a favor do texto.

A proposta afirmava ser "imperativo" ter "um cessar-fogo imediato e sustentado para proteger os civis de todos os lados", facilitar a entrega de ajuda "essencial" e apoiar as negociações em andamento entre Israel e os militantes do Hamas para um fim sustentado da violência, vinculado à libertação de todos os reféns.

Após semanas de negociações entre os membros do Conselho de Segurança, a minuta dos EUA marca uma mudança de posição em relação à última vez que os membros se reuniram, em 20 de fevereiro, quando a diplomacia americana vetou uma resolução da Argélia que exigia um cessar-fogo imediato.

O documento também exige acesso humanitário a reféns, proteção aos civis e reconstrução liderada pela ONU. Condena atos de terrorismo, pede respeito aos acordos humanitários e reitera apoio à solução de dois Estados.

Ao abrir a reunião explicando a proposta, a embaixadora americana, Linda Thomas-Greenfield, disse que os EUA desejam um cessar-fogo imediato e duradouro. No entanto, ela pontuou que é necessário fazer "o trabalho árduo da diplomacia" para tornar esse objetivo uma realidade e isso tem que se tornar "real no terreno".

Para ela, a resolução ajudaria a pressionar o Hamas a concordar com um acordo sobre o fim dos combates e a libertação dos reféns. Ela argumentou que a resolução finalmente condenaria o Hamas, mas também aliviaria o terrível sofrimento e a violência que assolam Gaza. A embaixadora americana também destacou que uma invasão de Rafah seria um erro.

Antes de votar contra a resolução, o embaixador da Rússia, Vassily Nebenzia, disse que os EUA haviam prometido um acordo para acabar com os combates repetidas vezes.

O representante russo afirma que os EUA reconheceram a necessidade de um cessar-fogo em um momento em que "mais de 30 mil habitantes de Gaza morreram". Para o diplomata, os Estados Unidos estavam tentando "vender um produto" para o Conselho ao usar a palavra imperativo em sua resolução. Segundo ele, "isso não é suficiente" e o Conselho deve "exigir um cessar-fogo".

Vassily Nebenzia disse que não havia nenhum pedido de cessar-fogo no texto, acusando a liderança americana de "enganar deliberadamente a comunidade internacional". Ele afirmou que a proposta está apenas "jogando com os eleitores dos EUA".

Segundo o embaixador russo, um projeto de resolução alternativo, que ele considera "equilibrado e apolítico", está sendo distribuído por alguns outros membros do Conselho.

Em meio a relatos de bombardeios contínuos em Gaza na sexta-feira, os trabalhadores humanitários da ONU destacaram "níveis chocantes de doenças e fome" depois de visitar um hospital sobrecarregado no norte do enclave.

O principal funcionário da ONU responsável pela ajuda no Território Palestino Ocupado, Jamie McGoldrick, chegou ao hospital Kamal Adwan em Beit Lahia na quinta-feira, onde as crianças com fome grave e em risco de morte estão sendo tratadas em uma nova instalação de alimentação especializada apoiada pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Segundo o Escritório de Assistência Humanitária da ONU, sem tratamento rápido, essas crianças correm risco iminente de morte. O Ocha ainda fez um apelo para que todas as partes do conflito respeitem as leis da guerra e o direito humanitário internacional.

Combustível e suprimentos médicos foram entregues ao hospital Kamal Adwan, "mas a ajuda é apenas uma gota", de acordo com Agência da ONU para Assistência aos Refugiados Palestinos, Unrwa.

Relatos da mídia indicaram que o ataque militar israelense ao Hospital Al Shifa na Cidade de Gaza continuava pelo quinto dia consecutivo. A instalação é o maior centro de saúde de Gaza e só recentemente restaurou serviços "mínimos". Segundo o Ocha, a violência dentro e ao redor da instalação colocaram pacientes, equipes médicas e tratamento em risco.

A violência contínua, os "bombardeios incessantes" e o colapso da ordem civil, além das restrições de acesso, "continuam a impedir a resposta humanitária", insistiu o escritório da ONU. "Com os combates agora em seu sexto mês, e Gaza cada vez mais perto da fome, precisamos inundar o enclave com ajuda", destacou.

O primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, rejeitou os apelos americanos para interromper os planos de uma invasão terrestre da cidade de Rafah, no sul de Gaza. Netanyahu afirmou que disse ao secretário de Estado dos EUA, Antony Blinken, que uma ofensiva terrestre é a única maneira de destruir o Hamas.

"Eu disse que não temos como derrotar o Hamas sem entrar em Rafah e destruir os batalhões restantes lá", contou. "Eu disse a ele que espero que façamos isso com o apoio dos Estados Unidos, mas se necessário, faremos sozinhos".

Antes da reunião, Blinken disse que os EUA apoiam o objetivo de Israel de derrotar o Hamas, mas acredita que existem alternativas a uma invasão terrestre. Mais de 1 milhão de palestinos deslocados procuraram abrigo em Rafah depois de fugirem dos combates em outras partes de Gaza. Os EUA e o resto da comunidade internacional temem que uma invasão israelita conduza a grandes vítimas civis

Reuters

Linda Thomas-Greenfield disse que os EUA desejam um cessar-fogo imediato e duradouro, mas pontuou que é necessário fazer "o trabalho árduo da diplomacia"

ÍNDIA

Prisão de opositor de Modi desencadeia manifestação

Apoiadores de um dos mais importantes políticos da Índia e líder de uma cruzada anticorrupção saíram às ruas, na sexta-feira, 22, para protestar contra a sua prisão, à medida que partidos da oposição afirmam que a operação faz parte de uma repressão do governo do primeiro-ministro Narendra Modi antes das eleições nacionais.

O recém-eleito ministro-chefe de Nova Délhi, Arvind Kejriwal, foi preso na noite de quinta-feira pela Direção Federal de Execução, que é controlada pelo governo de Modi. A agência acusou seu partido e ministros de aceitarem 1 bilhão de rupias (US$ 12 milhões) em subornos a fornecedores de bebidas alcoólicas há quase dois anos.

O Partido Aam Aadmi (AAP, na sigla em inglês), ou Partido do Povo Comum, que é a legenda pela qual Kejriwal foi eleito, negou as acusações e disse que foram fabricadas. O partido disse que Kejriwal continuará a ser o prefeito de Nova Délhi, enquanto responderá contra as acusações na Justiça.

Ampliando os problemas do partido, a agência também prendeu o deputado Manish Sisodia e o congressista Sanjay Singh, em 2023, em operações relacionadas ao mesmo caso.

A menos de um mês do início das eleições legislativas, que começam em 19 de abril, os partidos da oposição acusam o governo de abuso de poder para perseguir e enfraquecer os seus oponentes políticos com o intuito de obter uma vantagem injusta nas pesquisas. Os partidos citam uma série de detenções e investigações de corrupção contra figuras-chave da oposição. Entretanto, algumas investigações contra antigos líderes da oposição foram arquivadas após eles terem se mudado para o Bharatiya Janata, o partido governista de Modi.

"Parece assédio porque apenas líderes da oposição estão indiciados", disse a comentarista política Neerja Chowdhury, acrescentando que não houve nenhuma investigação contra ninguém no BJP. "Não é uma situação equitativa."

O BJP nega o uso de agências para atingir a oposição, citando que os órgãos agem de maneira independente. Na sexta-feira, centenas de militantes do AAP e alguns líderes importantes do partido entraram em confronto com a polícia e foram presos.

ARGENTINA

Títulos da dívida avançam com as reformas de Milei

Os detentores de títulos estão confiantes em relação às reformas radicais do presidente da Argentina, Javier Milei, à medida que o presidente argentino, com uma motosserra, encerra os seus primeiros 100 dias. Os títulos de referência para 2030 subiram para 50 centavos de dólar, ante menos de 40 centavos de dólar quando Milei assumiu o cargo em 10 de dezembro.

Os parlamentares argentinos estão menos entusiasmados. O Senado votou contra o amplo Decreto de Necessidade e Urgência de Milei por 42-25 na semana passada. A Câmara dos Deputados provavelmente seguirá o exemplo, anulando o Plano A do presidente para reformar a economia em dificuldades do seu país. Milei retirou um "projeto de lei geral" ainda mais ambicioso da câmara baixa por falta de apoio no mês passado.

Os investidores aplaudem as ações unilaterais de Milei, como a redução dos subsídios aos combustíveis e as transferências do governo central para as 23 províncias da Argentina. Ele cortou pela metade a taxa de câmbio oficial do peso, impulsionando as principais exportações agrícolas e facilitando os fluxos monetários.

A Argentina atingiu um superávit orçamentário primário (excluindo o serviço da dívida) em janeiro e fevereiro pela primeira vez desde 2011, afirma Thierry Larose, gestor de carteira de dívida local de mercados emergentes da Vontobel Asset Management.

A inflação caiu pela metade, para ainda cruéis 13% ao mês, durante o ainda breve mandato de Milei. "De uma perspectiva puramente financeira, ele tem tido bastante sucesso", observa Larose.

Milei revelou um Plano político B, que conduzirá o Congresso à conclusão de um "Pacto de Maio" com os governadores do país. Embora os detalhes sejam vagos, os líderes regionais com falta de dinheiro provavelmente assinarão algo, o que poderá tornar o Congresso mais maleável, afirma Alejo Czerwonko, diretor de investimentos, mercados emergentes das Américas, da UBS Global Wealth Management.

A principal reforma estrutural a observar é a da Previdência, concordam Czerwonko e Larose.

PRIVACIDADE

Kate afirma que está em tratamento contra câncer

Kate Middleton revelou na sexta-feira, 22, que está nos estágios iniciais de um tratamento contra um câncer. Em uma declaração em vídeo, Kate diz que foi um "grande choque" depois de "alguns meses absurdamente difíceis". Não foram revelados mais detalhes.

Na mensagem, a princesa disse estar bem e "cada dia mais forte". O Palácio de Kensington diz estar confiante de que a princesa se recuperará totalmente.

No começo do ano, Kate passou por uma cirurgia abdominal e desde então não fez aparições públicas, gerando especulações. Na mensagem, ela diz que na época, em janeiro, lhe foi falado que sua condição não era cancerosa, mas mais tarde foi descoberta a presença do câncer.

"A cirurgia foi um sucesso, mas após durante exames pós-operatórios foi revelada a presença de câncer", disse. Desde então, ela está em tratamento preventivo com quimioterapia por recomendação médica, completa.

"William e eu temos feito tudo o que podemos para processar e administrar isso de forma privada, para o bem de nossa jovem família. Levamos tempo para explicar tudo a George, Charlotte e Louis de uma forma que fosse apropriada para eles e para tranquilizá-los de que vou ficar bem", afirmou, pedindo por privacidade, espaço e tempo.

A princesa não era vista em público desde o Natal. As especulações começaram depois que ela deu entrada no hospital praticamente ao mesmo tempo que o rei Charles III, que mais tarde revelou estar tratando um câncer. Kate, porém, saiu do hospital sem avisos públicos e não foi mais vista. A ausência do príncipe William de um funeral da família aumentou os rumores.

A princesa agradeceu o apoio do marido e dos fãs da família real: "Ter William ao meu lado também é uma grande fonte de conforto e segurança. Assim como o amor, o apoio e a gentileza demonstrados por tantos de vocês. Isso significa muito para nós dois."

Após o anúncio, já não se espera que a princesa e o príncipe de Gales apareçam com a Família Real no domingo de Páscoa, e não haverá nenhum retorno antecipado às funções oficiais da princesa, segundo a BBC.

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 45B5-643A-8486-7299.

Diário Comercial
Sábado, 23, domingo, 24 e segunda-feira, 25 de março de 2024

ÁUDIOS

Supremo decreta prisão de Cid por obstrução de Justiça

O mandado de prisão foi expedido por Moraes por descumprimento de medidas cautelares impostas aomilitar, que estava em prisão domiciliar e obstrução à Justiça

Edilson Rodrigues - Agência Senado

Wajngarten avalia qual medida tomar

Lula Marques - Agência Brasil

Cid compareceu ao STF na tarde de sexta, após a divulgação de áudios em que ele diz que o inquérito da Operação Tempus Veritatis é uma "narrativa pronta"

O ex-ajudante de ordens da Presidência tenente-coronel Mauro Cid foi preso na sexta-feira, 22, após deixar audiência com o desembargador Airton Vieira, juiz instrutor do gabinete do ministro Alexandre de Moraes, para confirmar os termos de sua delação premiada. O mandado de prisão, com caráter preventivo, foi expedido por Moraes por descumprimento de medidas cautelares impostas ao tenente-coronel - que estava em prisão domiciliar - e obstrução à Justiça.

O Supremo Tribunal Federal informou que a validade da delação de Cid - a homologação, feita por Moraes - 'está sob análise'.

Cid compareceu ao STF na tarde de sexta, 22, após a divulgação de áudios em que ele diz que o inquérito da Operação Tempus Veritatis é uma "narrativa pronta". Nos áudios, o militar também diz que Moraes já tem a sentença dos investigados. As gravações foram reveladas pela revista Veja. Em uma delas, Cid afirma que os investigadores 'não queriam saber a verdade' sobre a tentativa de golpe de Estado, e sim confirmar uma 'narrativa pronta'.

Os áudios respingam diretamente na delação do tenente-coronel. As revelações do militar abasteceram uma série de inquéritos que miram o ex-presidente Jair Bolsonaro e seus aliados, em especial a investigação sobre uma suposta tentativa de golpe de Estado tramada pela cúpula do governo Bolsonaro.

O depoimento de Cid, no STF, ocorre dez dias depois de o delator comparecer à Polícia Federal para ser ouvido, pela sexta vez, no bojo de seu acordo de delação premiada. A oitiva durou mais de nove horas e foi realizada em um mesmo dia à pedido da defesa de Cid.

Na ocasião, Cid confirmou detalhes de uma série de encontros com a presença do ex-presidente Jair Bolsonaro e da cúpula de seu governo para debaterem um plano de golpe de Estado, mas afirmou não ter participado da discussão entre Bolsonaro e o alto escalão das Forças Armadas sobre o mesmo tema.

A oitiva também se dá logo após o indiciamento do ex-presidente por associação criminosa e inserção de dados falsos em sistema de informação na investigação sobre a fraude na carteira de vacinação de Bolsonaro e de sua filha Laura. Cid também foi incriminado pela PF, não só pelos delitos ligados aos documentos falsos do ex-chefe do Executivo, mas também pelas investidas para conseguir comprovantes de imunização contra a covid-19 para sua mulher Gabriela e suas filhas.

O diretor-geral da Polícia Federal (PF), Andrei Passos Rodrigues, fez uma representação contra o tenente-coronel Mauro Cid no STF na noite desta quinta-feira.

O diretor da PF afirmou que as declarações foram vistas "com gravidade" e que a corporação busca um esclarecimento no STF. "Ninguém acusará a PF e o STF dessa forma e ficará incólume", disse.

Nos áudios, Cid ainda disse que Moraes já tem a sentença dos investigados e que no "momento que ele achar conveniente, denuncia todo mundo, o PGR acata, aceita e ele prende todo mundo". O tenente-coronel também afirmou que a PF queria que ele falasse coisas sem conhecimento ou que não aconteceram, pois os investigadores do inquérito "não queriam saber a verdade".

Por meio de nota, a defesa de Cid admitiu que a voz nas gravações divulgadas pela revista é do militar, mas alegou que as declarações são "meros desabafos" do investigado.

Mauro Cid foi preso em maio de 2023 pela PF durante a investigação sobre fraudes em cartões de vacina contra a covid-19. Em setembro ele foi solto após homologação da delação premiada, em que apontou Bolsonaro como o mandante das fraudes no sistema do Ministério da Saúde. Ainda foi revelada a existência de reuniões golpistas entre o ex-presidente e comandantes das Forças Armadas para tentar impedir a posse de Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Fábio Wajngarten defende quebra de sigilo dos depoimentos

O advogado do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), Fábio Wajngarten, defendeu a quebra do sigilo dos depoimentos do tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens da Presidência, após o vazamento de áudios, publicados pela revista Veja, em que o militar coloca em xeque a lisura de sua delação premiada. Em rede social, Wajngarten diz que a defesa de Bolsonaro ainda avalia quais medidas tomar.

"O levantamento do sigilo das gravações dos depoimentos dele, na íntegra, poderá dirimir potenciais dúvidas e dará a transparência necessária para a elucidação de parte dos fatos. Se for uma estratégia da defesa dele, vazando áudios como forma de declaração em off/on não creio que tenha sido oportuna. De todo modo, a defesa do Presidente tomará as devidas providências ao longo do dia", escreveu Wajngarten no X (antigo Twitter) na sexta-feira, 22.

Wajngarten diz que foi surpreendido com a divulgação dos áudios e que ainda "não tem juízo de valor" sobre o que foi dito por Cid. Segundo o advogado, desde a publicação da reportagem da Veja, seu "telefone derreteu de tantas chamadas".

"Desde a publicação da matéria da revista Veja sobre um potencial jogo duplo do tenente-coronel Mauro Cid, meu telefone derreteu de tantas chamadas. Confesso que fui surpreendido e ainda não tenho opinião formada, nem juízo de valor, diante de tantas possibilidades que podem ter ocorrido", disse.

Preso por ordem do Supremo Tribunal Federal (STF), Cid fechou um acordo de delação premiada com a PF e, desde então, passou a responder às perguntas sobre seu envolvimento e o do ex-presidente Bolsonaro em várias irregularidades: da tentativa de se apropriar de joias recebidas de presidente do regime da Arábia Saudita ao esquema para fomentar um golpe de Estado e impedir a posse de Luiz Inácio Lula da Silva. Ele foi solto após a homologação do acordo.

No dia 11 deste mês, o ex-ajudante de ordens da Presidência confirmou detalhes de uma série de encontros com a presença do ex-presidente Jair Bolsonaro e da cúpula de seu governo para debaterem um plano de golpe de Estado. O militar afirmou não ter participado da discussão entre Bolsonaro e o alto escalão das Forças Armadas sobre o mesmo tema.

Nos áudios divulgados pela Veja na quinta-feira, 21, Mauro Cid diz que o inquérito da PF sobre a tentativa de golpe de Estado é uma "narrativa pronta". Cid também diz que o ministro do STF Alexandre de Moraes já tem a sentença dos investigados.

"Eles já estão com a narrativa pronta. Eles não queriam saber a verdade, eles queriam só que eu confirmasse a narrativa dele. É isso que eles queriam, e toda vez eles falavam 'olha, a sua colaboração tá muito boa'. Ele até falou, 'vacina, por exemplo, você vai ser indiciado por nove tentativas de falsificação de vacina, vai ser indiciado por associação criminosa', e mais um termo lá. Ele disse assim: 'só essa brincadeira vai ser 30 anos pra você", disse o tenente-coronel em áudio.

CREDIBILIDADE

Dallagnol: STF faz com Cid algo que nunca aconteceu na Lava Jato

Fabio Rodrigues Pozzebom - Agência Brasil

Deltan: "o pau de arara nunca esteve na Lava Jato"

Ex-procurador da Lava Jato e ex-deputado federal com mandato cassado em 2023, Deltan Dallagnol (Novo-PR) afirmou na sexta-feira, 22, que o tenente-coronel Mauro Cid "destrói a credibilidade da sua delação e do trabalho da Polícia Federal (PF) e do Supremo Tribunal Federal (STF) no caso contra Bolsonaro".

Deltan Dallagnol se refere aos áudios que foram divulgados na quinta-feira, 21, pela revista Veja. Ele ainda afirma que uma prisão como a de Cid "nunca aconteceu na Lava Jato", e que a "tortura de presos para obter delações" não estava na operação, mas sim no STF.

"Como temos denunciado há anos, parece que o verdadeiro pau de arara do século XXI e a verdadeira tortura de presos para obter delações, como disseram os senhores Dias Toffoli e Gilmar Mendes, não estava, como nunca esteve, na Lava Jato. Estava o tempo todo no STF."

Em uma das gravações vazadas, Cid diz que os investigadores da PF "não queriam saber a verdade" sobre a tentativa de golpe de Estado, e sim confirmar uma "narrativa pronta". Cid também afirma nos áudios que a PF queria que ele falasse coisas que ele não sabia e que não aconteceram. O ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro (PL) também cita o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, afirmando que ele já tem a sentença dos investigados. "Eles são a lei agora, a lei já acabou há muito tempo. A lei é eles, eles são a lei, o Alexandre de Moraes é a lei", diz Cid.

Na declaração publicada em seu perfil no X (antigo Twitter), o ex-deputado afirma que o período que Cid ficou preso sem denúncia foi ilegal, o que qualifica como abuso de poder e afirma nunca ter ocorrido na Lava Jato.

O ex-ajudante de ordens da Presidência foi um dos presos da Operação Venire em maio de 2023. Ele assinou um acordo de delação premiada e foi solto em 9 de setembro. Hoje, é um dos 17 indiciados pelos crimes de associação criminosa e de inserção de dados falsos no sistema do Ministério da Saúde, assim como Bolsonaro.

Deltan Dallagnol coordenou a Lava Jato no auge da operação e mais tarde foi alvo de críticas envolvendo os métodos usados na investigação, além de suspeitas de direcionamento político e conluio com o ex-juiz e hoje senador Sérgio Moro (União-PR).

Após o vazamento dos áudios sobre a atuação da PF e de Moraes, o ex-ajudante de ordens de Bolsonaro foi intimado na sexta-feira, 22, a comparecer a uma audiência às 13h com o desembargador Airton Vieira, juiz instrutor do gabinete do ministro do STF. O advogado de Cid, Cezar Bittencourt, e integrante da Procuradoria-Geral da República devem participaram do encontro.

Por meio de nota, a defesa de Cid admitiu que a voz nas gravações divulgadas pela revista é do militar, mas alegou que as declarações são "meros desabafos" do investigado.

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 45B5-643A-8486-7299.

TRANSIÇÃO

Pimenta: móveis descobertos no Alvorada estavam danificados

O ministro disse que a culpa dos itens não terem sido encontrados foi de um relatório elaborado pelo governo Bolsonaro, que listou os 261 itens como desaparecidos

Agência Brasil

Pimenta: "no processo da transição, foi feito um inventário de todos os itens que fazem parte do patrimônio. Esse relatório foi elaborado pelo governo Bolsonaro"

O ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência (Secom), Paulo Pimenta, afirmou que os 261 móveis do Palácio da Alvorada que teriam desaparecido e foram posteriormente encontrados, estavam "danificados e muito estragados". No período da transição de governo, no fim de 2022, Lula disse que o ex-presidente Jair Bolsonaro e a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro haviam "levado tudo" e o governo federal justificou a ausência dos bens para comprar móveis de luxo.

Na quarta-feira, 20, o jornal Folha de S.Paulo mostrou que os itens estavam espalhados pelas dependências do Palácio da Alvorada, desmentindo a suposição de que os móveis foram levados pelo casal Bolsonaro. Foram necessárias três sindicâncias, realizadas no prazo de 10 meses, para localizar todos os itens.

Pimenta afirmou que a culpa dos itens não terem sido encontrados no início do governo Lula foi de um relatório elaborado pelo governo Bolsonaro, que listou os 261 itens como desaparecidos.

"No processo da transição, foi feito um inventário de todos os itens que fazem parte do patrimônio do Alvorada. Esse documento é um relatório que foi elaborado pelo governo Bolsonaro, entregue no dia 4 de janeiro (do ano de 2023). E é esse documento do governo Bolsonaro, que informa que 261 itens que fazem parte do patrimônio do Palácio da Alvorada não foram encontrados", afirmou o ministro da Secom.

Pimenta afirmou também que os móveis estavam "espalhados por depósitos" do Alvorada, e que muitos foram encontrados "danificados" e "estragados".

"Não havia nenhum tipo de controle. Ao longo do ano nós conseguimos encontrar esses itens. Muitos desses itens, inclusive, eram itens que estavam danificados, eram móveis que estavam muito estragados, espalhados por depósitos", declarou.

Durante a transição de governo, Lula e a primeira-dama, Janja da Silva, reclamaram das condições do Alvorada, e apontaram que os bens estavam faltando após Bolsonaro e a ex-primeira-dama deixarem de usar a residência oficial. Além de móveis, utensílios domésticos, livros e obras de arte foram citados como "desaparecidos".

Na coletiva, o chefe da Secom voltou a endossar que a estadia de Bolsonaro havia deteriorado as condições do Alvorada. "Se fosse um cidadão, não teria conseguido entregar uma casa para a imobiliária", disse.

O suposto sumiço dos móveis foi um dos motivos para que Lula e Janja comprassem uma nova mobília. Em dezembro do ano passado, o governo federal gastou R$ 26,8 milhões com reformas, compra de móveis, materiais e utensílios domésticos para os palácios presidenciais de Brasília em 2023.

Um tapete novo de R$ 114 mil foi adquirido para dar mais "brasilidade" ao Palácio do Planalto. Um sofá escolhido por Janja para o Alvorada foi comprado por R$ 65 mil. O casal também colocou piso "mais macio e confortável" na Granja do Torto, que custou R$ 156 mil para os cofres públicos.

Em uma nota técnica assinada em 2 de fevereiro do ano passado para justificar a compra dos novos itens, a Presidência citou que a "falta de mobiliário" colocava em risco Lula e Janja, que ficavam "expostos" ao morar em imóveis privados. O documento também incluiu imagens de uma entrevista da primeira-dama ao canal de TV fechado GloboNews, onde ela denunciou os desgastes no Alvorada.

"A falta de mobiliário condizente nas dependências do Palácio ocasiona ao Presidente e sua família sua exposição em imóveis particulares. Certamente, para que deixem o hotel e passem a ocupar a referida residência oficial, é necessário, que no mínimo, e em caráter de urgência, se restabeleçam as condições mínimas de habitabilidade do espaço íntimo, isto sem prejuízo da recomposição de diversos ambientes do prédio", afirma a nota técnica.

Na quarta-feira, 20, após a divulgação de que os móveis haviam sido encontrados, o ex-presidente Jair Bolsonaro usou o X (antigo Twitter) para dizer que o petista o acusou injustamente de ter extraviado os bens da residência oficial. "Todos os móveis estavam no Alvorada. Lula incorreu em falsa comunicação de furto", disse Bolsonaro.

Em resposta a declaração de Bolsonaro, Pimenta disse que Bolsonaro "não teria moral" para acusar Lula pelo crime de falsa comunicação de furto. O chefe da Secom alfinetou o ex-presidente, relembrando o escândalo da venda ilegal de joias da Presidência da República.

Michelle Bolsonaro disse que o suposto sumiço dos bens teria sido uma "cortina de fumaça" de Lula e Janja para justificar a compra dos itens de luxo.

"Durante muito tempo esse governo quis atribuir a nós o desaparecimento de móveis do Alvorada, inclusive insinuando que eles teriam sido furtados na nossa gestão. Na verdade, eles sempre souberam que isso era uma mentira, mas queriam uma cortina de fumaça para tirar o foco da notícia de que eles gastariam o dinheiro do povo para comprar móveis novos por puro capricho e sem licitação", disse a ex-primeira-dama.

PESQUISA

Jonas Pereira - Agência Senado

Pacheco promete pautar debate

Maioria dos brasileiros é contra o fim da reeleição

O fim da reeleição para prefeitos, governadores e presidente está na pauta do Senado, mas a maioria dos brasileiros é contrária à proibição, segundo pesquisa Datafolha divulgada nesta sexta-feira, 22. Para 58% do eleitorado do País, a possibilidade de recondução a cargos do Executivo deve permanecer como está, sem alterações na legislação, ante 41% de entrevistados que gostariam de ver a reeleição proibida. 2% não soube responder.

O Datafolha fez 2.002 entrevistas presenciais em 147 cidades do País entre os dias 19 e 20 de março. A margem de erro é de dois pontos porcentuais.

O instituto registra que, entre os entrevistados que se consideram "um pouco ou muito petista", o índice de pesquisados contrários à reeleição vai a 67%. Entre bolsonaristas, o índice não varia tanto em relação ao limite da margem de erro, de dois pontos porcentuais: 54% querem manter como está o direito à recondução.

O presidente do Senado Rodrigo Pacheco (PSD-MG) demonstra desde o ano passado que deseja pautar o fim da reeleição no Executivo. Para o senador, a chance de recondução ao cargo "acaba prejudicando a independência do mandatário". O que está em discussão afetaria apenas a reeleição de prefeitos, governadores e presidente da República, mantendo a possibilidade para os cargos do Legislativo.

O instituto é recente no País, tendo sido adicionado à Constituição só em 1997, por meio da EC 16/1997. Até Fernando Henrique Cardoso (PSDB), presidente do País quando o dispositivo entrou em vigor, se arrependeu da mudança. Ele reconheceu que a medida foi um erro. "Devo reconhecer que historicamente foi um erro", escreveu o sociólogo e ex-presidente na ocasião.

Já existem propostas com o intuito de acabar com a reeleição protocoladas no Senado, mas resta definir qual texto, de fato, ganhará o aval dos líderes partidários. Em entrevistas, Pacheco sinaliza que, tal como sugere FHC, a proposta estenderia a duração do cargo no Executivo.

O tema deve ser versado por meio de Proposta de Emenda à Constituição (PEC), que precisa do apoio de três quintos da Câmara (308 de 513 deputados) e do Senado (49 dos 81 senadores). O relator deve ser o senador Marcelo Castro (MDB-PI).

O apoio à medida divide o meio político. Os governadores Eduardo Leite (PSDB), do Rio Grande do Sul, Romeu Zema (Novo), de Minas Gerais, e Ratinho Júnior (PSD), do Paraná, se dizem a favor do fim da reeleição. Os três foram reeleitos aos seus cargos em 2022 e não teriam essa prerrogativa em 2026.

Já o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que poderia ser reeleito na próxima eleição, é contra o texto. Ele aproveitou um happy hour com líderes do Senado no início de março para indicar que é contrário à matéria, mas a crítica não surtiu efeito.

INVESTIGAÇÃO

Senadores pedem que procurador desarquive pedidos da CPI da Covid

Um grupo de senadores que participaram da CPI da Covid, de 2021, se reuniu com o procurador-geral da República, Paulo Gonet, para pedir o desarquivamento dos pedidos de indiciamento contra o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), os ex-ministros da Saúde Eduardo Pazuello e Marcelo Queiroga, além de parlamentares e empresários.

Depois do encontro, o senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), que foi vice-presidente da CPI, informou que Gonet demostra que poderá analisar as conclusões das investigações da CPI. "Ele sinalizou que a CPI e o trabalho feito por nós é digno de admiração e será por ele, o âmbito da PGR, prestigiado. Para nós, isso é o mais relevante, fundamental desse encontro. Saímos daqui convencidos de que não terá impunidade para os mais de 700 mil brasileiros que morreram", disse.

O PGR anterior, Augusto Aras, recusou os pedidos da CPI para abertura de inquérito contra os nomes apontados pelo relatório final, entregue em outubro de 2021. O parecer final sugeriu 68 indiciamentos, incluindo o de Bolsonaro e seus três filhos, Flávio, Eduardo e Carlos. Duas empresas, a Precisa Medicamentos, que tentou importar vacina Covaxin, e a VTCLog, responsável pela logística do Ministério da Saúde, também foram indiciadas no relatório da Comissão Parlamenta de Inquérito da Pandemia.

Aras havia negado as petições da CPI para abertura de ação penal por diversos crimes, entre eles, irregularidades na compra de vacinas, desrespeito às medidas preventivas, como o uso de máscaras, defesa do tratamento precoce, que não tinha comprovação científica. O PGR anterior havia afirmado que o material apresentado inicialmente não era suficiente para uma análise individualizada dos crimes apontados. Para ele, material "não atendia aos requisitos legais", por supostamente não apontar a "devida correlação entre cada fato típico praticado e os documentos pertinentes".

De onze pedidos de ação penal, Aras recusou dez. Desses, quatro foram arquivados definitivamente e outros seis foram objeto de recurso por parte da CPI no Supremo Tribunal Federal (STF). Apenas um corre na Justiça Federal no Amazonas. Após seis meses de investigação, a CPI da Pandemia aprovou o relatório do senador Renan Calheiros (MDB-AL) com mais de mil páginas, que incluíram pedidos de indiciamento e sugestões de projetos de lei.

Jonas Pereira - Agência Senado

Randolfe: "Gonet demostra que poderá analisar as conclusões das investigações"

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 45B5-643A-8486-7299.

ESCOLARIZAÇÃO

País tem 9,3 milhões de analfabetos, o equivalente a 5,4% da população

Em 2023, eram 5,2 milhões de analfabetos com 60 anos ou mais, o que equivale a uma taxa de analfabetismo de 15,4% para esse grupo etário, quase três vezes mais do que a da população em geral

Agência Brasil

Legenda

Embora os níveis educacionais do Brasil venham melhorando ano após ano, o País contava ainda, em 2023, com 9,3 milhões de analfabetos, ou 5,4% da população - uma redução de 0,2 ponto porcentual em relação ao ano anterior, o que equivale a 232 mil pessoas. O problema está diretamente associado à faixa etária e à raça, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD) Educação, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgada na sexta-feira, 22

Quanto mais velho o grupo populacional, maior a proporção de analfabetos, revelou o levantamento. Em 2023, eram 5,2 milhões de analfabetos com 60 anos ou mais, o que equivale a uma taxa de analfabetismo de 15,4% para esse grupo etário, quase três vezes mais do que a da população em geral.

"O analfabetismo hoje, no Brasil, está concentrado entre as pessoas mais idosas", afirmou a pesquisadora Adriana Beringuy, que apresentou os resultados. "Os idosos ou não frequentaram a escola ou tiveram um aprendizado muito precário e, por isso, carregam essa condição de analfabetos ao longo da vida. A população mais jovem está muito mais escolarizada."

No recorte por cor ou raça, revela-se também uma grande diferença entre as taxas das pessoas brancas e das pretas ou pardas. No ano passado, 3,2% das pessoas brancas eram analfabetas, contra 7,1% para as pessoas pretas ou pardas, mais que o dobro. Quando os pesquisadores sobrepõem as questões etária e racial, o problema fica ainda mais grave: a taxa de analfabetismo dos brancos de 60 anos ou mais é de 8,6%, e entre os negros ela quase triplica, chegando a 22,7%.

Na divisão por gênero, os números são mais parecidos: 5,2% para as mulheres e 5,7% para os homens.

De acordo com o Plano Nacional de Educação (PNE), a redução do analfabetismo na população em geral deveria alcançar 6,5% em 2015 e a erradicação total até o fim de 2024. A meta intermediária foi alcançada em 2017.

A média de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de idade, em 2023, foi 9,9 anos. De 2022 a 2023, essa média ficou estável. Entre as mulheres, o número médio de anos de estudo foi de 10,1 anos, enquanto para os homens, 9,7 anos. Com relação à cor ou raça, mais uma vez, a diferença foi considerável, registrando-se 10,8 anos de estudo para as pessoas de cor branca e 9,2 anos para as de cor preta ou parda, ou seja, uma diferença de 1,6 ano entre esses grupos, que caiu pouco desde 2016, quando era de dois anos.

Entre as crianças de 0 a 3 anos, a taxa de escolarização foi de 38,7%, o equivalente a 4,4 milhões de estudantes. Comparado ao ano de 2022, a taxa de escolarização das crianças de 0 a 3 anos apresentou a variação mais expressiva: 2,7 pontos porcentuais; frente a 2016, a expansão foi de 8,4 pontos porcentuais.

Entre as crianças de 4 a 5 anos, a taxa subiu de 91,5% em 2022 para 92,9% em 2023, totalizando 5,8 milhões de crianças. Já na faixa de idade de 6 a 14 anos, a universalização, desde 2016, já estava praticamente alcançada, mantendo-se em 99,4% das pessoas na escola em 2023, mesmo porcentual de 2022.

A taxa de escolarização entre os jovens de 15 a 17 anos em 2023 foi de 91,9%. Entre as pessoas de 18 a 24 anos e aquelas com 25 anos ou mais, 30,5% e 5,0% estavam frequentando escola, respectivamente.

As pessoas de 18 a 24 anos de idade são aquelas que idealmente estariam frequentando o ensino superior, caso completassem a educação escolar básica na idade adequada. Contudo, o atraso e a evasão escolar estão presentes tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio. Consequentemente, muitos jovens entre 18 e 24 anos já não frequentam mais a escola e alguns ainda frequentam as etapas da educação básica obrigatória.

EVASÃO ESCOLAR

Um em cada cinco jovens de 15 a 29 anos não estudava nem trabalhava em 2023

Praticamente 20% dos brasileiros entre 15 e 29 anos de idade não estavam estudando nem trabalhando em 2023, de acordo com números divulgados nesta sexta-feira, 22, na Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio Contínua (PNAD) Educação, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), um total de 9,6 milhões de pessoas. O porcentual dos chamados "nem-nem" é o menor dos últimos cinco anos. Em 2019, a proporção dos jovens que não tinham ocupação formal era de 22,4%.

O número de brasileiros nesta faixa etária é de 48,5 milhões. Deste total, 15,3% estavam ocupados e estudando, 25,5% estavam estudando, porém não trabalhando e 39,4% estavam trabalhando, mas não estudavam, enquanto 19,8% não faziam nenhuma das duas coisas.

Na análise da pesquisadora do IBGE, Adriana Beringuy, responsável pela apresentação do trabalho, a principal razão para o porcentual de pessoas que não trabalham nem estudam ter caído nos últimos cinco anos foi a demanda do mercado de trabalho, e não a maior busca pela educação.

As pessoas de 18 a 24 anos de idade são aquelas que idealmente estariam frequentando o ensino superior, caso completassem a educação escolar básica na idade adequada. Contudo, o atraso e a evasão escolar estão presentes tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio. Consequentemente, muitos jovens entre 18 e 24 anos já não frequentam mais a escola e alguns ainda frequentam as etapas da educação básica obrigatória.

Em 2023, a taxa de escolarização das pessoas de 18 a 24 anos, independentemente do curso frequentado, foi de 30,5%, porcentual próximo ao registrado em 2022. Uma parcela de 21,6% dos jovens nesta faixa etária frequentava cursos da educação superior e 8,9% estavam atrasados, frequentando algum dos cursos da educação básica. Já 4,3% haviam completado o ensino superior e 65,2% não frequentavam escola.

Agência Brasil

Em 2023, a taxa de escolarização das pessoas de 18 a 24 anos, independentemente do curso frequentado, foi de 30,5%

Levando-se em consideração o grupo de jovens de 14 a 29 anos do País, 9,0 milhões não completaram o ensino médio, seja por terem abandonado a escola antes do término desta etapa ou por nunca a terem frequentado. Desses, 58,1% eram homens e 41,9% eram mulheres. Considerando-se cor ou raça, 27,4% eram brancos e 71,6% eram pretos ou pardos.

Quando perguntados sobre o principal motivo de terem abandonado ou nunca frequentado escola, esses jovens apontaram a necessidade de trabalhar como fator prioritário. No Brasil, este contingente chegou a 41,7% em 2023, aumento de 1,5 p.p. em comparação a 2022. Para aqueles que responderam que abandonaram por não terem interesse de estudar, embora seja o segundo principal motivo, este tem apresentado queda sequencial nos três anos investigados pela pesquisa, chegando a 23,5% em 2023.

Para o principal motivo apontado ser a necessidade de trabalhar, ressaltam-se os homens, com 53,4%, seguido de não ter interesse de estudar (25,5%). Para as mulheres, o principal motivo foi também a necessidade de trabalhar (25,5%), seguido de gravidez (23,1%) e não ter interesse em estudar (20,7%). Além disso, 9,5% das mulheres indicaram realizar afazeres domésticos ou cuidar de pessoas como o principal motivo de terem abandonado ou nunca frequentado escola, enquanto para homens, este porcentual foi inexpressivo (0,8%).

Uma outra questão importante, segundo a pesquisadora, é a questão do financiamento do ensino. Em 2023, a rede pública atendia 77,5% dos alunos da creche e pré-escola; 82,3% dos estudantes do ensino fundamental regular; e 87,0% do ensino médio regular. Por outro lado, a rede privada responde pela maior parte dos estudantes em cursos de ensino superior, especialização, mestrado e doutorado. Em 2023, 73,9% dos estudantes de graduação frequentavam uma instituição de ensino privada.

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 45B5-643A-8486-7299.

GSH CORP PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ Nº 08.397.078/0001-01

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da GSH CORP Participações S.A. ("Companhia" ou "GSH CORP") apresenta-lhes, a seguir, o Relatório da Administração, incluindo os resultados do ano de 2023 a partir de análises gerenciais que a Administração entende traduzir a melhor forma o negócio da Companhia, e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS"), emitidas pelo Internacional Accounting Standards Board ("IASB"). Para informações complementares, recomendamos a leitura dos Demonstrativos Financeiros, Informações Trimestrais e do Formulário de Referência, disponíveis no site de Relações com Investidores da Companhia: http://ri.gshcorp.com.br/. A discussão e a análise a seguir, sobre a situação financeira e o resultado das operações da Companhia, é baseada e deve ser lida em conjunto com os documentos abaixo, que estão disponíveis na CVM e no site de Relações com Investidores da GSH CORP. • Formulário de Referência 2023. • as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, e respectivas notas explicativas. Essas demonstrações financeiras foram auditadas por Ernst & Young Auditores Independentes S.S., de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria; As avaliações, opiniões e comentários constantes deste Relatório traduzem a visão e a percepção dos diretores da Companhia sobre as atividades, negócios e desempenho da Companhia, e visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar (i) as demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022; (ii) as mudanças nas principais linhas dessas demonstrações financeiras de período para período ou data para data, conforme o caso; e (iii) os principais fatores que explicam essas alterações.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2023 foi um período de fortalecimento das nossas bases. Iniciamos o ano com uma estrutura pronta e adequada para um ano desafiador, como tem sido o setor de saúde de forma geral. Os ajustes implementados em 2022 nos possibilitaram manter o foco em nossas operações e negócios, entregando resultados condizentes com nossas expectativas e realizando os investimentos importantes para sustentar o crescimento do grupo. Na hemoterapia, mantivemos a disciplina na busca por novos contratos e na manutenção de uma base saudável para o próximo ano. Terminamos o ano com 28,6 mil leitos atendidos, 1,2 mil leitos a mais que o ano anterior. Nossa receita bruta de R$ 510,1 milhões foi 12,2% maior que no ano anterior, e o crescimento da receita bruta por leito é resultado da disciplina e foco de nossa estratégia comercial. A boa performance em nossa linha de negócio mais robusta e madura nos permite estudar e nos preparar para novas fronteiras de crescimento, como nossa parceria com grandes farmacêuticas na Terapia Celular Avançada (Car-T) para tratamento oncológico, e acompanhar os desdobramentos das discussões regulatórias sobre o uso comercial do plasma. Ambos os projetos, nos quais a GSH está posicionada para gerar valor para a sociedade e todos os seus stakeholders. Na radiofarmácia, seguimos nosso projeto na consolidação da RPH como a empresa privada de radiofármacos mais relevante do Brasil. Nossa operação de Cold Kits continua em expansão, e nosso negócio de radiofarmácia centralizada já parece maduro em São Paulo, com bons novos contratos no Rio de Janeiro, mostrando que, aos poucos, os clientes passam a valorizar um modelo de negócios inovador no Brasil. Isto pode ser observado pelos resultados. A receita bruta deste segmento foi 9,1% maior que a registrada em 2022, atingindo R$ 91,2 milhões (excluindo vendas intercompany). Em 2023, finalizamos os investimentos na estrutura do nosso ciclotron em Itupeva, que agora trabalha nas aprovações regulatórias para iniciarmos sua operação comercial em 2024. Em conjunto com os 4 ciclotrons em operação da R2, cuja transação anunciada através de Fato Relevante publicado dia 31 de março de 2023, foi concluída dia 23 de fevereiro de 2024, aumentará a oferta de produtos da RPH para os serviços de medicina nuclear, consolidando a posição de empresa mais bem preparada para oferecer à população brasileira o acesso a toda a tecnologia em medicina nuclear que vem se desenvolvendo ao redor do mundo. No cenário macroeconômico, a leve queda nas taxas de juros beneficiou nossas despesas financeiras. O cenário externo e a performance da empresa nos permitiram realizar as captações necessárias para a manutenção de um perfil saudável de nosso endividamento. Este desempenho permitiu uma redução de nosso índice de alavancagem financeira e nos garantiu a renovação do rating nacional 'AA(bra)' pela Fitch. Na hemoterapia, iniciamos o ano com alguns novos contratos que se enquadram na nossa disciplina de investimentos e com uma base sólida para avaliar potenciais avenidas de crescimento. Na radiofarmácia, a conclusão da transação com a R2 confirma nosso posicionamento no mercado, e estamos avançando na expansão de nossa oferta de produtos e no acesso da medicina nuclear para a população brasileira. Os resultados positivos alcançados ao longo de 2023 refletem o comprometimento e a eficiência da nossa organização em um ambiente desafiador. À medida que fechamos este capítulo, estamos entusiasmados com as perspectivas para 2024. Alicerçados em bases sólidas, investimentos estratégicos e parcerias inovadoras, estamos confiantes em nossa capacidade de enfrentar novos desafios e continuar contribuindo significativamente para a saúde e o progresso no cenário brasileiro. Agradecemos a dedicação de nossa equipe e a confiança dos nossos stakeholders, e estamos ansiosos para um ano promissor à frente. **Carlos Eduardo da Matta** - Presidente do Conselho de Administração; **Carlos Henrique Delmonaco -** Diretor - Presidente da GSH CORP. **GSH CORP - Plataforma Gestora de Soluções Especializada em Saúde** A GSH CORP ("Companhia") é uma plataforma gestora de soluções especializadas em saúde, focada no atendimento a hospitais, clínicas e serviços de medicina nuclear, operando, atualmente, em dois segmentos: o de **hemoterapia e terapia celular** e o de **radiofarmácia**, considerados, respectivamente, segmentos subatendido e subpenetrado no Brasil. O modelo de atendimento da Companhia "*one Company, one plataform*" e sua capacidade de escalabilidade com qualidade geram diversos benefícios a seus clientes e parceiros, tais como a padronização e eficiência dos serviços oferecidos em quaisquer de seus pontos de atendimento, distribuídos ao longo do território nacional. No segmento de hemoterapia e terapia celular, a Companhia dedica-se à captação, tratamento, logística, sorologia e transfusão hemocomponentes do sangue, bem como ao serviço de coleta de doação de sangue e atendimento aos doadores e pacientes, realizados em seus núcleos de hemoterapia e nos hospitais e clínicas atendidos. A Companhia dispõe de um amplo portfólio de soluções integradas em hemoterapia, incluindo transfusão hospitalar e ambulatorial de hemocomponentes, aférese terapêutica, coleta de plaquetas por aférese, transfusão autóloga, coleta e preservação de célula tronco hematopoética, suporte no transplante de medula óssea e preparo de hemocomponentes para cirurgias. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia estava presente em 16 estados do país, com 12 bancos de sangue e 128 agências transfusionais, distribuídas em 68 municípios brasileiros. Tamanha capilaridade contribuiu para que a Companhia realizasse atendimento a mais de 28 mil leitos hospitalares. No segmento de radiofarmácia, a Companhia atende a serviços de medicina nuclear. Trata-se de especialidade clínica que, utilizando métodos seguros e não invasivos, emprega materiais radioativos com finalidade diagnóstica (por imagem) e terapêutica, em diversas áreas como cardiologia, oncologia, hematologia, neurologia, entre outras. Nesse segmento, a Companhia oferece serviços de fabricação de reagentes liofilizados (*ou cold kits*) e manipulação e distribuição de doses individuais e prontas de radiofármacos, que permitem visualizar processos fisiológicos de forma não invasiva. A Companhia é atualmente a única prestadora de serviços a apresentar solução completa em radiofarmácia, atendendo a mais de 400 clínicas e hospitais com serviços de medicina nuclear, distribuídos em todo o território nacional, com 60 mil pacientes atendidos por ano. **GSH CORP - Principais informações financeiras consolidadas** No exercício social de 2023, a receita bruta da Companhia foi de R$601,3 milhões, 11,8% superior ao exercício social de 2022. A receita bruta da GSH Corp é composta pela receita proveniente dos segmentos de hemoterapia e terapia celular e o de radiofarmácia. O crescimento da receita líquida entre os anos de 2023 e 2022 foi devido, principalmente, (i) ao crescimento no número de leitos atendidos no segmento de Hemoterapia, (ii) de volume de vendas do segmento de Radiofarmácia e (iii) do reajuste de preço em ambos os segmentos de negócio. O segmento de hemoterapia e terapia celular representou 83,1% da receita bruta de 2023, somando R$510,1 milhões no período. O segmento de radiofarmácia representou 16,9% da receita bruta, atingindo R$104,0 milhões, considerando R$12,7 milhões de vendas entre as empresas. Entre os exercícios sociais houve um crescimento de 2p.p na representatividade do segmento de Radiofarmácia. Os custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas são compostos majoritariamente pelas contas de pessoal, materiais, exames, serviços de terceiros e aluguéis. Encerramos o exercício com 12 bancos de sangue, 128 agencias transfusionais, 2 radiofarmácias centralizadas e 1 fábrica de Cold Kits. Em 2023, os custos totalizaram R$319,6 milhões, registrando crescimento de 8,2% quando comparado com 2022. Diante do exposto acima, o Lucro Bruto do exercício totalizou R$211,7 milhões e 39,8% de margem bruta, com uma expansão de margem de 1,9 p.p. As despesas gerais e administrativas, incluindo depreciação e amortização, totalizaram R$124,4 milhões ante a R$105,7 milhões em 2022, representando 23% da receita líquida. No exercício social de 2022, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a celebração dos contratos relativos ao 1º Programa de Outorga de Ações Restritas e, com isso, estabeleceu as condições para a entrega de ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal da Companhia aos administradores e empregados com período de vesting de sete anos. O impacto em 2023 foi de R$28,7 milhões no resultado de 2023 e de R$0,7 milhões no resultado de 2022. Em 2023, o resultado financeiro foi negativo em R$80,4 milhões, apresentando alta de 27,4% frente ao ano anterior. O lucro líquido da Companhia encerrou o ano em R$13,3 milhões. A tabela abaixo considera apenas o resultado da Companhia para os dois últimos anos e a evolução trimestral do último exercício social.

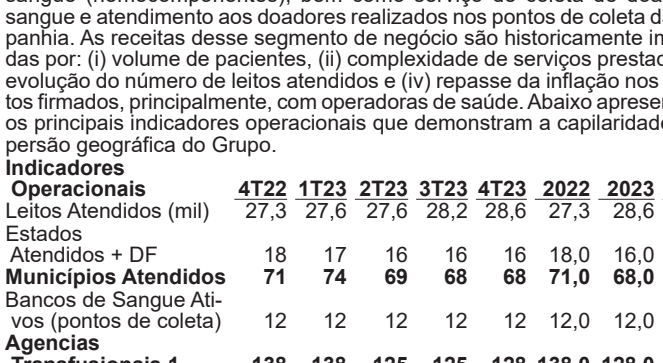
Indicadores Financeiros Consolidados (em R$ milhões)	1T22	2T22	3T22	4T22	1T23	2T23	3T23	4T23	2022	2023	Var.%
Receita Bruta	**127,9**	**135,9**	**139,4**	**134,9**	**137,8**	**149,5**	**158,4**	**155,6**	**538,1**	**601,3**	**11,8%**
Receita líquida	**113,1**	**120,2**	**122,9**	**120,2**	**121,7**	**132,2**	**140,1**	**137,4**	**476,4**	**531,3**	**11,5%**
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	-69,2	-75,2	-76,0	-74,9	-74,8	-78,7	-82,0	-84,1	-295,3	-319,6	8,2%
Lucro bruto	**43,9**	**45,0**	**46,9**	**45,3**	**46,9**	**53,4**	**58,1**	**53,4**	**181,1**	**211,7**	**16,9%**
Margem bruta	38,8%	37,4%	38,2%	37,7%	38,5%	40,4%	41,4%	38,8%	38,0%	39,8%	1,9p.p
Despesas gerais e administrativas	-25,2	-26,4	-22,6	-31,5	-25,4	-27,2	-28,7	-43,1	-105,7	-124,4	17,7%
Outras despesas operacionais/ Equivalência Patrimonial	0,7	-0,9	0,3	1,8	1,4	0,9	0,7	5,3	1,8	8,4	361,8%
Lucro operacional	**19,4**	**17,6**	**24,7**	**15,5**	**22,8**	**27,2**	**30,1**	**15,6**	**77,2**	**95,7**	**23,9%**
Resultado financeiro	-13,0	-15,3	-16,8	-17,9	-18,5	-19,0	-21,1	-21,8	-63,1	-80,4	27,4%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	6,4	2,3	7,8	-2,4	4,4	8,2	9,0	-6,2	14,1	15,3	8,5%
Imposto de renda e contribuição social	-1,1	-1,3	-4,5	3,5	-1,0	-2,2	-2,0	3,3	-3,3	-2,0	-39,8%
Prejuízo das operações descontinuadas	-0,5	-0,1	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	-0,4	0,0	n.a.
Lucro líquido do período	4,8	0,9	3,4	1,3	3,3	5,9	7,0	-2,9	10,4	13,3	27,6%
Margem Líquida	4,3%	0,7%	2,7%	1,1%	2,7%	4,5%	5,0%	-2,1%	2,2%	2,5%	0,4p.p

GSH CORP - Endividamento Ao final do exercício social, o saldo da dívida bruta, correspondente a soma dos saldos de empréstimos, financiamentos, debêntures e contas a pagar por aquisição, foi de R$601,6 milhões. A posição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia, incluindo títulos e valores mobiliários, foi de R$168,6 milhões. Como resultado, a dívida líquida da Companhia encerrou o ano em R$433,0 milhões. Reduzindo o indicador de alavancagem financeira, dívida líquida / Ebtida, para 2,8x em 31 de dezembro de 2023. Em 2023, a Companhia alongou o seu cronograma de endividamento para o prazo médio de 3,8 anos. A Companhia reitera que durante a vigência da segunda emissão de debênture (GGSH12) até o encerramento do exercício social de 2023, observou o cumprimento dos Índices financeiros conforme demonstrado no quadro abaixo.

Indicadores Financeiros Consolidados (em R$ milhões)	2021	1T22	2T22	3T22	4T22	1T23	2T23	3T23	4T23	2022	2023	Var.%
Composição da Dívida												
Empréstimo e Financiamentos	476,5	54,8	54,4	54,2	53,8	41,0	25,9	138,3	130,2	53,8	130,2	141,9%
Debêntures	31,6	370	362	446,5	434,8	448,2	437,0	449,4	464,0	434,8	464,0	6,7%
Contas a pagar por aquisições*								11,0	7,4	0,0	7,4	n.a.
Dívida Bruta	**508,2**	**424,8**	**416,4**	**500,6**	**488,6**	**489,2**	**462,9**	**598,7**	**601,6**	**488,6**	**601,6**	**23,1%**
Caixa e Equivalentes de caixa, Títulos e valores mobiliários	112,6	83,8	75,3	157,7	123,0	115,9	85,5	186,9	168,6	123,0	168,6	37,0%
Dívida Líquida	**395,6**	**341,1**	**341,2**	**342,9**	**365,6**	**373,3**	**377,5**	**411,7**	**433,0**	**365,6**	**433,0**	**18,4%**
Ebitda LTM (Escritura)	125,0	115,8	100,9	98,8	106,5	115,8	133,0	145,7	157,1	106,5	157,1	47,5%
Divida Líquida (Escritura)	395,6	341,1	341,2	342,9	365,6	373,3	377,5	411,7	433,0	365,6	433,0	18,4%
Dívida Líquida / Ebitda	**3,2**	**2,9**	**3,4**	**3,5**	**3,4**	**3,2**	**2,8**	**2,8**	**2,8**	**3,4**	**2,8**	

(1) Dívida Bruta é uma medida não contábil elaborada pela Companhia, e corresponde aos saldos, ativos e passivos, das debêntures, empréstimos e financiamentos e contas a pagar por aquisição. A Dívida Bruta não é uma medida reconhecida de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável à Dívida Bruta elaborada por outras empresas. (2) Dívida Líquida/Caixa Líquido é uma medida não contábil elaborada pela Companhia, e corresponde ao saldo da Dívida Bruta, líquido dos saldos de caixa e equivalentes de caixa. A Dívida Líquida/Caixa Líquido não é uma medida reconhecida de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável à Dívida Líquida/Caixa Líquido elaborada por outras empresas. (3) Ebitda LTM (Escritura) significa o lucro líquido ajustado pelo resultado financeiro líquido, das despesas de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, das depreciações e amortizações, acrescidos de (i) provisão para créditos de liquidação duvidosa;(ii) (ganho), ou prejuízo na alienação de imobilizado e intangível; (iii) resultado de controladas reconhecido por equivalência patrimonial; (iv) (reversão), ou provisão para contingências;(v) despesas com pagamentos baseados em opções de ações ou ações concedidas aos executivos; e (vi) (ganho), ou perda impairment por valor justo / atualização de ativos (sem efeito caixa), sendo que poderá ser considerado o EBITDA corrente dos últimos 12 meses à data de apuração. * Incluído após alteração na escritura da debênture de 2º emissão deliberada na AGD realizada em 01 de agosto de 2023. Em relação ao perfil da dívida, 99,7% estava atrelado ao CDI. O gráfico abaixo ilustra o cronograma de amortização correspondente à soma das parcelas relativas ao principal e juros dos empréstimos e financiamentos e debêntures, sem os custos de transação.

Cronograma de amortização do Endividamento (R$ milhões)



Classificação de Risco

Em 08 de dezembro de 2023, a Fitch Ratings afirmou o Rating Nacional de Longo Prazo 'AA(bra)' à GSH CORP e à sua segunda emissão de debêntures. A perspectiva do rating corporativo é estável. **GSH CORP - Resultado por segmento de negócio** Abaixo reproduzimos a nota explicativa 29 da demonstração financeira individual e consolidada da GSH CORP.

Nota Explicativa 29	Hemoterapia e terapia celular	Radiofarmácia	Total dos segmentos	Eliminações (*)	Consolidado
Receita bruta	**510.077**	**103.986**	**614.063**	**-12.755**	**601.308**
Receita líquida (**)	**455.314**	**88.781**	**544.095**	**-12.755**	**531.340**
Gastos com pessoal	-127.500	-16.037	-143.537	-	-143.537
Pagamento baseado em ações	-28.005	-	-28.005	-	-28.005
Materiais, exames e hemocomponentes	-82.554	-35.899	-118.453	12.755	-105.698
Serviços de terceiros e aluguéis	-115.379	-11.857	-127.236	-	-127.236
Depreciação e amortização	-25.683	-3.641	-29.324	-	-29.324
Equivalência patrimonial	59.978	-	59.978	-58.437	1.541
Receitas financeiras	18.586	2.056	20.642	-6.252	14.390
Despesas financeiras	-93.631	-2.390	-96.021	1.274	-94.747
Imposto de renda e contribuição social	4.460	-6.472	-2.012	-	-2.012
Outros montantes que impactam o lucro	-3.783	372	-3.411	-	-3.411
Lucro líquido do exercício	**61.803**	**14.913**	**76.716**	**-63.415**	**13.301**
Reconciliação Ebitda					
Lucro líquido	**61.803**	**14.913**	**76.716**	**-63.415**	**13.301**
(+) Resultado financeiro	75.045	334	75.379	4.978	80.357
(+/-) Imposto de renda e contribuição social	-4.460	6.472	2.012	-	2.012
(+) Depreciação e amortização	25.683	3.641	29.324	-	29.324
EBITDA (1)	**158.071**	**25.360**	**183.431**	**-58.437**	**124.994**
Receita líquida	455.314	88.781	544.095	-12.755	531.340
Margem EBITDA (%) (2)	34,7%	28,6%	33,7%	n.a	23,5%
(+) Pagamento baseado em ações	28.005		28.005	-	28.005
EBITDA Ajustado	**186.076**	**25.360**	**211.436**	**-58.437**	**152.999**
Receita líquida	455.314	88.781	544.095	-12.755	531.340
Margem EBITDA Ajustado(%)	40,9%	28,6%	38,9%	n.a	28,8%
Eliminações do segmento de Radiofarmácia					
Eliminações do segmento de Hemoterapia e Terapia Celular					
Eliminações em ambos os segmentos de negócios					

(1) EBITDA é uma medida não contábil e corresponde ao lucro (prejuízo) líquido ajustado pelo resultado financeiro, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelos custos e despesas de depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida contábil reconhecida pelo BR GAAP ou pelo IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável ao EBITDA elaborado por outras empresas. O EBITDA não deve ser considerado isoladamente ou como substituto para o lucro líquido, lucro operacional ou para o fluxo de caixa operacional da Companhia, base de distribuição de dividendos ou indicador de liquidez, desempenho operacional ou capacidade de pagamento. (2) Margem EBITDA é uma medida não contábil elaborada pela Companhia e corresponde à divisão do EBITDA pela receita líquida. A Margem EBITDA não é uma medida contábil reconhecida pelo BR GAAP ou pelo IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável à Margem EBITDA elaborada por outras empresas. A Margem EBITDA não deve ser considerada isoladamente ou como substituto para o lucro líquido, lucro operacional ou para o fluxo de caixa operacional da Companhia, base de distribuição de dividendos ou indicador de liquidez, desempenho operacional ou capacidade de pagamento. **GSH Corp - Hemoterapia e Terapia Celular** No segmento de hemoterapia e terapia celular as receitas são oriundas, principalmente, da prestação de serviços no segmento de hemoterapia e terapia celular, incluindo a captação, tratamento, logística, sorologia e transfusão de sangue (hemocomponentes), bem como serviço de coleta de doação de sangue e atendimento aos doadores realizados nos pontos de coleta da Companhia. As receitas desse segmento de negócio são historicamente impactadas por: (i) volume de pacientes, (ii) complexidade de serviços prestados, (iii) evolução do número de leitos atendidos e (iv) repasse da inflação nos contratos firmados, principalmente, com operadoras de saúde. Abaixo apresentamos os principais indicadores operacionais que demonstram a capilaridade e dispersão geográfica do Grupo.

Indicadores Operacionais	4T22	1T23	2T23	3T23	4T23	2022	2023	Var.%
Leitos Atendidos (mil)	27,3	27,6	27,6	28,2	28,6	27,3	28,6	4,4%
Estados Atendidos + DF	18	17	16	16	16	18,0	16,0	-11,1%
Municípios Atendidos	**71**	**74**	**69**	**68**	**68**	**71,0**	**68,0**	**-4,2%**
Bancos de Sangue Ativos (pontos de coleta)	12	12	12	12	12	12,0	12,0	0,0%
Agencias Transfusionais 1	**138**	**138**	**125**	**125**	**128**	**138,0**	**128,0**	**-7,2%**

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 a receita bruta do segmento de hemoterapia e terapia celular foi de R$ 510,1 milhões, registrando um crescimento de 12,2%, período que alcançou R$ 454,5 milhões de receita bruta. **Radiofarmácia** O segmento de radiofarmácia da Companhia está inserido na área de medicina nuclear, que consiste em uma especialidade clínica que, utilizando métodos seguros e não invasivos, emprega materiais radioativos em diversas áreas como cardiologia, oncologia, hematologia, neurologia, entre outras, como ferramenta para acessar o funcionamento dos órgãos e tecidos vivos, realizando imagens, diagnósticos e, também, tratamentos. A Companhia oferece tais serviços e soluções completas às clínicas e hospitais com serviços de medicina nuclear. As receitas são oriundas principalmente da (i) fabricação e comercialização de Cold Kits, os quais são produzidos pela Companhia em sua fábrica localizada na cidade de Porto Alegre (RS) e são utilizados em exames SPECT e PET e (ii) manipulação e distribuição de doses personalizadas de radiofármacos. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía uma Radiofarmácia Centralizada ativa em São Paulo e uma Radiofarmácia Centralizada no Rio de Janeiro, inaugurada em 2022. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 a receita bruta do segmento de negócio Radiofarmácia foi de R$104,0 milhões, registrando um crescimento de 14% em relação a 2022 período que registrou R$ 91,2 milhões de receita bruta. É relevante destacar que durante o ano de 2023, assinamos um acordo de investimento neste segmento, o qual tem por objetivo ampliar significativamente nosso posicionamento no segmento de medicina nuclear. A parceria prevê também o desenvolvimento conjunto de pesquisas e inovações na área, visando oferecer soluções ainda mais avançadas e personalizadas aos nossos clientes e parceiros na área da saúde. Essa iniciativa reflete nosso compromisso contínuo com a excelência e inovação no setor de medicina nuclear. O acordo consistiu, em síntese, na subscrição pela GSH de novas ações do capital da R2IBF, integralizadas mediante o aporte ao capital da R2IBF (i) da totalidade das participações societárias das subsidiárias da GSH voltadas ao segmento de medicina nuclear (MJM e RPH); e (ii) do valor adicional de R$ 5.561.839,00 (cinco milhões, quinhentos e sessenta e um mil, oitocentos e trinta e nove reais) desembolsados na data da assinatura dos documentos finais em 23 de fevereiro de 2024. Em decorrência da consumação da Operação, a GSH tornou-se titular da maioria das ações ordinárias do capital social total e votante da R2IBF. As demais ações do capital social da R2IBF são detidas pela R2 IBF Holding Participações S/A, sociedade formada pelos acionistas que controlavam a R2IBF. Nesta mesma data, foi assinado o acordo de acionistas da R2IBF, entre a GSH e a R2 IBF Holding Participações S/A, o qual regulará o exercício dos direitos políticos e patrimoniais na qualidade de acionistas da R2IBF. A consumação da Operação resultará no aumento do portfólio de produtos e serviços oferecidos pela GSH no segmento de medicina nuclear, o que é reforçado inclusive pelas quatro plantas da R2IBF estrategicamente localizadas nas cidades de São José do Rio Preto/SP, Duque de Caxias/RJ, Curitiba/PR e em Vitória do Santo Antão/PE. **Gente e Gestão** A GSH CORP considera que o reconhecimento de sua excelência em hemoterapia, terapia celular e radiofarmácia se deve à qualificação de sua equipe de profissionais. Por isso, desde o início de suas atividades, a Companhia tem sido bem-sucedida em atrair e reter capital intelectual diferenciado, multidisciplinar, contando com renomados farmacêuticos, biomédicos e biologistas e mantendo longevas parcerias com médicos. A Companhia realiza investimentos contínuos nos programas de captação e desenvolvimento de profissionais, assim como em equipes alocadas em hospitais e clínicas parceiros, registrando mais de 12mil horas de treinamentos operacionais e 5mil horas de treinamentos corporativos em 2023. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia contava com 1.909 profissionais no seu quadro de colaboradores, em linha com 31 de dezembro de 2022 que a Companhia contava com 2004 profissionais. As práticas de remuneração e benefícios, incluem remuneração fixa e variável, em decorrência de metas de desempenho. No ano de 2022 o Conselho de Administração da Companhia aprovou o 1º Programa de Outorga de Ações Restritas e, com início de vigência em dezembro de 2022, e estabeleceu as condições para a entrega de ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal da Companhia aos administradores e empregados, a exclusivo critério da Companhia. **Relacionamento com os auditores independentes** [Em consonância à determinação da Instrução CVM 381/2003, informamos que a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. é contratada pela Companhia para serviços de auditoria externa e, para efeito da Instrução Normativa CVM 381/2003, declaramos que, no período findo em 31 de dezembro de 2023, além destes serviços, houve a contratação da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. para prestação de serviços de due diligence financeira, contábil, trabalhista, previdenciária e fiscal. Os referidos serviços foram contratados por prazo inferior a um ano. A Companhia entende que, pela natureza do serviço contratado e sua representatividade comparada aos serviços de auditoria externa, não há conflito de interesse ou perda de independência em relação ao trabalho dos auditores.

Anexos - Fluxo de Caixa Contábil

	Consolidado	
R$ mil	**01/01/2023 a 31/12/2023**	**01/01/2022 a 31/12/2022**
Lucro (prejuízo) do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social das operações em continuidade	**15.313**	**14.115**
Prejuízo do exercício das operações descontinuadas	-38	-375
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	29.324	25.689
Alienação de ativos imobilizados e intangíveis	294	14
Baixa de arrendamentos	-27	-85
Provisão (reversão) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, líquido	-674	-1.129
Equivalência patrimonial	-1.541	-1.267
Provisão para descartes de hemocomponentes	-335	585
Provisão para perdas de crédito esperadas e glosas	25.608	22.698
Remensuração contraprestação contingente	-1.805	-1.306
Pagamento baseado em ações	28.005	712
Atualizações monetárias, rendimento títulos e valores mobiliários, juros sobre empréstimos, debêntures e arrendamento	85.236	71.781
Variações dos ativos e passivos:		
Contas a receber de clientes	-70.562	-43.664
Estoques	-2.708	-2.742
Tributos a recuperar	-5.696	-2.915
Despesas antecipadas	-3.917	-4.474
Depósitos judiciais	338	-187
Partes relacionadas	-	-
Outros ativos	-172	2.161
Fornecedores e outras contas a pagar	13.504	1.066
Obrigações fiscais	-2.599	1.987
Obrigações trabalhistas	7.537	2.392
Pagamento de riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-783	-
Outros passivos	-148	-71
Variações de ativos e passivos de operações descontinuadas	-	-1.879
Caixa gerado pelas atividades operacionais	**114.154**	**83.106**
Pagamento de juros de empréstimos e debêntures	-75.432	-58.556
Pagamento de Prêmio Flat sobre debêntures	-2.160	-
Pagamento de juros sobre arrendamento	-2.151	-2.266
Pagamento de juros sobre mútuos	-1.066	-
Recebimento de juros sobre debêntures	-	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	-20.369	-15.836
Caixa líquido gerado (aplicado nas) pelas atividades operacionais	**12.976**	**6.448**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de ativos imobilizados	-33.158	-17.986
Aquisições de ativos intangíveis	-28.050	-15.837
AFAC/ Aumento de capital em controladas	-	-
Debêntures concedidas	-	-
Dividendos recebidos	1.170	900
Pagamento de contas a pagar por aquisição	-1.635	-5.379
Aquisições de títulos e valores mobiliários	-30.136	-10.452
Caixa oriundo de incorporação de controladas	-	-
Caixa líquido aplicado nas pelas atividades de investimentos	-91.809	-48.754
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos/Debêntures	221.432	68.262
Pagamento de principal de empréstimos/Debêntures	-123.185	-1.554
Pagamento de principal dos arrendamentos	-5.099	-2.999
Captação de mútuo com acionistas	15.000	-
Pagamento de mútuo com acionistas	-15.000	-
Pagamento de dividendos	-2.308	-101
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	**90.840**	**63.608**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**12.007**	**21.302**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	112.554	91.252
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**124.561**	**112.554**

Anexos - Balanço Patrimonial

R$ mil	31/12/23	31/12/22
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	124.561	112.554
Títulos e valores mobiliários	44.007	10.452
Contas a receber de clientes	195.383	150.057
Estoques	22.744	19.701
Tributos a recuperar	7.365	3.890
Despesas antecipadas	16.159	11.493
	410.219	**308.147**
Ativos de operações descontinuadas		22
	410.219	**308.169**
Não circulante		
Contas a receber de clientes	946	1.318
Impostos diferidos	31.865	14.368
Impostos a recuperar	3.661	1.440
Despesas antecipadas	-	749
Partes relacionadas	-	-
Debêntures	-	-
Depósitos judiciais	405	743
Outros ativos	386	214
Investimentos	8.492	8.130
Imobilizado	121.645	93.306
Intangível	324.407	304.236
	491.807	**424.504**
Total do ativo	**902.026**	**732.673**

(Continua...)

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 45B5-643A-8486-7299.

GSH CORP PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ Nº 08.397.078/0001-01

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

R$ mil	31/12/23	31/12/22
Passivo		
Circulante		
Fornecedores e outras contas a pagar	68.802	42.798
Empréstimos e financiamentos	5.666	51.307
Debêntures	150.877	9.609
Obrigações por arrendamento	5.324	3.992
Contas a pagar por aquisições	4.287	1.709
Obrigações fiscais	20.598	23.511
Obrigações trabalhistas	33.574	22.356
Dividendos a pagar	3.573	2.517
Outros passivos	566	536
	293.267	**158.335**
Passivos de operações descontinuadas	-	887
	293.267	**159.222**
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos	124.500	2.496
Debêntures	313.119	425.237
Obrigações por arrendamento	19.962	22.000
Contas a pagar por aquisições	3.134	8.815
Obrigações fiscais	735	1.054
Obrigações trabalhistas	7.776	-
Impostos diferidos	660	-
Partes relacionadas	-	-
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	562	1.778
Outros passivos	238	330
Total do passivo	**470.686**	**461.710**
Patrimônio líquido		
Capital social	93.525	93.525
Ações em tesouraria	-4.439	-4.439
Reserva para pagamento baseado em ações	17.131	583
Reservas de lucros	20.087	18.037
Transações entre acionistas	286	734
Dividendos adicionais propostos	7.152	-
Patrimônio líquido dos acionistas controladores	133.742	108.440
Participação dos acionistas não controladores	4.331	3.301
Total do patrimônio líquido	138.073	111.741
Total do passivo e do patrimônio líquido	**902.026**	**732.673**

Demonstrações dos resultados - visão gerencial

Resultado Pro-forma (R$/mil)	2022					2023				
	1T22	2T22	3T22	4T22	2022	1T23	2T23	3T23	4T23	2023
Receita bruta de serviços prestados e de produtos	**127,9**	**135,9**	**139,4**	**134,9**	**538,1**	**137,8**	**149,5**	**158,4**	**155,6**	**601,3**
(-) Deduções	-14,9	-15,7	-16,4	-14,7	-61,7	-16,2	-17,4	-18,3	-18,1	-70,0
Receitas líquidas de vendas e serviços	**113,1**	**120,2**	**122,9**	**120,2**	**476,4**	**121,7**	**132,2**	**140,1**	**137,4**	**531,3**
(-) Custo dos serviços prestados e produtos vendidos	-69,2	-75,2	-76,0	-74,9	-295,3	-74,8	-78,7	-82,0	-84,1	-319,6
Lucro bruto	**43,9**	**45,0**	**46,9**	**45,3**	**181,1**	**46,9**	**53,4**	**58,1**	**53,4**	**211,7**
Margem bruta (%)	39%	37%	38%	38%	38%	39%	40%	41%	39%	40%
Despesas gerais e administrativas	-25,2	-26,4	-22,6	-31,5	-105,7	-24,7	-27,2	-28,7	-43,8	-124,4
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	0,3	-1,3	0,1	1,5	0,5	0,3	0,6	0,3	5,6	6,8
Equivalência patrimonial	0,4	0,4	0,3	0,3	1,3	0,3	0,4	0,4	0,4	1,5
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro, IR e CSLL	**19,4**	**17,6**	**24,7**	**15,5**	**77,2**	**22,8**	**27,2**	**30,1**	**15,6**	**95,7**
Margem operacional (%)	17%	15%	20%	13%	16%	19%	21%	21%	11%	68%
Resultado Financeiro	**-13,0**	**-15,3**	**-16,8**	**-17,9**	**-63,1**	**-18,5**	**-19,0**	**-21,1**	**-21,8**	**-80,4**
Receitas financeira	2,1	2,7	2,2	3,1	10,1	3,0	2,5	4,1	4,8	14,4
Despesas financeiras	-15,1	-18,0	-19,1	-21,0	-73,1	-21,5	-21,5	-25,2	-26,6	-94,7
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	**6,4**	**2,3**	**7,8**	**-2,4**	**14,1**	**4,4**	**8,2**	**9,0**	**-6,2**	**15,3**
Margem LAIR (%)	6%	2%	6%	-2%	3%	4%	6%	6%	-5%	11%
Imposto de renda e contribuição social	-1,1	-1,3	-4,5	3,5	-3,3	-1,0	-2,2	-2,0	3,3	-2,0
Lucro (prejuízo) líquido das operações em continuidade	**5,3**	**1,0**	**3,3**	**1,1**	**10,8**	**3,3**	**6,0**	**7,0**	**-2,9**	**13,3**
Margem líquida (%)	5%	7%	3%	7%	2%	3%	0%	5%	-2%	
Lucro (prejuízo) líquido das operações descontinuadas	**-0,5**	**-0,1**	**0,0**	**0,2**	**-0,4**	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**0,0**
Lucro (prejuízo) líquido	**4,8**	**0,9**	**3,4**	**1,3**	**10,4**	**3,3**	**5,9**	**7,0**	**-2,9**	**13,3**
Reconciliação do Ebitda										
Lucro (prejuízo) líquido	**4,8**	**0,9**	**3,4**	**1,3**	**10,4**	**3,3**	**5,9**	**7,0**	**-2,9**	**13,3**
(+) Resultado financeiro	13,0	15,3	16,8	17,9	63,1	18,5	19,0	21,1	21,8	80,4
(+/-) Imposto de renda e contribuição social	1,1	1,3	4,5	-3,5	3,3	1,0	2,2	2,0	-3,3	2,0
(+) Depreciação e amortização	5,9	6,2	6,0	7,6	25,7	6,6	7,3	7,4	7,9	29,3
EBITDA	**24,8**	**23,7**	**30,7**	**23,3**	**102,5**	**29,5**	**34,4**	**37,5**	**23,5**	**125,0**
Margem Ebitda (%)	22%	20%	25%	19%	22%	25%	26%	27%	17%	
Lucro (prejuízo) líquido das operações descontinuadas	0,5	0,1	0,0	-0,2	0,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Efeitos não recorrentes/ RSU	-	-	-	0,7	0,7	5,3	5,4	5,5	11,8	28,0
EBITDA Recorrente	**25,3**	**23,8**	**30,7**	**23,8**	**103,6**	**34,8**	**39,8**	**43,0**	**35,3**	**153,0**
Margem Ebitda (%)	22%	19,8%	25,0%	19,8%	21,7%	28,6%	33,1%	30,7%	25,2%	109,2%
Ajustes Escritura Debênture	**0,2**	**-0,5**	**-0,7**	**4,5**	**3,6**	**5,3**	**6,1**	**5,2**	**15,4**	**32,0**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	0,4	0,3	0,3	4,3	5,3	0,3	0,9	0,5	4,3	6,0
Provisão/Reversão de Contingencias	0,2	-0,4	-0,7	-0,2	-1,1	0,1	-0,1	-0,3	-0,2	-0,7
(ganho), ou prejuízo na alienação de imobilizado e intangível	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,3	0,0	0,0	0,3
Resultado de controladas reconhecido por equivalência patrimonial;	-0,4	-0,4	-0,3	-0,3	-1,3	-0,3	-0,4	-0,4	-0,4	-1,5
Despesas com pagamentos baseados em opções de ações ou ações concedidas aos executivos;	0,0	0,0	0,0	0,7	0,7	5,3	5,4	5,5	11,8	28,0
(ganho), ou perda impairment por valor justo / atualização de ativos (sem efeito caixa)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Ebitda LTM (Escritura)	**115,8**	**100,9**	**98,8**	**106,5**	**102,5**	**115,8**	**133,0**	**145,7**	**157,0**	**551,5**
Dívida Líquida escritura (GSH)	**341,1**	**340,3**	**342,0**	**365,6**	**433,0**	**373,3**	**377,5**	**411,7**	**433,0**	**433,0**
Dívida Líquida / Ebitda	**2,9**	**3,4**	**3,5**	**3,4**	**4,2**	**3,22**	**2,84**	**2,8**	**2,8**	**2,8**

Demonstrações dos resultados - visão contábil

Consolidado

R$ mil	1T23	2T23	2T23	2T22	3T23	3T22	4T23	4T22	2023	2022
Receita líquida	**121.652**	**113.065**	**132.171**	**120.164**	**140.074**	**122.933**	**137.443**	**120.196**	**531.340**	**476.358**
Custos dos serviços prestados	-71.286	-66.433	-74.935	-72.814	-77.907	-71.394	-80.131	-67.884	-304.259	-278.525
Custos das mercadorias vendidas	-3.496	-2.727	-3.798	-2.399	-4.107	-4.610	-3.948	-7.002	-15.349	-16.738
Lucro bruto	**46.870**	**43.905**	**53.438**	**44.951**	**58.060**	**46.929**	**53.364**	**45.310**	**211.732**	**181.095**
Despesas gerais e administrativas	-25.438	-25.179	-27.195	-26.379	-28.720	-22.611	-43.072	-31.549	-124.425	-105.718
Outras receitas operacionais	1.055	278	554	-1.311	338	86	4.875	1.491	6.822	544
Equivalência patrimonial	339	373	384	363	400	253	418	278	1.541	1.267
Lucro operacional	**22.826**	**19.377**	**27.181**	**17.624**	**30.078**	**24.657**	**15.585**	**15.530**	**95.670**	**77.188**
Resultado financeiro	-18.473	-13.014	-19.014	-15.313	-21.078	-16.849	-21.792	55.239	-80.357	-63.073
Receitas financeiras	3.111	2.113	2.498	2.654	4.122	2.202	4.659	-80.105	14.390	10.063
Despesas financeiras	-21.584	-15.127	-21.512	-17.967	-25.200	-19.051	-26.451	-10.928	-94.747	-73.136
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	**4.353**	**6.363**	**8.167**	**2.311**	**9.000**	**7.808**	**-6.207**	**-2.367**	**15.313**	**14.115**
Imposto de renda e contribuição social	-1.045	-1.051	-2.199	-1.306	-2.042	-4.460	3.274	3.475	-2.012	-3.342
Lucro líquido do período das operações continuadas	**3.308**	**5.312**	**5.968**	**1.005**	**6.958**	**3.348**	**-2.933**	**1.108**	**13.301**	**10.773**
Prejuízo do período das operações descontinuadas	-19	-506	-19	-109	-	10	-	230	-38	-375
Lucro líquido do período	**3.289**	**4.806**	**5.949**	**896**	**6.958**	**3.358**	**-2.933**	**1.338**	**13.263**	**10.398**

BALANÇOS PATRIMONIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (EM MILHARES DE REAIS)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	**64.176**	54.623	**124.561**	112.554
Títulos e valores mobiliários	5	**31.192**	-	**44.007**	10.452
Contas a receber de clientes	6	**74.923**	31.849	**195.383**	150.057
Estoques	7	**3.977**	2.765	**22.744**	19.701
Tributos a recuperar		**3.093**	2.353	**7.365**	3.890
Despesas antecipadas	8	**9.085**	2.172	**16.159**	11.493
Partes relacionadas	25	**8.807**	11.095	**-**	-
Debêntures a receber	25.1	**1.208**	-	**-**	-
Dividendos a receber	25	**6.300**	2.065	**-**	-
Juros sobre capital próprio a receber	25	**7.705**	4.347	**-**	-
		210.466	111.269	**410.219**	308.147
Ativos de operações descontinuadas	28	**-**	-	**-**	22
		210.466	111.269	**410.219**	308.169
Não circulante					
Contas a receber de clientes	6	**36**	-	**946**	1.318
Impostos diferidos	24	**26.536**	10.861	**31.865**	14.368
Tributos a recuperar		**-**	-	**3.661**	1.440
Despesas antecipadas	8	**-**	-	**-**	749
Partes relacionadas	25	**-**	7.046	**-**	-
Debêntures a receber	25.1	**34.000**	-	**-**	-
Depósitos judiciais		**67**	26	**405**	743
Outros ativos		**-**	-	**386**	214
Investimentos	9	**332.268**	337.222	**8.492**	8.130
Imobilizado	10	**9.560**	10.154	**121.645**	93.306
Intangível	11	**187.910**	148.444	**324.407**	304.236
		590.377	513.753	**491.807**	424.504
Total do ativo		**800.843**	625.022	**902.026**	732.673

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Passivo					
Circulante					
Fornecedores e outras contas a pagar	12	**29.242**	8.510	**68.802**	42.798
Empréstimos e financiamentos	13	**5.332**	49.753	**5.666**	51.307
Debêntures	14	**150.877**	9.609	**150.877**	9.609
Obrigações por arrendamento	15	**765**	704	**5.324**	3.992
Contas a pagar por aquisições	16	**4.287**	224	**4.287**	1.709
Obrigações fiscais	17	**3.954**	3.567	**20.598**	23.511
Obrigações trabalhistas	18	**25.252**	7.891	**33.574**	22.356
Dividendos a pagar		**2.866**	2.308	**3.573**	2.517
Outros passivos		**-**	-	**566**	536
		222.575	82.566	**293.267**	158.335
Passivos de operações descontinuadas	28	**-**	865	**-**	887
		222.575	83.431	**293.267**	159.222
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	**123.963**	-	**124.500**	2.496
Debêntures	14	**313.119**	425.237	**313.119**	425.237
Obrigações por arrendamento	15	**1.153**	1.659	**19.962**	22.000
Contas a pagar por aquisições	16	**693**	4.568	**3.134**	8.815
Obrigações fiscais	17	**209**	75	**735**	1.054
Obrigações trabalhistas	18	**5.196**	-	**7.776**	-
Impostos diferidos	24	**-**	-	**660**	-
Partes relacionadas	25	**-**	1.606	**-**	-
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	19	**193**	6	**562**	1.778
Outros passivos		**-**	-	**238**	330
		444.526	433.151	**470.686**	461.710
Total do passivo		**667.101**	516.582	**763.953**	620.932
Patrimônio líquido					
Capital social	20.1	**93.525**	93.525	**93.525**	93.525
Ações em tesouraria		**(4.439)**	(4.439)	**(4.439)**	(4.439)
Reserva para pagamento baseado em ações		**17.131**	583	**17.131**	583
Reservas de lucros		**20.087**	18.037	**20.087**	18.037
Transações entre acionistas		**286**	734	**286**	734
Dividendos adicionais propostos		**7.152**	-	**7.152**	-
Patrimônio líquido dos acionistas controladores		**133.742**	108.440	**133.742**	108.440
Participação dos acionistas não controladores		**-**	-	**4.331**	3.301
Total do patrimônio líquido		**133.742**	108.440	**138.073**	111.741
Total do passivo e do patrimônio líquido		**800.843**	625.022	**902.026**	732.673

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receita líquida	21	**154.189**	107.958	**531.340**	476.358
Custos dos serviços prestados	22	**(73.664)**	(52.090)	**(304.259)**	(278.525)
Custos das mercadorias vendidas	22	**-**	-	**(15.349)**	(16.738)
Lucro bruto		**80.525**	55.868	**211.732**	181.095
Despesas gerais e administrativas	22	**(62.870)**	(32.593)	**(124.425)**	(105.718)
Outras receitas operacionais, líquidas	22	**525**	524	**6.822**	544
Equivalência patrimonial	9.3	**53.258**	37.641	**1.541**	1.267
Lucro operacional		**71.438**	61.440	**95.670**	77.188
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	23	**10.737**	5.896	**14.390**	10.063
Despesas financeiras	23	**(87.439)**	(68.841)	**(94.747)**	(73.136)
		(76.702)	(62.945)	**(80.357)**	(63.073)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		**(5.264)**	(1.505)	**15.313**	14.115
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	24	**17.370**	11.295	**(2.012)**	(3.342)
Lucro líquido do exercício das operações continuadas		**12.106**	9.790	**13.301**	10.773
Prejuízo do exercício das operações descontinuadas		**(38)**	(70)	**(38)**	(375)
Lucro líquido do exercício		**12.068**	9.720	**13.263**	10.398
Atribuível aos:					
Acionistas controladores		**12.068**	9.720	**12.068**	9.720
Acionistas não controladores		**-**	-	**1.195**	678
Lucro por ação					
Lucro básico do exercício (em R$)	20.5	**0,0446**	0,0359		
Lucro diluído do exercício (em R$)	20.5	**0,0430**	0,0347		
Lucro básico do exercício de operações continuadas (em R$)	20.5	**0,0447**	0,0362		
Lucro diluído do exercício de operações continuadas (em R$)	20.5	**0,0432**	0,0349		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (EM MILHARES DE REAIS)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	**12.068**	9.720	**13.263**	10.398
Outros resultados abrangentes	**-**	-	**-**	-
Resultado abrangente do exercício	**12.068**	9.720	**13.263**	10.398
Atribuível aos:				
Acionistas controladores	**12.068**	9.720	**12.068**	9.720
Acionistas não controladores	**-**	-	**1.195**	678

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (EM MILHARES DE REAIS)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receitas		**167.473**	115.413	**583.315**	517.599
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	21	**172.254**	120.545	**601.308**	538.076
Outras receitas		**783**	202	**7.616**	2.221
Provisão para perdas de crédito esperadas e glosas		**(5.564)**	(5.334)	**(25.609)**	(22.698)
Insumos adquiridos de terceiros		**(67.508)**	(46.176)	**(233.886)**	(218.068)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		**(19.559)**	(19.963)	**(93.318)**	(90.894)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		**(47.887)**	(26.349)	**(141.201)**	(127.633)
Perda de valores ativos		**165**	(130)	**335**	(670)
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	19	**(218)**	266	**674**	1.129
Outros custos		**(9)**	-	**(376)**	-
Valor adicionado bruto		**99.965**	69.237	**349.429**	299.531
Depreciação e amortização	22	**(6.488)**	(6.625)	**(29.324)**	(25.689)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		**93.477**	62.612	**320.105**	273.842
Valor adicionado recebido em transferência		**63.995**	43.537	**15.931**	11.330
Receitas financeiras	23	**10.737**	5.896	**14.390**	10.063
Resultado de equivalência patrimonial	9	**53.258**	37.641	**1.541**	1.267
Valor adicionado das operações descontinuadas		**(38)**	(70)	**(38)**	(375)
Valor adicionado total a distribuir		**157.434**	106.079	**335.998**	284.797
Pessoal		**46.060**	22.563	**145.658**	125.909
Remuneração direta		**32.825**	14.737	**118.570**	100.434
Benefícios		**9.601**	5.711	**20.444**	18.814
FGTS		**3.485**	2.045	**6.264**	6.319
Outros		**149**	70	**380**	342
Impostos, taxas e contribuições		**9.819**	3.759	**79.243**	71.117
Federais		**4.959**	676	**50.035**	45.496
Estaduais		**-**	-	**8.885**	7.640
Municipais		**4.860**	3.083	**20.323**	17.981
Remuneração de capitais de terceiros		**89.487**	70.037	**97.834**	77.373
Juros		**79.036**	63.486	**84.176**	66.856
Aluguéis		**2.032**	930	**3.027**	3.925
Outras		**8.419**	5.621	**10.631**	6.592
Remuneração de capitais próprios		**12.068**	9.720	**13.263**	10.398
Dividendos mínimos obrigatórios		**2.866**	2.308	**2.866**	2.308
Lucros retidos		**9.202**	7.412	**9.202**	7.412
Lucro não controladores		**-**	-	**1.195**	678

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (EM MILHARES DE REAIS)

		Atribuível aos acionistas da Controladora										
					Reservas de lucros							
	Nota	Capital social	Ações em Tesouraria	Reserva para pagamento Baseado em ações	Reserva legal	Reserva para retenção de lucros	Reserva de investimento	Transações entre acionistas	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2022		93.525	(4.439)	-	1.164	1.161	7.111	526	-	-	99.048	3.403	102.451
Dividendos prescritos		-	-	-	-	-	1.189	-	-	-	1.189	-	1.189
Transações entre acionistas		-	-	-	-	-	-	208	-	-	208	(470)	(262)
Dividendos destinados		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(310)	(310)
Pagamento baseado em ações		-	-	583	-	-	-	-	-	-	583	-	583
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	9.720	9.720	678	10.398
Reserva legal		-	-	-	486	-	-	-	-	(486)	-	-	-
Dividendo mínimo obrigatório		-	-	-	-	-	-	-	-	(2.308)	(2.308)	-	(2.308)
Reserva de investimentos		-	-	-	-	-	6.926	-	-	(6.926)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		93.525	(4.439)	583	1.650	1.161	15.226	734	-	-	108.440	3.301	111.741
Transações entre acionistas	9.3	-	-	-	-	-	-	(448)	-	-	(448)	(165)	(613)
Pagamento baseado em ações	20.6	-	-	**16.548**	-	-	-	-	-	-	**16.548**	-	**16.548**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	12.068	**12.068**	**1.195**	**13.263**
Reserva legal	20.3	-	-	-	**603**	-	-	-	-	**(603)**	-	-	-
Dividendo mínimo obrigatório	20.2	-	-	-	-	-	-	-	-	**(2.866)**	**(2.866)**	-	**(2.866)**
Dividendo adicional proposto	20.2	-	-	-	-	-	-	-	**7.152**	**(7.152)**			
Reserva de investimentos	20.4	-	-	-	-	-	**1.447**	-	-	**(1.447)**	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**93.525**	**(4.439)**	**17.131**	**2.253**	**1.161**	**16.673**	**286**	**7.152**	**-**	**133.742**	**4.331**	**138.073**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

(Continua...)

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 45B5-643A-8486-7299.

GSH CORP PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ Nº 08.397.078/0001-01

Notas explicativas à demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

1. **Contexto operacional** A GSH Corp Participações S.A. ("Companhia" ou "Controladora") é uma sociedade anônima, localizada na Praia do Flamengo, 154, 13º andar, Flamengo, Rio de Janeiro/RJ, que tem como objeto social a prestação de serviços médico hospitalares nas áreas de hemoterapia, medicina nuclear, farmacêutica e de radiofarmácia e outros segmentos do setor de saúde, além da participação em outras sociedades, de qualquer natureza, na qualidade de sócia ou acionista, atuando como "*holding*", bem como a administração de bens próprios. A Companhia em conjunto com suas subsidiárias forma o Grupo GSH ("Grupo GSH" ou "Grupo" ou "GSH Corp"). Em 21 de junho de 2022, através de Distrato Social, a GSH Corp Participações S.A., sócia única, decide dissolver e extinguir a controlada V.B.N. Assessoria e Controle de Qualidade em Kits e Liofilizados Ltda. ("VBN"). Todas as suas operações e atividades foram encerradas em 31 de maio de 2022. A sócia nada recebeu, a título de haveres, por inexistência de saldo remanescente. Em 31 de março de 2023, a Companhia celebrou, após aprovação de seu Conselho de Administração, o Acordo de Investimentos e Outras Avenças com a R2IBF Participações S.A. ("R2IBF") e seus Acionistas, por meio do qual acordaram os termos e condições de uma operação entre suas subsidiárias voltadas ao segmento de medicina nuclear - MJM Produtos Farmacêuticos e de Radioproteção S.A ("MJM") e RPH Radiofarmacia Centralizada Ltda ("RPH") - e a R2IBF e seus acionistas ("Operação"). A R2IBF é uma importante fornecedora de radiofármacos para a Medicina Nuclear no Brasil e conta, atualmente, com cinco plantas estrategicamente localizadas nas cidades de São José do Rio Preto/SP, Duque de Caxias/RJ e em Curitiba/PR. A Companhia, com a efetivação da referida operação, será titular da maioria das ações da R2IBF e, com isso, aumentará o portfólio de produtos e serviços oferecidos no segmento de medicina nuclear. Essa transação não gerou impacto nos saldos contábeis apresentados nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. A Administração avalia que a posição consolidada de caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, em 31 de dezembro de 2023, de R$ 168.568, aliada a geração de caixa futura decorrente de suas atividades e ao processo de reestruturação que visa a otimização da estrutura societária de seus negócios (vide nota 1.1) é suficiente para atender aos compromissos financeiros já contratados para o ciclo dos próximos doze meses de operação da Companhia e, embora a posição individual da Companhia apresente capital circulante líquido negativo de R$12.109 (posição consolidada da Companhia é de capital circulante líquido positivo de R$116.952), a Administração entende que as ações acima descritas são suficientes para reverter tal cenário nos próximos doze meses. Adicionalmente, a Companhia possui esforços para a reestruturação das suas dívidas com o objetivo de alongar o perfil atual e mitigar riscos de liquidez no curto prazo. 1.1 **Incorporação de subsidiárias integrais** No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia concluiu o processo de incorporação de cinco controladas no segmento de hemoterapia. Esta é a primeira parte de um processo de reestruturação que tem por objetivo a integração dos negócios, racionalizando processos e consequentemente reduzindo os custos administrativos e tributários, além de otimizar a estrutura societária do Grupo. O processo de incorporação das controladas em 2023 ocorreu em dois momentos: (i) Em 31 de maio de 2023, após aprovação das incorporações em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), as controladas incorporadas foram: Assamed Assessoria e Atendimento em Área Médica Ltda. ("Assamed"), Hemopan Serviços Médicos Ltda. ("Hemopan") e HVL Assessoria e Planejamento em Proteção Radiológica Ltda. ("HVL"). (ii) Em 31 de dezembro de 2023, após aprovação das incorporações em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), as controladas incorporadas foram: Serviço de Hemoterapia São Carlos Ltda. ("SHSC"), e Serviço de Medicina Transfusional SMTS Ltda. ("SMTS"). Os ativos e passivos objeto destas incorporações estão descritos nos Laudos de Avaliação realizados por empresa externa e independente, com base no acervo líquido contábil das controladas Assamed, Hemopan e HVL em 30 de abril de 2023 e das controladas SHSC e SMTS em 30 de novembro de 2023. Abaixo seguem os saldos de balanço das empresas que foram incorporadas na Controladora:

Controladas	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado	Ref.:
Assamed	510	14	496	26	(a)
HVL	-	3.746	(3.746)	(38)	(a)
Hemopan	-	6	(6)	-	(a)
SHSC	10.048	645	9.403	3.719	(b)
SMTS	102.442	153	102.289	6.128	(c)

(a) Assamed, HVL e Hemopan Em 31 de maio de 2023:

	Assamed	HVL	Hemopan		Assamed	HVL	Hemopan
Ativo não circulante				Passivo			
Investimentos	510	-	-	Obrigações tributárias	-	880	-
	510	**-**	-	Outras obrigações	14	2.866	6
					14	3.746	6
				Patrimônio líquido			
				Capital social	1	1.136	359
				Reservas	495	(4.882)	(365)
					496	(3.746)	(6)
				Total do passivo e do			
Total do ativo	**510**	**-**	-	patrimônio líquido	**510**	**-**	-

(b) SHSC	31/12/2023		31/12/2023
Ativo circulante		Passivo circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	6.593	Fornecedores	302
Contas a receber	177	Obrigações tributárias	66
Impostos a recuperar	80	Obrigações trabalhistas	30
Despesas pagas antecipadamente	167	Outras obrigações	157
Estoques	40		555
	7.057		
Ativo não circulante		Passivo não circulante	
Contas a receber	9	Obrigações fiscais	23
Depósitos judiciais	37	Provisão para contingências	67
Imobilizado	13		90
Intangível	2.932	Patrimônio líquido	
	2.991	Capital social	5.628
		Reservas	3.775
			9.403
Total do ativo	10.048	Total do passivo e do patrimônio líquido	10.048

(c) SMTS	31/12/2023		31/12/2023
Ativo circulante		Passivo circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	106	Fornecedores	37
Contas a receber	56	Obrigações tributárias	11
Impostos a recuperar	9	Obrigações trabalhistas	46
Estoques	19	Outras obrigações	47
	190		141
Ativo não circulante		Passivo não circulante	
Investimentos	102.234	Obrigações fiscais	5
Imobilizado	17	Outras obrigações	7
Intangível	1		12
	102.252	Patrimônio líquido	
		Capital social	89.661
		Reservas	12.628
			102.289
Total do ativo	102.442	Total do passivo e do patrimônio líquido	102.442

O resultado acumulado das investidas até a data-base da incorporação está apresentado nas demonstrações dos resultados do consolidado. 2. **Base de preparação e apresentação das informações financeiras individuais e consolidadas** Base de preparação As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referente ao exercício findo em 31/12/2023 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), que estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Adicionalmente, o Grupo considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, então sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional do Grupo, e foram elaboradas considerando o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, quando aplicável, conforme descrito nas políticas contábeis a seguir. A Companhia preparou essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas com base no pressuposto de continuidade operacional. A Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvida significativa sobre a continuidade da Companhia e suas controladas. Em 14/03/2024, a Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31/12/2023. Base de consolidação As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as informações financeiras da Companhia e suas controladas para o exercício findo em 31/12/2023. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação à investida. Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver: • Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); • Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e • A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos. Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a esta presunção e quando a Companhia tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive: • O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto; • Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e • Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto do investidor. A Companhia avalia se exerce controle ou não em uma investida, se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada, e finaliza quando a Companhia deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada. O resultado, e cada componente de outros resultados abrangentes, são atribuídos aos sócios controladores e aos não controladores da Companhia. Mesmo se isso resultar em prejuízo aos sócios não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis da Companhia. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros da Companhia, são totalmente eliminados na consolidação. Base de consolidação A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial. Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido, bem como a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido. Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem as operações da Companhia e de suas controladas, cuja participação percentual na data do balanço encontra-se apresentada abaixo:

Controladas	Cidade	Controle	Participação 31/12/2023	Participação 31/12/2022
Hemoterapia e terapia celular (a)				
Hemopan Serviços Médicos Ltda. ("Hemopan") (*)	Rio de Janeiro/RJ	Direto	-	100%
Centro de Hematologia Santos S.A ("CHS")	Santos/SP	Direto	100%	100%
Banco de Sangue de Santa Teresa Ltda. ("BSST")	Petrópolis/RJ	Direto	99,99%	99,99%
Serviço de Hemoterapia São Carlos Ltda. ("SHSC") (*)	Volta Redonda/RJ	Direto	-	100%
Serum Hematologia e Hemoterapia Ltda. ("Serum")	Rio de Janeiro/RJ	Direto	100%	100%
Serviço de Medicina Transfusional SMTS Ltda. ("SMTS") (*)	São Carlos/SP	Direto	-	100%
Banco de Sangue de São Paulo e Serviços de Hemoterapia Ltda. ("BSSP")	São Paulo/SP	Direto	100%	100%
Unidade Hematológica de São Paulo Ltda. ("UHSP")	São Paulo/SP	Indireto	99,80%	99,80%
Serviços de Hematologia e Hemoterapia Ltda. ("SHH")	Ribeirão Preto/SP	Direto	100%	100%
Hemato Serviços de Hemoterapia Ltda. ("Hemato")	Recife/PE	Direto	100%	100%
Serviço de Hemoterapia Norte Fluminense Ltda. ("SHNF")	Macaé/RJ	Direto	100%	100%
Serviços de Hematologia e Hemoterapia Alta Noroeste Ltda. ("SHHAN")	Araçatuba/SP	Direto	80%	80%
Assamed Assessoria e Atendimento em Área Médica Ltda. ("Assamed") (*)	Paulista/PE	Direto	-	100%
GSHMED Hemoterapia S.A ("GSHMED") (**)	Rio de Janeiro/RJ	Direto	85%	90%
GSHMED Leste Fluminense Hemoterapia S.A. ("GSHMED 2")	Rio de Janeiro/RJ	Indireto	85%	85%
Radiofarmácia (b)				
MJM Produtos Farmacêuticos e Radioproteção S.A. ("MJM")	Porto Alegre/RS	Direto	100%	100%
RPH Radiofarmácia Centralizada Ltda. ("RFC")	São Paulo/SP	Direto	100%	100%

(*) Companhias incorporadas em 31 de maio de 2023 (Assamed e Hemopan) e 31 de dezembro de 2023 (SHSC e SMTS). (**) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de maio de 2023, foi aprovado o aumento de capital de R$1 (mil reais) com a emissão de 147 novas quotas, todas destinadas ao acionista minoritário. Este aumento alterou a composição do capital social da controlada GSHMED que passou a ser de 85% para a GSH Corp e 15% para os acionistas minoritários. As controladas diretas e indiretas têm por objeto: (a) *Hemoterapia e terapia celular* Prestação de serviços médicos hospitalares em hematologia e hemoterapia (banco de sangue), que compreende a execução das atividades de coleta, proteção ao doador e ao receptor mediante a realização de exames laboratoriais no sangue coletado, processamento, estocagem, distribuição e aplicação do sangue e seus componentes. As operações seguem a regulamentação no Ministério da Saúde portaria nº 158 de 4 de fevereiro de 2016 - Regulamento técnico de procedimentos hemoterápicos. (b) *Radiofarmácia* Fabricação e comercialização de preparações farmacêuticas e reagentes de diagnósticos e tratamento; prestação de serviços nas áreas farmacêuticas, radiofarmácia e medicina nuclear e assessoria em controle de qualidade em kits liofilizados para uso em imagens médicas. 3. **Políticas contábeis materiais** As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados, salvo disposição em contrário. **3.1. Combinações de negócios e ágio** Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente mensura a participação de não controladores com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos. Ao adquirir um negócio, o Grupo avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida. Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 / IFRS 9 na demonstração do resultado. Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a estas unidades. Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida. **3.2. Conversão de moeda estrangeira** As operações com moedas estrangeiras são convertidas na moeda funcional com base nas taxas de câmbio vigentes na data da transação. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão dos ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira pelas taxas de câmbio do final do exercício, são reconhecidos na demonstração do resultado, em rubrica de receitas e despesas financeiras. **3.3. Caixa e equivalentes de caixa** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. **3.4. Títulos e valores mobiliários** Os títulos e valores mobiliários referem-se aos investimentos de alta liquidez, resgatáveis em até um ano, cuja intenção da Administração não objetiva a atender compromissos de curto prazo. **3.5. Instrumentos financeiros** Os instrumentos financeiros são registrados de acordo com o CPC 48 / IFRS9, que determina a classificação dos ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e (iii) mensurados ao custo amortizado. Dependendo das características de cada instrumento, eles podem ser classificados em resultado financeiro ou em outros resultados abrangente. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado pela Administração e nas características dos fluxos de caixa contratuais. O Grupo classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias: Ativos financeiros - custo amortizado São reconhecidos a custo amortizado, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas especificas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros. Ativos financeiros - valor justo por meio do resultado São reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado os ativos que: (i) não se enquadram na classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado; e (iii) são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos. Ativos financeiros - mensuração inicial No reconhecimento inicial o Grupo mensura seus ativos e passivos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro. Para as contas a receber de clientes a mensuração inicial se dá pelo preço da transação. Ativos financeiros - mensuração subsequente • Custo amortizado: esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente a perda de crédito esperada e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago. • Valor justo por meio do resultado: os ativos classificados dentro desse modelo de negócio são contabilizados por meio de reconhecimento do ganho e perda no resultado do período. Redução ao valor recuperável O Grupo reconhece provisão para perda de crédito esperado para seus ativos classificados ao custo amortizado. Essa avaliação é realizada prospectivamente e está baseada em dados históricos e em modelos construídos para esse fim. Passivos financeiros - reconhecimento inicial Todos os passivos financeiros do Grupo são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros do Grupo incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e debêntures. Passivos financeiros - mensuração subsequente • Custo amortizado: são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetivos, onde ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos ou através do acréscimo da taxa efetiva. • Valor justo por meio do resultado: são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do período. Desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e • O Grupo transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou nem transferindo nem retendo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferindo o controle do ativo. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. Compensação de instrumentos financeiros Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual e consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **3.6. Contas a receber de clientes** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado menos a provisão para perdas de créditos esperadas. A provisão para perdas de créditos esperadas e glosas foram constituídas por montante considerado suficiente pela administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. Contas a receber em aberto há mais de 720 dias são tratados como perda pela Companhia. **3.7. Estoques** Os estoques são demonstrados a custo ou a valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de "custo médio ponderado" e o valor líquido é o preço de venda e/ou de utilização estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão, adicionados aos custos necessários para efetuar sua utilização e/ou venda. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matéria-prima, mão de obra direta, insumos, hemocomponentes, embalagem, outros custos diretos e os respectivos gastos indiretos de produção (com base na capacidade operacional normal). Os estoques são avaliados quanto ao seu valor recuperável na data de balanço. Em caso de perda por desvalorização (*impairment*), esta é imediatamente reconhecida no resultado do exercício. A provisão para descartes de hemocomponentes foi constituída por montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas de seu processo produtivo e de armazenamento. Estas provisões são analisadas e avaliadas periodicamente pelo Grupo. **3.8. Imobilizado** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável *(impairment)*, se houver. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos irão fluir para a Companhia. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Quando partes significativas de um item do imobilizado precisarem ser substituídas em intervalos, o Grupo as deprecia separadamente com base em sua vida útil específica. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor

(Continua...)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (EM MILHARES DE REAIS)

	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Lucro (prejuízo) do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social das operações em continuidade		**(5.264)**	(1.505)	**15.313**	14.115
Prejuízo do exercício das operações descontinuadas		**(38)**	(70)	**(38)**	(375)
Ajustes por:					
Depreciação e amortização	22	**6.488**	6.625	**29.324**	25.689
Alienação de ativos imobilizados e intangíveis		**-**	-	**294**	14
Baixa de arrendamentos		**-**		**(27)**	(85)
Provisão (reversão) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, líquido	19	**218**	(266)	**(674)**	(1.129)
Equivalência patrimonial	9.3	**(53.258)**	(37.641)	**(1.541)**	(1.267)
Provisão para descartes de hemocomponentes	7	**(165)**	130	**(335)**	585
Provisão para perdas de crédito esperadas e glosas	6	**5.564**	5.334	**25.608**	22.698
Remensuração contraprestação contingente		**-**	-	**(1.805)**	(1.306)
Pagamento baseado em ações	22	**28.005**	712	**28.005**	712
Atualizações monetárias, rendimento títulos e valores mobiliários, juros sobre empréstimos, debêntures e arrendamento		**77.837**	66.364	**85.236**	71.781
Variações dos ativos e passivos:					
Contas a receber de clientes		**(48.432)**	(11.147)	**(70.562)**	(43.664)
Estoques		**(988)**	(654)	**(2.708)**	(2.742)
Tributos a recuperar		**460**	(1.124)	**(5.696)**	(2.915)
Despesas antecipadas		**(6.746)**	(1.268)	**(3.917)**	(4.474)
Depósitos judiciais		**(4)**	205	**338**	(187)
Partes relacionadas		**10.186**	(11.095)	**-**	-
Outros ativos		**-**	-	**(172)**	2.161
Fornecedores e outras contas a pagar		**6.091**	(3.737)	**13.504**	1.066
Obrigações fiscais		**1.250**	(704)	**(2.599)**	1.987
Obrigações trabalhistas		**11.024**	1.545	**7.537**	2.392
Pagamento de riscos tributários, cíveis e trabalhistas	19	**(200)**	-	**(783)**	-
Outros passivos		**-**	-	**(148)**	(71)
Variações de ativos e passivos de operações descontinuadas		**-**	(1.574)	**-**	(1.879)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		**32.028**	10.130	**114.154**	83.106
Pagamento de juros de empréstimos e debêntures		**(74.951)**	(57.585)	**(75.432)**	(58.556)
Pagamento de Prêmio Flat sobre debêntures		**(2.160)**	-	**(2.160)**	-
Pagamento de juros sobre arrendamento		**(159)**	(171)	**(2.151)**	(2.266)
Pagamento de juros sobre mútuos		**(1.066)**	-	**(1.066)**	-
Recebimento de juros sobre debêntures		**3.998**	-	**-**	-
Imposto de renda e contribuição social pagos		**-**	(1.363)	**(20.369)**	(15.836)
Caixa líquido gerado (aplicado nas) pelas atividades operacionais		**(42.310)**	(48.989)	**12.976**	6.448
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Aquisições de ativos imobilizados	10	**(1.106)**	(4.314)	**(33.158)**	(17.986)
Aquisições de ativos intangíveis	11	**(25.270)**	(616)	**(28.050)**	(15.837)
AFAC/ Aumento de capital em controladas	9.3	**(8.731)**	(14.770)	**-**	-
Debêntures concedidas	25.1	**(34.000)**	-	**-**	-
Dividendos recebidos		**45.112**	900	**1.170**	900
Pagamento de contas a pagar por aquisição		**-**	(5.379)	**(1.635)**	(5.379)
Aquisições de títulos e valores mobiliários		**(29.201)**	-	**(30.136)**	(10.452)
Caixa oriundo de incorporação de controladas		**6.669**	-	**-**	-
Caixa líquido aplicado nas pelas atividades de investimentos		**(46.527)**	(24.179)	**(91.809)**	(48.754)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Captação de empréstimos/Debêntures	13/14	**221.432**	68.262	**221.432**	68.262
Pagamento de principal de empréstimos/Debêntures	13/14	**(120.000)**	-	**(123.185)**	(1.554)
Pagamento de principal dos arrendamentos		**(734)**	(600)	**(5.099)**	(2.999)
Captação de mútuo com acionistas		**15.000**	-	**15.000**	-
Pagamento de mútuo com acionistas		**(15.000)**	-	**(15.000)**	-
Pagamento de dividendos		**(2.308)**	-	**(2.308)**	(101)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		**98.390**	67.662	**90.840**	63.608
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		**9.553**	(5.506)	**12.007**	21.302
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**54.623**	60.129	**112.554**	91.252
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		**64.176**	54.623	**124.561**	112.554

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 45B5-643A-8486-7299.

GSH CORP PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ Nº 08.397.078/0001-01

Notas explicativas à demonstrações financeiras individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo, e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada grupo de bens, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis econômicas estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Benfeitorias em propriedades de terceiros	5 a 25 anos
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	4 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Instalações	10 anos
Equipamentos hospitalares e laboratoriais	10 anos

O valor residual e vida útil dos ativos e o método de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **3.9. Intangível** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. i) Softwares e licenças de sistemas As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada de 5 anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. ii) Direitos de exclusividade O Grupo possui contratos de direito de exclusividade de serviços com hospitais para a prestação exclusiva dos serviços de Hemoterapia, os quais serão amortizados pelos prazos de vigência dos contratos que variam de 5 a 50 anos. iii) Carteira de clientes O Grupo possui intangíveis de carteira de clientes que foram reconhecidos no âmbito de processo de combinações de negócios, que possuem vida útil definida são amortizados em prazos que variam de 17 a 50 anos. iv) Capitalização de intangível desenvolvido internamente O Grupo possui ativos intangíveis gerados internamente referentes a novos radioisótopos, tendo como objetivo a dispensa de doses unitárias de radiofármacos, bem como novos radiofármacos para possibilitar um melhor diagnóstico nos tumores de próstata, ambos se encontram em fase de desenvolvimento, o qual a Companhia está capitalizando a mão de obra e as despesas essenciais das atividades de desenvolvimento, em concordância com as premissas estabelecidas pelo CPC 04 (R1) - Ativo Intangível / IAS 38. Os gastos com pesquisas são registrados como despesas, quando incorridos, e os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos existentes são capitalizados, quando atendidos todos os aspectos a seguir enumerados: • Pode ser demonstrada a viabilidade técnica para concluir o ativo de forma que ele seja disponibilizado para uso ou venda; • Há a intenção e capacidade do Grupo de concluir o ativo intangível e de usá-lo ou vendê-lo; • Pode ser demonstrada a forma pela qual o ativo intangível gerará benefícios econômicos futuros; • Recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir seu desenvolvimento e usar ou vender o ativo intangível estão disponíveis; e • O Grupo possui a capacidade de mensurar com confiabilidade os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso pelo período dos benefícios econômicos futuros. Os ativos em uso são amortizados em 5 (cinco) anos. **3.10. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros** A Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis nesse sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados disponíveis, entre outros indicadores. O Grupo baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano. Quando existente, a perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda. O teste de redução ao valor recuperável do ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado. A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual o ágio esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo. Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Em 31 de dezembro de 2023 a Administração não identificou eventos que indicassem riscos de não recuperabilidade dos ativos da Companhia e de suas controladas. **3.11. Empréstimos, financiamentos e debêntures** São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação, e são subsequentemente registrados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período, utilizando o método de taxa efetiva de juros. Os empréstimos, financiamentos e as debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **3.12. Provisões** Geral Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando o Grupo espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.13. Ativos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas** O Grupo classifica um ativo não circulante como mantido para venda quando o seu valor contábil será recuperado, principalmente, por meio de transação de venda em vez do uso contínuo. Esses ativos são mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo líquido das despesas de venda. As despesas de venda são representadas pelas despesas incrementais diretamente atribuíveis à venda, excluídos as financeiras e os tributos sobre o lucro. O ativo imobilizado e o ativo intangível não são depreciados ou amortizados enquanto estiverem classificados como mantidos para venda. Ativos e passivos classificados como mantidos para venda são apresentados separadamente como itens circulantes no balanço patrimonial. Operações descontinuadas são excluídas dos resultados de operações em continuidade, sendo apresentadas como um único valor no resultado após os tributos a partir de operações descontinuadas na demonstração do resultado. Divulgações adicionais são apresentadas na Nota 28. Todas as demais notas às demonstrações financeiras incluem valores para operações em continuidade, exceto quando mencionado de outra forma. **3.14. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido** Imposto de renda e contribuição social correntes O imposto de renda e contribuição social correntes ativos e passivos, são mensurados pelo valor previsto para ser ressarcido ou pago às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias adotadas para cálculo do imposto são aquelas em vigor, ou substancialmente em vigor, no encerramento dos exercícios. O Grupo possui empresas optantes por regime tributário através do lucro real e lucro presumido. Para as investidas optantes pelo lucro real, o imposto de renda foi calculado à alíquota básica de 15% sobre o lucro tributável acrescido do adicional de 10%, definidos pela legislação vigente, e a contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. Para as empresas optantes pelo lucro presumido, o imposto de renda e a contribuição social foram calculados através de aplicação dos percentuais de presunção do lucro definidos pela legislação vigente em 8% e 12% respectivamente. Sobre estas bases são calculados o imposto de renda e contribuições sociais baseadas nas alíquotas vigentes de imposto de renda (15% acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R$60 por trimestre) e contribuição social sobre o lucro líquido (9%). Impostos diferidos Determinadas controladas indiretas apresentam imposto de renda e contribuição social diferidos pelas seguintes razões: (i) Diferenças temporárias decorrentes das diferenças entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social sobre o lucro ou créditos fiscais não utilizados anteriormente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados com base em alíquotas de imposto e leis fiscais em vigor, ou substancialmente promulgadas, na data-base das demonstrações financeiras. O valor contábil do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos é avaliado anualmente e uma provisão para desvalorização é registrada quando o valor contábil não pode ser recuperado com base no lucro tributável, presente ou futuro. Imposto sobre vendas e serviços Despesas, ativos e passivos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto: • Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; • Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e • O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Alíquotas
Contribuição para o Programa de Integração Social (“PIS”)	0%, 0,65% e 1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”)	0%, 3,00% e 7,6%
Imposto sobre serviço de qualquer natureza (“ISS”)	2,00% a 5,00%
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (“ICMS”)	7% a 18%*
Imposto sobre Produtos Industrializados (“IPI”)	0% a 5%

(*) Refletem as alíquotas básicas vigentes de cada Estado de operação do Grupo. **3.15. Reconhecimento de receita** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços médicos hospitalares em hematologia e hemoterapia, bem como, serviços de logística e vendas de itens industrializados realizados no curso normal das atividades. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. O Grupo revisa periodicamente suas perdas históricas (“glosas”) sobre os procedimentos efetuados, materiais e medicamentos utilizados que usualmente não são aprovados pelos planos e operadoras de saúde e a posição atualizada de clientes e faturas, com o objetivo de estimar adequadamente os valores recuperáveis de seus recebíveis. A receita é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual o Grupo espera ter direito em troca desses bens ou de cada serviço. **3.16. Receitas e despesas financeiras** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e descontos obtidos. A receita de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método de taxa de juros efetiva. As despesas financeiras abrangem substancialmente, despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e impostos parcelados, tarifas e comissões bancárias. As receitas e despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando o método de taxa de juros efetiva. **3.17. Arrendamentos** O Grupo avalia, na data de início do contrato, se o mesmo é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. O Grupo como arrendatário O Grupo aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos. O Grupo reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. Ativos de direito de uso O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na Nota 3.10. Passivos de arrendamento Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo usa a sua taxa de empréstimo na data de início uma vez que a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor do passivo de arrendamento é remensurado se houver modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. *Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor* O Grupo aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento nos contratos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **3.18. Lucro por ação** O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o lucro atribuível aos detentores de ações da Companhia pelo número médio ponderado de ações durante o exercício. O lucro por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ação da Companhia pela quantidade média ponderada de ação disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações que seriam emitidas na conversão de todas as ações potenciais diluídas em ações efetivas. Os instrumentos de patrimônio que devam ou possam ser liquidados com ações da Companhia somente são incluídos no cálculo quando sua liquidação tiver impacto diluitivo sobre o lucro por ação. Em 31 de dezembro de 2023 as demonstrações financeiras da Companhia possuíam instrumentos de patrimônio, devido ao Plano RSU, conforme nota explicativa 20.5. **3.19. Demonstração do valor adicionado** A legislação societária brasileira exige para as companhias abertas a elaboração da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) e sua divulgação como parte integrante do conjunto das demonstrações financeiras. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM 557/08. Esta demonstração tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas. **3.20. Demonstração do fluxo de caixa** A informação sobre fluxo de caixa proporciona aos usuários das demonstrações contábeis uma base para avaliar a capacidade da entidade para gerar caixa e seus equivalentes e as necessidades da entidade para utilizar estes fluxos de caixa. O CPC 03 (R2) -Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7) define os requisitos para a apresentação da demonstração do fluxo de caixa e respectivas divulgações (CPC 26 (R1)). Os seguintes tópicos principais devem ser apresentados em todos os fluxos de caixa: • Atividades operacionais: são as principais atividades geradoras de receita da entidade; • Atividades de investimento: são as aquisições e vendas de ativos de longo prazo; e • Atividades de financiamento: são atividades que resultam em mudanças no tamanho e na composição do patrimônio líquido e dos empréstimos da empresa. As somas e subtrações destes itens resultam na mudança do caixa mais equivalentes e compreendem numerário, depósitos bancários e investimentos de curto prazo com alta liquidez e baixíssimo risco. **3.21. Informação por segmento** Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pelo Conselho de Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis. Os resultados de segmentos que são reportados ao Conselho de Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente os custos para emissão de instrumentos patrimoniais. **3.22. Transações envolvendo pagamento baseado em ações** O incentivo dos executivos baseada em ações é mensurado e reconhecido a valor justo na data em que as opções foram outorgadas, em conta específica no patrimônio líquido e na demonstração do resultado, conforme as condições contratuais sejam atendidas. O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido ao longo do exercício em que a execução e/ou condição de serviço são cumpridas, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição). A despesa acumulada reconhecida até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia do número de títulos patrimoniais que serão adquiridos. Quando um prêmio de liquidação com instrumentos patrimoniais é cancelado, o mesmo é tratado como se tivesse sido adquirido na data do cancelamento, e qualquer despesa não reconhecida do prêmio é reconhecida imediatamente. Isto inclui qualquer prêmio em que as condições de não aquisição dentro do controle da Companhia ou da contraparte não são cumpridas. Porém, se um novo plano substitui o plano cancelado, e é designado como plano substituto na data de outorga, o plano cancelado e o novo plano são tratados como se fossem uma modificação ao plano original. **3.23. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023** No exercício corrente, o Grupo aplicou uma série de alterações às IFRSs emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) que são obrigatoriamente válidas para um período contábil que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2023. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. • CPC 50 (IFRS 17) - Contratos de Seguro (incluindo alterações publicadas em junho de 2020 e dezembro de 2021); • Alterações à IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras e IFRS Declaração de Prática 2 – Fazendo Julgamentos de Materialidade; • Alterações à IAS 12 - Tributos sobre o Lucro — Reforma Tributária Internacional — Regra do Modelo do Pilar Dois; • Alterações à IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros — Definição de Estimativas Contábeis. **3.24. Normas emitidas, mas ainda não vigentes** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir e todas são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024.

Alterações à IFRS 10/CPC 36 (R3) e à IAS 28/CPC 18 (R2)	Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto
Alterações à IAS 1 / CPC 26 (R1)	Classificação do Passivo como Circulante ou Não Circulante
Alterações à IAS 1	Passivo Não Circulante com Covenants
Alterações à IAS 7 e à IFRS 7	Acordos de Financiamento de Fornecedores
Alterações à IFRS 16	Passivo de arrendamento em uma transação de “*Sale and Leaseback*”

O Grupo não possui expectativa de que estas alterações produzirão quaisquer impactos sobre as suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. 4. **Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas** A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. As principais premissas relativas a fontes de incertezas nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de encerramento do exercício, envolvendo risco significativo de causar um ajuste material no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício social, são discutidas a seguir: a) *Provisão para riscos tributários e trabalhistas* O Grupo reconhece provisão para causas tributários e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. b) *Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber e glosas* O Grupo utiliza uma matriz de provisão por unidade de negócio para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber e glosas. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de vários segmentos de clientes que apresentam padrões de perda semelhantes (como, por exemplo, por região geográfica, tipo de produto ou tipo de cliente e risco de crédito, entre outras). A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pelas unidades de negócio. O Grupo revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. Em todas as datas de relatórios, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas considerando o histórico de recebimento por operadora, além de análise individual dos recebíveis para capturar riscos específicos da contraparte e havendo necessidade é realizado o provisionamento total da carteira em aberto desses clientes. A avaliação da correlação entre as taxas de perda histórica observadas, as condições econômicas previstas e as perdas de crédito esperadas são uma estimativa significativa. A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda de crédito do Grupo e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro. As informações sobre as perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber do Grupo estão divulgadas na Nota 6. c) *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros* Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais o Grupo ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa, incluindo análise de sensibilidade, são detalhados na Nota 11. d) *Arrendamentos - Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos* O Grupo não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa de incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que o Grupo teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis (como por exemplo, subsidiárias que não realizam operações de financiamento) ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento (por exemplo, quando os arrendamentos não estão na moeda funcional de uma subsidiária). O Grupo estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado), quando disponíveis, e considera nesta estimativa aspectos que são específicos do Grupo (como o rating de crédito da subsidiária). 5. **Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários**

Caixa e equivalente de caixa	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos	**1.734**	154	**3.888**	2.858
Aplicações financeiras	**62.442**	54.469	**120.673**	109.696
	64.176	54.623	**124.561**	112.554

As aplicações financeiras constituem investimentos de curto prazo com alta liquidez, compostas por Certificados de Depósitos Bancários (CDB pós-fixados). Os rendimentos médios em 31/12/2023 foram de 102,6% do CDI para Controladora e 101,0% para o Consolidado (em 31/12/2022 os rendimentos foram de 99% do CDI para Controladora e Consolidado). O risco de crédito proveniente do caixa e equivalentes de caixa é atenuado pelo fato de o Grupo manter seus saldos com bancos e instituições financeiras consideradas de primeira linha.

Títulos e valores mobiliários	Taxa	Indexador	Vencimento	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022
Certificado de Depósito Bancário – CDB	104,7%	CDI	28/02/2024	**31.192**	-
				31.192	-

Títulos e valores mobiliários	Taxa	Indexador	Vencimento	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Certificado de Depósito Bancário – CDB	104,3%	CDI	29/02/2024	**11.605**	10.452
Certificado de Depósito Bancário – CDB	104,7%	CDI	28/02/2024	**31.192**	-
Letra Financeira	105,5%	CDI	15/07/2024	**1.210**	-
				44.007	10.452

6. **Contas a receber de clientes**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Operadoras de saúde e convênios	**56.950**	22.135	**123.259**	99.856
Partes relacionadas (Nota 25)	**14.086**	7.269	**48.763**	38.264
Particulares	**7.999**	5.903	**20.046**	23.526
Outras contas a receber	**-**	-	**14.264**	11.633
Provisão para perdas de crédito esperadas e glosas	**(4.076)**	(3.458)	**(10.003)**	(21.904)
Total do contas a receber de clientes	**74.959**	31.849	**196.329**	151.375
Circulante	**74.923**	31.849	**195.383**	150.057
Não circulante	**36**	-	**946**	1.318

A composição dos saldos de clientes está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	**64.877**	20.756	**154.134**	125.261
Vencidos de 1 a 30 dias	**1.237**	3.500	**6.025**	12.208
Vencidos de 31 a 90 dias	**1.532**	1.777	**7.897**	6.692
Vencidos de 91 a 120 dias	**418**	3.628	**942**	4.074
Vencidos de 121 a 180 dias	**948**	955	**3.174**	2.710
Vencidos de 181 a 360 dias	**1.764**	2.021	**6.031**	7.669
Vencidos a mais de 361 dias	**8.259**	2.670	**28.129**	14.665
	79.035	35.307	**206.332**	173.279

Movimentação da provisão para glosas e créditos de liquidação duvidosa A seguir apresentamos a movimentação da provisão para perda e glosa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2022	(2.160)	(12.916)
Constituição de provisão para perdas de crédito esperadas	(9)	(5.290)
Constituição de glosa de contas a receber	(5.325)	(17.408)
Contas a receber de clientes baixadas durante o exercício como incobráveis	4.036	13.710
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(3.458)	(21.904)
Reversão /constituição de provisão para perdas de crédito esperadas	**1.712**	**(5.965)**
Constituição de glosa de contas a receber	**(7.276)**	**(19.643)**
Contas a receber de clientes baixadas durante o exercício como incobráveis	**5.864**	**37.509**
Incorporação de controladas	**(918)**	**-**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**(4.076)**	**(10.003)**

7. **Estoques**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Insumos	**2.782**	1.789	**6.634**	7.718
Hemocomponentes	**1.201**	1.318	**6.330**	6.612
Material de uso e consumo	**631**	395	**3.513**	2.228
Matéria-prima	**-**	-	**2.010**	2.581
Produto intermediário	**-**	-	**6.585**	3.625
Produto acabado	**-**	-	**1.032**	632
Provisão para perda de estoques de hemocomponentes	**(637)**	(737)	**(3.360)**	(3.695)
	3.977	2.765	**22.744**	19.701

O Grupo avalia quanto ao valor recuperável dos estoques e, em caso de perda por descarte, essa perda é reconhecida no resultado do exercício. A seguir apresentamos a movimentação da provisão para perda de hemocomponentes nos exercícios findos em 31/12/2023 e 2022:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2022	(607)	(3.110)
Provisões	(130)	(585)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(737)	(3.695)
Reversões	**165**	**335**
Incorporação de controladas	**(65)**	**-**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**(637)**	**(3.360)**

(Continua...)

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 45B5-643A-8486-7299.

GSH CORP PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ Nº 08.397.078/0001-01

Notas explicativas à demonstrações financeiras individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

8. **Despesas antecipadas**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamento à fornecedores	8.660	2.084	15.475	11.912
Adiantamento à empregados	247	88	477	314
Outros	178	-	207	16
	9.085	2.172	**16.159**	12.242
Circulante	**9.085**	2.172	**16.159**	11.493
Não circulante	**-**	-	**-**	749

9. **Investimentos** O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras dos investimentos em controladas. **9.1. Composição dos investimentos**

Controladas	Nome da empresa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Assamed (*)	Assamed Assessoria e Atendimento em Área Médica Ltda	**-**	3.170	-	-
BSST	Banco de Sangue de Santa Teresa Ltda.	**7.538**	6.570	-	-
BSSP	Banco de Sangue de São Paulo e Serviços de Hemoterapia Ltda	**134.245**	32.151	-	-
CHS	Centro de Hematologia de Santos Ltda.	**5.058**	5.441	-	-
GSHMED	GSHMED Hemoterapia S.A.	**15.632**	13.492	-	-
Hemato	Hemato - Serviços de Hemoterapia Ltda.	**40.315**	39.005	-	-
Hemopan (*)	Hemopan Serviços Médicos Ltda.	**-**	(5)	-	-
MJM	MJM Produtos Farmacêuticos e Radioproteção S.A.	**35.187**	24.372	-	-
RFC	RPH Radiofarmácia Centralizada Ltda.	**10.957**	8.859	-	-
SERUM	Serum Hematologia e Hemoterapia Ltda	**46.961**	50.416	-	-
SHNF	Serviço de Hemoterapia Norte Fluminense Ltda.	**3.140**	3.105	-	-
SHSC (*)	Serviço de Hemoterapia São Carlos Ltda.	**-**	13.184	-	-
SMTS (*)	Serviço de Medicina Transfusional SMTS Ltda.	**-**	97.181	-	-
SHHAN	Serviços de Hematologia e Hemoterapia Alta Noroeste Ltda.	**1.508**	693	-	-
SHH	Serviços de Hematologia e Hemoterapia Ltda.	**23.235**	31.458	-	-
LIAC	LIAC - Laboratório Integrado de Análises Clínicas Ltda.	**8.492**	8.130	**8.492**	8.130
		332.268	337.222	**8.492**	8.130

O valor correspondente ao saldo de investimentos no consolidado é composto pelo investimento na LIAC, para o qual a Companhia possui controle compartilhado. (*) Incorporadas em 31/05/2023 (Assamed e Hemopan) e 31/12/2023 (SHSC e SMTS). Abaixo demonstramos os ágios (*goodwill*) e mais valia de ativos gerados quando da aquisição das controladas e controlada em conjunto:

Investidas	31/12/2023	31/12/2022
Ágio (*goodwill*)		
Assamed Assessoria e Atendimento em Área Médica Ltda. (**)	-	2.700
Banco de Sangue de São Paulo e Serviços de Hemoterapia Ltda.	67.212	31.589
LIAC - Laboratório Integrado de Análises Clínicas Ltda.	7.160	7.160
Serum Hematologia e Hemoterapia Ltda.	2.306	2.306
GSHMED Hemoterapia S.A.	103	103
Centro de Hematologia Santos S.A.	2.617	2.617
Mais valia de ativos (carteira de clientes) (*)		
Centro de Hematologia Santos S.A.	**2.483**	2.664
GSHMED Hemoterapia S.A.	**7.216**	7.575
	89.097	56.714

(*) líquido de amortização do exercício
(**) Incorporada em 31 de maio de 2023.

9.2. Principais informações sobre as controladas

Investidas		Em 31 de dezembro de 2023				
		Participação direta	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) do exercício
Assamed	Assamed Assessoria e Atendimento em Area Médica Ltda. (*)	100,00%	**-**	**-**	**-**	**26**
BSST	Banco de Sangue de Santa Teresa Ltda.	99,99%	**9.735**	**2.196**	**7.539**	**448**
BSSP	Banco de Sangue de São Paulo e Serviços de Hemoterapia Ltda.	100,00%	**87.635**	**20.603**	**67.032**	**4.636**
CHS	Centro de Hematologia de Santos Ltda.	100,00%	**220**	**265**	**(45)**	**(1.838)**
GSHMED	GSHMED Hemoterapia S.A.	85,00%	**27.415**	**17.638**	**9.777**	**6.640**
Hemato	Hemato - Serviços de Hemoterapia Ltda.	87,71%	**64.910**	**18.944**	**45.966**	**6.278**
Hemopan	Hemopan Serviços Médicos Ltda. (*)	100,00%	**-**	**-**	**-**	**-**
MJM	MJM Produtos Farmacêuticos e Radioproteção S.A..	100,00%	**96.708**	**56.542**	**40.166**	**12.624**
RFC	RPH Radiofarmácia Centralizada Ltda.	100,00%	**26.722**	**15.765**	**10.957**	**2.290**
SERUM	Serum Hematologia e Hemoterapia Ltda.	100,00%	**79.945**	**35.289**	**44.656**	**15.204**
SHNF	Serviço de Hemoterapia Norte Fluminense Ltda.	100,00%	**4.980**	**1.836**	**3.144**	**1.535**
SHSC	Serviço de Hemoterapia São Carlos Ltda. (*)	100,00%	**-**	**-**	**-**	
SMTS	Serviço de Medicina Transfusional SMTS Ltda. (*)	100,00%	**-**	**-**	**-**	
SHHAN	Serviços de Hematologia e Hemoterapia Alta Noroeste Ltda.	80,00%	**2.577**	**765**	**1.812**	**1.102**
SHH	Serviços de Hematologia e Hemoterapia Ltda	100,00%	**27.357**	**4.121**	**23.236**	**4.716**

(*) Incorporadas em 31 de maio de 2023 (Assamed e Hemopan) e 31 de dezembro de 2023 (SHSC e SMTS).

Investidas		Em 31 de dezembro de 2022				
		Participação Direta	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) do exercício
Assamed	Assamed Assessoria e Atendimento em Area Médica Ltda.	100,00%	476	7	469	31
BSST	Banco de Sangue de Santa Teresa Ltda.	99,99%	10.014	3.443	6.571	(989)
BSSP	Banco de Sangue de São Paulo e Serviços de Hemoterapia Ltda.	2,40%	82.872	20.475	62.397	5.369
CHS	Centro de Hematologia de Santos Ltda.	100,00%	877	717	160	(3.507)
GSHMED	GSHMED Hemoterapia Ltda.	90,00%	15.523	9.067	6.456	4.337
Hemato	Hemato - Serviços de Hemoterapia Ltda.	84,50%	62.979	17.368	45.611	3.037
Hemopan	Hemopan Serviços Médicos Ltda.	100,00%	-	4	(4)	(4)
MJM	Produtos Farmacêuticos e Radioproteção S.A.	99,99%	54.209	29.837	24.372	10.211
RFC	RPH Radiofarmácia Centralizada Ltda.	99,99%	25.101	16.242	8.859	(866)
SERUM	Serum Hematologia e Hemoterapia Ltda.	100,00%	80.474	32.363	48.111	11.165
SHNF	Serviço de Hemoterapia Norte Fluminense Ltda.	100,00%	4.584	1.476	3.108	1.164
SHSC	Serviço de Hemoterapia São Carlos Ltda.	100,00%	14.968	1.784	13.184	4.941
SMTS	Serviço de Medicina Transfusional SMTS Ltda.	100,00%	98.929	1.749	97.180	5.385
SHHAN	Serviços de Hematologia e Hemoterapia Alta Noroeste Ltda.	80,00%	1.591	797	794	(6)
SHH	Serviços de Hematologia e Hemoterapia Ltda	100,00%	37.352	5.894	31.458	2.469
VBN	V.B.N. Assessoria e Controle de Qualidade em Kits e Liofilizados Ltda.	100,00%	-	-	-	(3)

9.3. Movimentação dos investimentos A seguir, demonstramos a movimentação dos investimentos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022.

							Controladora	Consolidado
Controlada	Saldo em 31/12/2022	AFAC/ Aumento de capital	Dividendos/ JSCP	Transações entre acionistas (*)	(-) Amortização de carteira	Equivalência	Incorporação de controladas	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2023
ASSAMED (i)	3.170	-	-	-	-	26	(3.196)	-	-
BSST	6.570	520	-	-	-	448	-	7.538	-
BSSP	32.151	-	-	1	-	(141)	102.234	134.245	-
CHS	2.778	1.633	-	-	-	(1.836)	-	2.575	-
Carteira de clientes CHS	2.663	-	-	-	(180)	-	-	2.483	-
GSHMED	5.916	-	(2.822)	(353)	-	5.675	-	8.416	-
Carteira de clientes GSHMED	7.576	-	-	-	(360)	-	-	7.216	-
HEMATO	39.005	-	(5.565)	938	-	5.427	510	40.315	-
HEMOPAN (i)	(5)	-	-	-	-	-	5	-	-
MJM	24.372	6.168	(2.998)	-	-	12.624	-	40.166	-
RFC	8.859	410	(602)	-	-	2.290	-	10.957	-
SERUM	50.416	-	(18.659)	-	-	15.204	-	46.961	-
SHNF	3.105	-	(1.500)	-	-	1.535	-	3.140	-
SHSC (iv)	13.184	-	(7.500)	-	-	3.719	(9.403)	-	-
SMTS (iv)	97.181	-	(1.000)	(20)	-	6.128	(102.289)	-	-
SHHAN	693	-	-	(67)	-	882	-	1.508	-
SHH	31.458	-	(12.000)	(938)	-	4.715	-	23.235	-
LIAC (ii)	8.130	-	(1.170)	(9)	-	1.541	-	8.492	8.492
Lucro não realizado (iii)	-	-	-	-	-	(4.979)	-	(4.979)	-
	337.222	**8.731**	**(53.816)**	**(448)**	**(540)**	**53.258**	**(12.139)**	**332.268**	**8.492**

(i) Empresas incorporadas pela Controladora em 31 de maio de 2023. (ii) A movimentação do investimento da coligada LIAC na Controladora é a mesma para o Consolidado. (iii) Lucros não realizados referente aos juros capitalizados das debêntures entre a MJM e a GSH Corp, conforme nota 25.1. (iv) Empresas incorporadas pela Controladora em 31 de dezembro de 2023. (*) Refere-se às transações entre acionistas, decorrente de ganhos/perdas na aquisição de participação e ganhos/perdas na distribuição desproporcional de dividendos.

							Controladora	Consolidado
Controlada	Saldo em 31/12/2021	AFAC/ Aumento de capital	Dividendos/ JSCP	Transações entre acionistas (*)	(-) Amortização de carteira	Equivalência	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2022
ASSAMED	3.171	-	-	(32)	-	31	3.170	-
BSST	6.334	1.225	-	-	-	(989)	6.570	-
BSSP	32.027	-	-	7	-	117	32.151	-
CHS	4.135	2.150	-	-	-	(3.507)	2.778	-
Carteira de clientes CHS	2.842	-	-	-	(179)	-	2.663	-
GSHMED	4.049	-	(1.878)	-	-	3.745	5.916	-
Carteira de clientes GSHMED	8.331	-	-	-	(755)	-	7.576	-
HEMATO	31.229	4.820	-	438	-	2.518	39.005	-
HEMOPAN	(1)	-	-	-	-	(4)	(5)	
MJM	15.815	-	(1.654)	-	-	10.211	24.372	-
RFC	8.340	1.385	-	-	-	(866)	8.859	-
SERUM	37.521	5.190	(3.460)	-	-	11.165	50.416	-
SHNF	1.941	-	-	-	-	1.164	3.105	-
SHSC	8.243	-	-	-	-	4.941	13.184	-
SMTS	91.520	-	-	276	-	5.385	97.181	-
SHHAN	929	-	(187)	(43)	-	(6)	693	-
SHH	29.394	-	-	(405)	-	2.469	31.458	-
LIAC (i)	7.796	-	(900)	(33)	-	1.267	8.130	8.130
	293.616	**14.770**	**(8.079)**	**208**	**(934)**	**37.641**	**337.222**	**8.130**

(i) A movimentação do investimento da coligada LIAC na Controladora é a mesma para o Consolidado.

(*) Refere-se às transações entre acionistas, decorrente de ganhos/perdas na aquisição de participação e ganhos/perdas na distribuição desproporcional de dividendos.

Principais informações sobre controlada em conjunto LIAC

Balanço patrimonial	31/12/2023
Ativo circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	**14**
Contas a receber	**6.497**
Outros ativos circulantes	**1.328**
Ativo não circulante	
Imobilizado	**828**
Outros	**185**
Total do ativo	**8.852**
Passivo circulante	
Fornecedores	**2.525**
Outros passivos circulantes	**1.484**
Passivo não circulante	
Obrigações tributárias	**1.882**
Total do passivo	**5.891**

Patrimônio líquido da *joint venture*	**2.961**
Valor contábil	
Participação proporcional da Companhia sobre o patrimônio líquido (45%)	**1.332**
Ágio por rentabilidade futura (vide Nota 9.1)	**7.160**
Valor contábil do investimento	**8.492**

Demonstrações do resultado	31/12/2023
Receita líquida	**27.828**
Custos dos serviços prestados	**(21.644)**
Lucro bruto	**6.184**
Despesas gerais e administrativas	**(1.768)**
Lucro operacional	**4.416**
Resultado financeiro, líquido	**(79)**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**4.337**
Imposto de renda e contribuição social	**(913)**
Lucro líquido do exercício	**3.424**
Outros resultados abrangentes	**-**
Resultado abrangente do exercício	**3.424**

10. **Imobilizado**

							Controladora
Custo	31/12/2021	Adições	31/12/2022	Adições	Transferências	Incorporação de controladas	31/12/2023
Ativos de direito de uso	2.996	261	**3.257**	**279**	**-**	**11**	**3.547**
Benfeitorias em propriedades de terceiros	2.320	2.161	**4.481**	**64**	**179**	**3**	**4.727**
Veículos	28	-	**28**	**-**	**-**	**31**	**59**
Máquinas e equipamentos	58	22	**80**	**30**	**20**	**89**	**219**
Equipamentos de informática	1.609	203	**1.812**	**678**	**-**	**146**	**2.636**
Móveis e utensílios	538	1.025	**1.563**	**56**	**-**	**70**	**1.689**
Instalações	113	28	**141**	**1**	**-**	**25**	**167**
Equipamentos hospitalares e laboratoriais	2.636	681	**3.317**	**277**	**(20)**	**164**	**3.738**
Imobilizado em andamento		194	**194**	**-**	**(179)**	**-**	**15**
Total do custo	10.298	4.575	**14.873**	**1.385**	**-**	**539**	**16.797**
Depreciação acumulada							
Ativos de direito de uso	(427)	(643)	**(1.070)**	**(768)**	**-**	**(1)**	**(1.839)**
Benfeitorias em propriedades de terceiros	(522)	(774)	**(1.296)**	**(617)**	**-**	**(3)**	**(1.916)**
Veículos	(28)	-	**(28)**	**-**	**-**	**(31)**	**(59)**
Máquinas e equipamentos	(36)	(7)	**(43)**	**(8)**	**-**	**(86)**	**(137)**
Equipamentos de informática	(1.128)	(85)	**(1.213)**	**(151)**	**-**	**(145)**	**(1.509)**
Móveis e utensílios	(160)	(86)	**(246)**	**(140)**	**-**	**(65)**	**(451)**
Instalações	(23)	(11)	**(34)**	**(14)**	**-**	**(23)**	**(71)**
Equipamentos hospitalares e laboratoriais	(397)	(392)	**(789)**	**(313)**	**-**	**(153)**	**(1.255)**
Total da depreciação acumulada	(2.721)	(1.998)	**(4.719)**	**(2.011)**	**-**	**(507)**	**(7.237)**
Total do imobilizado líquido	7.577	2.577	**10.154**	**(626)**	**-**	**32**	**9.560**

								Consolidado
Custo	31/12/2021	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2022	Adições	Baixas	Transferências (*)	31/12/2023
Ativos de direito de uso	26.846	5.771	(1.235)	-	**31.382**	**4.796**	**(786)**	**-**	**35.392**
Benfeitorias em propriedades de terceiros	32.988	4.365	-	1.476	**38.829**	**1.700**	**(107)**	**3.538**	**43.960**
Veículos	1.217	-	-	-	**1.217**	**-**		**-**	**1.217**
Máquinas e equipamentos	6.023	2.042	(65)	-	**8.000**	**947**	**(6)**	**(529)**	**8.412**
Equipamentos de informática	9.443	2.722	-	-	**12.165**	**1.164**	**(10)**	**(251)**	**13.068**
Móveis e utensílios	6.791	1.713	-	-	**8.504**	**193**	**(2)**	**(23)**	**8.672**
Instalações	3.111	2.101	-	(1.476)	**3.736**	**266**	**-**	**(218)**	**3.784**
Equipamentos hospitalares e laboratoriais	20.665	3.735	-	-	**24.400**	**1.674**	**(1)**	**20**	**26.093**
Imobilizado em andamento	5.248	1.308	-	-	**6.556**	**27.214**	**-**	**5.988**	**39.758**
Total do custo	112.332	23.757	(1.300)	-	**134.789**	**37.954**	**(912)**	**8.525**	**180.356**
Depreciação acumulada									
Ativos de direito de uso	(5.443)	(4.488)	228	-	**(9.703)**	**(5.231)**	**410**	**-**	**(14.524)**
Benfeitorias em propriedades de terceiros	(3.320)	(4.502)	-	-	**(7.936)**	**(4.690)**	**26**	**(1.462)**	**(14.062)**
Veículos	(1.319)	(7)	-	-	**(1.212)**	**-**	**-**	**-**	**(1.212)**
Máquinas e equipamentos	(3.357)	(469)	51	-	**(3.775)**	**(617)**	**6**	**-**	**(4.386)**
Equipamentos de informática	(4.529)	(1.401)	-	-	**(5.930)**	**(1.770)**	**7**	**-**	**(7.693)**
Móveis e utensílios	(3.146)	(640)	-	-	**(3.786)**	**(771)**	**2**	**-**	**(4.555)**
Instalações	(1.349)	(244)	-	-	**(1.593)**	**(342)**	**-**	**-**	**(1.935)**
Equipamentos hospitalares e laboratoriais	(6.609)	(939)	-	-	**(7.548)**	**(2.797)**	**1**	**-**	**(10.344)**
Total da depreciação acumulada	(29.072)	(12.690)	279	-	**(41.483)**	**(16.218)**	**452**	**(1.462)**	**(58.711)**
Total do imobilizado líquido	83.260	11.067	(1.021)	-	**93.306**	**21.736**	**(460)**	**7.063**	**121.645**

(*) Reclassificação entre ativo imobilizado e ativo intangível. Imobilizado em andamento Refere-se substancialmente a construção de uma indústria de medicamentos radiofármacos produzidos através de cíclotron (acelerador de partículas capaz de produzir insumos radioativos para serem utilizados na produção de medicamentos) com início da operação e distribuição estimada para o segundo semestre de 2024. Análise da redução ao valor recuperável A Administração avaliou a existência de eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, e não identificou evidências que poderiam indicar deterioração ou perda de valor recuperável do ativo imobilizado. 11. **Intangível**

						Controladora
	31/12/2021	Adições	31/12/2022	Adições	Incorporação de controladas (*)	31/12/2023
Custo (vida útil definida)						
Softwares	3.320	590	**3.910**	**1.385**	**2**	**5.297**
Licenças	2.309	26	**2.335**	**60**	**10**	**2.405**
Direito de exclusividade	75.000	-	**75.000**	**36.325**	**4.300**	**115.625**
	80.629	616	**81.245**	**37.770**	**4.312**	**123.327**
Intangível identificado na aquisição de participação societária						
Carteira de clientes	40.334	-	**40.334**	**-**	**-**	**40.334**
Total do custo (vida útil definida)	120.963	616	**121.579**	**37.770**	**4.312**	**163.661**
Custo (vida útil indefinida)						
Ágio de rentabilidade futura	39.696	-	**39.696**	**-**	**2.700**	**42.396**
Total do custo	160.659	616	**161.275**	**37.770**	**7.012**	**206.057**
Amortização acumulada						
Softwares	(2.330)	(659)	**(2.989)**	**(339)**	**-**	**(3.328)**
Licenças	(1.869)	(38)	**(1.907)**	**(157)**	**(4)**	**(2.068)**
Direito de exclusividade	(542)	(1.878)	**(2.420)**	**(2.252)**	**(1.375)**	**(6.047)**
Carteira de clientes	(4.397)	(1.118)	**(5.515)**	**(1.189)**	**-**	**(6.704)**
	(9.138)	(3.693)	**(12.831)**	**(3.937)**	**(1.379)**	**(18.147)**
Total do intangível líquido	151.521	(3.077)	**148.444**	**33.833**	**5.633**	**187.910**

(*) Conforme incorporação de controladas mencionada na nota explicativa 1.1

							Consolidado
	31/12/2021	Adições	31/12/2022	Adições	Baixas	Transferências (*)	31/12/2023
Custo (vida útil definida):							
Softwares	4.740	787	**5.527**	**1.427**	**-**	**-**	**6.954**
Licenças	3.281	202	**3.483**	**59**	**-**	**-**	**3.542**
Direito de exclusividade	128.421	8.299	**136.720**	**36.325**	**(300)**	**-**	**172.745**
Radiofármacos desenvolvidos (**)	-	-	**-**	**-**	**-**	**4.363**	**4.363**
Desenvolvimento de radiofármacos	7.414	6.549	**13.963**	**2.739**	**-**	**(12.888)**	**3.814**
Outros	903	-	**903**	**-**	**-**	**-**	**903**
	144.759	15.837	**160.596**	**40.550**	**(300)**	**(8.525)**	**192.321**
Intangível identificado na aquisição de participação Societária							
Carteira de clientes	63.546	-	**63.546**	**-**	**-**	**-**	**63.546**
Total do custo (vida útil definida)	208.305	15.837	**224.142**	**40.550**	**(300)**	**(8.525)**	**255.867**
Custo (vida útil indefinida)							
Ágio de rentabilidade futura	114.777	-	**114.777**	**-**	**-**	**-**	**114.777**
Total do custo	323.082	15.837	**338.919**	**40.550**	**(300)**	**(8.525)**	**370.644**
Amortização acumulada							
Softwares	(3.150)	(785)	**(3.935)**	**(446)**	**-**	**-**	**(4.381)**
Licenças	(2.234)	(107)	**(2.341)**	**(242)**	**-**	**-**	**(2.583)**
Radiofármacos desenvolvidos (**)	-	-	**-**	**(605)**	**-**	**(2.494)**	**(3.099)**
Desenvolvimento de Radiofármacos	(2.865)	(1.091)	**(3.956)**	**-**	**-**	**3.956**	**-**
Direito de exclusividade	(7.944)	(8.619)	**(16.563)**	**(9.740)**	**90**	**-**	**(26.213)**
Carteira de clientes	(5.491)	(2.397)	**(7.888)**	**(2.073)**	**-**	**-**	**(9.961)**
	(21.684)	(12.999)	**(34.683)**	**(13.106)**	**90**	**1.462**	**(46.237)**
Total do intangível líquido	301.398	2.838	**304.236**	**27.444**	**(210)**	**(7.063)**	**324.407**

(*) Reclassificação entre ativo imobilizado e ativo intangível. (**) Transferência de R$4.363 para demonstrar a segregação entre os projetos já finalizados e os ainda em andamento.Abaixo demonstramos os ágios (*goodwill*) e mais valia de ativos:

Investidas	31/12/2023	31/12/2022
Ágio (*goodwill*)		
GGSH Participações S.A.	**18.200**	18.200
Radiopharmacus S.A.	**21.496**	21.496
Assamed Assessoria e Atendimento em Área Médica Ltda.	**2.700**	2.700
Banco de Sangue de São Paulo e Serviços de Hemoterapia Ltda.	**67.247**	67.247
Serum Hematologia e Hemoterapia Ltda.	**2.306**	2.306
GSHMED Hemoterapia S.A.	**103**	103
GSHMED Leste Fluminense S.A.	**108**	108
Centro de Hematologia Santos S.A.	**2.617**	2.617
	114.777	114.777
Mais valia de ativos (carteira de clientes) (*)		
GGSH Participações S.A.	**30.731**	31.607
Radiopharmacus S.A.	**2.897**	3.212
Centro de Hematologia Santos S.A.	**2.483**	2.664
GSHMED Hemoterapia S.A.	**8.238**	8.596
GSHMED Leste Fluminense Hemoterapia S.A.	**9.236**	9.579
	53.585	55.658
	168.362	170.435

(*) líquido de amortização do exercício Análise para redução ao valor recuperável O ágio é alocado às Unidades geradoras de caixa (UGC), identificados pela Administração como sendo os segmentos de hemoterapia e de radiofarmácia. O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso, através de projeções de fluxo de caixa, baseado em premissas aprovadas pela Administração para um período de 5 anos, utilizando para os 2 anos subsequentes uma taxa de crescimento decrescente para fins de ajustes de perpetuidade. As taxas de descontos representam as avaliações de riscos no atual mercado, específicos a cada unidade geradora de caixa, levando em consideração o valor de carregamento do dinheiro e os riscos individuais dos ativos subjacentes que não foram incorporados nas estimativas de fluxo de caixa. O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas da Companhia, sendo derivado de custos de capital médio ponderado (CCMP). O CCMP considera tanto o custo de dívida quanto de capital. O custo de capital é derivado do rendimento esperado sobre o investimento pelos investidores. O custo de dívida é baseado nos financiamentos com rendimento de juros que a Companhia é obrigada a honrar. O risco específico do segmento hospitalar é incorporado mediante a aplicação de fatores individuais beta. Os fatores beta são avaliados anualmente com base nos dados de mercado disponíveis ao público. Em 31 de dezembro de 2023, a taxa de desconto de longo prazo utilizada pela Companhia foi de 15,05% (13,5% em 31 de dezembro de 2022) para o segmento de hemoterapia e de radiofarmácia. A taxa de crescimento na perpetuidade adotada para as empresas foi de 3,5% (3,0% em 31 de dezembro de 2022) conforme inflação de longo prazo. A Administração realizou análise de *impairment* dos ágios e não identificou indicadores de perda que levasse a necessidade de registrar qualquer provisão de perda durante no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. 12. **Fornecedores e outras contas a pagar**

(Continua...)

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 45B5-643A-8486-7299.

GSH CORP PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ Nº 08.397.078/0001-01

Notas explicativas à demonstrações financeiras individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores	**19.693**	2.323	**40.380**	24.300
Adiantamento de clientes	**1.549**	141	**7.562**	2.252
Repasses com terceiros	**1.487**	1.454	**7.906**	4.248
Repasses com partes relacionadas (Nota 25)	**3.707**	3.669	**9.146**	10.267
Partes relacionadas (Nota 25)	**2.806**	923	**3.808**	1.731
	29.242	8.510	**68.802**	42.798

13. **Empréstimos e financiamentos**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Banco Santander	**129.295**	**49.753**	**129.295**	**49.753**
Banco do Brasil	**-**	**-**	**-**	**2.851**
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE)	**-**	**-**	**871**	**1.199**
	129.295	**49.753**	**130.166**	**53.803**
Circulante	**5.332**	**49.753**	**5.666**	**51.307**
Não circulante	**123.963**	**-**	**124.500**	**2.496**

Movimentação dos empréstimos:

Controladora

	31/12/2022	Captação	Juros incorridos	Principal pago	Juros pagos	Amortização do custo	31/12/2023
Santander	50.030	**125.000**	**10.426**	**(50.000)**	**(4.654)**	**-**	**130.802**
(-) Custo da transação a amortizar	(277)	**(1.660)**	**-**	**-**	**-**	**430**	**(1.507)**
	49.753	**123.340**	**10.426**	**(50.000)**	**(4.654)**	**430**	**129.295**

	31/12/2021	Juros incorridos	Juros pagos	Custo amortizado	31/12/2022
Santander	50.064	6.993	(7.027)	-	50.030
(-) Custo de transação a amortizar	(553)	-	-	276	(277)
	49.511	6.993	(7.027)	276	49.753

Consolidado

	31/12/2022	Captação	Juros incorridos	Principal pago	Juros pagos	Amortização do custo	31/12/2023
BRDE	1.199	**-**	**77**	**(333)**	**(72)**	**-**	**871**
Banco do Brasil	2.851	**-**	**410**	**(2.852)**	**(409)**	**-**	**-**
Santander	50.030	**125.000**	**10.426**	**(50.000)**	**(4.654)**	**-**	**130.802**
(-) Custo a amortizar	(277)	**(1.660)**	**-**	**-**	**-**	**430**	**(1.507)**
	53.803	**123.340**	**10.913**	**(53.185)**	**(5.135)**	**430**	**130.166**

	31/12/2021	Juros incorridos	Principal pago	Juros pagos	Amortização do custo	31/12/2022
BRDE	1.530	95	(332)	(94)	-	1.199
Banco do Brasil	4.100	850	(1.222)	(877)	-	2.851
Santander	50.064	6.993	-	(7.027)	-	50.030
(-) Custo a amortizar	(553)	-	-	-	276	(277)
	55.141	7.938	(1.554)	(7.998)	276	53.803

Banco Santander Em 28 de dezembro de 2021, a Companhia assinou contrato com o Banco Santander no montante de R$50.000 com taxa de juros 2,15% a.a. + CDI. O pagamento de juros foi feito trimestralmente entre 29 de março de 2022 e 29 de dezembro de 2023. O empréstimo não possuía garantias e não possuía covenants. A dívida foi amortizada em 4 parcelas iguais de R$12.500, conforme abaixo:

Data	Valor principal
29 de março de 2023	12.500
29 de junho de 2023	12.500
29 de setembro de 2023	12.500
29 de dezembro de 2023	12.500

Em 31 de agosto de 2023, a Companhia assinou contrato com o Banco Santander no montante de R$125.000 com taxa de juros 2,42% a.a. + CDI. O pagamento de juros será feito semestralmente a partir de 29 de março de 2024, terminando em 29 de agosto de 2028. O empréstimo não possui garantias e não possui covenants. A dívida será amortizada em 7 parcelas iguais de R$17.857, conforme abaixo:

Data	Valor principal
28 de agosto de 2025	17.857
02 de março de 2026	17.857
28 de agosto de 2026	17.857
01 de março de 2027	17.857
31 de agosto de 2027	17.857
01 de março de 2028	17.857
29 de agosto de 2028	17.858

Banco do Brasil Em 25 de março de 2020, a controlada MJM assinou contrato com o Banco do Brasil para captação de empréstimos na modalidade CCB no valor de R$5.500 com a taxa de juros correspondentes à 220% da taxa média do CDI. A amortização da dívida se iniciou em 03 de novembro de 2020 com pagamentos mensais e com vencimento em 03 de abril de 2025. As garantias dos empréstimos são: (i) garantia fidejussória da controlada GSH Corp no montante total da dívida; e (ii) ceder direitos creditórios em favor do Banco do Brasil S.A. na proporção mínima de 30% do valor da CCB, decorrentes de vendas ou serviços por ela prestados. Em 30 de junho de 2023 a dívida foi liquidada de forma antecipada. Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE Em 30 de dezembro de 2015, a controlada RFC assinou contrato com o BRDE para captação de empréstimos na modalidade CCB no montante de até R$1.188 com a taxa de juros correspondentes à taxa de juros de longo prazo ("TJLP") + 6,5% ao ano. A amortização da dívida se iniciou em 15 de fevereiro de 2018 com pagamentos mensais e o vencimento em 15 de janeiro de 2026. Os juros tiveram o início de pagamento em 15 de julho de 2016 indo até 15 de janeiro de 2026. Em 13 de fevereiro de 2019, a controlada MJM assinou contrato com o BRDE para captação de empréstimos na modalidade CCB no montante de até R$1.000 com a taxa de juros correspondentes à variação da TJLP + 5% ao ano, podendo ser reduzida a 4% ao ano nos termos do contrato. A amortização da dívida se iniciou em 15 de fevereiro de 2021 com pagamentos mensais com vencimento final em 15 de fevereiro de 2027. O pagamento dos juros se iniciou em 15 de março de 2019 com vencimento final em 15 de fevereiro de 2027. As garantias destes empréstimos são: (i) garantia fidejussória da controlada GSH Corp no montante total da dívida, do acionista Rafael Ribeiro Madke e de sua esposa Patricia Lamachia Madke; (ii) garantia de alienação fiduciária dos bens descritos no contrato; e (iii) garantia complementar sobre os recursos do Fundo Garantidor para Investidores - FGI. Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP Em 28 de novembro de 2023, a Companhia assinou contrato com a FINEP para captação de financiamento no montante de R$23.798 com taxa de juros correspondentes à Taxa Referencial ("TR") + 3,3% ao ano. O objetivo do financiamento é custear, parcialmente, custos incorridos na elaboração e execução de um plano estratégico de inovação (PEI), aprovado pela FINEP. Os recursos do financiamento serão desembolsados de forma parcelada, de acordo com o Cronograma de Desembolso e em função das necessidades para realização do PEI. Os juros serão pagos mensalmente e o principal será pago em 109 parcelas mensais e consecutivas após um período de carência de 36 meses da data de assinatura do contrato. Este contrato não possui cláusulas restritivas financeiras. Como garantia desse financiamento a Companhia entregará carta de fiança bancária com validade de pelo menos um ano, que deverá ser substituída 60 dias antes do vencimento no valor mínimo do saldo devedor indicado pela FINEP. Não houve desembolsos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Vencimentos As parcelas relativas ao principal e juros dos empréstimos, sem os custos de transação, têm os seguintes vencimentos:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2023
Em menos de 1 ano	**5.802**	**6.135**
Entre 1 e 2 anos	**17.857**	**18.190**
Entre 2 e 3 anos	**35.714**	**35.888**
Acima de 3 anos	**71.429**	**71.460**
	130.802	**131.673**

14. **Debêntures (Controladora e Consolidado)** Abaixo apresentamos os saldos das debêntures, líquida dos efeitos do custo de transação:

	31/12/2022	Captação	Juros	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Amortização do custo	31/12/2023
Debêntures (2ª emissão)	370.141	**-**	**56.115**	**-**	**(57.441)**	**-**	**368.815**
(-) Custo de transação (2ª emissão)	(6.312)	**-**	**-**	**-**	**-**	**2.494**	**(3.818)**
Debêntures (3ª emissão)	72.626	**-**	**10.230**	**(70.000)**	**(12.856)**	**-**	**-**
(-) Custo de transação (3ª emissão)	(1.609)	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.609**	**-**
Debêntures (4ª emissão)	-	**100.000**	**907**	**-**	**-**	**-**	**100.907**
(-) Custo de transação (4ª emissão)	-	**(1.908)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(1.908)**
	434.846	**98.092**	**67.252**	**(70.000)**	**(70.297)**	**4.103**	**463.996**
Circulante	9.609						**150.877**
Não circulante	425.237						**313.119**

	31/12/2021	Captação	Juros	Pagamento de juros	Amortização do custo	31/12/2022
Debêntures (2ª emissão)	367.002	-	53.697	(50.558)	-	370.141
(-) Custo de transação (2ª emissão)	(9.139)	-	-	-	2.827	(6.312)
Debêntures (3ª emissão)	-	70.000	2.626	-	-	72.626
(-) Custo de transação (3ª emissão)	-	(1.738)	-	-	129	(1.609)
	357.863	68.262	56.323	(50.558)	2.956	434.846
Circulante	7.002					9.609
Não circulante	350.861					425.237

2ª emissão de debêntures Em 26 de abril de 2021, foi assinado o instrumento particular da 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição. Esta emissão foi aprovada em AGE realizada na mesma data. Foram emitidas 360.000 (trezentos e sessenta mil) debêntures no valor de R$ 1.000,00 (hum mil reais) cada perfazendo o total da emissão no valor de R$360.000 com o Banco BTG Pactual S.A., sendo a Vortx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. o agente fiduciário da transação. O cronograma de amortização das debêntures é como segue:

Data	% correspondente ao valor nominal unitário das Debêntures
26 de abril de 2024	20%
26 de outubro de 2024	25%
26 de abril de 2025	33%
26 de outubro de 2025	50%
26 de abril de 2026	100%

A partir da data de emissão incide sobre o valor nominal unitário a taxa de juros equivalentes a CDI + 2,80% a.a., apropriados mensalmente. Os juros serão pagos semestralmente a partir da data de emissão, no dia 26 dos meses de abril e outubro de cada ano, ocorrendo o primeiro pagamento em 26 de outubro de 2021 e o último na data de vencimento.

As garantias fidejussórias são representadas pelas controladas Serum e BSSP no montante total da operação. **3ª emissão de debêntures** Em 22 de setembro de 2022, foi assinado o instrumento particular da 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição. Esta emissão foi aprovada em AGE realizada na mesma data. Foram emitidas 70.000 (setenta mil) debêntures no valor de R$ 1.000,00 (hum mil reais) cada perfazendo o total da emissão no valor de R$70.000 com o BB- Banco de Investimento S.A., sendo a Vortx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. o agente fiduciário da transação. A partir da data de integralização, 30 de setembro de 2022, incidirá sobre o valor nominal unitário a taxa de juros equivalentes a CDI + 2,20% a.a., apropriados mensalmente. Os juros serão pagos semestralmente a partir da data de emissão, no dia 15 dos meses de março e setembro de cada ano, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de março de 2023 e o último ocorreria na data de vencimento, porém, em 28 de dezembro de 2023, a Companhia antecipou o pagamento das parcelas e quitou a 3ª emissão de debêntures. As garantias fidejussórias foram representadas pelas controladas Serum e BSSP no montante total da operação. **4ª emissão de debêntures** Em 07 de dezembro de 2023, foi assinado o instrumento particular da 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública sob o rito de registro automático. Foram emitidas 100.000 debêntures no valor de R$ 1.000,00 cada perfazendo o total da emissão no valor de R$100.000 com o BB- Banco de Investimento S.A., sendo a Vortx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. o agente fiduciário da transação.Neste novo contrato não há covenants. O cronograma de amortização das debêntures é como segue:

Data	% correspondente ao valor nominal unitário das Debêntures
05 de junho de 2026	16,67%
05 de dezembro de 2026	33,33%
05 de junho de 2027	50,00%
05 de dezembro de 2027	66,67%
05 de junho de 2028	83,33%

A partir da data de emissão incide sobre o valor nominal unitário a taxa de juros equivalentes a CDI + 2,20% a.a., apropriados mensalmente. Os juros serão pagos semestralmente a partir da data de emissão, no dia 05 dos meses de junho e dezembro de cada ano, ocorrendo o primeiro pagamento em 05 de junho de 2024 e o último na data de vencimento. As garantias fidejussórias são representadas pelas controladas Serum e BSSP no montante total da operação. Covenants A Companhia possui cláusulas que podem gerar antecipação do vencimento de dívidas referente a 2ª emissão das debêntures. A emissão de debêntures prevê a manutenção de indicadores de dívida líquida/EBITDA. O vencimento antecipado só ocorre quando do não atendimento deste indicador financeiro ou quando do não cumprimento de determinados covenants não financeiros. Em 30 de junho de 2022, para as debêntures de 2ª emissão, em Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD"), a Companhia obteve concessão de renúncia e perdão prévios para eventual não observância de indicadores financeiros previstos contratualmente para os períodos de três meses compreendidos entre 30 de junho de 2022 a 30 de setembro de 2023. Esta condição resolutiva ocorreu mediante pagamento de taxas sobre as debêntures de 0,20% do valor nominal unitário da dívida. Em Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 1º de agosto de 2023, foram aprovadas a alteração das definições de "Dívida Líquida" e "EBITDA" previstas na escritura da 2ª emissão e alteração da redação sobre evento de inadimplemento previstos em duas cláusulas da escritura de emissão. Para estas aprovações, a Companhia concordou em pagar aos Debenturistas um prêmio flat ("Vantagem Adicional") em montante correspondente a 0,60% flat do Valor Nominal Unitário das debêntures.

Dívida	Covenants	Limite	Apuração
2ª Emissão – BTG Pactual	Dívida líquida / EBITDA	< 3,0	Trimestral

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia atendeu as cláusulas restritivas da escritura. As parcelas relativas ao principal e juros das debêntures, sem os custos de transação, têm os seguintes vencimentos:

Ano	31/12/2023
Em até 1 ano	**153.722**
Entre 1 e 2 anos	**143.640**
Entre 2 e 3 anos	**116.804**
Acima de 3 anos	**55.556**
	469.722

15. **Obrigações por arrendamento** O Grupo possui contratos de arrendamento dos escritórios administrativos, almoxarifados, instalações dos centros de coleta de sangue e de radiofármacos e equipamentos. Os prazos de arrendamento dos escritórios administrativos e almoxarifados geralmente variam entre 3 e 5 anos, das instalações dos centros de coleta de sangue geralmente têm prazos de arrendamento entre 2 e 20 anos, instalações de rádiofármacos possuem prazo de 10 anos, enquanto os equipamentos possuem prazo médio de 2 anos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os ativos e passivos de arrendamento apresentaram as seguintes movimentações:

	Controladora		
	Ativo (*)	Passivo	Despesa
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.187	2.363	-
Adições	**366**	**366**	**-**
Remensurações	**(87)**	**(87)**	**-**
Depreciação	**(768)**	**-**	**768**
Pagamento de principal	**-**	**(734)**	**-**
Pagamento de juros	**-**	**(159)**	**-**
Juros	**-**	**159**	**159**
Incorporação de controladas	**10**	**10**	**-**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**1.708**	**1.918**	**927**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.569	2.702	-
Remensurações	261	261	
Depreciação	(643)	-	643
Pagamento de principal	-	(600)	-
Pagamento de juros	-	(171)	-
Juros	-	171	171
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.187	2.363	814

	Consolidado		
	Ativo (*)	Passivo	Despesa
Saldo em 31 de dezembro de 2022	21.679	25.992	-
Adições	**4.005**	**4.005**	**-**
Baixas	**(376)**	**(403)**	**(27)**
Remensurações	**791**	**791**	**-**
Depreciação	**(5.231)**	**-**	**5.231**
Pagamento de principal	**-**	**(5.099)**	**-**
Pagamento de juros	**-**	**(2.151)**	**-**
Juros	**-**	**2.151**	**2.151**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**20.868**	**25.286**	**7.355**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	21.403	24.312	-
Adições	3.479	3.479	-
Baixas	(1.007)	(1.092)	(85)
Remensurações	2.292	2.292	-
Depreciação	(4.488)	-	4.488
Pagamento de principal	-	(2.999)	-
Pagamento de juros	-	(2.266)	-
Juros	-	2.266	2.266
Saldos em 31 de dezembro de 2022	21.679	25.992	6.669

(*) Conforme apresentado na Nota 10. Cronograma de vencimento das obrigações por arrendamento:

	Controladora	Consolidado
Em até 1 ano	**887**	**7.216**
De 1 a 2 anos	**1.227**	**9.793**
Entre 2 a 3 anos	**-**	**6.471**
Entre 3 a 4 anos	**-**	**4.775**
Mais de 5 anos	**-**	**5.882**
	2.114	**34.137**
(-) Juros a apropriar	**(196)**	**(8.851)**
Total das obrigações por arrendamento	**1.918**	**25.286**
Circulante	**765**	**5.324**
Não circulante	**1.153**	**19.962**

Para atender à orientação das áreas técnicas da CVM, previstas no Ofício-Circular CVM SNC/SEP 02/2019, o Grupo apresenta, na sequência, os impactos na mensuração e remensuração do direito de uso e do passivo de arrendamento, ao considerar em sua estimativa a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, considerando a inflação média de 3,9% em 2024, 3,5% em 2025 e 3,5% em 2026 até o final do contrato.

Ativos de direito de uso	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2023
Conforme CPC 06 (R2) / IFRS 16 (fluxo real)	**1.708**	**20.868**
Com efeito da inflação (fluxo nominal)	**1.785**	**22.764**
Obrigações de arrendamentos		
Conforme CPC 06 (R2) / IFRS 16 (fluxo real)	**1.918**	**25.286**
Com efeito da inflação (fluxo nominal)	**2.065**	**29.695**

16. **Contas a pagar por aquisições**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Acionistas fundadores (a)	**837**	774	**837**	2.259
HVL Logística (b)	**3.195**	2.955	**3.195**	2.955
LIAC (c)	**948**	1.063	**948**	1.063
GSHMED 2 (d)	**-**	-	**2.441**	4.247
	4.980	4.792	**7.421**	10.524
Circulante	**4.287**	224	**4.287**	1.709
Não circulante	**693**	4.568	**3.134**	8.815

(a) Refere-se à aquisição da controlada Banco de Sangue de São Paulo e Serviços de Hemoterapia Ltda. ("BSSP"), os quais são atualizados monetariamente a 85% da variação da taxa DI e com previsão de pagamento em maio de 2024. (b) Valor devido pela aquisição da investida HVL, com pagamento final em julho de 2024, bem como atualizações monetárias com base a 85% da variação da taxa DI; (c) Valor devido referente a aquisição de 45% do Laboratório Integrado de Análises Clínicas do Rio de Janeiro Ltda. ("LIAC"), com fluxos de pagamentos anuais até outubro de 2024, bem como atualizações monetárias com base na SELIC; e (d) Refere-se à aquisição da GSHMED 2, pela controlada GSHMED à título de *earn-out* (contraprestação contingente). Os pagamentos adicionais para o antigo proprietário são previstos nos termos do contrato de compra e venda que estipula marcos a serem atingidos na prestação dos serviços e receita apurada para realização dos mesmos. Em 31 de dezembro de 2023 a contraprestação contingente foi remensurada com base em seu valor justo e trazida a valor presente e com expectativa de liquidação ao fim do quadragésimo oitavo mês contados da data da aquisição, tendo sido reconhecidos ganho no resultado do exercício o montante líquido de R$1.805(R$1.306 em 31 de dezembro de 2022). Vencimento por ano

Ano	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2023
Em até 1 ano	**4.287**	**4.287**
Entre 1 e 2 anos	**693**	**693**
Entre 2 e 3 anos	**-**	**2.441**
	4.980	**7.421**

17. **Obrigações fiscais**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
IRPJ e CSLL	**89**	1.697	**7.732**	10.688
PIS e COFINS	**1.744**	1.024	**3.597**	5.468
ISS	**1.740**	645	**5.931**	5.095
ICMS	**282**	-	**1.470**	766
IRRF e CSRF	**281**	122	**1.835**	1.278
Outros	**27**	154	**768**	1.270
	4.163	3.642	**21.333**	24.565
Circulante	**3.954**	3.567	**20.598**	23.511
Não circulante	**209**	75	**735**	1.054

18. **Obrigações trabalhistas**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Férias a pagar	**6.542**	3.295	**9.998**	10.033
Salários e ordenados a pagar	**3.205**	1.485	**4.765**	3.919
INSS, IRRF e FGTS a recolher (*)	**15.798**	3.045	**21.794**	8.208
Provisão de Bônus/ PLR a pagar	**4.793**	-	**4.793**	-
Outros	**110**	66	**-**	196
	30.448	7.891	**41.350**	22.356
Circulante	**25.252**	7.891	**33.574**	22.356
Não circulante	**5.196**	-	**7.776**	-

(*) O montante de R$11.587 refere-se aos encargos trabalhistas sobre o plano RSU (R$7.408 no Circulante e R$4.179 no Não circulante). 19. **Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas** Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a provisão registrada em relação àquelas causas consideradas como perda provável apresenta a seguinte movimentação:

	Controladora		
	Trabalhista	Tributário	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	272	272
Provisões	24	-	24
Reversões	(18)	(272)	(290)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	6	-	6
Provisões	**232**	**-**	**232**
Reversões	**(14)**	**-**	**(14)**
Baixas	**(200)**	**-**	**(200)**
Atualização monetária	**102**	**-**	**102**
Incorporação de controladas	**67**	**-**	**67**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**193**	**-**	**193**

	Consolidado			
	Trabalhista	Cível	Tributário	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	941	-	1.807	2.748
Provisões	334	3	48	385
Reversões	(528)	-	(986)	(1.514)
Atualização monetária	-	-	159	159
Saldo em 31 de dezembro de 2022	747	3	1.028	1.778
Provisões	**488**	**-**	**155**	**643**
Reversões	**(220)**	**-**	**(1.097)**	**(1.317)**
Baixas	**(783)**	**-**	**-**	**(783)**
Atualização monetária	**185**	**-**	**56**	**241**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**417**	**3**	**142**	**562**

Passivos contingentes com expectativa de perda possível Os processos judiciais e administrativos, cuja expectativa de perda é classificada como possível na opinião da Administração do Grupo, baseada no entendimento dos seus consultores jurídicos externos, não possuem provisão correspondente reconhecida. Essas causas estão distribuídas da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Trabalhistas	**3.610**	447	**7.689**	3.879
Cíveis	**102**	61	**756**	479
Tributárias	**-**	-	**3.433**	3.223
	3.712	508	**11.878**	7.581

20. **Patrimônio líquido 20.1. Capital social** Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o capital social da Companhia, subscrito e integralizado, é de R$93.525, sendo representado por 272.756.849 unidade de ações, sendo 229.371.078 unidades de ações ordinárias nominativas e 43.385.771 unidades de ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. As ações são representadas conforme tabela abaixo:

	Quantidade de ações (unidades)		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Rede D'Or São Luiz S.A.	**114.685.589**	**-**	**114.685.589**
EP Investments Corp LLC	**59.132.672**	**-**	**59.132.672**
Opus Medical - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior	**18.789.332**	**-**	**18.789.332**
Paulo Carvalho de Gouvêa	**15.848.903**	**-**	**15.848.903**
Carlos Eduardo Reis da Matta	**7.990.902**	**-**	**7.990.902**
Bernardo Werther de Araújo	**6.495.119**	**-**	**6.495.119**
José Mario Caldas Osório	**3.995.451**	**-**	**3.995.451**
Vitor Hugo Ribeiro Roquete	**2.397.270**	**-**	**2.397.270**
Eduardo Ferro de Carvalho	**35.840**	**-**	**35.840**
Carlos Gama Sauaia	**-**	**14.680.226**	**14.680.226**
Carlos Henrique Delmonaco	**-**	**12.124.692**	**12.124.692**
Carlos de Almeida Vasques de Carvalho Neto	**-**	**4.894.035**	**4.894.035**
Sergio Domingos Vieira	**-**	**4.035.927**	**4.035.927**
Rafael Ribeiro Madke	**-**	**3.614.964**	**3.614.964**
Fabio Nastari	**-**	**2.017.963**	**2.017.963**
Ações em tesouraria	**-**	**2.017.964**	**2.017.964**
Total	**229.371.078**	**43.385.771**	**272.756.849**

20.2. Distribuição de lucros O estatuto social da Companhia estabelece dividendo mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos valores destinados à constituição de reserva legal e à formação ou reversão da reserva de contingências, para pagamento de dividendo obrigatório, aí incluídos proventos distribuídos a título de juros sobre capital próprio, a todos os seus acionistas, observado o disposto no Artigo 202, incisos II e III da Lei das S.A. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia destinou o montante de R$2.866 como dividendos mínimos obrigatórios (R$ 2.308 em 31 de dezembro de 2022).

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	12.068	9.720
Reserva legal (artigo 193 Lei nº6.404)	(603)	(486)
Lucro ajustado	11.465	9.234
Dividendos mínimos obrigatórios	(2.866)	(2.308)
Dividendos adicionais propostos (*)	(7.152)	-
Reserva de investimento	(1.447)	(6.926)
	-	-

(*) Os dividendos adicionais propostos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação, de acordo com as normas do ICPC-08, e serão pagos em data a ser definida em Assembleia Geral Ordinária. **20.3. Reserva legal** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A constituição da reserva legal pode ser dispensada no exercício em que seu saldo, acrescido do montante de outras reservas de capital, exceder a 30% (trinta por centro) do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital. Em 31 de dezembro de 2023 foi constituída a reserva legal no valor de R$603 (R$486 em 31 de dezembro de 2022). **20.4. Reserva de investimento** O estatuto social da Companhia prevê a destinação de até 100% do saldo do lucro líquido do exercício, após as deduções legais previstas, para reserva de investimentos, com aprovação em Assembleia Geral, que tem por finalidade: (i) assegurar recursos para investimentos em bens do ativo permanente, e/ou (ii) reforçar o capital de giro e a estrutura de capital da Companhia; podendo ainda (iii) ser utilizada em operações de resgate, amortização, reembolso ou aquisição de valores mobiliários de emissão da própria Companhia, ou para pagamento de dividendos aos acionistas. Em 31 de dezembro de 2023 foi proposto a destinação para a reserva de investimentos o montante de R$1.447 (R$6.926 em 31 de dezembro de 2022). **20.5. Lucro básico e diluído por ação** O lucro básico por ação é calculado por meio da divisão do lucro líquido do período atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de quotas de cada período. Para os exercícios apresentados, os lucros básico e diluído por ação da Companhia não são equivalentes, considerando que a Companhia possui instrumento com potencial diluitivo. A média ponderada da quantidade de ações utilizadas no cálculo corresponde à quantidade de ações média dos exercícios apresentados.

(Continua...)

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 45B5-643A-8486-7299.

GSH CORP PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ Nº 08.397.078/0001-01

Notas explicativas à demonstrações financeiras individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício das operações continuadas	12.106	9.790
Prejuízo do exercício das operações descontinuadas	(38)	(70)
Lucro líquido do exercício	12.068	9.720
Quantidade média ponderada por lote de mil ações/quotas	270.739	270.739
Lucro líquido por ação/quota básico (em R$)	0,0446	0,0359
	31/12/2023	**31/12/2022**
Lucro líquido do exercício das operações continuadas	12.106	9.790
Quantidade média ponderada por lote de mil ações/quotas	270.739	270.739
Lucro líquido por ação/quota básico (em R$)	0,0447	0,0362
	31/12/2023	**31/12/2022**
Lucro líquido do exercício das operações continuadas	12.106	9.790
Prejuízo do exercício das operações descontinuadas	(38)	(70)
Lucro líquido do exercício	12.068	9.720
Quantidade média ponderada por lote de mil ações/quotas	270.739	270.739
Plano RSU (*)	9.629	9.629
Lucro líquido por ação/quota diluído (em R$)	0,0430	0,0347
	31/12/2023	**31/12/2022**
Lucro líquido do exercício das operações continuadas	12.106	9.790
Quantidade média ponderada por lote de mil ações/quotas	270.739	270.739
Plano RSU (*)	9.629	9.629
Lucro líquido por ação/quota diluído (em R$)	0,0432	0,0349

(*) Em função da 1ª alteração do programa (vide nota 20.6), o cálculo do resultado diluído por ação foi ajustado retrospectivamente. **20.6. Pagamento baseado em ações (Ações Restritas).** *Plano de Outorga de Ações Restritas* Em 30 de setembro de 2021, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária dos acionistas da Companhia a criação do Plano de Outorga de Ações Restritas que estabelece os termos e condições para a outorga de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, sujeitas a determinadas condições, aos administradores e empregados selecionados pelo Conselho de Administração. *1º Programa de Outorga de Ações Restritas* Em 19 de dezembro de 2022, foram assinados os contratos referentes ao 1º Programa de Outorga de Ações Restritas e, com início de vigência em dezembro de 2022, e estabeleceu as condições para a entrega de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia aos administradores e empregados, a exclusivo critério da Companhia. Os direitos dos beneficiários em relação às ações restritas somente serão plenamente adquiridos se estes permanecerem continuamente vinculados à Companhia ou à sociedade sob o seu controle, conforme o caso, por período determinado previsto nos contratos individuais. A Companhia possui opções de compra das Ações pertencentes aos Participantes, podendo ser exercidas ao final do programa ou em casos de desligamento. A Companhia recolhe todos os tributos e encargos incidentes sobre o prêmio, no momento de sua liquidação em ações. Os efeitos dos planos de pagamento baseado em ações, abrangendo todas as outorgas em aberto, no patrimônio líquido e no resultado do exercício, se resumem abaixo:

	31/12/2023			31/12/2022		
	Efeito no resultado do exercício	**Movimentação RSU**	**Efeito acumulado no passivo/ patrimônio líquido**	**Efeito no resultado do exercício**	**Movimentação RSU**	**Efeito acumulado no passivo/ patrimônio líquido**
Despesas liquidadas com ações	**28.005**	**16.548**	**28.717**	712	583	712
	28.005	**16.548**	**28.717**	712	583	712

O 1º Programa de Ações Restritas é mensurado e reconhecido pelos seus valores justos, sendo utilizado o modelo de identificação do *valuation* da Companhia, conforme Pronunciamento Técnico CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações. 1ª Alteração ao Programa Em 31 de dezembro de 2023, em Reunião do Conselho de Administração, foi aprovada a alteração da espécie de ações de emissão da Companhia que poderão ser outorgadas aos Participantes do Programa (de ações ordinárias para ações preferenciais) e a correspondente retificação dos Instrumentos Particulares de Outorga de Ações Restritas celebrados com os participantes do Programa. As mudanças ocorreram conforme tabelas abaixo: Antes

Exercício	Período de carência	Unidade de ações	Situação de maturação	Média do Preço das ações (R$)	Valor justo das ações outorgadas
2024	02/04/2023 a 01/04/2024	1.655.634	Sem maturação	5,58	9.233
2025	02/04/2024 a 01/04/2025	1.655.634	Sem maturação	5,54	9.178
2026	02/04/2025 a 01/04/2026	1.655.634	Sem maturação	5,50	9.099
2027	02/04/2026 a 01/04/2027	1.655.634	Sem maturação	5,44	9.013
2028	02/04/2027 a 01/04/2028	1.655.634	Sem maturação	5,39	8.919

Depois

Exercício	Período de carência	Unidade de ações	Situação de maturação	Média do Preço das ações (R$)	Valor justo das ações outorgadas
2024	02/04/2023 a 01/04/2024	2.727.569	Sem maturação	5,58	15.211
2025	02/04/2024 a 01/04/2025	2.727.569	Sem maturação	5,54	15.120
2026	02/04/2025 a 01/04/2026	2.727.569	Sem maturação	5,50	14.990
2027	02/04/2026 a 01/04/2027	2.727.569	Sem maturação	5,44	14.848
2028	02/04/2027 a 01/04/2028	2.727.569	Sem maturação	5,39	14.694

21. **Receita líquida**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Receita bruta de serviços prestados	**172.254**	120.545	**543.392**	483.777
Receita bruta de produtos	**-**	-	**57.916**	54.299
(-) Impostos sobre serviços	**(9.923)**	(6.538)	**(38.630)**	(34.353)
(-) Impostos sobre produtos	**-**	-	**(9.006)**	(7.905)
(-) Glosas	**(7.276)**	(5.325)	**(19.643)**	(17.408)
(-) Outros abatimentos	**(866)**	(724)	**(2.689)**	(2.052)
	154.189	107.958	**531.340**	476.358

22. **Custos e despesas por natureza**

	Controlada		Consolidado	
	31/12/2023	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Pessoal	**(34.364)**	(29.616)	**(143.537)**	(147.713)
Pagamento baseado em ações	**(28.005)**	(712)	**(28.005)**	(712)
Serviços de terceiros	**(44.868)**	(36.340)	**(127.236)**	(117.474)
Materiais, exames e hemocomponentes	**(22.575)**	(9.657)	**(76.550)**	(71.908)
Depreciação e amortização	**(6.488)**	(6.625)	**(29.324)**	(25.689)
Matéria-prima e demais insumos da produção	**-**	-	**(29.148)**	(27.320)
Despesas tributárias	**(880)**	(669)	**(2.736)**	(3.016)
Despesas com vendas	**(387)**	(499)	**(943)**	(1.454)
Provisão para perdas de crédito esperadas	**1.712**	(9)	**(5.965)**	(5.290)
Reversão (provisão) de riscos tributários, cíveis e trabalhistas	**(218)**	266	**674**	1.129
Remensuração de contraprestação contingente	**-**	-	**4.164**	1.306
Reversão(Provisão) para perda de estoques de hemocomponentes	**165**	(130)	**335**	(585)
Outras receitas (despesas), líquidas	**(101)**	(168)	**1.060**	(1.711)
	(136.009)	(84.159)	**(437.211)**	(400.437)
Classificados como:				
Custos das mercadorias vendidas		-	**(15.349)**	(16.738)
Custos dos serviços prestados	**(73.664)**	(52.090)	**(304.259)**	(278.525)
Despesas gerais e administrativas	**(62.870)**	(32.593)	**(124.425)**	(105.718)
Outras receitas operacionais, líquidas	**525**	524	**6.822**	544
	(136.009)	(84.159)	**(437.211)**	(400.437)

23.**Resultado financeiro**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Receitas financeiras				
Descontos obtidos	**9**	8	**41**	70
Rendimentos em aplicações financeiras	**4.403**	4.513	**13.449**	9.155
Juros sobre debêntures	**5.206**	-	**-**	
Juros sobre mútuos	**852**	-	**-**	
Ganho com variação de instrumento financeiro	**-**	576	**-**	576
Outras receitas financeiras	**267**	799	**900**	262
	10.737	5.896	**14.390**	10.063
Despesas financeiras				
Juros e amortização do custo sobre empréstimos e debêntures	**(82.211)**	(66.548)	**(82.698)**	(67.493)
Taxas sobre debêntures	**(2.205)**	(730)	**(2.205)**	(730)
Juros sobre mútuo com acionistas	**(1.306)**		**(1.181)**	
Juros sobre arrendamentos	**(159)**	(171)	**(2.151)**	(2.266)
Comissões e despesas bancárias	**(58)**	(89)	**(463)**	(730)
Ajuste a valor presente – Contraprestação contingente	**-**	-	**(2.358)**	-
Outras despesas financeiras	**(1.500)**	(1.303)	**(3.691)**	(1.917)
	(87.439)	(68.841)	**(94.747)**	(73.136)
Resultado financeiro	**(76.702)**	(62.945)	**(80.357)**	(63.073)

24. **Imposto de renda e contribuição social** A conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, aplicando as alíquotas fiscais do lucro real e lucro presumido, respectivamente, é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Lucro/(Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social (*)	**(5.265)**	(1.575)	**15.314**	14.115
Resultado de equivalência patrimonial (*)	**(53.220)**	(37.571)	**(1.541)**	(1.267)
Base tributável	**(58.485)**	(39.146)	**13.773**	12.848
Alíquota nominal	**34%**	34%	**34%**	34%
Tributos às alíquotas nominais	**19.885**	13.310	**(4.683)**	(4.368)
Outros ajustes				
Lucro presumido (i)	**-**	-	**3.748**	609
Juros capitalizados	**-**	-	**(1.693)**	-
Juros sobre capital próprio	**(2.520)**	(1.739)	**-**	-
Outros ajustes	**5**	(276)	**616**	417
Despesa de imposto de renda e contribuição social	**17.370**	11.295	**(2.012)**	(3.342)
Corrente	**-**	-	**(20.544)**	(17.710)
Diferido	**17.370**	11.295	**18.532**	14.368
Alíquota efetiva - %	**29,66%**	28,85%	**14,66%**	26,01%

(*) Na Controladora, considera-se o resultado de equivalência com operações descontinuadas. (i) Refere-se a diferença entre os valores reconhecidos no resultado pelas empresas optantes do regime de lucro presumido e o que seria devido caso fossem optantes pelo regime de lucro real. Abaixo a conciliação dos valores reconhecidos no resultado por essas empresas:

	Consolidado	
	31/12/2023	**31/12/2022**
Base tributável	**60.387**	227.936
Alíquota combinada de presunção (8% IRPJ e 12% CSLL)	**20%**	20%
Presunção de lucro	**12.077**	45.587
Imposto calculado com base na presunção (15% IRPJ + 9% CSLL)	**(1.377)**	(5.197)
Adicional de imposto de renda (10%)	**(349)**	(1.245)
Imposto de renda e contribuições sobre a receita operacional	**(1.726)**	(6.442)
Outras receitas e receitas financeiras	**3.085**	3.401
Alíquota fiscal combinada	**34%**	34%
Imposto de renda e contribuições sobre rendimentos em aplicações financeiras	**(1.049)**	(1.156)
Imposto de renda e contribuição social pelo regime do lucro presumido (a)	**(2.775)**	(7.598)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social das empresas optantes pelo lucro presumido	**19.185**	24.140
IRPJ e CSLL (34%) (b)	**(6.523)**	(8.207)
Ajuste lucro presumido (a) - (b)	**3.748**	609

Os impostos diferidos da Companhia foram constituídos conforme abaixo:

Natureza	31/12/2022	Controladora 31/12/2023 Reconhecido no resultado	Controladora 31/12/2023 Ativo (passivo) diferido
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	10.456	5.696	16.152
Provisões com Plano RSU	242	9.522	9.764
Outras adições temporárias	163	1.730	1.893
Total do ativo fiscal diferido	**10.861**	**16.948**	**27.809**
Ágio (*)	**-**	**422**	**(1.273)**
Total do passivo fiscal diferido	**-**	**422**	**(1.273)**
Total do ativo fiscal diferido, líquido	**10.861**	**17.370**	**26.536**

(*) Durante o exercício de 2023, a Companhia reclassificou o montante de R$1.695 de obrigações fiscais para o passivo fiscal diferido.

Natureza	31/12/2021	Controladora 31/12/2022 Reconhecido no resultado	Controladora 31/12/2022 Ativo diferido
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	-	10.456	10.456
Outras adições temporárias	-	405	405
Total do ativo fiscal diferido	-	10.861	10.861

Natureza	31/12/2022	Consolidado 31/12/2023 Reconhecido no resultado	Consolidado 31/12/2023 Ativo diferido
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	11.092	5.442	16.534
Provisões com Plano RSU	242	9.522	9.764
Provisões de fornecedores	796	927	1.723
Provisões de Glosa e PCLD	660	2.121	2.781
Outras adições temporárias	1.650	1.787	3.437
Total do ativo fiscal diferido	**14.440**	**19.799**	**34.239**
Juros capitalizados	-	(1.693)	(1.693)
Ágio (*)	-	422	(1.273)
Outras exclusões temporárias	(72)	4	(68)
Total do passivo fiscal diferido	**(72)**	**(1.267)**	**(3.034)**
Total do imposto diferido	**14.368**	**18.532**	**31.205**
Total do ativo fiscal diferido, líquido	**-**		**-**
Total do passivo fiscal diferido, líquido	**-**		**660**

(*) Durante o exercício de 2023, a Companhia reclassificou o montante de R$1.695 de obrigações fiscais para o passivo fiscal diferido.

Natureza	31/12/2021	Consolidado 31/12/2022 Reconhecido no resultado	Consolidado 31/12/2022 Ativo diferido
IRPJ e CSLL sobre prejuízo fiscal e base negativa	286	10.806	11.092
Provisões com Plano RSU	-	242	242
Provisões de fornecedores	150	646	796
Provisões de Glosa e PCLD	118	542	660
Outras adições temporárias	520	1.130	1.650
Total do ativo fiscal diferido	**1.074**	**13.366**	**14.440**
Outras exclusões temporárias	**-**	**(72)**	**(72)**
Total do passivo fiscal diferido	**-**	**(72)**	**(72)**
Total do ativo fiscal diferido, líquido	**1.074**	**13.294**	**14.368**

Os créditos tributários diferidos foram constituídos no pressuposto de sua provável realização futura, que estabelece as condições essenciais para o reconhecimento contábil e manutenção de ativo diferido, decorrentes de prejuízo fiscal e base negativo de contribuição social e diferenças temporárias. A utilização dos saldos de prejuízo fiscal e base negativa são limitados a 30% do lucro fiscal do exercício em que este será utilizado. A expectativa da Companhia é que os créditos fiscais diferidos sobre os saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social sejam realizados em sua totalidade em 5 anos. 25. **Partes relacionadas** Remuneração de pessoal chave da Administração A Companhia considera como "Pessoal-chave da Administração" somente os integrantes da sua diretoria estatutária. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a remuneração do pessoal-chave da Administração foi resumida como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Salário ou pró-labore	**4.544**	6.134
Remuneração variável	**-**	1.251
Plano RSU	**20.586**	503
Benefícios	**236**	410
Encargos	**5.026**	1.328
	30.392	9.626

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho. Resumo das transações com partes relacionadas

Ativo circulante	Ref.:	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Contas a receber (Nota 6)					
Rede D'Or São Luiz S.A.	(b)	**13.931**	6.963	**29.053**	23.701
Unimed Participações e Investimentos S.A.	(d)	**-**	-	**19.710**	14.563
Serum Hematologia e Hemoterapia S.A.	(k)	**-**	163		
Serviços de Hematologia e Hemoterapia Alta Noroeste Ltda.	(k)	**-**	-	**-**	-
Hemato - Serviços de Hemoterapia Ltda.	(k)	**67**	67	**-**	-
Serviços de Hematologia e Hemoterapia Ltda.	(k)	**-**	23	**-**	-
Banco de Sangue de Santa Teresa Ltda.	(k)	**73**	22	**-**	-
Serviço de Hemoterapia São Carlos Ltda.	(k)	**-**	14	**-**	-
Serviço de Hemoterapia Norte Fluminense Ltda.	(k)	**13**	13	**-**	-
Centro de Hematologia Santos S. A	(k)	**2**	-	**-**	-
Serviço de Medicina Transfusional SMTS Ltda.	(k)	**-**	4	**-**	-
		14.086	7.269	**48.763**	38.264
Créditos com partes relacionadas					
Serum Hematologia e Hemoterapia Ltda.	(a)	**1.800**	1.990	**-**	-
Hemato - Serviços de Hemoterapia Ltda.	(a)	**2.250**	1.573	**-**	-
Banco de Sangue de São Paulo e Serviços de Hemoterapia Ltda.	(a)	**2.175**	1.105	**-**	-
RPH Radiofarmácia Centralizada Ltda	(a)	**164**	2.198	**-**	-
MJM Produtos Farmacêuticos e Radioproteção Ltda.	(a)	**289**	2.184	**-**	-
Serviços de Hematologia e Hemoterapia Ltda.	(a)	**515**	757	**-**	-
Banco de Sangue de Santa Teresa Ltda.	(a)	**956**	352	**-**	-
Unidade Hematológica de São Paulo Ltda.	(a)	**-**	320	**-**	-
Serviço de Hemoterapia São Carlos Ltda.	(a)	**-**	160	**-**	-
Serviço de Hemoterapia Norte Fluminense Ltda.	(a)	**47**	133	**-**	-
GSHMED Hemoterapia S.A.	(a)	**65**	127	**-**	-
GSHMED Leste Fluminense S.A.	(a)	**533**	106	**-**	-
Serviços de Hematologia e Hemoterapia Alta Noroeste Ltda.	(a)	**13**	59	**-**	-
Serviço de Medicina Transfusional SMTS Ltda.	(a)	**-**	31	**-**	-
		8.807	11.095	**-**	-
Dividendos a receber					
GSHMED Hemoterapia S.A.		**4.700**	1.878	-	-
MJM Produtos Farmacêuticos e Radioproteção Ltda.		**1.413**	-	-	-
Serviços de Hematologia e Hemoterapia Alta Noroeste Ltda.		**187**	187	-	-
		6.300	2.065	-	-
Juros sobre capital próprio a receber					
MJM Produtos Farmacêuticos e Radioproteção Ltda.		**2.753**	1.406	-	-
Serum Hematologia e Hemoterapia Ltda.		**2.260**	2.941	-	-
Hemato - Serviços de Hemoterapia Ltda.		**-**	-	-	-
RPH Radiofarmácia Centralizada Ltda		**512**	-	-	-
		7.705	4.347	-	-
Despesas antecipadas (Nota 8)					
B-762 Consultoria	(j)	**1.940**	-	1.940	-
Mútuos					
MJM Produtos Farmacêuticos e Radioproteção S.A.	(e)	**-**	7.046	-	-
Debêntures a receber					
MJM Produtos Farmacêuticos e Radioproteção S.A.	(h)	**35.208**	-	-	-

Passivo circulante	Ref.:	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Fornecedores (Nota 12)					
Rede D'Or São Luiz S.A.	(c)	**3.707**	3.669	**9.146**	10.267
B-762 Consultoria	(j)	**1.940**	-	**1.940**	-
Laboratório Integrado de Análises Clínicas Ltda. (LIAC)	(g)	**74**	63	**1.868**	1.731
Banco de Sangue de São Paulo e Serviços de Hemoterapia Ltda.	(k)	**162**	462	**-**	-
Serviços de Hematologia e Hemoterapia Alta Noroeste Ltda.	(k)	**276**	126	**-**	-
Serum Hematologia e Hemoterapia Ltda.	(k)	**317**	243	**-**	-
Serviços de Hematologia e Hemoterapia Ltda.	(k)	**8**	-	**-**	
GSHMED Hemoterapia S.A.	(k)	**29**	29	**-**	-
		6.513	4.592	**12.954**	11.998
Passivo não circulante					
Mútuos					
MJM Produtos Farmacêuticos e Radioproteção S.A.		**-**	1.606	**-**	-
Passivo não circulante					
Contas a pagar por aquisições (Nota 16)					
Acionistas pessoa física	(f)	**837**	774	**837**	2.259
Unimed	(f)	**-**	-	**2.441**	4.247

Receitas	Ref.:	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Rede D'Or São Luiz S.A.	(b)	**32.757**	15.211	**51.006**	35.270
Unimed Participações e Investimentos S.A.	(d)	**-**	-	**25.710**	22.985
		32.757	15.211	**76.716**	58.255
Custos					
Rede D'Or São Luiz S.A.	(c)	**15.620**	16.931	**39.865**	37.134
Laboratório Integrado de Análises Clínicas Ltda. (LIAC)	(g)	**545**	569	**12.175**	10.592
Despesas financeiras					
Rede D'Or São Luiz S.A.	(i)	**533**	-	**533**	-
EP Investments Corp LLC	(i)	**533**	-	**533**	-
		17.231	17.500	**53.106**	47.726
Saldo resultado com partes relacionadas		**15.526**	(2.289)	**23.610**	10.529

a) Rateio de compartilhamento de recursos e rateio de despesas corporativas, como jurídico, marketing, contabilidade, tesouraria, contas a pagar e contas a receber, entre outros, cujo critério de rateio varia de acordo com a natureza do serviço; b) Receita da Companhia com prestação de serviços médicos hospitalares em hematologia e hemoterapia recebida pela Rede D'Or e Sul América Serviços de Saúde S.A.; c) Remuneração paga à Rede D'Or pela atuação da Companhia e suas controladas em seus hospitais, conforme contrato celebrado entre as partes; d) Referente à prestação de serviços médico-hospitalares em hematologia e hemoterapia; e) Em 27 de setembro de 2021 foi assinado o contrato de mútuo no montante de R$ 6.150 entre a Companhia e sua controlada MJM. O contrato possui prazo de vencimento de 3 anos e será remunerado a 100% do CDI, em 31 de dezembro de 2023 o mútuo encontra-se quitado. f) Contas a pagar com acionistas pessoa física por aquisições de participação societária (vide Nota 16); g) Contas a pagar e custos pelos serviços prestados pela LIAC, relativos à atividade laboratorial e análises clínicas; h) Debêntures privadas entre a MJM e GSH Corp, conforme explicado na Nota 25.1; e i) Juros sobre mútuo com acionistas, conforme explicado na nota 25.2. j) Contas a pagar com membro do Conselho de Administração por serviço de consultoria e assessoria na realização de parcerias de longo prazo e operações de aquisições. Contrato com vigência até 31 de dezembro de 2024. Adicionalmente, será pago êxito de 2,5% pela celebração de novas parcerias (contratos de prestação de serviços com clientes novos da Companhia) e pela concretização de operações de fusões e aquisições será pago êxito de 1% do valor das ações do ativo adquirido. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi reconhecido o valor de R$625 referente a assessoria na obtenção de um cliente novo (classificado como custo incremental para obtenção de contrato de direito de exclusividade). k) Refere-se à transferência de hemocomponentes e outros para prestação do serviço de hemoterapia. Contrato de exclusividade do Grupo GSH com a Rede D'Or O Grupo GSH possui contrato de exclusividade com o Grupo Rede D'Or, onde suas investidas prestam serviços de hemoterapia com exclusividade a todos os hospitais do Grupo Rede D'Or, que compreende a Rede D'Or São Luiz S.A. e suas afiliadas. Os serviços prestados pelo Grupo são remunerados (i) diretamente por meio das operadoras de planos privados de assistência à saúde, no caso de pacientes que possuem plano de saúde credenciado; ou (ii) no caso de pacientes particulares ou pacientes que sejam beneficiários de plano de saúde ao qual o hospital Rede D'Or seja credenciado e o Grupo GSH não seja credenciado, por meio de faturamento dos serviços pela Rede D'Or e reembolso a Companhia e suas controladas. Adicionalmente, nos termos do contrato de exclusividade celebrado com a Rede D'Or, a Companhia e suas controladas deverão pagar à Rede D'Or um valor mensal equivalente a percentual do valor bruto total faturado pela Companhia e suas controladas, em todos os hospitais e agências transfusionais do Grupo Rede D'Or, a título de remuneração pelos serviços de suporte prestados pela Rede D'Or. Referida remuneração encontra-se consistente e em condições de mercado com os demais contratos de exclusividade celebrados pelo Grupo GSH. Ademais, não há quaisquer garantias dadas ou recebidas entre as partes. O contrato permanecerá em vigor por 25 anos, a contar de sua celebração em 08 de setembro de 2016, ou seja, até setembro de 2041, renovado automaticamente por igual período caso não haja manifestação contrária de nenhuma das partes. **25.1 Debêntures (MJM x GSH Corp)** Em 30 de dezembro de 2022, foi assinado o instrumento particular da 1º emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única da MJM. Essa emissão foi aprovada em AGE realizada na mesma data. Foram emitidas 340 (trezentos e quarenta) debêntures no valor de R$100.000,00 (cem mil reais) cada perfazendo o total da emissão no valor de R$34.000 com a GSH Corp e seu desembolso ocorrido em janeiro de 2023. O cronograma de amortização das debêntures é como segue:

Data	% correspondente ao valor nominal unitário das Debêntures
30 de dezembro de 2025	14,28%
30 de junho de 2026	16,67%
30 de dezembro de 2026	20,00%
30 de junho de 2027	25,00%
30 de dezembro de 2027	33,33%
30 de junho de 2028	50,00%
30 de dezembro de 2028	100,00%

A partir da data de emissão incide sobre o valor nominal unitário a taxa de juros equivalentes a CDI + 2,90% a.a., apropriados mensalmente. Os juros serão pagos trimestralmente a partir da data de emissão, no dia 30 dos meses de março, junho, setembro e dezembro de cada ano, ocorrendo o primeiro pagamento em 30 de março de 2023 e o último na data de vencimento. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a GSH Corp registrou o montante de R$5.206 de receita financeira. A MJM registrou R$227 de despesa financeira e o montante de R$4.979 foi capitalizado no imobilizado. Essas transações são eliminadas na consolidação. Em 31 de dezembro de 2023, o montante a receber é de R$35.208 (R$1.208 no Circulante e R$34.000 no não circulante).

(Continua...)

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 45B5-643A-8486-7299.

GSH CORP PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 08.397.078/0001-01

Notas explicativas à demonstrações financeiras individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	31/12/2022	Juros incorridos	Juros capitalizados	Pagamentos	31/12/2023
Ativo – GSH Corp	34.000	5.206	-	(3.998)	35.208
Passivo – MJM	(34.000)	(227)	(4.979)	3.998	(35.208)
	-	4.979	(4.979)	-	-

25.2 Mútuo com acionistas Em 29 de março de 2023, os acionistas, Rede D'Or e EP Investments, desembolsaram o montante de R$7.500 cada, totalizando o valor de R$15.000. No dia 15 de setembro de 2023, a Companhia efetuou a liquidação deste mútuo no montante de R$16.066, e sua remuneração representou o equivalente a taxa de CDI + 4% ao ano. Nenhuma garantia fez parte desta operação. 26. **Seguros** O Grupo mantém a política de contratar cobertura de seguros de forma global para riscos de responsabilidade civil, instalação e montagem relacionados aos seus ativos operacionais, especificamente associados às edificações próprias no segmento de prevenção de incêndio. Os seguros contratados possuem cobertura sobre responsabilidade civil, danos materiais, entre outros.

	Controladora		
	Data de vigência		
Descrição de seguro	De	Até	Valor da cobertura
Responsabilidade civil	Abril/2023	Abril/2024	15.000
Patrimonial/Outros	Setembro/22	Setembro/24	15.888

			Consolidado			
			31/12/2023		31/12/2022	
Ativos financeiros	Classificação por categoria	Hierarquia do valor Justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Equivalentes de caixa (aplicações financeiras)	Valor justo por meio de resultado	Nível 2	124.561	124.561	109.696	109.696
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio de resultado	Nível 2	44.007	44.007	10.452	10.452
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	-	157.569	157.569	135.015	135.015
Contas a receber com partes relacionadas	Custo amortizado	-	48.763	48.763	38.264	38.264
Passivos financeiros						
Fornecedores e outras contas a pagar	Custo amortizado	-	55.848	55.848	30.800	30.800
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	-	130.166	130.166	53.803	53.803
Debêntures	Custo amortizado	-	463.996	510.985	434.846	450.870
Obrigações por arrendamento	Custo amortizado	-	25.286	25.286	25.992	25.992
Contas a pagar por aquisições	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	4.980	4.980	6.277	6.277
Contas a pagar por aquisições (*)	Valor justo por meio do resultado	Nível 3	2.441	2.441	4.247	4.247
Contas a pagar a partes relacionadas	Custo amortizado	-	12.954	12.954	11.998	11.998

(*) Para determinar o valor justo deste contas a pagar por aquisição (Vide Nota 16 – item d) foi utilizado o modelo estatístico Monte Carlo, que prevê os potenciais cenários de pagamento. Conforme o contrato de compra e venda, foi efetuado um pagamento mínimo de R$3.120, e o valor máximo potencial é de R$10.400. O valor exato a ser pago será definido de acordo com a receita bruta apurada em 5 aferições ao longo de 48 meses, a partir da data de assinatura do contrato, sendo previstas mais duas apurações até 2025. Uma meta de receita bruta de R$ 8.150 para o pagamento máximo foi estabelecida e o valor final a ser pago é determinado com base no percentual da receita bruta atingida sobre a meta contratual. A Administração do Grupo é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco e os gestores de cada área se reportam regularmente à Administração sobre as suas atividades. As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais o Grupo está exposto, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisadas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. O Grupo, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. **27.2. Risco de crédito** O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, o que levaria ao reconhecimento de perdas. O Grupo está exposto ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente, com relação ao contas a receber de clientes) e de financiamento, incluindo caixa e equivalentes de caixa e outros instrumentos financeiros. No caso de constatação de risco iminente de não realização destes ativos, o Grupo registra provisões para trazê-los ao seu valor provável de realização. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, sua experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela Diretoria Financeira. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência além dos montantes provisionados para essas contrapartes. As provisões para perdas de crédito esperadas estão apresentadas como redução do saldo de contas a receber e são constituídas em montante considerado suficiente pela administração para fazer face às perdas na realização dos valores faturados, considerando o histórico de recebimento por operadora/cliente, além da análise individual dos recebíveis para capturar riscos específicos da contraparte, se houver. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. **27.3. Risco de liquidez** Risco de liquidez é o risco de o Grupo encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. O objetivo do Grupo é manter um balanço adequado entre a continuidade da disponibilização de recursos. A abordagem do Grupo na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Grupo. As tabelas abaixo demonstram análise dos vencimentos para os passivos financeiros em aberto, sem os custos de transação relativos as debêntures, em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 (valores não descontados):

			Controladora	
	Valor Contábil	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Em 31 de setembro de 2023				
Fornecedores e outras contas a pagar	22.729	22.729	-	-
Empréstimos	129.295	5.802	17.427	106.066
Debêntures	469.722	153.722	143.640	172.360
Obrigações por arrendamento	1.918	765	1.153	-
Contas a pagar por aquisições	4.980	4.287	693	-
Contas a pagar a partes relacionadas	6.513	6.513	-	-
	635.157	193.818	162.913	278.426
Em 31 de dezembro de 2022				
Fornecedores e outras contas a pagar	3.918	3.918	-	-
Empréstimos	49.753	-	49.753	-
Debêntures	442.767	12.767	322.465	107.535
Obrigações por arrendamento	2.363	704	1.394	265
Contas a pagar por aquisições	4.792	224	4.568	-
Contas a pagar a partes relacionadas	4.592	4.592	-	-
	508.185	22.205	378.180	107.800

			Consolidado	
	Valor Contábil	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Em 31 de dezembro de 2023				
Fornecedores e outras contas a pagar	55.848	55.848	-	-
Empréstimos e financiamentos	130.166	5.666	17.760	106.740
Debêntures	469.722	153.722	143.640	172.360
Obrigações por arrendamento	25.286	5.234	7.242	12.720
Contas a pagar por aquisições	7.421	4.287	693	2.441
Contas a pagar partes relacionadas	12.954	12.954	-	-
	701.397	237.711	169.335	294.261
Em 31 de dezembro de 2022				
Fornecedores e outras contas a pagar	30.800	30.800	-	-
Empréstimos e financiamentos	53.803	-	52.838	965
Debêntures	442.767	12.767	322.465	107.535
Obrigações por arrendamento	25.992	3.992	12.056	9.944
Contas a pagar por aquisições	10.524	1.709	4.568	4.247
Contas a pagar partes relacionadas	11.998	11.998	-	-
	575.884	61.266	391.927	122.691

Não é esperado que os fluxos de caixa incluídos na análise de maturidade do Grupo possam ocorrer significativamente mais cedo, ou em valores diferentes. **27.4. Risco de mercado** O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado inclui aplicações financeiras. O Grupo efetua testes de análises de sensibilidade conforme requerido pelas práticas contábeis, elaborados com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos relevantes, em aberto no fim do período deste relatório, assumindo que o valor dos ativos e passivos a seguir estivesse em aberto durante todo o período, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos. As taxas utilizadas para cálculo dos cenários prováveis são referenciadas por fonte externa independente, na exposição líquida, quando aplicável. Risco de taxa de juros O Grupo utiliza a geração de caixa das atividades operacionais para gerir as suas operações assim como para garantir seus investimentos e expansão. Para suprir eventuais necessidades de caixa para desenvolvimento do negócio, o Grupo obtém empréstimos, financiamentos, debêntures e parcela do contas a pagar por aquisições em moedas locais sujeitos à flutuação da taxa CDI e TJLP. A parcela remanescente do saldo do contas a pagar por aquisições está sujeita à flutuação da SELIC. O risco inerente a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas que impactem seus fluxos de caixa. O Grupo também está exposta à flutuação de taxas de juros referentes ao saldo de aplicações financeiras, que são remuneradas com base em percentuais do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). A análise de sensibilidade, dos juros sobre os equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, contas a pagar por aquisições e debêntures consolidados, utilizou as projeções do CDI, SELIC e TJLP para os próximos 12 meses, este definido como cenário provável, por meio dos relatórios de análise econômica do Bradesco. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 e 3 correspondem a uma alteração de +/- 50 pontos-base nas taxas. Os resultados, em valores nominais, são como seguem:

			Controladora			Consolidado			
Operação	Risco	Valor contábil	Cenário I provável	Cenário II -5%	Cenário III +5%	Valor contábil	Cenário I provável	Cenário II -5%	Cenário III +5%
Ativo									
Equivalentes de caixa	CDI	62.442	68.155	67.870	68.441	120.673	131.715	131.163	132.267
Títulos e valores mobiliários	CDI	31.192	34.333	34.176	34.490	44.007	48.034	47.832	48.235
Passivo									
Empréstimos e financiamentos	CDI	(129.295)	(141.125)	(140.534)	(141.717)	(129.295)	(141.125)	(140.534)	(141.717)
Empréstimos e financiamentos	TJLP	-	-	-	-	(871)	(929)	(926)	(932)
Debêntures	CDI	(463.996)	(506.452)	(504.329)	(508.574)	(463.996)	(506.452)	(504.329)	(508.574)
Contas a pagar por aquisições	85% do CDI	(4.032)	(4.346)	(4.330)	(4.361)	(4.032)	(4.346)	(4.330)	(4.361)
Contas a pagar por aquisições	SELIC	(948)	(1.043)	(1.039)	(1.048)	(948)	(1.043)	(1.039)	(1.048)
Passivo líquido		(504.637)	(550.478)	(548.186)	(552.769)	(434.462)	(474.146)	(472.163)	(476.130)
Efeito líquido			(45.841)	(43.549)	(48.132)		(39.684)	(37.701)	(41.668)
CDI (a.a.)			9,15%	8,69%	9,61%		9,15%	8,69%	9,61%
SELIC (a.a.)			10,07%	9,57%	10,57%		10,07%	9,57%	10,57%
TJLP (a.a.)			6,70%	6,37%	7,04%		6,70%	6,37%	7,04%

Risco cambial Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia estava exposta a risco de variação cambial decorrente de operações comerciais das suas controladas MJM e RFC com fornecedores no exterior. A análise de sensibilidade, da taxa de câmbio sobre o passivo financeiro consolidado, utilizou a projeção do Euro (€) e do Dólar (U$) para os próximos 12 meses, este definido como cenário provável. Foi obtida a projeção de R$5,26 e R$4,70, respectivamente, divulgada no relatório de projeções econômicas de longo prazo do Bradesco. Os resultados, em valores nominais, são como seguem:

			Consolidado	
Operação	Risco	Valor em Euros	Valor contábil	Cenário provável
Passivo				
Fornecedores estrangeiros	€	(257)	(1.415)	(1.351)
Efeito líquido da variação do Euro				64
Euro em 31 de dezembro de 2023				R$5,51
Euro projetado para 12 meses				R$5,26

			Consolidado	
Operação	Risco	Valor em Dólar	Valor contábil	Cenário provável
Passivo				
Fornecedores estrangeiros	U$	(788)	(3.939)	(3.703)
Efeito líquido da variação do Dólar				236
Dólar em 31 de dezembro de 2023				R$5,00
Dólar projetado para 12 meses				R$4,70

27.5. Gestão de capital O Grupo utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que, a utilização de capital de terceiros, visa otimizar sua estrutura de capital. O Grupo monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde aos empréstimos e financiamentos, debêntures e contas a pagar por aquisição, menos o montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. O Grupo apresenta a seguinte estrutura de capital em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022:

	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	129.295	49.753
Debêntures (Nota 14)	463.996	434.846
Contas a pagar por aquisição (Nota 16) (*)	4.980	-
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(64.176)	(54.623)
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	(31.192)	-
Dívida líquida (a)	502.903	429.976
Patrimônio líquido (b)	133.742	108.440
Total do capital (a+b)	636.645	538.416
Índice de alavancagem financeira - % [a/(a+b)]	78,99%	79,86%

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	130.166	53.803
Debêntures (Nota 14)	463.996	434.846
Contas a pagar por aquisição (Nota 16) (*)	7.421	-
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(124.561)	(112.554)
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	(44.007)	(10.452)
Dívida líquida (a)	433.015	365.643
Patrimônio líquido (b)	138.073	111.741
Total do capital (a+b)	571.088	477.384
Índice de alavancagem financeira - % [a/(a+b)]	75,82%	76,59%

(*) Alterado conforme AGD realizada em 1º de agosto de 2023 (vide Nota 14). 28. **Operação descontinuada** Em 27 de setembro de 2021, o Conselho de Administração decidiu pelo encerramento das atividades da controlada HVL Assessoria e Planejamento em Proteção Radiológica Ltda. ("HVL"), no contexto de alteração na estratégia do Grupo GSH e reavaliação dos custos dos serviços. O plano de encerramento possui como principais ações, os seguintes itens: (i) cancelamento de contrato de clientes; (ii) devolução do prédio administrativo e cancelamento do contrato de locação; (iii) desligamento de colaboradores; (iv) alienação de determinados ativos em transações a valores de mercado. A Companhia avaliou que o seu investimento na HVL passou a atender aos critérios do Pronunciamento Técnico CPC 31 - Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada (IFRS5) e como resultado desta operação, reclassificou os ativos e passivos da HVL para o grupo de ativos mantidos para venda e como operação descontinuada. Adicionalmente, o resultado das operações descontinuadas da HVL e itens relacionados ao mesmo, foram reclassificados para a rubrica "operações descontinuadas" para fins de uma melhor comparabilidade das informações financeiras como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do exercício comparativo. Em 31 de maio de 2023 a HVL foi incorporada pela Companhia, conforme divulgado na nota 1.1. O impacto no resultado consolidado proveniente da empresa HVL consta abaixo. *Demonstrações dos resultados consolidado*

	31/12/2023
Custos dos serviços prestados	(7)
Lucro bruto	(7)
Despesas gerais e administrativas	(9)
Outras receitas/despesas operacionais	(16)
Lucro operacional	(32)
Resultado financeiro	(6)
	(38)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	
Imposto de renda e contribuição social	-
Prejuízo proveniente das operações descontinuadas	(38)

29. **Informações por segmento** Para fins de análise e gerenciamento das operações, o Grupo é dividido em unidade de negócios, com base nos produtos e serviços, em dois segmentos operacionais sujeitos à divulgação de informações: • O segmento de hemoterapia e terapia celular que compreendem a execução das atividades de coleta de sangue, mediante a realização de exames laboratoriais no sangue coletado, processamento, estocagem, distribuição e aplicação do sangue e seus componentes. • O segmento de radiofarmácia que compreende a fabricação e comercialização de preparações farmacêuticas e reagentes de diagnósticos, prestação de serviços nestas áreas, distribuição de matérias primas e de produtos e medicamentos rádiofarmacos. A Administração, na figura do Conselho de Administração (o principal gestor das operações da entidade), monitora separadamente os resultados operacionais de cada um dos segmentos para poder tomar decisões sobre alocação de recursos e avaliar o desempenho. O desempenho dos segmentos é ainda avaliado com base no lucro ou prejuízo operacional dessas empresas. Adicionalmente, o Conselho de Administração monitora também os saldos de (i) caixa e equivalentes de caixa, (ii) contas a receber, (iii) estoques, (iv) empréstimos e financiamentos e (v) debêntures e que estão abaixo apresentadas:

	31/12/2023				
Ativo	Hemoterapia e terapia celular	Radiofarmácia	Total dos segmentos	Eliminações (*)	Consolidado
Caixa e equivalentes de caixa	119.293	5.268	124.561	-	124.561
Títulos e valores mobiliários	42.797	1.210	44.007	-	44.007
Contas a receber	196.427	13.167	209.594	(13.265)	196.329
Estoques	9.854	12.890	22.744	-	22.744
Debêntures	35.208	-	35.208	(35.208)	-
Outros ativos	716.133	90.894	807.027	(292.642)	514.385
Total do ativo	1.119.712	123.429	1.243.141	(343.115)	902.026
Passivo					
Empréstimos e financiamentos	129.295	871	130.166	-	130.166
Debêntures	463.996	35.208	499.204	(35.208)	463.996
Outros passivos	175.185	36.227	211.412	(41.621)	169.791
Total do passivo	768.476	72.306	840.782	(76.829)	763.953

	31/12/2022				
Ativo	Hemoterapia e terapia celular	Radiofarmácia	Total dos segmentos	Eliminações (*)	Consolidado
Caixa e equivalentes de caixa	107.089	5.465	112.554	-	112.554
Títulos e valores mobiliários	10.452	-	10.452	-	10.452
Contas a receber	144.864	10.577	155.441	(5.384)	150.057
Estoques	11.567	8.134	19.701	-	19.701
Outros ativos	774.461	55.133	829.594	(389.707)	439.887
Total do ativo	1.048.433	79.309	1.127.742	(395.091)	732.651
Passivo					
Empréstimos e financiamentos	49.753	4.050	53.803	-	53.803
Debêntures	434.846	-	434.846	-	434.846
Outros passivos	127.960	42.028	169.988	(38.592)	131.396
Total do passivo	612.559	46.078	658.637	(38.592)	620.045

	31/12/2023				
	Hemoterapia e terapia celular	Radiofarmácia	Total dos segmentos	Eliminações (*)	Consolidado
Receita bruta	510.077	103.986	614.063	(12.755)	601.308
Receita líquida (**)	455.314	88.781	544.095	(12.755)	531.340
Gastos com pessoal	(127.500)	(16.037)	(143.537)	-	(143.537)
Pagamento baseado em ações	(28.005)	-	(28.005)	-	(28.005)
Materiais, exames e hemocomponentes	(82.554)	(35.899)	(118.453)	12.755	(105.698)
Serviços de terceiros e aluguéis	(115.379)	(11.857)	(127.236)	-	(127.236)
Depreciação e amortização	(25.683)	(3.641)	(29.324)	-	(29.324)
Equivalência patrimonial	59.978	-	59.978	(58.437)	1.541
Receitas financeiras	18.586	2.056	20.642	(6.252)	14.390
Despesas financeiras	(93.631)	(2.390)	(96.021)	1.274	(94.747)
Imposto de renda e contribuição social	4.460	(6.472)	(2.012)	-	(2.012)
Outros montantes que impactam o lucro	(3.783)	372	(3.411)	-	(3.411)
Lucro líquido do exercício	61.803	14.913	76.716	(63.415)	13.301

	31/12/2022				
	Hemoterapia e terapia celular	Radiofarmácia	Total dos segmentos	Eliminações (*)	Consolidado
Receita bruta	454.473	91.221	545.694	(7.619)	538.075
Receita líquida (**)	405.248	78.729	483.977	(7.619)	476.358
Gastos com pessoal	(133.361)	(14.352)	(147.713)	-	(147.713)
Pagamento baseado em ações	(712)	-	(712)	-	(712)
Materiais, exames e hemocomponentes	(71.908)	(35.244)	(107.152)	7.924	(99.228)
Serviços de terceiros e aluguéis	(106.479)	(10.995)	(117.474)	-	(117.474)
Depreciação e amortização	(22.945)	(2.744)	(25.689)	-	(25.689)
Equivalência patrimonial	44.386	-	44.386	(43.119)	1.267
Receitas financeiras	10.351	702	11.053	(990)	10.063
Despesas financeiras	(71.529)	(2.597)	(74.126)	990	(73.136)
Imposto de renda e contribuição social	44	(3.386)	(3.342)	-	(3.342)
Outros montantes que impactam o lucro	(8.923)	(698)	(9.621)	-	(9.621)
Lucro líquido do exercício	44.172	9.415	53.587	(42.814)	10.773

(*) As transações realizadas entre os segmentos e os investimentos são eliminadas no momento da consolidação e refletidas na coluna "Eliminações". (**) Receita referente a três clientes no montante de R$223.501 (R$141.062 em 31 de dezembro de 2022), resultantes da prestação de serviços no segmento de Hemoterapia e terapia celular. 30. **Transações que não envolvem caixa** Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia realizou a seguinte atividade que não envolveu caixa e, portanto, foi excluída da demonstração dos fluxos de caixa:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2023
Direito de uso/ obrigações por arrendamento	279	4.796
Intangível (Direito de exclusividade) / Fornecedores	12.500	12.500
JSCP não recebidos	7.593	-
IRRF a recuperar sobre JSCP	1.111	-

31. **Eventos subsequentes** Desembolso FINEP Em 20 de fevereiro de 2024 foi efetuado o primeiro desembolso pela FINEP no valor líquido de R$19.239. Fechamento da operação com a R2IBF No dia 23 de fevereiro de 2024 ("Data de fechamento"), após a verificação do cumprimento de todas as condições precedentes, a Companhia concluiu o processo de combinação de negócios com a R2IBF, nos termos do acordo descrito na nota explicativa 1. A R2IBF realizou Assembleia Geral Extraordinária em 23 de fevereiro de 2024 aprovando a emissão de 39.917.551 novas ações ordinárias ("novas ações"), nominativas e sem valor nominal, com direito a voto e livres e desembaraçadas de quaisquer ônus. Estas novas ações representam 50,01% do capital social votante e total da R2IBF, as quais foram subscritas e integralizadas pela Companhia através de aporte ao capital social da R2IBF: (i) da totalidade das participações societárias de suas subsidiárias voltadas ao segmento de radiofarmácia (MJM e RFC); e (ii) do valor adicional de R$5.562, pago em 23 de fevereiro de 2024. Em decorrência da consumação da Operação, a Companhia tornou-se titular da maioria das ações ordinárias do capital social total e votante da R2IBF. As demais ações do capital social da R2IBF são detidas pela R2 IBF Holding Participações S/A, sociedade formada pelos acionistas que anteriormente controlavam a R2IBF. Nesta mesma data, foi assinado o acordo de acionistas da R2IBF, entre a Companhia e a R2 IBF Holding Participações S/A, o qual regulará o exercício dos direitos políticos e patrimoniais na qualidade de acionistas da R2IBF. A Companhia está em processo de mensuração dos valores justos da contraprestação paga aos acionistas da R2IBF, bem como dos ativos adquiridos e passivos assumidos com a transação e, portanto, entende que não é possível divulgar até o momento os efeitos da alocação preliminar de mais valias e apuração de ágio ou deságio.

A DIRETORIA

Simone Pacheco Lemos do Amaral - Contador- CRC RJ 110089/O-5

(Continua...)

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 45B5-643A-8486-7299.

GSH CORP PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ Nº 08.397.078/0001-01

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e acionistas da **GSH Corp Participações S.A.** Rio de Janeiro - RJ **Opinião** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da GSH Corp Participações S.A. ("GSH Corp" ou "Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Reconhecimento de receita de serviços prestados Conforme mencionado nas notas explicativas 3.15 e 21, as receitas da Companhia são oriundas de prestação de serviços médicos hospitalares em hematologia e hemoterapia, e o reconhecimento é efetuado com base nos serviços executados até à data do balanço, para os quais é necessário determinar de forma apropriada o montante da receita a ser reconhecida e a estimativa das perdas ("glosas") sobre os procedimentos efetuados, materiais e medicamentos utilizados que usualmente não são aprovados pelos planos e operadoras de saúde. Estes processos envolvem análises complexas para assegurar que as receitas dos serviços prestados sejam contabilizadas dentro do correto período de competência e pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, bem como assegurar que os saldos a receber correspondentes estejam reconhecidos pelo valor realizável. Devido à relevância dos montantes envolvidos e às características inerentes ao processo de reconhecimento de receita e as estimativas relacionadas à mensuração das glosas, assim como o impacto que eventuais mudanças nas premissas e estimativas utilizadas teriam sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto significativo em nossos trabalhos de auditoria. *Como nossa auditoria conduziu o assunto* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros (i) o entendimento dos processos e controles internos relacionados com o registro da receita; (ii) avaliação do reconhecimento da receita, por meio de testes documentais para uma amostra selecionada; (iii) análise mensal das receitas para identificar relações ou movimentações dissonantes às nossas expectativas baseadas em nosso conhecimento da Companhia e da indústria na qual está inserida; (iv) análise das premissas utilizadas para determinação dos percentuais de perda com glosas; (v) recálculo das provisões para glosas, com base na receita reconhecida em 31 de dezembro de 2023 e percentuais de perdas com glosas auferidas; e (vi) avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre esse assunto nas demonstrações financeiras. Baseado no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, identificamos ajustes de auditoria, os quais não foram realizados pela Companhia em decorrência da sua imaterialidade, individual e agregada, sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Recuperabilidade de ágios gerado em combinação de negócios Conforme divulgado na nota explicativa 11, a Companhia possui contabilizado ágio por expectativa de rentabilidade futura. Nos termos das práticas contábeis adotadas no Brasil e das IFRS emitidas pelo IASB, a Companhia deve testar anualmente o valor do ágio para determinar se houve perda do valor recuperável. Esse teste foi avaliado como um dos principais assuntos de auditoria, considerando a magnitude dos valores envolvidos e o fato do processo de avaliação da recuperabilidade destes ativos envolver subjetividade, bem como ser baseado em diversas premissas, tais como a determinação das unidades geradoras de caixa, taxas de descontos, projeção de inflação, percentuais de crescimento e entre outros. *Como nossa auditoria conduziu o assunto* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros (i) a avaliação dos critérios de definição e identificação das UGCs; (ii) o envolvimento de nossos especialistas para auxílio na avaliação das projeções elaboradas pela diretoria para recuperabilidade destes ativos; (iii) avaliação da adequação e consistência das premissas utilizadas nas estimativas e projeções dos fluxos de caixa futuros comparando-as, quando disponível, com dados de fontes externas, tais como o crescimento econômico projetado e a inflação de custos; (iv) avaliação da metodologia e critérios matemáticos sobre as premissas aplicadas pela diretoria; e (v) revisão das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de valor recuperável dos ágios, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos** *Demonstrações do valor adicionado* As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2024.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F
Leonardo Amaral Donato
Contador CRC RJ-090794/O

SALINOR - SALINAS DO NORDESTE S.A.

CNPJ 03.994.427/0001-40

Relatório da Administração: Submetemos à apreciação dos acionistas as Demonstrações Financeiras da Salinor Salinas do Nordeste S.A., referentes ao exercício social de 2023, compreendendo o Balanço Patrimonial, as Demonstrações de Resultado, dos Fluxos de Caixa e das Mutações do patrimônio Líquido, nos termos da lei das sociedades por ações. As Demonstrações Financeiras consolidadas da Sociedade incluem as demonstrações financeiras da Sociedade e de suas controladas, Navenor S.A. Serviços Marítimos e Quatro Ventos Energia S.A. e sua coligada indireta Intersal S.A.. As Demonstrações Financeiras foram auditadas pela BAKER TILLY BRASIL RJ AUDITORES INDEPENDENTES. A íntegra do relatório de auditoria está à disposição na sede da empresa na Estrada da Gávea nº 696, sala 502 - São Conrado, CEP 22.610-002, Rio de Janeiro-RJ. Rio de Janeiro, 20 de março de 2024.

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
ATIVO	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Circulante	**137.850**	**114.035**	**146.641**	**123.559**
Caixa e equivalentes de caixa	16.990	6.389	21.191	12.653
Contas a receber de clientes	74.762	62.477	75.818	62.773
Estoque	38.572	36.663	40.490	38.446
Adiantamentos a fornecedores	3.457	2.510	3.859	3.061
Impostos a recuperar	2.951	5.128	4.047	5.599
Despesas antecipadas	517	355	618	491
Outros créditos	601	513	618	536
Não circulante	**91.512**	**77.478**	**111.611**	**104.946**
Aplicação financeira	–	–	1.650	2.149
Depósitos judiciais	2.861	3.214	2.921	3.299
Tributos diferidos	551	3.482	4.345	6.839
Despesas antecipadas	144	144	144	144
Investimento em controlada	21.931	15.069	–	–
Imobilizado	64.955	55.352	101.474	92.298
Intangível	1.070	217	1.077	217
TOTAL DO ATIVO	**229.362**	**191.513**	**258.252**	**228.505**

	Controladora		Consolidado	
PASSIVO	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Circulante	**86.597**	**95.632**	**82.282**	**98.256**
Fornecedores	52.868	34.733	38.075	29.764
Empréstimos e financiamentos	21.114	49.076	26.677	53.776
Adiantamentos de clientes	66	73	66	73
Obrigações tributárias	3.575	3.140	4.759	3.757
Obrigações sociais a pagar	6.678	5.622	8.871	7.404
Parcelamento fiscal	1.826	2.311	1.826	2.311
Outros débitos	470	677	1.851	1.171
Arrendamento	–	–	157	–
Não circulante	**43.300**	**19.040**	**76.505**	**53.408**
Parcelamento fiscal	2.050	4.041	2.050	4.041
Empréstimos e financiamentos	39.068	12.566	67.630	46.691
Subvenções de reinvestimento	561	167	561	167
Contingências	1.621	2.266	1.864	2.509
Arrendamento	–	–	4.256	–
Outros débitos	–	–	144	–
Patrimônio líquido	**99.465**	**76.841**	**99.465**	**76.841**
Capital social	69.020	69.020	69.020	69.020
Reserva legal	1.985	537	1.985	537
Reserva de incentivos fiscais	9.312	3.078	9.312	3.078
Reserva de retenção de lucros	19.148	4.206	19.148	4.206
TOTAL DO PASSIVO	**229.362**	**191.513**	**258.252**	**228.505**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva Legal	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva de retenção de lucros	Resultados acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**69.020**	**–**	**560**	**–**	**–**	**69.580**
Resultado do exercício	–	–	–	–	13.254	13.254
Constituição de reservas	–	537	2.518	4.206	(7.261)	–
Dividendos distribuídos	–	–	–	–	(5.993)	(5.993)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**69.020**	**537**	**3.078**	**4.206**	**–**	**76.841**
Resultado líquido do exercício	–	–	–	–	35.204	35.204
Constituição de reservas	–	1.448	6.234	19.148	(26.830)	–
Dividendos distribuídos	–	–	–	(4.206)	(8.374)	(12.580)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**69.020**	**1.985**	**9.312**	**19.148**	**–**	**99.465**

Demonstrações dos Resultados em 31/12/2023 e 2022

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Receita líquida de vendas	**437.719**	**402.366**	**447.066**	**400.727**
No país	341.934	297.721	351.281	296.082
No exterior	95.785	104.645	95.785	104.645
Custos dos produtos vendidos	(350.505)	(329.258)	(346.375)	(315.958)
Resultado bruto	**87.214**	**73.108**	**100.691**	**84.769**
Receitas (despesas) operacionais	**(46.420)**	**(50.682)**	**(55.636)**	**(57.132)**
Vendas	(3.099)	(2.975)	(3.099)	(2.975)
Gerais e administrativas	(48.148)	(42.734)	(51.705)	(52.087)
Despesas com depreciação	(322)	(234)	(675)	(238)
Resultado de Equivalência Patrimonial	5.310	(2.907)	–	–
Contingências	645	–	645	–
Outras	(806)	(1.832)	(802)	(1.832)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	**40.794**	**22.426**	**45.055**	**27.637**
Resultado financeiro, líquido	2.561	(4.589)	(1.523)	(8.798)

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	**43.355**	**17.837**	**43.532**	**18.839**
Imposto de Renda e Contribuição Social	**(8.151)**	**(4.583)**	**(8.328)**	**(5.585)**
Corrente	(5.220)	(2.446)	(5.834)	(3.140)
Diferido	(2.931)	(2.137)	(2.494)	(2.445)
Resultado líquido do exercício	**35.204**	**13.254**	**35.204**	**13.254**
Quantidade de ações - mil	**37.270**	**37.270**	**37.270**	**37.270**
Resultado por ação	**0,945**	**0,356**	**0,945**	**0,356**

Demonstrações dos Resultados abrangentes em 31/12/2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de Reais)

	2023	2022
Resultado líquido do exercício	35.204	13.254
Total de resultados abrangentes para o exercício	**35.204**	**13.254**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa em 31/12/2023 e 2022

	Controladora		Consolidado	
Fluxo de caixa das atividades operacionais	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Resultado líquido do exercício	35.204	13.254	35.204	13.254
Ajustes para conciliar o resultado ao fluxo de caixa das atividades operacionais				
Depreciação e amortização	6.103	3.076	22.622	15.329
Resultado de equivalência patrimonial	(5.310)	2.907	–	–
Realização de reclassificação em investimento da Controlada	–	–	(4.383)	–
Baixa de imobilizado	1.430	18	1.430	18
Redução (aumento) nos ativos operacionais				
Contas a Receber	(12.285)	(6.074)	(13.045)	(6.370)
Estoque	(1.909)	7.024	(2.044)	6.421
Adiantamentos a fornecedores	(947)	(594)	(798)	(1.127)
Impostos a recuperar	2.177	5.859	1.552	5.805
Despesas antecipadas	(162)	(207)	(127)	(172)
Outros créditos	(88)	9.028	(82)	9.019
Aplicação financeira	–	2.202	499	2.060
Adiantamentos partes relacionadas	–	(3.103)	–	(3.103)
Depósitos judiciais	353	(2.455)	378	(2.536)
Tributos Diferidos	2.931	2.137	2.494	2.445
Aumento (redução) nos passivos operacionais				
Fornecedores	18.136	(4.804)	8.311	3.415
Adiantamentos de Clientes	(7)	(9.938)	(7)	(9.938)
Obrigações fiscais	828	464	1.397	581
Obrigações sociais e trabalhistas	1.056	461	1.467	974
Parcelamentos fiscais	(2.476)	(2.456)	(2.476)	(2.456)
Outros débitos	(207)	(368)	868	126
Contingências	(645)	–	(645)	–
Caixa líquido provenientes das atividades operacionais	**44.182**	**16.431**	**52.615**	**33.745**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento				
Aquisição de imobilizado e intangível	(17.988)	(12.947)	(34.087)	(21.208)
Investimentos	(1.552)	–	4.337	–
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	**(19.540)**	**(12.947)**	**(29.750)**	**(21.208)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento				
Empréstimos e financiamentos	(1.461)	3.726	(6.160)	(367)
Dividendos distribuídos	(12.580)	(2.890)	(12.580)	(2.890)
Arrendamento mercantil	–	–	4.413	(39)
Caixa líquido proveniente das atividades financiamento	**(14.041)**	**836**	**(14.327)**	**(3.296)**
Aumento (diminuição) líquido de caixa e equivalente	**10.601**	**4.320**	**8.538**	**9.241**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6.389	2.069	12.653	3.412
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	16.990	6.389	21.191	12.653
Aumento (diminuição) líquido de caixa e equivalente de caixa	**10.601**	**4.320**	**8.538**	**9.241**

Notas explicativas às demonstrações Contábeis. (em milhares de reais). As Demonstrações Financeiras da empresa foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em linha com a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas contábeis expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) vigentes. As práticas contábeis adotadas no Brasil estão alinhadas com as Normas Internacional de Relatório Fi-nanceiro (IFRS) emitidas pela International Accounting Standards Board – IASB. José Hamilton Mandarino de Mello, Presidente. Lamarque Carlos de Melo, Contador CRC RN 003194/0-2 SRJ.

GSH CORP PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ n.º 08.397.078/0001-01 - NIRE 33300339779

Companhia Aberta

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam convocados os senhores acionistas da GSH Corp Participações S.A. ("Companhia"), na forma prevista no Art.124 da lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei nº 6.404/76"), para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), a ser realizada no dia 25 de abril de 2024, às 11 horas, na sede da Companhia, localizada na Praia do Flamengo nº 154, 13º andar, Flamengo, Rio de Janeiro/RJ, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do parecer dos auditores independentes referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; (ii) Deliberar sobre a proposta da administração de destinação do resultado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 e de distribuição de dividendos da Companhia; (iii) Deliberar sobre a proposta de remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2024. **Informações Gerais:** Encontram-se à disposição dos senhores acionistas na sede da Companhia, no *website* www.ri.gshcorp.com.br e no *website* da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhados do parecer dos auditores independentes, que foram publicados no jornal "Diário Comercial do Rio de Janeiro" em edição de 25 de março de 2024. Os acionistas poderão exercer o voto por meio de preenchimento e entrega, até o dia 18 de abril de 2023, do boletim de voto à distância. O boletim preenchido e assinado deverá ser enviado por correio eletrônico para o endereço ri@gshcorp.com.br. Rio de Janeiro, 25 de março de 2024. **Carlos Eduardo da Matta -** Presidente do Conselho de Administração. (25,26,27)

CIA. BOZANO

CNPJ/MF nº 42.113.662/0001-18 - NIRE 33.300.055.622

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA – EDITAL DE CONVOCAÇÃO – Ficam convidados os Senhores Acionistas da CIA. BOZANO a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, que será realizada na sede social da Companhia, na Rua Visconde de Ouro Preto, nº. 5, 11º andar - parte, nesta Cidade e Estado do Rio de Janeiro, para, em primeira convocação, às 10 horas, no dia 29 de abril de 2024, deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **a)** Exame, discussão e votação do Relatório da Administração e das Demonstrações Contábeis relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2023; **b)** Exame, discussão e votação da Proposta da Diretoria para destinação do lucro líquido do exercício de 2023, inclusive a ratificação do pagamento de juros sobre capital próprio aprovado na Reunião de Diretoria de 31/12/2023, *ad referendum* da Assembleia Geral; **c)** Eleição da Diretoria; e **d)** Fixação dos honorários dos administradores. Rio de Janeiro, 21 de março de 2024. **CIA. BOZANO. Sergio Eraldo de Salles Pinto - Diretor Presidente, Lucianne Nigri Finkelsztain - Diretora Executiva.**

Empresa de Transportes Limousine Carioca S/A
CNPJ/MF 29.330.594/0001-80

Convocação: Ficam os Srs. Acionistas convocados a se reunirem em AGO a realizar-se no dia 25/04/2024, às 11hs., na Av. Governador Leonel de Moura Brizola, 540, Duque de Caxias, RJ , a fim de deliberarem sobre a seguintes Ordens do Dia: 1.Aprovação do Balanço Patrimonial exercício encerrado em 2023; 2. Destinação do Resultado do exercício. 3. Eleição da Diretoria para o Biênio 2024/2025 4. Fixação dos honorários da Diretoria; e 5. Assuntos Gerais. Duque de Caxias, 20/03/2024. A Diretoria.

POVOAÇÃO ENERGIA S.A.

CNPJ/ME Nº43.174.526/0001-09

Resumo da Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 21/03/2024: Os acionistas, em sua totalidade, após análise e discussão, deliberaram por unanimidade o seguinte: 1) a redução do capital social da Cia sem cancelamento de ações, por julgá-lo excessivo, em R$ 200.000.000.00, passando o capital social de R$ 293.799.900,00 para R$ 93.799.900; 2) alterar, em decorrência da deliberação anterior, o caput do art. 4.º do estatuto social da Cia; e 3) a publicação da presente ata para dar início à contagem do prazo legal de 60 (sessenta) dias, conforme artigo 174 da Lei n.º 6.404/76. [https://diariocomercial.com.br/publicidade-legal/ para acesso à íntegra da publicação].

Target Instituição de Pagamento e Securitizadora de Créditos S.A.

CNPJ/MF 14.821.124/0001-42 - NIRE 33.3.0030083-0

Edital de Convocação. A Target Instituição de Pagamento e Securitizadora de Créditos S.A. ("Companhia") vem, nos termos do art. 124 da Lei 6.404/76, convocar seus acionistas para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia ("AGE"), a ser realizada em 18 de abril de 2024, às 10 horas, para deliberar sobre o aumento de capital da Companhia e a consequente reforma do Estatuto Social. A assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma Microsoft Teams, sendo certo que o link de acesso e as orientações para participação na AGE, serão enviados aos Acionistas com até 2 (dois) dias úteis de antecedência.

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 45B5-643A-8486-7299.

3R PETROLEUM ÓLEO E GÁS S.A.

CNPJ: 12.091.809/0001-55

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente e o Relatório da Administração, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: a) https://www.diariocomercial.com.br/publicidade-legal; b) https://ri.3rpetroleum.com.br/informacoes-financeiras/central-de-resultados; c) https://sistemas.cvm.gov.br/cias-abertas; d) https://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/empresas-listadas

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	9	876.332	86.942	1.754.106	800.442
Aplicações financeiras	9.1	–	–	154.559	31.353
Caixa restrito	9.2	40.016	–	287.215	–
Contas a receber de terceiros	10	–	–	522.022	223.252
Contas a receber - partes relacionadas	25	8.971	14.749	–	–
Estoque	12	–	–	814.819	187.472
Adiantamentos	11	1.544	3.274	58.578	193.011
Dividendos a receber	25	300.568	225.868	–	–
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	13.1	22	11.402	31.736	32.488
Outros impostos a recuperar	13.2	5.624	2.510	128.162	8.533
Derivativos	37	–	–	40.817	15.934
Despesas antecipadas		5.456	3.562	164.556	77.378
Debêntures - partes relacionadas	25	458.068	12.613	–	–
Outros ativos		30	187	8.926	837
Total do ativo circulante		**1.696.631**	**361.107**	**3.965.496**	**1.570.700**
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras	9.1	–	–	2.304.150	–
Caixa restrito	9.2	192	130	22.772	14.985
Debêntures - partes relacionadas	25	279.227	620.000	–	–
Depósitos judiciais		6.250	3.206	8.205	4.591
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	13.1	–	–	–	2.442
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	–	–	538.830	500.225
Outros impostos a recuperar	13.2	6	–	128	–
Derivativos	37	–	–	61.894	7.613
Outros ativos		–	192	4.829	2.568
		285.675	**623.528**	**2.940.808**	**532.424**
Adiantamento para cessão de blocos	15	–	–	1.600	593.549
Investimentos	16	5.751.823	4.317.122	–	–
Imobilizado	17	19.831	17.861	6.149.095	2.228.071
Intangível	18	20.363	9.800	7.021.490	2.997.516
Direito de uso	28	8.349	17.222	41.369	48.875
Total do ativo não circulante		**6.086.041**	**4.985.533**	**16.154.362**	**6.400.435**
Total do ativo		**7.782.672**	**5.346.640**	**20.119.858**	**7.971.135**

PASSIVO	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante					
Fornecedores	19	13.827	6.219	1.315.214	246.668
Empréstimos e financiamentos	20	96.982	–	239.428	108.223
Arrendamentos	28	3.216	3.839	16.500	12.748
Obrigações trabalhistas		35.560	27.526	103.832	55.946
Contas a pagar - partes relacionadas	25	60.000	12.605	6.164	–
Dividendos a pagar	29	92.565	–	92.565	–
Valores a pagar por aquisições	23	35.442	–	608.436	299.089
Imposto de renda e contribuição social a recolher	22.1	–	–	29.376	6.317
Outros impostos a recolher	22.2	3.839	2.783	93.714	50.984
Provisão para pagamento de Royalties		–	–	38.893	15.066
Debêntures	21	535.840	17.717	721.925	39.234
Debêntures – partes relacionadas	25	–	–	22.129	–
Derivativos	37	–	–	17.441	32.734
Outras obrigações	24	1.880	1.663	30.894	24.476
Total do passivo circulante		**879.151**	**72.352**	**3.336.511**	**891.485**
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	20	16.667	–	2.338.631	–
Derivativos	37	–	–	52.672	–
Arrendamentos	28	6.417	14.305	28.813	37.818
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	–	–	68.288	79.430
Provisão para contingências	27	3.118	3.589	3.207	4.013
Valores a pagar por aquisições	23	–	32.184	1.354.641	533.816
Provisão para abandono	26	–	–	1.349.358	1.112.985
Debêntures	21	1.343.552	882.868	5.962.183	904.085
Debêntures – partes relacionadas	25	–	–	16.071	–
Outras obrigações	24	41.330	58.903	44.393	66.228
Total do passivo não circulante		**1.411.084**	**991.849**	**11.218.257**	**2.738.375**
Patrimônio líquido	29				
Capital social		5.055.783	4.154.406	5.055.783	4.154.406
Reserva de capital		58.138	37.136	58.138	37.136
Reserva de lucros		297.183	–	297.183	–
Ajuste de avaliação patrimonial		81.333	106.383	81.333	106.383
Prejuízo acumulado		–	(15.486)	–	(15.486)
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		**5.492.437**	**4.282.439**	**5.492.437**	**4.282.439**
Participação de não controladores		–	–	72.653	58.836
Total do patrimônio líquido		**5.492.437**	**4.282.439**	**5.565.090**	**4.341.275**
Total do passivo e patrimônio líquido		**7.782.672**	**5.346.640**	**20.119.858**	**7.971.135**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita líquida	31	–	–	5.619.989	1.722.422
Custo dos produtos vendidos	32	–	–	(3.862.029)	(835.544)
Lucro bruto		**–**	**–**	**1.757.960**	**886.878**
Despesas gerais e administrativas	33	(203.267)	(185.530)	(443.960)	(339.003)
Outras despesas operacionais, líquidas	34	(310)	(64.816)	(5.378)	(153.500)
Provisão no valor recuperável de ativos	34.1	–	–	(42.752)	(123.318)
		(203.577)	**(250.346)**	**(492.090)**	**(615.821)**
Resultado de equivalência patrimonial	16	637.768	582.560	–	–
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e do imposto de renda e da contribuição social		**434.191**	**332.214**	**1.265.870**	**271.057**
Receitas financeiras	35	160.496	132.746	650.055	319.817
Despesas financeiras	35	(189.453)	(315.391)	(1.325.131)	(805.007)
		(28.957)	**(182.645)**	**(675.076)**	**(485.190)**
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		**405.234**	**149.569**	**590.794**	**(214.133)**
Imposto de renda e contribuição social correntes	14	–	–	(215.326)	(71.675)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	–	–	49.747	413.524
Lucro do exercício		**405.234**	**149.569**	**425.215**	**127.716**
Lucro líquido atribuído a:					
Acionistas controladores		405.234	149.569	405.234	149.569
Acionistas não controladores		–	–	19.981	(21.853)
Lucro líquido do exercício		**405.234**	**149.569**	**425.215**	**127.716**
Resultado básico por ação (em R$ por ação)	36	**1,81**	**0,74**	**1,81**	**0,74**
Resultado diluído por ação (em R$ por ação)	36	**1,78**	**0,73**	**1,78**	**0,73**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro líquido do exercício	405.234	149.569	425.215	127.716
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado:				
Ajuste de conversão	(25.050)	(9.469)	(25.050)	(9.469)
Total de resultados abrangentes do exercício	**380.184**	**140.100**	**400.165**	**118.247**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita líquida	**–**	**–**	**5.619.989**	**1.722.460**
Vendas de óleo e gás	–	–	3.237.774	1.722.422
Vendas de derivados de petróleo	–	–	2.281.146	–
Outras receitas	–	–	101.069	38
Insumos adquiridos de terceiros	**(63.729)**	**(120.641)**	**(3.388.044)**	**(899.650)**
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	–	–	(1.819.240)	(203.059)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(63.729)	(120.641)	(1.526.052)	(573.273)
Provisão no valor recuperável de ativos	–	–	(42.752)	(123.318)
Valor adicionado bruto	**(63.729)**	**(120.641)**	**2.231.945**	**822.810**
Depreciação e amortização	(8.417)	(4.174)	(620.100)	(279.302)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	**(72.146)**	**(124.815)**	**1.611.845**	**543.508**
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado da equivalência patrimonial	637.768	582.560	–	–
Receitas financeiras	160.496	132.746	650.055	319.817
Valor adicionado total a distribuir	**726.118**	**590.491**	**2.261.900**	**863.325**
Distribuição do valor adicionado	**726.118**	**590.491**	**2.261.900**	**863.325**
Com pessoal	**102.691**	**110.499**	**249.236**	**209.293**
Remuneração direta	78.415	103.637	188.272	177.248
Benefícios	16.251	3.022	40.699	23.187
FGTS	8.025	3.840	20.265	8.858
Impostos, taxas e contribuições	**26.047**	**14.047**	**224.897**	**(310.089)**
Federais	26.047	14.029	223.791	(310.341)
Estaduais	–	–	1.085	–
Municipais	–	18	21	252
Remuneração de capitais de terceiros	**192.146**	**316.376**	**1.362.552**	**836.405**
Juros	178.229	45.075	818.989	74.491
Aluguéis	1.162	985	29.998	28.761
Outras	12.755	270.316	513.565	733.153
Remuneração de capital próprio	**405.234**	**149.569**	**425.215**	**127.716**
Lucro líquido do exercício	405.234	149.569	425.215	127.716

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de investimentos e expansão	Prejuízos acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2022		**4.146.616**	**114.976**	**–**	**–**	**(269.554)**	**115.852**	**4.107.890**	**67.555**	**4.175.445**
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	36	–	–	–	–	149.569	–	149.569	(21.853)	127.716
Absorção de prejuízos acumulados	29	–	(111.633)	–	–	111.633	–	–	–	–
Aporte de Capital		–	–	–	–	–	–	–	6.000	6.000
Transações com pagamentos baseados em ações		7.790	33.793	–	–	–	–	41.583	–	41.583
Transações de capital		–	–	–	–	(7.134)	–	(7.134)	7.134	–
Ajuste acumulado de conversão		–	–	–	–	–	(9.469)	(9.469)	–	(9.469)
Saldo em 31 de dezembro de 2022		**4.154.406**	**37.136**	**–**	**–**	**(15.486)**	**106.383**	**4.282.439**	**58.836**	**4.341.275**
Lucro líquido do exercício	36	–	–	–	–	405.234	–	405.234	19.981	425.215
Aporte de capital	29	900.000	–	–	–	–	–	900.000	–	900.000
Transações com pagamentos baseados em ações	29	1.377	21.002	–	–	–	–	22.379	–	22.379
Ajuste acumulado de conversão	29	–	–	–	–	–	(25.050)	(25.050)	–	(25.050)
Reserva legal	29	–	–	19.487	–	(19.487)	–	–	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios	29	–	–	–	–	(92.565)	–	(92.565)	(6.164)	(98.729)
Reserva de investimentos e expansão	29	–	–	–	277.696	(277.696)	–	–	–	–
Saldo em 31 de dezembro de 2023		**5.055.783**	**58.138**	**19.487**	**277.696**	**–**	**81.333**	**5.492.437**	**72.653**	**5.565.090**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

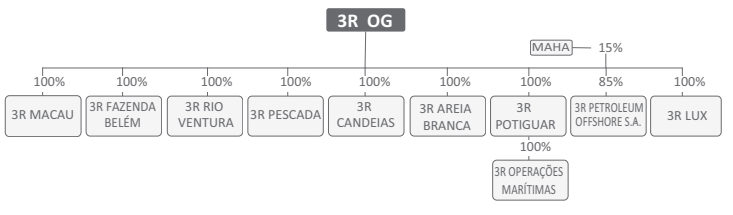
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro líquido do exercício		**405.234**	**149.569**	**425.215**	**127.716**
Ajustado por:					
Equivalência patrimonial	16	(637.768)	(582.560)	–	–
Resultado de aplicações financeiras		(33.798)	142.296	(250.542)	116.452
Juros sobre arrendamentos e depósitos judiciais	35	1.710	1.543	6.366	2.917
Juros sobre debêntures, empréstimos e valores a pagar por aquisições	35	164.474	41.249	822.609	76.249
Ajuste a valor presente		(13.503)	(901)	92.677	(2.478)
Derivativos não realizados	35	–	–	(25.628)	237.356
Variação cambial não realizada		(2.698)	12.658	(88.667)	(13.349)
Provisões para contingências constituídas / (revertidas)		(471)	734	(806)	465
Provisão no valor recuperável de ativos	34.1	–	–	42.752	123.318
Baixa de imobilizado	17	4	29	142	1.163
Atualização monetária – debêntures		4.865	–	(76.291)	(2.706)
Atualização da provisão para abandono		–	–	118.164	50.510
Receita de juros com debêntures - partes relacionadas	25	(111.182)	(19.864)	–	–
Remensuração da provisão de abandono	26	–	–	(48.437)	(27.878)
Depreciação do imobilizado	17	1.822	1.159	275.680	114.887
Amortização do intangível	18	3.089	212	328.522	158.741
Depreciação do direito de uso	28	3.505	2.803	15.898	5.674
Despesas antecipadas apropriadas no exercício		8.883	11.787	80.938	9.105
Despesa antecipada com seguro garantia apropriada no exercício		–	–	32.199	40.033
Custos apropriados – debêntures e empréstimos	20 / 21	7.139	2.142	44.189	2.142
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	14	–	–	(43.809)	(428.590)
Transações com pagamentos baseados em ações	29	21.002	33.793	21.002	33.793
		(177.693)	**(203.351)**	**1.772.173**	**625.520**
Variação em ativos e passivos					
Contas a receber de terceiros		–	–	(298.770)	(108.693)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		11.380	(269)	3.194	6.582
Outros impostos a recuperar		(3.120)	2.429	(119.757)	7.002
Estoque		–	–	(580.177)	(113.217)
Outros ativos		349	1.657	(10.350)	6.939
Imposto de renda e contribuição social a recolher		–	–	226.509	108.120
Outros impostos a recolher		1.056	2.233	42.730	(1.478)
Adiantamentos		1.730	(3.274)	134.433	(193.011)
Fornecedores		7.608	2.956	302.190	193.059
Valores a pagar operador		–	(1.585)	–	(1.429)
Depósitos judiciais		(3.029)	(3.064)	(3.597)	(1.545)
Despesas antecipadas		(10.777)	(11.456)	(200.315)	(115.169)
Obrigações trabalhistas		8.034	27.418	47.886	39.518
Royalties		–	–	23.827	5.834
Gastos (reembolsos) com abandono no exercício		–	–	2.361	(3.256)
Derivativos		–	–	(16.157)	(344.138)
Contas a receber e a pagar com partes relacionadas		(6.827)	(26.427)	–	–
Outras obrigações		1.367	59.572	(108.094)	66.408
Caixa (consumido nas) gerado pelas atividades operacionais		**(169.922)**	**(153.161)**	**1.218.086**	**177.046**
Impostos pagos sobre o lucro		–	–	(209.388)	(86.741)
Caixa líquido (consumido nas) gerado pelas atividades operacionais		**(169.922)**	**(153.161)**	**1.008.698**	**90.305**
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aplicações financeiras		33.798	2.095.803	(2.176.813)	2.241.569
Aumento de capital social em controlada		(1.072.527)	(2.081.827)	–	–
Adiantamento para cessão de blocos		–	–	–	(591.949)
Aquisição de imobilizado		(3.796)	(14.573)	(803.023)	(447.989)
Aquisição de intangível		(13.652)	(7.633)	(35.551)	(1.316.216)
Aplicações em caixa restrito		(40.078)	(130)	(295.002)	(6.694)
Debêntures emitidas - partes relacionadas	25	(140.000)	(620.000)	–	–
Juros recebidos - Debêntures partes relacionadas		109.000	7.252	–	–
Principal recebido - Debêntures partes relacionadas	25	37.500	–	–	–
Aquisições de ativos de óleo e gás	18	–	–	(5.308.356)	(235.762)
Pagamento de parte relacionada		–	(20.250)	–	–
Dividendos recebidos		235.844	32.833	–	–
Caixa líquido (consumido nas) gerado pelas atividades de investimentos		**(853.911)**	**(608.525)**	**(8.618.745)**	**(357.041)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Custos de transação		(42.882)	(19.274)	(307.356)	(19.274)
Juros pagos sobre empréstimos e debêntures	21	(150.384)	(22.785)	(614.031)	(26.906)
Pagamento de passivo de arrendamento	28	(4.867)	(3.438)	(20.027)	(7.227)
Emissão de debêntures	21	1.000.000	900.000	6.107.850	900.000
Emissão de debêntures parte relacionadas	25	–	–	37.500	–
Amortização principal - empréstimo e debêntures	20	–	–	(122.773)	(3.052)
Aumento de capital social	29	901.377	7.790	901.377	13.790
Empréstimos captados	20	110.000	–	2.708.737	100.000
Caixa líquido gerados pelas atividades de financiamento		**1.813.244**	**862.293**	**8.691.277**	**957.331**
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		**789.411**	**100.607**	**1.081.230**	**690.595**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9	86.942	1.529	800.442	118.725
Efeito da variação cambial no caixa e equivalentes de caixa		(21)	(15.194)	(127.566)	(8.878)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	9	876.332	86.942	1.754.106	800.442
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa		**789.411**	**100.607**	**1.081.230**	**690.595**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma). **1. Contexto operacional:** A 3R Petroleum Óleo e Gás S.A. ("Companhia" ou "3R OG") é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída em 17 de junho de 2010. A sede da Companhia fica situada na Praia de Botafogo, 186, 16º andar, Botafogo, Rio de Janeiro. A 3R OG atua no setor de óleo e gás com foco em redesenvolvimento de campos maduros em produção localizados em terra (*onshore*), em águas rasas (*shallow-water*), e águas profundas (*offshore*) detendo qualificação de Operador "A" perante a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis ("ANP"). A Companhia tem por objeto social: (a) explorar, produzir e refinar petróleo e seus derivados, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos, incluindo, sem limitação, as bacias sedimentares brasileiras às quais a ANP tenha concedido licenças, bem como bacias sedimentares no exterior; (b) realizar a importação e exportação de petróleo e quaisquer derivados assim produzidos; e (c) participar de outras sociedades como sócia, acionista ou quotista, no país ou no exterior, que atuem em atividades relacionadas ao objeto social da Companhia. **Estrutura societária.** Em 31 de dezembro 2023 a 3R OG detém 100% do capital social direto e indireto das seguintes sociedades ("Grupo"): 3R Macau S.A. ("3R Macau"), 3R Fazenda Belém S.A. ("3R FZB"), 3R Rio Ventura S.A. ("3R RV"), 3R Candeias S.A. ("3R Candeias"), 3R Pescada S.A. ("3R Pescada"), 3R Areia Branca S.A. ("3R Areia Branca"), 3R Potiguar S.A. ("3R Potiguar"), 3R Operações Marítimas S.A. ("3R OP"), e 3R Lux S.à.r.l. ("3R Lux"). Adicionalmente, a 3R OG detém 85% do capital social da 3R Petroleum Offshore S.A. ("3R Offshore").

A estrutura societária atual encontra-se apresentada abaixo:



3R OG. A Companhia é operadora com 100% de participação no bloco BAR-M-387, localizado na bacia de Barreirinhas, no Maranhão, adquirido na 11ª rodada de licitações da ANP, tendo pago R$ 778 de bônus de assinatura. Em 31 de Dezembro de 2023 a Companhia já havia cumprido 98% do Programa Exploratório Mínimo ("PEM") desse bloco. **3R Macau (Polo Macau).** O Polo Macau é composto por 6 campos terrestres: Macau, Salina Cristal, Lagoa Aroeira, Porto Carão, Sanhaçu e Carcará, situados na bacia Potiguar, no Estado do Rio Grande de Norte. A 3R Macau opera com 100% de participação em todas as concessões desde 28 de maio de 2020. **3R RV (Polo Rio Ventura).** O Polo Rio Ventura é composto por 8 campos terrestres: Água Grande, Bonsucesso, Fazenda Alto das Pedras, Pedrinhas, Pojuca, Rio Pojuca, Tapiranga e Tapiranga Norte, situados na bacia Recôncavo, no Estado da Bahia. A 3R RV opera com 100% de participação nestes campos desde 15 de julho de 2021. **3R Candeias (Polo Recôncavo).** O Polo Recôncavo compreende 14 campos terrestres: Aratu, Ilha de Bimbarra, Mapele, Massuí, Candeias, Cexis, Socorro, Dom João, Dom João Mar, Pariri, Socorro Extensão, São Domingos, Cambacica e Guanambi, situados na Bacia Recôncavo, no Estado da Bahia. A 3R Candeias é operadora com 100% de participação nessas concessões, com exceção de Cambacica e Guanambi, nas quais possui participação de 75% (25% da Sonangol Hidrocarbonetos Brasil Ltda.) e 80% (20% da Sonangol Guanambi Exploração e Produção de Petróleo Ltda.), respectivamente. **3R Pescada (Pescada e Arabaiana).** A 3R Pescada detém 35% de participação nos campos de Pescada, Arabaiana e Dentão, situados na plataforma continental da bacia Potiguar, no Estado do Rio Grande do Norte. Esses campos estão em fase de produção e são operados pela Petrobras, que detém os 65% restantes de participação. Em 09 de julho de 2020 a controlada 3R Pescada firmou contrato para a aquisição de 65% de participação restante da Petrobras nos campos de Pescada, Arabaiana e Dentão, entretanto essa aquisição ainda não está concluída, encontrando-se em fase de aprovação de transferência dos contratos de concessão, conforme nota explicativa 38 (b). **3R Offshore (Peroá e Papa-Terra).** Em 09 de julho de 2021 a 3R Offshore assinou contrato para a aquisição da participação de 62,5% da Petrobras no campo de Papa-Terra, sendo o restante detido pela Nova Técnica Energy Ltda ("NTE"). O campo Papa-Terra encontra-se localizado em águas profundas na Bacia de Campos, no Estado do Rio de Janeiro e sua descoberta ocorreu em 2003 e o início de sua produção em novembro de 2013. O campo é composto da FPSO (3R-3) e a plataforma do tipo TLWP (3R-2). Em 02 de agosto de 2022 a 3R Offshore concluiu a aquisição de 100% dos direitos nos campos de produção de Peroá e Cangoá e do Bloco BM-ES-21 (Malombe) da Petrobras, denominados conjuntamente Polo Peroá, após aprovação de transferência dos contratos de concessão pela ANP. Cabe ressaltar que a Companhia está habilitada a ser operador "A" perante a ANP podendo operar blocos e concessões em terra (onshore) e em mar (offshore), inclusive em águas ultra profundas. Em 23 de dezembro de 2022 a 3R Offshore concluiu a transferência da participação de 62,5% dos direitos da concessão sobre o campo de produção de Papa Terra da Petrobras, após aprovação de transferência dos contratos de concessão pela ANP. Os ativos adquiridos não foram identificados como combinação de negócios e a Companhia reconheceu a transação como aquisição de ativo. Além das operações acima, a 3R Offshore detém 100% de participação no campo de Camarão, oriundo do bloco BM-CAL-4 (vide nota explicativa 34.1). **3R Areia Branca (Ponta do Mel e Redonda).** A 3R Areia Branca é detentora e operadora dos campos Ponta do Mel e Redonda, localizados no município de Areia Branca, na Bacia Potiguar, no estado do Rio Grande do Norte, bem como os blocos POT-T-326, POT-T-353, POT-T-437, POT-T-524, POT-T-525 e POT-T-568, adquiridos em novembro de 2022. **3R FZB (Polo Fazenda Belém).** Em 06 de agosto de 2022 a Companhia através da controlada 3R FZB concluiu a aquisição do Polo Fazenda Belém da Petrobras após aprovação de transferência dos contratos de concessão pela ANP. O ativo adquirido não foi identificado como combinação de negócios e a Companhia reconheceu a transação como aquisição de ativo. O Polo Fazenda Belém consiste nos campos terrestres: Fazenda Belém e Icapuí, situados na bacia Potiguar, no Estado do Ceará. A 3R FZB opera com 100% de participação nas concessões. **3R Potiguar (Polo Potiguar).**Em 31 de janeiro de 2022, a Companhia através da 3R Potiguar, assinou acordo de compra e venda da participação de 100% do Polo Potiguar da Petrobras, situado na bacia Potiguar, no Estado do Rio Grande do Norte. A aquisição do Polo Potiguar contempla (i) a cessão dos contratos de concessão de um conjunto de 22 campos de óleo e gás, bem como toda a infraestrutura e sistemas de dutos que suportam a operação e (ii) a transferência de todas as instalações do Ativo Industrial de Guamaré ("AIG"), que compreende as unidades de processamento de gás natural (UPGNs), a refinaria de Clara Camarão e o Terminal Aquaviário de Guamaré (Terminal de Uso Privado), com ampla capacidade de estocagem e sistemas que permitem a exportação, importação e cabotagem de óleo e derivados. O Polo Potiguar abarca três subpolos de concessões: (i) Canto do Amaro, que é formado por doze concessões de produção onshore; (ii) Alto do Rodrigues, que é formado por sete concessões de produção onshore; e (iii) Ubarana, que é formado por três concessões localizadas em águas rasas, entre 10 e 22 km da costa do município de Guamaré. A logística do Polo é otimizada pela integração dos campos de produção com uma extensa rede de dutos que transportam os fluidos produzidos até as instalações de processamento e tancagem localizadas no AIG. Em 08 de junho de 2023 a 3R Potiguar concluiu a transferência da participação de 100% dos direitos da concessão sobre o campo de produção do Polo Potiguar da Petrobras, após aprovação de transferência dos contratos de concessão pela ANP. A transação foi concluída com o pagamento à Petrobras, de US$ 1,0 bilhão (R$ 5.407.889), já considerando os ajustes previstos em contrato, que se somam à parcela de US$ 110,0 milhões (R$ 591.948) pagos na assinatura do contrato, em 31 de janeiro de 2022. O contrato ainda prevê o pagamento de US$ 235,0 milhões (R$ 1.154.297) atualizado a taxa libor mensal. Na data da transação, o valor a ser pago em 4 parcelas anuais sendo a primeira em março de 2024 totalizava o valor de US$ 251,2 milhões (R$ 1.233.990). O valor total da transação, já descontado do ajuste a valor presente no valor de R$ 112.258 na data de operação, foi de US$ 1,4 bilhões (R$ 7.121.569), conforme notas explicativas 17 e 18. Os ativos adquiridos não foram identificados como combinação de negócios e a Companhia reconheceu a transação como aquisição de ativo. **3R Operações Marítimas.** Constituída em 01 de abril de 2022 a 3R Operações Marítimas é controlada diretamente e integralmente pela 3R Potiguar e indiretamente pela 3R OG com a finalidade de prestar serviços portuários para sua controladora. **3R Lux.** Constituída em 13 de junho de 2022 a 3R Lux é controlada diretamente em sua totalidade pela 3R OG com a finalidade em adquirir participações, administrar negócios e negociar recursos financeiros em mercados internos e externos. **Relatório de Certificação de Reservas.** A Companhia concluiu no 1º trimestre de 2023, através da certificadora internacional independente DeGolyer and MacNaughton, a reavaliação das reservas, data-base 31 de dezembro de 2022, dos ativos agrupados por bacia, sendo elas: (i) Potiguar, composta pelos Polos Macau,

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 45B5-643A-8486-7299.

continuação

3R PETROLEUM ÓLEO E GÁS S.A.

CNPJ: 12.091.809/0001-55

Areia Branca, Fazenda Belém, Pescada e Potiguar; (ii) Recôncavo, composta pelos Polos Rio Ventura e Recôncavo; (iii) Campos composta pelo Polo Papa Terra; e (iv) Espírito Santo, composta pelo Polo Peroá. Considerando o portfólio consolidado, a Companhia passa a dispor de 516,0 milhões de barris óleo equivalente de reservas provadas mais prováveis (2P), dos quais 367,2 milhões de barris (ou 71%) são reservas provadas (1P) e ainda 29% das reservas 2P são classificadas como reservas provadas desenvolvidas em produção (PDP). Do total de reservas 2P, 12% representam reservas de gás natural. A certificação de reserva anterior dispunha do total de 523,7 milhões de barris óleo equivalente de reservas provadas mais prováveis (2P), dos quais 376,6 milhões de barris (ou 72%) eram reservas provadas (1P) e ainda 28% das reservas 2P eram classificadas como reservas provadas desenvolvidas em produção (PDP). **2. Base de preparação das demonstrações financeiras: 2.1. Declaração de conformidade.** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP") que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e são apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), aplicáveis a elaboração das demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram autorizadas pela Administração em 05 de março de 2024. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente aquelas relacionadas a elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2. Base de consolidação.** As informações financeiras das controladas estão incluídas nas informações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela controladora. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras das controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. Os saldos e transações intergrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intergrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Os ganhos não realizados oriundos de transações com a controlada registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia nas controladas. **3. Principais políticas contábeis:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. **a) Transações em moeda estrangeira.** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional de acordo com a taxa de câmbio naquela data. As diferenças encontradas são reconhecidas no resultado na linha de variação cambial. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. Os ativos e passivos da controlada que possui como moeda funcional o dólar americano são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio da data das transações. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido, na demonstração do resultado abrangente, na linha de outros resultados abrangentes - ajustes acumulados de conversão. **b) Caixa e equivalente de caixa.** São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor. **c) Caixa restrito.** São depósitos mantidos com a finalidade de garantir compromissos de caixa de curto e longo prazo e compõem-se de aplicações financeiras com liquidez vinculada ao cumprimento de suas obrigações e risco insignificante de mudança de valor. **d) Contas a receber de terceiros.** As contas a receber correspondem aos valores a receber originados da venda de óleo, gás e derivados e na prestação de serviços, fornecidos no curso normal das atividades das controladas da Companhia, faturados e que não tenham sido pagos. **e) Estoques.** Os estoques são mensurados pelo seu custo médio ponderado de compra ou de produção e são ajustados ao seu valor de realização líquido, quando este for inferior ao valor contábil. O valor de realização líquido compreende o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e dos gastos para se concretizar a venda. **f) Imposto de renda e contribuição social corrente.** O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas alíquotas dos tributos vigentes na data do balanço. **g) Imposto de renda e contribuição social diferido.** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para: – diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; – diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e – diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio, quando aplicável. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas vigentes até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. **h) Investimentos.** São registrados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro líquido ou do prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa deixa de existir. As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação das controladas 3R Pescada e 3R Lux, que possuem moeda funcional distinta da controladora, são reconhecidas em outros resultados abrangentes, na conta de Ajustes Acumulados de Conversão. **i) Imobilizado.** Reconhecimento e mensuração. O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e da provisão para redução ao seu valor recuperável, quando aplicável. A depreciação dos bens é calculada de acordo com o método linear ou pelo método das unidades produzidas para os ativos de óleo e gás. Os gastos com exploração, avaliação e desenvolvimento da produção são contabilizados utilizando o método dos esforços bem-sucedidos (successful efforts method of accounting). Custos incorridos antes da obtenção das concessões e gastos com estudos e pesquisas geológicas e geofísicas são lançados ao resultado quando incorridos. Os gastos com a exploração e avaliação diretamente associados ao poço exploratório são capitalizados como ativos de exploração e avaliação até que a perfuração do poço é completada e seus resultados avaliados. Esses custos incluem salários de empregados, materiais e combustíveis utilizados, custo com aluguel de sonda e outros custos incorridos com terceiros. Se reservas comerciais não são encontradas, o poço exploratório é baixado ao resultado. Quando reservas são encontradas, o custo é mantido no ativo até que avaliações adicionais quanto à comercialidade da reserva de hidrocarbonetos, que podem incluir a perfuração de outros poços, sejam concluídas. Os ativos exploratórios estão sujeitos a revisões técnicas, comerciais e financeiras pelo menos anualmente para confirmar a intenção da Administração de desenvolver e produzir hidrocarbonetos na área. Caso essa intenção não venha a ser confirmada, esses custos são baixados ao resultado. Quando são identificadas reservas provadas e o desenvolvimento é autorizado, os gastos exploratórios da área são transferidos para "Ativos de Óleo e Gás". Na fase de desenvolvimento, os investimentos para construção, instalação e infraestrutura (como plataforma, dutos e perfuração de poços de desenvolvimento, incluindo poços de delimitação ou poços de desenvolvimento) são capitalizados como "Ativos de Óleo e Gás". Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados como despesa no período em que são incorridos. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho e perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado do exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Depreciação. Os "Ativos de Óleo e Gás", incluindo os custos para futuro abandono e desmantelamento das áreas e ativos que beneficiarão a totalidade da vida econômica útil do campo, como dutos de gás e óleo, são depreciados pelo método das unidades produzidas, com base na razão entre a produção de óleo e gás de cada campo no período e suas respectivas reservas provadas desenvolvidas, limitada ao prazo de vida útil técnica remanescente da infraestrutura de cada campo. O ativo imobilizado, com exceção dos gastos exploratórios capitalizáveis mencionados acima, é depreciado pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Estes são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso ou, em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, de acordo com as taxas e critérios mencionados na nota explicativa 17. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. Provisão para redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment). Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa ("UGC") exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados dos seus valores presentes por meio da taxa de desconto, que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são reunidos ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo. Estes ativos são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a unidade geradora de caixa). Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes a UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC) e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de forma pro rata (veja nota explicativa 17). Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida apenas na medida em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização, se nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida. **j) Intangível.** Os ativos intangíveis adquiridos pela Companhia têm vidas úteis finitas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável (impairment), nos termos do que determina o Pronunciamento Técnico CPC 04. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os ativos intangíveis correlatos à aquisição das concessões de exploração e produção de petróleo e gás são amortizados pelo método das unidades produzidas, com base na razão entre a produção de óleo e gás de cada campo no período e suas respectivas reservas provadas desenvolvidas. A amortização de softwares e licenças são calculadas utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A vida útil estimada para esses bens é de 5 anos. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **k) Fornecedores.** As contas a pagar de fornecedores são reconhecidas pelo valor nominal e subsequentemente acrescido, quando aplicável, das variações monetárias e correspondentes encargos incorridos até as datas dos balanços. **l) Empréstimos, financiamentos e debêntures.** Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, quando aplicáveis, inicialmente pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis. A mensuração subsequente é feita pelo método de custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros incorridos pro rata temporis e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até a data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Os fluxos de caixa referentes a juros pagos são apresentados separadamente. A Administração classifica de maneira consistente, de período a período, como decorrentes de atividades de financiamento. **m) Provisão de contingências.** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. A provisão para processos judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas são constituídas para os riscos com expectativa de "perda provável", com base na avaliação da Administração e dos assessores legais externos, sendo os valores registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos referidos processos. **n) Provisão de abandono.** A Companhia tem obrigações legais de remoção de equipamentos e restauração de áreas terrestres ou marítimas ao final do prazo de produção das reservas com base nas estimativas de volumes de reserva e curvas de produção estimadas. As estimativas de custos de futuras remoções e recuperações ambientais são realizadas com base nas informações atuais sobre custos e planos de recuperação esperados. Essas obrigações são reconhecidas a valor presente, utilizando-se uma taxa de desconto livre de risco, ajustada pela taxa de prêmio risco-país. A natureza dos gastos inclui mobilização e desmobilização de sondas, serviços de tamponamento e abandono, restauração, reparo do ambiente, reflorestamento e outros serviços. **o) Provisões.** As provisões, incluindo os earn-outs compromissados nas aquisições dos ativos, são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. **p) Instrumentos financeiros.** Um ativo ou passivo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Reconhecimento inicial. No reconhecimento inicial, ativos financeiros são mensurados a valor justo adicionado ou deduzidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais ativos, exceto por contas a receber de clientes que não contiverem componente de financiamento significativo. No reconhecimento inicial, passivos financeiros são mensurados a valor justo adicionado ou deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais passivos, exceto por passivos financeiros mensurados a valor justo. Classificação e mensuração subsequente. No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado da mesma forma que é mensurado. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser por alterações no modelo de negócio para gestão de ativos financeiros. No reconhecimento inicial, um passivo financeiro é classificado da mesma forma que é mensurado. Alterações que necessitem de mensuração subsequente são reconhecidas no resultado. Desreconhecimento. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando seus termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes. Neste caso, um novo passivo financeiro com base nos termos modificados é reconhecido pelo valor justo. Impairment de ativos financeiros. De acordo com o CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases: • Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e • Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. A mensuração das perdas de crédito esperadas para a vida inteira se aplica se o risco de crédito de um ativo financeiro na data base tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, e a mensuração de perda de crédito de 12 meses se aplica se o risco não tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial. Uma entidade pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente se o ativo tiver baixo risco de crédito na data base. No entanto, a mensuração de perdas de crédito esperadas para a vida inteira se aplica para contas a receber de clientes e ativos contratuais sem um componente de financiamento significativo. **q) Receita líquida.** Reconhecimento da receita conforme o IFRS 15 (CPC 47) que estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. A receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. As receitas da Companhia são oriundas majoritariamente de vendas de óleo, gás e derivados. A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente e é reconhecida se: (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens forem transferidos para o comprador; (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia; (iii) os custos associados e a possível devolução de produtos puderem ser estimados de maneira confiável; (iv) não haja envolvimento continuo com os produtos vendidos; e (v) o valor da receita possa ser mensurado de forma confiável. A receita é mensurada liquida de devoluções e descontos comerciais, quando aplicável. A Companhia reconhece suas receitas quando (ou à medida que) satisfaz sua obrigação de desempenho, transferindo o bem ou pela prestação de serviço prometido ao cliente. **r) Resultado financeiro líquido.** As receitas financeiras representam juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, descontos obtidos, atualizações monetárias de créditos ativos e variações cambiais ativas e passivas. São reconhecidas pelo regime de competência quando auferidas ou incorridas pela Companhia. As despesas financeiras representam despesas bancárias, atualizações monetárias de obrigações contratuais e juros sobre capital próprio com respectivos encargos, quando proposto pela Companhia, sendo reconhecidas pelo regime de competência quando incorridas. **s) Resultado líquido por ação.** O resultado por ação básico / diluído é computado pela divisão do resultado líquido pela média ponderada de ações ordinárias em poder dos acionistas, excluindo as ações mantidas em tesouraria no exercício. **t) Demonstração do Valor Adicionado ("DVA").** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras e como informação suplementar às demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. **u) Combinações de negócios.** Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para a Companhia. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, a Companhia avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um input e um processo substantivo que juntos contribuam, significativamente, para a capacidade de gerar output. A Companhia tem a opção de aplicar um "teste de concentração" que permite uma avaliação simplificada se um conjunto de atividades e ativos adquiridos não é um negócio. O teste de concentração opcional é atendido se, substancialmente, todo o valor justo dos ativos brutos adquiridos estiver concentrado em um único ativo identificável ou grupo de ativos identificáveis similares. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio. Contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício. Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição, quando presentes todos os elementos de mensuração. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício. **4. Novas normas contábeis:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas: • Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com *Covenants* (alterações ao CPC 26/IAS 1); • Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7); • Passivo de arrendamento em uma venda e *leaseback* (alterações ao CPC 06/IFRS 16); e • Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21). **5. Eventos subsequentes: Reorganização Societária.** Em 1º de janeiro de 2024 a Companhia implementou uma reorganização societária aprovada pelo Conselho de Administração. Essa reorganização teve como objetivo simplificar a estrutura organizacional unificando as operações de determinadas subsidiárias, otimizando a gestão operacional e, consequentemente, gerando eficiência nos custos operacionais e administrativos. Como resultado da reorganização societária, as subsidiárias 3R Macau e 3R FZB foram incorporadas pela 3R Areia Branca, que passou a se chamar "3R RNCE S.A." Na mesma data, a subsidiária 3R RV foi incorporada pela 3R Candeias, que passou a se chamar "3R Bahia S.A." **Emissão de Debêntures.** Em 10 de janeiro de 2024 o Conselho de Administração da Companhia aprovou a oferta pública de distribuição da 4ª (quarta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública em rito de registro automático de distribuição da Companhia. As debêntures possuem vencimento de 5 (cinco) anos a partir da data de sua emissão e a taxa de juros é correspondente à variação acumulada de 100% (cem por cento) das Taxa DI, acrescida de um *spread* limitado a 3,00% (três inteiros por cento). No âmbito da Oferta, foram emitidas 900.000 (novecentos mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com valor nominal unitário de R$ 1 perfazendo assim o valor total de emissão de até R$ 900.000. Os recursos líquidos captados por meio desta emissão serão utilizados para pré-pagamento da 2ª (segunda) emissão de debêntures simples da Companhia. **Aumento de capital social.** Em 15 de janeiro de 2024 foi aprovado pelo Conselho de Administração o aumento de capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, em razão do exercício de opções de compra de ações no âmbito do plano de opção de compra de ações aprovado pelos acionistas da Companhia, em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 31 de agosto de 2020, e aditado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 26 de abril de 2021. Foram emitidas 398.723 (trezentos e noventa e oito mil, setecentas e vinte e três) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. O montante total do aumento de capital foi de R$ 6.280. Desta forma, o capital social da Companhia, após o referido aumento de capital, passa a ser equivalente a R$ 5.062.063, dividido em 240.383.650 (duzentos e quarenta milhões, trezentos e oitenta e três mil, seiscentas e cinquenta) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. **Proposta de reorganização societária.** Em 17 de janeiro de 2024 a Companhia recebeu notificação da Maha Energy informando sobre a alteração em sua participação acionária na Companhia, no qual celebrou instrumentos derivativos com liquidação financeira equivalentes a 11.999.248 ações ordinárias de emissão da Companhia, passando a representar 5,00% do capital social da Companhia na presente data. Adicionalmente, a Maha Energy, em carta direcionada ao Conselho de Administração da Companhia, sugeriu operação de reorganização societária envolvendo a Companhia e a PetroRecôncavo S.A. Em 31 de janeiro de 2024 o Conselho de Administração aprovou a contratação do Banco Itaú BBA S.A. como assessor financeiro da Companhia, com o objetivo de suportar a Administração na avaliação da possível transação sugerida pela Maha Energy em 17 de janeiro de 2024, incluindo companhias, ativos e negócios. O escopo contempla ainda, em conjunto com as equipes internas da Companhia e assessores jurídicos contratados, a avaliação da estratégia e do cronograma e a análise da melhor estrutura societária para a referida implementação. **Emissão de *Notes*.** Em 29 de janeiro de 2024 a Companhia por meio de sua subsidiária 3R Lux precificou uma oferta de *senior secured notes* no montante de US$ 500.000, remunerados à taxa cupom de 9,750% ao ano e com vencimento em 2031 ("Notes"), com garantia fidejussória outorgada pela Companhia e por certas subsidiárias. As Notes contam ainda com garantias reais de: (i) recebíveis no âmbito de certos contratos *off-take* de petróleo bruto e/ou gás, (ii) ações de certas subsidiárias da Companhia, e (iii) direitos emergentes de concessões de certas subsidiárias da Companhia. Os recursos líquidos captados por meio das Notes serão utilizados para pré pagamento do atual empréstimo detido pela 3R Lux, cuja contratação se deu no âmbito do financiamento para aquisição do Polo Potiguar. As Notes não foram oferecidas e não serão vendidas no Brasil, exceto em circunstâncias que não constituam uma oferta pública ou distribuição não autorizada de acordo com as leis e regulamentos brasileiros e não foram e não serão registradas na CVM.

Matheus Dias de Siqueira - Diretor-Presidente
Rodrigo Pizarro Lavalle da Silva - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Mauro Braz Rocha - Controller
Wagner Pinto Medeiros - Gerente de Contabilidade - CRC/RJ 086560/O-4

As demonstrações contábeis completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis completas estão disponíveis eletronicamente nos endereços abaixo: https://www.diariocomercial.com.br/publicidade-legal; https://ri.3rpetroleum.com.br/informacoes-financeiras/central-de-resultados; https://sistemas.cvm.gov.br/cias-abertas; https://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/empresas-listadas. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis foi emitido pela KPMG Auditores Independentes Ltda. em 05 de março de 2024, sem modificações.

Diário Comercial

O Diário Comercial oferece o melhor custo benefício do mercado para publicações legais, como: Atas, Avisos, Balanços, Comunicados, Editais e Fatos Relevantes.

Com atendimento ágil e personalizado é o veículo adequado ao público do setor financeiro.

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 45B5-643A-8486-7299.

IMOBILIÁRIA FLETA S/A

C.N.P.J.: 31.651.938/0001-03

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: Cumprindo as determinações legais e estatutárias submetemos à apreciação dos acionistas as Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31/12/2023 e 31/12/2022. A Administração.

BALANÇOS PATRIMONIAIS (Em MR$, exceto quando de outra forma indicado)

Ativo	2023	2022
Circulante	**75.306**	61.056
Caixa e equivalentes de caixa	**64.562**	50.403
Imóveis destinados a venda	**5.040**	5.040
Partes Relacionadas	**5.309**	5.217
Tributos a recuperar	**19**	27
Outros créditos	**376**	369
Não circulante	**217.868**	198.866
Depósitos Judiciais	**21.006**	19.212
Investimento	**1**	–
Imobilizado	**196.860**	179.653
Intangível	**1**	–
Total do ativo	**293.174**	**259.922**

Passivo e Patrimônio líquido	2023	2022
Circulante	**6.915**	5.588
Obrigações tributárias	**1.554**	1.891
Dividendos a pagar	**4.651**	2.831
Outras Contas a Pagar	**410**	866
Não circulante	**23.781**	21.987
Provisão para contingências	**23.781**	21.987
Patrimônio líquido	**262.778**	232.347
Capital Social	**132.000**	132.000
Reserva legal	**15.140**	12.857
Dividendos propostos	**10.061**	10.903
Reserva de lucros	**105.577**	76.587
Total do passivo e patrimônio líquido	**293.174**	**259.922**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS (Em MR$)

	2023	2022
Receita líquida	**48.951**	42.513
Receitas (despesas) operacionais:	**4.418**	772
Administrativas e gerais	**(1.998)**	(1.302)
Provisão para contingências	**(1.794)**	(4.484)
Despesas financeiras	**(32)**	(24)
Receitas financeiras	**8.183**	6.582
Outras Receitas operacionais	**59**	–
Lucro antes da provisão para o imposto de renda e contribuição social	**53.369**	43.285
Imposto de renda e contribuição social - corrente	**(7.696)**	(6.478)
Lucro do exercício	**45.673**	36.807

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO)

	Capital social integralizado	Reservas Legal	Reservas Retenção de lucros	Dividendos propostos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31/12/2021	132.000	11.016	56.021	10.200	–	209.237
Aprovação de dividendos propostos	–	–	–	(10.200)	–	(10.200)
Lucro do exercício	–	–	–	–	36.807	36.807
Constituição da reserva legal	–	1.840	–	–	(1.840)	–
Constituição de reserva de lucros	–	–	20.567	–	(20.567)	–
Dividendos Intercalares	–	–	–	–	(3.497)	(3.497)
Dividendos propostos	–	–	–	10.903	(10.903)	–
Saldos em 31/12/2022	**132.000**	**12.857**	**76.587**	**10.903**	**–**	**232.347**
Aprovação de dividendos propostos	**–**	**–**	**–**	**(10.903)**	**–**	**(10.903)**
Lucro do exercício	**–**	**–**	**–**	**–**	**45.673**	**45.673**
Constituição da reserva legal	**–**	**2.284**	**–**	**–**	**(2.284)**	**–**
Constituição de reserva de lucros	**–**	**–**	**28.989**	**–**	**(28.989)**	**–**
Dividendos Intercalares	**–**	**–**	**–**	**–**	**(4.339)**	**(4.339)**
Dividendos propostos	**–**	**–**	**–**	**10.061**	**(10.061)**	**–**
Saldos em 31/12/2023	**132.000**	**15.140**	**105.577**	**10.061**	**–**	**262.778**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em MR$, exceto quando de outra forma indicado)

Das atividades operacionais	2023	2022
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**53.368**	43.285
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Depreciação	**52**	47
Valor residual do ativo imobilizado baixado	**(59)**	–
Decréscimo (acréscimo) em ativos		
Partes relacionadas	**(92)**	(1.333)
Depósitos Judiciais	**(1.794)**	(1.709)
Outros créditos	**2**	38
(Decréscimo) acréscimo em passivos		
Obrigações tributárias	**(336)**	402
Provisão para contingência	**1.794**	4.484
Imposto de renda e contribuição social pagos	**(7.696)**	(6.478)
Outros passivos	**(456)**	(764)
Caixa proveniente das operações	**44.783**	37.972
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição no investimento	**(1)**	–
Aquisição do Imobilizado	**(17.201)**	(17.125)
Caixa líquido aplicados nas atividades de investimento	**(17.209)**	(17.078)
Das atividades de financiamento com acionistas		
Pagamento de dividendos	**(13.422)**	(11.751)
Caixa líquido utilizado pelas atividades de financiamento com acionistas	**(13.422)**	(11.751)
Aumento (Redução) de caixa e equivalente de caixa	**14.159**	9.096
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	**50.403**	41.307
No fim do exercício	**64.562**	50.403
Aumento de caixa e equivalente de caixa	**14.159**	9.096

Notas explicativas. 1. Contexto operacional: A Imobiliária Fleta S/A é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, e tem como objeto social a atividade empresarial no mercado imobiliário, especialmente a compra e venda e a locação de imóveis próprios. **Constituição e histórico societário:** A Sociedade foi constituída em 07 de agosto de 1987 sob a denominação social de Imobiliária Fleta Ltda., com sede à Rua Visconde de Pirajá em Ipanema. Em 03 de agosto de 2006, ocorreu a transformação da Companhia de uma sociedade Ltda. para uma S.A., alterando a razão social para Imobiliária Fleta S/A. **2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária - Lei 6.404/76, complementadas pelas alterações introduzidas pela Lei 11.638/07 e 11.941/09 e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e devidamente aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). **2.1. Base de apresentação:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. **2.2. Caixa e equivalente e títulos e valores mobiliários:** Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor de mercado que são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo da Companhia. Para que um ativo seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de variação de seu valor. Por conseguinte, um investimento normalmente se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, de três meses ou menos, a contar da data da aquisição. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrada no resultado do exercício. Os títulos e valores mobiliários são aplicações com vencimentos superiores a 90 dias da data de contratação, mensurados a valor justo por meio do resultado, sendo as variações reconhecidas como ganho ou perda no resultado. **2.3. Imóveis destinados à venda:** Os imóveis destinados à venda são registrados ao custo de aquisição como estoques. **2.4. Imobilizado:** É composto de imóveis registrados ao custo de aquisição. **2.5. Demonstrações dos fluxos de caixa:** As Demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03(R2) -Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

3. Receita líquida: É composta como segue:

	2023	2022
Receita de Aluguéis	**50.805**	44.123
(-) Impostos incidentes	**(1.854)**	(1.611)
(=) Receita líquida	**48.951**	42.513

A íntegra das demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2023, encontra-se à disposição dos acionistas na sede da Cia..

Diretoria: Fortunato Fernando Leta; Mário Leta;
Contadora: Lígia Maria Araújo de Aragão - CRC- RJ 56728/0-7

SUPERDELLI ATACADO E SUPERMERCADO S.A.

CNPJ: 35.881.333/0001-51

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: Cumprindo as determinações legais e estatutárias submetemos à apreciação dos acionistas as demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31/12/2023 e 31/12/2022. A Administração.

BALANÇOS PATRIMONIAIS 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Ativo	2023	2022
Circulante	**90.898**	56.483
Caixa e equivalentes de caixa	**15.304**	3.610
Contas a receber	**39.570**	24.293
Estoques	**27.591**	23.358
Tributos a recuperar	**377**	1.011
Outros créditos	**7.290**	3.453
Despesas antecipadas	**766**	758
Não circulante	**81.505**	82.297
Depósitos Judiciais	**367**	351
Tributos a recuperar	**3.218**	3.587
Direito de uso - arrendamento mercantil	**16.355**	16.385
Impostos Diferidos	**565**	305
Imobilizado líquido	**60.846**	61.516
Intangível	**154**	153
Total do ativo	**172.403**	138.780

Passivo e Patrimônio Líquido	2023	2022
Circulante	**72.302**	86.321
Fornecedores	**58.538**	72.280
Obrigações sociais e trabalhistas	**2.164**	1.917
Obrigações tributárias e parceladas	**3.098**	2.026
Arrendamentos mercantis a pagar	**3.479**	3.358
Outras Contas a Pagar	**1.811**	1.621
Dividendos a pagar	**1.563**	3.653
Provisão para participação dos lucros	**1.649**	1.466
Não circulante	**13.942**	13.460
Provisão para litígios e demandas judiciais	**26**	26
Arrendamentos mercantis a pagar	**13.916**	13.434
Patrimônio Líquido	**86.159**	38.999
Capital Social	**60.000**	17.860
Reserva legal	**2.780**	2.451
Reserva de lucros	**23.379**	18.688
Total do passivo e patrimônio líquido	**172.403**	138.780

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	2023	2022
Receita líquida	**506.563**	380.009
Custo das mercadorias vendidas	**(455.007)**	(338.420)
Lucro bruto	**51.646**	41.589
Receitas (despesas) operacionais:		
Administrativas, comerciais e gerais	**(46.169)**	(35.939)
Honorários da administração	**–**	(35)
Outras receitas operacionais	**5.017**	4.200
	(41.152)	(31.774)
Resultado antes do resultado financeiro	**10.494**	9.815
Resultado financeiro		
Despesas financeiras	**(1.968)**	(1.603)
Receitas financeiras	**1.595**	544
	(373)	(1.059)
Lucro antes da provisão para o imposto de renda e contribuição social	**10.121**	8.756
Imposto de renda e contribuição social	**(3.538)**	(2.970)
Lucro do exercício	**6.583**	5.786

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Capital social integralizado	Reserva Legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31/12/2021	17.860	2.162	14.565	–	34.587
Lucro líquido do exercício	–	–	–	5.786	5.786
Constituição da Reserva legal	–	289	–	(289)	–
Constituição da Reserva de Lucros	–	–	4.123	(4.123)	–
Dividendos obrigatórios	–	–	–	(1.374)	(1.374)
Saldos em 31/12/2022	17.860	2.451	18.688	–	38.999
Lucro líquido do exercício	**–**	**–**	**–**	**6.583**	**6.583**
Constituição da Reserva legal	**–**	**329**	**–**	**(329)**	**–**
Constituição da Reserva de Lucros	**–**	**–**	**4.691**	**(4.691)**	**–**
Aumento de capital	**42.140**	**–**	**–**	**–**	**42.140**
Dividendos obrigatórios	**–**	**–**	**–**	**(1.563)**	**(1.563)**
Saldos em 31/12/2023	**60.000**	**2.780**	**23.379**	**–**	**86.159**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Das atividades operacionais	2023	2022
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**10.121**	8.756
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	**3.352**	2.167
Amortização direito de uso	**948**	464
Juros direito de uso	**1.781**	967
Valor residual do ativo imobilizado baixado	**2**	80
Provisão para contingências	**5**	(7)
Decréscimo (acréscimo) em ativos		
Contas a receber	**(15.099)**	(8.183)
Estoques	**(4.233)**	(10.031)
Outros créditos	**(4.015)**	(1.383)
Tributos a recuperar	**1.003**	(1.579)
Despesas antecipadas	**(8)**	(97)
Depósitos Judiciais	**(16)**	(7)
(Decréscimo) acréscimo em passivos		
Fornecedores	**(13.742)**	42.829
Obrigações trabalhistas e tributárias	**1.319**	1.152
Outros passivos	**373**	1.540
Provisão para contingência	**(5)**	(54)
Pagamento de dividendos	**(3.653)**	–
Aumento capital	**42.140**	–
Impostos diferidos	**(260)**	(190)
Imposto de renda e contribuição social pagos	**(3.538)**	(2.970)
Pagamento de passivo de arrendamento	**(2.096)**	(1.024)
Caixa proveniente das operações	**14.379**	32.430
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Decréscimo (acréscimo) do imobilizado	**(2.646)**	(30.974)
Decréscimo (acréscimo) do intangível	**(39)**	(20)
Caixa líquido aplicados nas atividades de investimento	**(2.685)**	**(30.994)**
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa	**11.694**	**1.436**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	**3.610**	**2.174**
No fim do exercício	**15.304**	**3.610**
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa	**11.694**	**1.436**

1. Contexto operacional. A Superdelli Atacado e Supermercado S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, e tem como objeto social o comércio por atacado e varejo, operando com duas unidades de cash & carry, com marca comercial denominada Mega Box. **Constituição e histórico societário.** A Companhia foi constituída em 05 de janeiro de 1990 com a denominação social de CB Supermercados S.A. Em 30 de Abril de 1991 a razão social foi alterada para Superdelli Comestíveis Finos S/A. Em 02 de Julho de 1999 a Sociedade passou a ser controlada pelo Super Mercado Zona Sul S.A., através da aquisição da totalidade de suas ações. Em 24 de Julho de 2009 a Sociedade alterou a razão social para Superdelli Atacado e Supermercado S.A. Em 03 de Março de 2010 inaugurou uma loja "Atacarejo" para realizar atividades operacionais de Atacado e Varejo, com sede à Avenida Brasil nº 9.561 - Penha, Rio de Janeiro, RJ. Em 02 de junho de 2022 foi inaugurada a filial Recreio dos Bandeirantes, Rio de Janeiro. **2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis. 2.1. Declaração de conformidade e base de elaboração.** As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados saldos mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas. As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. **2.2. Instrumentos Financeiros (CPC 48/IFRS 9).** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros como custo amortizado e valor justo por meio do resultado financeiro. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado pela Administração e nas características dos fluxos de caixa contratuais. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possui os seguintes instrumentos financeiros:

Ativos/passivos financeiros	Classificação IFRS 9
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber	Custo amortizado
Depósitos judiciais	Custo amortizado
Fornecedores	Custo amortizado
Salários, provisões e encargos sociais	Custo amortizado

A IFRS 9/CPC 48 foi adotada pela primeira vez em 2018; no entanto, isso não impactou significativamente as demonstrações financeiras da Companhia. Ativos financeiros - Custo amortizado. São reconhecidos a custo amortizado, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio cujo o objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas especificas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros. Ativos financeiros - Valor justo por meio do resultado. São reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado os ativos que: (i) não se enquadram na classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado, e (iii) são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos. Redução ao valor recuperável. A Companhia reconhece provisão para perda de crédito esperado para seus ativos classificados ao custo amortizado. Essa avaliação é realizada prospectivamente e está baseada em dados históricos e em modelos construídos para esse fim. Passivos financeiros - Mensuração subsequente. • Custo amortizado: são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetivos, onde ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos ou através do acréscimo da taxa efetiva. • Valor justo por meio do resultado: são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do período. **2.3. Estoques.** Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda. Os estoques são reduzidos pela provisão para perdas e quebras quando aplicável, as quais são periodicamente analisadas e avaliadas quanto à sua adequação. **2.4. Imobilizado.** O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, formação ou construção, líquido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens. A depreciação é calculada com base no método linear ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos, um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e, ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **2.5. Intangível.** Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste de avaliação do valor recuperável. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. **2.6. Provisões.** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, e provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. A provisão relacionada ao programa de participação nos lucros, quando ocorre, é reconhecida em contrapartida às "Despesas gerais e administrativas". Essas provisões são baseadas em metas de resultados trimestrais, devidamente aprovados pela diretoria da Companhia. **2.7. Impostos.** Impostos correntes. Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço. Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. Impostos diferidos. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos das demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, quando aplicável. Os tributos e contribuições diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre as diferenças temporárias tributáveis e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresente lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada, no mínimo, ao final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Imposto sobre vendas. Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto: • Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso. • Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas. • Quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. **2.8. Reconhecimento de receita.** O CPC 47/IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determina se, quando, e por quanto a receita é reconhecida. a) Vendas de mercadorias. As receitas resultantes da venda de produtos são reconhecidas pelo seu valor justo quando o controle sobre os produtos é transferido para o comprador, a Companhia deixa de ter controle ou responsabilidade pelas mercadorias vendidas e os benefícios econômicos gerados para a Companhia são prováveis substancialmente no momento da entrega dos produtos aos clientes nas lojas. As receitas não são reconhecidas se sua realização for incerta. b) Receita de juros. Registra-se uma receita de juros referente a todos os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, adotando-se a taxa de juros efetiva, que corresponde à taxa de desconto dos pagamentos ou recebimentos de caixa futuros ao longo da vida útil prevista do instrumento financeiro - ou período menor, conforme o caso - ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída no resultado financeiro na demonstração do resultado do exercício. **2.9. Classificação corrente versus não corrente.** A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante/não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal. • For mantido principalmente para negociação. • Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação. • Caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca, ou seja, utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: • Se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal. • For mantido principalmente para negociação. • Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação. • Não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. **2.10. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas.** A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: a) Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de impairment). A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. b) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais. As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: (i) Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; (ii) Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e, tampouco, divulgados; e (iii) Obrigações legais são registradas como exigíveis, independente, da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos. **2.11. Demonstrações dos fluxos de caixa.** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

3. Receita líquida

Descrição	2023	2022
Receita bruta	**567.754**	425.514
(-) Devolução de vendas	**(11.625)**	(8.332)
(-) Impostos sobre as vendas	**(49.477)**	(37.173)
(=) Receita Líquida	**506.653**	380.009

A íntegra das demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2023, encontra-se à disposição dos acionistas na sede da Cia..

Diretoria: Fortunato Fernando Leta, Pietrangelo Leta
Contadora: Lígia Maria Araújo de Aragão - CRC-RJ 56728/O-7

Diário Comercial
PARA A PUBLICAÇÃO DE ATAS, BALANÇOS, EDITAIS, FATOS RELEVANTES
E UNDERWRITING NO DIÁRIO COMERCIAL,
FALE COM SUA AGÊNCIA DE PUBLICIDADE OU NOS CONSULTE

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 45B5-643A-8486-7299.

Zona Sul
Cariocas de Coração

SUPER MERCADO ZONA SUL S.A.

CNPJ 33.381.286/0001-51

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: Cumprindo as determinações legais e estatutárias submetemos à apreciação dos acionistas as Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31/12/2023 e 31/12/2022. A Administração.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31/12/2023 E 2022 (Valores expressos em MR$)

Ativo	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Circulante	**606.086**	459.077	**651.345**	459.243
Caixa e equivalentes de caixa	**161.369**	39.486	**179.165**	45.345
Contas a receber	**231.834**	224.817	**223.547**	190.551
Estoques	**170.360**	162.964	**197.951**	186.322
Tributos a recuperar	**14.569**	10.271	**14.952**	11.292
Despesas antecipadas	**3.375**	2.372	**4.141**	3.130
Créditos diversos	**24.579**	19.167	**31.589**	22.603
Não circulante	**685.924**	716.010	**677.125**	752.978
Impostos diferidos	**3.179**	–	**3.743**	–
Tributos a recuperar	**18.211**	105.341	**21.429**	108.928
Depósitos judiciais	**79.917**	81.825	**80.285**	82.176
Direito de uso - arrendamento mercantil	**184.270**	192.477	**200.625**	208.862
Investimentos	**90.305**	45.021	–	–
Imobilizado	**277.523**	256.903	**338.370**	318.419
Intangível	**32.475**	34.404	**32.629**	34.558
Outros	**44**	39	**44**	35
Total do ativo	**1.292.010**	**1.175.087**	**1.328.470**	**1.212.221**

Passivo	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Circulante	**461.127**	397.737	**483.644**	421.716
Fornecedores	**284.923**	251.354	**295.525**	265.156
Obrigações sociais e trabalhistas	**36.282**	32.225	**38.569**	34.105
Obrigações tributárias	**38.425**	21.419	**40.491**	23.460
Obrigações tributárias parceladas	**10.064**	5.433	**11.102**	5.433
Arrendamentos mercantis a pagar	**40.763**	42.426	**44.242**	45.785
Provisão para participação nos lucros	**19.977**	17.838	**21.624**	19.302
Outras contas a pagar	**30.693**	27.042	**32.091**	28.475
Não circulante	**189.623**	214.386	**203.566**	227.541
Obrigações tributárias parceladas	**7.139**	11.117	**7.139**	11.117
Provisões para litígios e demandas judiciais	**19.431**	18.551	**19.458**	18.579
Arrendamentos mercantis a pagar	**163.053**	169.705	**176.969**	183.137
Impostos diferidos	–	15.013	–	14.708
Patrimônio líquido	**641.260**	562.964	**641.260**	562.964
Capital social	**568.000**	284.000	**568.000**	284.000
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	**7.751**	10.633	**7.751**	10.633
Reserva de lucros	**65.509**	268.331	**65.509**	268.331
Total do passivo e patrimônio líquido	**1.292.010**	**1.175.087**	**1.328.470**	**1.212.221**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2023 E 2022 (Valores expressos em MR$)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receita operacional líquida	**2.903.517**	2.540.928	**3.039.439**	2.634.245
Custo das mercadorias vendidas	**(2.057.547)**	(1.801.086)	**(2.141.824)**	(1.852.814)
Lucro bruto	**845.970**	739.842	**897.615**	781.431
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas gerais e administrativas	**(768.629)**	(678.979)	**(814.802)**	(714.958)
Outras receitas (despesas) operacionais	**23.267**	17.843	**28.285**	22.008
Resultado de equivalência patrimonial	**6.796**	5.970	–	–
Resultado antes do resultado financeiro	**107.404**	84.676	**111.098**	88.481
Resultado financeiro				
Despesas financeiras	**(20.469)**	(20.530)	**(22.438)**	(22.135)
Receitas financeiras	**67.184**	51.381	**69.071**	52.213
Resultado antes dos impostos sobre o lucro	**154.119**	115.527	**157.731**	118.559
Imposto de renda e contribuição social	**(34.015)**	(24.250)	**(37.627)**	(27.282)
Lucro líquido do exercício	**120.104**	91.277	**120.104**	91.277
Lucro por ação básico e diluído (em Reais)	**4,04**	3,21	**4,04**	3,21

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2023 E 2022 (Valores expressos em MR$)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro líquido do exercício	**120.104**	91.277	**120.104**	91.277
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Total dos outros resultados abrangentes	**120.104**	91.277	**120.104**	91.277

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2023 E 2022 (Valores expressos em MR$)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção lucros	Proposta de distribuição de dividendos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**284.000**	**32.813**	**177.779**	**4.897**	**–**	**499.490**
Aprovação de dividendos propostos	–	–	–	(4.897)	–	(4.897)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	91.277	91.277
Destinações do lucro:						
Constituição de reserva legal	–	4.564	–	–	(4.564)	–
Dividendos intercalares pagos	–	–	–	–	(22.906)	(22.906)
Dividendos adicionais propostos	–	–	–	10.633	(10.633)	–
Constituição de reserva de lucros	–	–	53.174	–	(53.174)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**284.000**	**37.377**	**230.953**	**10.633**	**–**	**562.964**
Aprovação de dividendos propostos	**–**	**–**	**–**	**(10.633)**	**–**	**(10.633)**
Aumento de capital	**284.000**	**–**	**(284.000)**	**–**	**–**	**–**
Lucro líquido do exercício	**–**	**–**	**–**	**–**	**120.104**	**120.104**
Destinações do lucro:						**–**
Constituição de reserva legal	**–**	**6.005**	**–**	**–**	**(6.005)**	**–**
Dividendos intercalares pagos	**–**	**–**	**–**	**–**	**(31.175)**	**(31.175)**
Dividendos adicionais propostos	**–**	**–**	**–**	**7.751**	**(7.751)**	**–**
Constituição de reserva de lucros	**–**	**–**	**75.173**	**–**	**(75.173)**	**–**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**568.000**	**43.382**	**22.127**	**7.751**	**–**	**641.260**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2023 E 2022 (Valores expressos em MR$)

	Controladora		Consolidado	
Das atividades operacionais	2023	2022	2023	2022
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**154.119**	115.527	**157.731**	118.559
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais				
Depreciações e amortizações	**26.551**	24.848	**29.903**	27.120
Amortização de direito de uso	**54.875**	50.881	**55.823**	51.345
Juros de direito de uso	**16.317**	16.217	**18.098**	17.183
Valor residual do ativo imobilizado baixado	**201**	1.457	**203**	1.540
Resultado de equivalência patrimonial	**(6.796)**	(5.970)	**–**	–
Atualização de depósitos judiciais	**(5.186)**	(4.856)	**(5.382)**	(4.864)
Provisão para perda de estoques	**11**	605	**43**	679
Provisão para contingências	**5.818**	2.387	**5.823**	2.380
Provisão para perda crédito fiscais	**2.983**	–	**2.983**	–
Redução (aumento) nos ativos				
Contas a receber	**(49.157)**	(78.688)	**(32.996)**	(47.631)
Estoques	**(7.407)**	(20.431)	**(11.672)**	(30.535)
Tributos a recuperar	**79.849**	16.875	**80.856**	15.298
Depósitos judiciais	**7.094**	7.969	**7.274**	7.970
Outros ativos	**(6.413)**	(317)	**(9.998)**	(1.389)
Aumento (redução) nos passivos				
Fornecedores	**33.569**	51.341	**30.369**	54.539
Obrigações sociais, trabalhistas e tributárias	**6.114**	243	**7.585**	1.370
Pagamento de provisão para contingências	**(4.938)**	(3.738)	**(4.944)**	(3.789)
Provisão para participação nos lucros	**2.140**	5.540	**2.321**	6.393
Imposto de renda e contribuição social pagos	**(36.606)**	(23.623)	**(40.477)**	(26.846)
Outros passivos	**3.651**	4.205	**3.617**	4.980
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**276.789**	160.472	**297.160**	194.302
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de itens de imobilizado	**(40.382)**	(26.194)	**(43.026)**	(57.276)
Aquisição de intangíveis	**(5.061)**	(16.385)	**(5.100)**	(16.405)
Recebimento de dividendos da controlada Superdelli	**3.652**	–	**–**	–
Outros	**(6)**	163	**(9)**	2.121
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(41.797)**	(42.416)	**(48.135)**	(71.560)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	**(41.809)**	(27.803)	**(41.809)**	(27.803)
Pagamento de passivo de arrendamento	**(71.300)**	(63.856)	**(73.396)**	(64.881)
Caixa líquido aplicado pelas atividades de financiamento	**(113.109)**	(91.659)	**(115.205)**	(92.684)
Aumento (redução) do caixa e equivalente de caixa	**121.883**	26.397	**133.820**	30.057
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	**39.486**	13.089	**45.345**	15.288
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	**161.369**	39.486	**179.165**	45.345
Aumento (redução) do caixa e equivalente de caixa	**121.883**	26.397	**133.820**	30.057

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - 31/12/2023 e 2022 (Valores expressos em MR$, exceto quando de outra forma indicado). **1. Contexto operacional:** O Super Mercado Zona Sul S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, e tem como objeto social o comércio por atacado e varejo no segmento de supermercado com compra e venda de mercadorias que neles se costumam negociar, cujo mix é ofertado através de 17 categorias de consumo, sendo elas: carnes e peixes; bebidas alcoólicas e não alcoólicas; queijos e frios; hortifruti; pães e bolos; consumo local; limpeza; perfumaria e higiene; bomboniére; biscoitos e salgadinhos; matinais; doces e compotas; refeições prontas e semiprontas; utilidades e bazar; produtos para animais domésticos; flores e plantas e alimentos/gastronomia nacional e importado, além da participação em outras sociedades de atividades afins ou mesma diversa. A Companhia é controladora das sociedades Superdelli Atacado e Supermercado S.A. (Superdelli) e do Zona Sul 2005 Participações Ltda. (Zona Sul 2005). O Superdelli opera com duas unidade de cash & carry, com marca comercial denominada Mega Box, uma situada no bairro de Olaria e a outra no Recreio dos Bandeirantes - Rio de Janeiro, e o Zona Sul 2005 atua como uma holding de investimentos. O Super Mercado Zona Sul atua nas cidades do Rio de Janeiro e de Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro, tem atualmente uma rede de 43 lojas, um centro distribuidor de mercadorias em geral e um supermercado virtual, o Zona Sul Atende (www.zonasul.com.br), que efetua entregas nos municípios de Angra dos Reis, Petrópolis, Teresópolis, Niterói e do Rio de Janeiro. A sede da Companhia fica localizada na rua Comandante Vergueiro da Cruz, nº 226, Olaria, Rio de Janeiro. **2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis: 2.1. Declaração de conformidade e base de elaboração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, quando requerido nas normas. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para divulgação pela Diretoria em 22 de março de 2024. As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. **2.2. Instrumentos Financeiros (CPC 48/IFRS 9):** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros como custo amortizado e valor justo por meio do resultado financeiro. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado pela Administração e nas características dos fluxos de caixa contratuais. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possui os seguintes instrumentos financeiros:

Ativos e passivos financeiros	Classificação IFRS 9
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber	Custo amortizado
Depósitos judiciais	Custo amortizado
Fornecedores	Custo amortizado

Ativos financeiros - custo amortizado: São reconhecidos a custo amortizado, os ativos e passivos financeiros mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas especificas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros. Ativos financeiros - valor justo por meio do resultado: São reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado os ativos que: (i) não se enquadram na classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado, e (iii) são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos. Ativos financeiros - Mensuração inicial: No reconhecimento inicial a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro. Para o contas a receber de clientes a mensuração inicial se dá pelo preço da transação. Ativos financeiros - Mensuração subsequente: • Custo amortizado: esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente a perda de crédito esperada. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago. • Valor justo por meio do resultado: os ativos classificados dentro desse modelo de negócio são contabilizados por meio de reconhecimento do ganho e perda no resultado do período. Redução ao valor recuperável: A Companhia reconhece provisão para perda de crédito esperado para seus ativos classificados ao custo amortizado. Essa avaliação é realizada prospectivamente e está baseada em dados históricos e em modelos construídos para esse fim. Passivos financeiros - Reconhecimento inicial: Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescidos do custo da transação (no caso de empréstimos, financiamentos e contas a pagar). Passivos financeiros - Mensuração subsequente: • Custo amortizado: são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetivos, onde ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos ou através do acréscimo da taxa efetiva. • Valor justo por meio do resultado: são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do período. **2.3. Caixa e equivalente de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor de mercado que são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo da Companhia. Para que um ativo seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de variação de seu valor. Por conseguinte, um investimento normalmente se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, de três meses ou menos, a contar da data da aquisição. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrada no resultado do exercício. Os títulos e valores mobiliários são aplicações com vencimentos superiores a 90 dias da data de contratação, mensurados a valor justo por meio do resultado, sendo as variações reconhecidas como ganho ou perda no resultado. **2.4. Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda. Os estoques são reduzidos pela provisão para perdas e quebras quando aplicável, as quais são periodicamente analisadas e avaliadas quanto à sua adequação. **2.5. Investimentos:** Os investimentos em controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras consolidadas, conforme Pronunciamento Técnico CPC 18 - Investimento em coligada e em controlada, para fins de demonstrações financeiras individuais. Nas demonstrações financeiras consolidadas o montante de investimento na controlada é eliminado. Com base no método da equivalência patrimonial, os investimentos em controladas são contabilizados no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controlada. A participação societária nas investidas é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido ou prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da Controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional em relação ao valor recuperável do investimento em sua investida. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável do investimento e o valor contábil e reconhece este montante na demonstração dos resultados da Controladora. **2.6. Imobilizado:** O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, formação ou construção, líquido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens. A depreciação é calculada com base no método linear ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos, um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e, ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **2.7. Intangível:** Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste de avaliação do valor recuperável. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. **2.8. Depósitos judiciais:** Como consequência de discussões judiciais, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores sob judice podem ser depositados judicialmente, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. São inicialmente registrados pelo valor de desembolso do depósito e subsequentemente atualizados pelos indexadores aplicáveis. **2.9. Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/ obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Provisões relacionadas a programa de participação nos lucros: A provisão relacionada ao programa de participação nos lucros, quando ocorre, é reconhecida em contrapartida às "Despesas gerais e administrativas". Essas provisões são baseadas em metas de resultados trimestrais, devidamente aprovados pela diretoria da Companhia. **2.10. Impostos:** Impostos correntes: Ativos e passivos tributários correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados ao valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que sejam aprovadas no fim do exercício que está sendo reportado no Brasil. Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. Impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos das demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, quando aplicável. Os tributos e contribuições diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre as diferenças temporárias tributáveis e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia e suas controladas apresentarem lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada, no mínimo, ao final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Imposto sobre vendas: Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto: • Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso. • Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas. • Quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. **2.11. Operações de arrendamento mercantil:** A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. Ativos de direito de uso: A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustado por qualquer nova remuneração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo de arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo. Passivos de arrendamento: Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início do contrato porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor: A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo. Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamentos de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **2.12. Reconhecimento de receita:** A Companhia e suas controladas estão no ramo do varejo e atacado no segmento de supermercado. A receita é reconhecida quando o controle dos bens é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses bens. a) Vendas de mercadorias: As receitas resultantes da venda de produtos são reconhecidas pelo seu valor justo quando o controle sobre os produtos é transferido para o comprador, a Companhia deixa de ter controle ou responsabilidade pelas mercadorias vendidas e os benefícios econômicos gerados para a Companhia são prováveis substancialmente no momento da entrega dos produtos aos clientes nas lojas. As receitas não são reconhecidas se sua realização for incerta. b) Receita de juros: Registra-se uma receita de juros referente a todos os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, adotando-se a taxa de juros efetiva, que corresponde à taxa de desconto dos pagamentos ou recebimentos de caixa futuros ao longo da vida útil prevista do instrumento financeiro - ou período menor, conforme o caso - ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída no resultado financeiro na demonstração do resultado do exercício. **2.13. Classificação corrente versus não corrente:** A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante/não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Espera-se realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal. • For mantido principalmente para negociação. • Espera-se realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação. • Caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca, ou seja, utilizado para liquidar um passivo em até 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: • Espera-se liquidá-lo no ciclo operacional normal. • For mantido principalmente para negociação. • Espera-se liquidá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação. • Não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. **2.14. Segmento operacional:** A Companhia possui um único segmento operacional, o segmento de varejo, que é utilizado pela Administração para fins de análise e tomada de decisão. Dentro do segmento de operação, a Companhia tem diferentes canais de venda: lojas, *online* e atacado. **2.15. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: Julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. **Estimativas e premissas:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício, são discutidas a seguir. *Provisão para crédito de liquidação duvidosa:* A provisão para perda estimada em crédito é constituída com base na análise da carteira de clientes, em montante considerado suficiente para fazer frente a perdas esperadas na realização dos créditos. *Perdas na realização dos estoques:* As perdas na realização dos estoques estão apresentadas como redução do saldo de estoques e é constituída em montante considerado suficiente para fazer face a eventuais perdas na realização deste saldo. *Vida útil dos ativos imobilizado e intangível:* A depreciação ou amortização dos ativos imobilizado e intangível considera a melhor estimativa da Administração sobre a utilização destes ativos ao longo de suas operações. Mudanças no cenário econômico e/ou no mercado consumidor podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil. A Companhia adota como procedimento a revisão periódica dos bens do ativo imobilizado com o objetivo de identificar possíveis perdas e efetua também revisões da vida útil dos bem registrados no ativo imobilizado. Caso sejam identificadas, as alterações serão realizadas de forma prospectiva. *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:* A Administração revisa pelo menos anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e, o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. *Provisão para contingências:* A Companhia registra provisão, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para riscos cíveis, trabalhistas e tributárias que, como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. A Companhia também está sujeita a reivindicações legais, cíveis, trabalhistas e tributárias cobrindo assuntos que advém do curso normal das atividades de seus negócios. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. **2.16. Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstrações dos Fluxos de Caixa. **2.17. Demonstrações do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme a IFRS. **2.18. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023:** A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas e que ainda não estejam vigentes.

Pronunciamento	Descrição
Definição de Estimativas Contábeis - Alterações ao IAS 8	Distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros
Divulgação de Políticas Contábeis - Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2	Divulgação de políticas contábeis "significativas" por um requisito de materialidade, adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis.
Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação - Alterações ao IAS 12	Estreitamento do escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação.

continua

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 45B5-643A-8486-7299.

continuação

Zona Sul
Cariocas de Coracão

SUPER MERCADO ZONA SUL S.A.

CNPJ 33.381.286/0001-51

As alterações não tiveram impacto na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações financeiras do Zona Sul. **2.19. Pronunciamentos novos ou revisados, mas ainda não vigentes:** O *International Accounting Standards Board* (IASB) trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entrarão em vigência nos próximos exercícios com a convergência dos pronunciamentos pelo CPC. Os principais pronunciamentos aplicáveis à Companhia são:

Pronunciamento	Descrição	Em vigor a partir de:
Alterações ao IAS 7 e IFRS 7	Acordos de financiamento de fornecedores	01/01/2024
Alterações ao IAS1	Classificação de passivos como circulante ou não-Circulante	01/01/2024
Alterações ao CPC 06/ IFRS 16	Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento)	01/01/2024

A Administração da Companhia está avaliando os impactos práticos que tais pronunciamentos possam ter em suas demonstrações financeiras, na medida que os normativos estiverem regulamentados. **3. Bases de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e controladas, cuja participação na data dos balanços é assim resumida:

Controladas	Percentual de participação (%)	Direta (%)
Superdelli Atacado e Supermercado S.A.	99,99	99,99
Zona Sul 2005 Participações Ltda.	99,90	99,90

O período de abrangência das demonstrações financeiras e as práticas contábeis das controladas são iguais à controladora. Os principais procedimentos de consolidação são: (a) eliminação dos saldos das contas de ativo e passivo entre as empresas consolidadas; (b) eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas; (c) eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de resultados não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas; e (d) destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas demonstrações financeiras consolidadas. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as controladas são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial, eliminando-se os lucros não realizados até a data do balanço.

4. Receita líquida	Controladora		Consolidado	
Descrição	2023	2022	2023	2022
Receita bruta	**3.260.173**	2.860.156	**3.411.498**	2.961.768
Devoluções de vendas	**(21.680)**	(19.671)	**(25.502)**	(20.505)
Impostos sobre as vendas	**(334.976)**	(299.557)	**(346.557)**	(307.018)
	2.903.517	2.540.928	**3.039.439**	2.634.245

A íntegra das Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31/12/2023 encontra-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia.
Diretoria: Pietrangelo Leta; Mário Leta; Paulo Sérgio Araújo de Barros **Contadora:** Lígia Maria Araújo de Aragão – CRC-RJ 56728/O-7.

REFINARIA DE PETRÓLEOS DE MANGUINHOS S.A.
em recuperação judicial
CNPJ/MF nº 33.412.081/0001-96 - NIRE: 33.3.0012851-4
Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de março de 2024. 1. Data, Hora e Local: 22 de março de 2024, às 14:00 horas, na sede social da Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A., localizada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Brasil, 3141, Benfica, CEP 20930-041 ("Companhia"). **2.** Publicações Legais e Convocação: (i) Edital de Convocação publicado no "Diário Comercial", em suas edições de 22, 23 e 26 de fevereiro de 2024. O documento acima e os demais documentos pertinentes a assuntos integrantes da ordem do dia, incluindo a proposta da administração para a Assembleia Geral, foram também colocados à disposição dos acionistas na sede da Companhia e divulgados nas páginas eletrônicas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), da B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão ("B3") e da Companhia, com até 1 (um) mês de antecedência da presente data, nos termos da Lei das S.A. e da regulamentação da CVM aplicável. **3.** Presenças: Presente a Acionista Xoroque Participações S.A., titular de 45.188.099 ações ordinárias, sem valor nominal, representando 66,76% do capital social total e votante da Companhia, conforme se verifica pela assinatura constante do Livro de Presença de Acionistas. **4.** Mesa: Jorge Luiz Cruz Monteiro, Presidente; Angélica dos Santos Rodrigues, Secretária. **5.** Voto à distância: Registrado o recebimento de boletim de voto à distância do acionista minoritário Plano PostalPrev ("Postalis"), que foi devidamente computado e está consolidado no mapa final de votação. **6.** Ordem do Dia: **6.1.** Em Assembleia Geral Extraordinária: (i) consignar a renúncia do membro efetivo independente do Conselho de Administração; e (ii) deliberar sobre a eleição de membro independente ao Conselho de Administração, indicado pelo acionista minoritário ordinarista Postalis, em substituição ao cargo vago, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2026. **7.** Deliberações: Após exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, foram tomadas as seguintes deliberações: **7.1.** Registrar que a ata que se refere à Assembleia será lavrada na forma de sumário e publicada com a omissão das assinaturas dos acionistas, conforme facultam os §§1º e 2º do Art. 130 da Lei nº 6.404/76. **7.2.** Em Assembleia Geral Extraordinária: **7.2.1.** Consigna-se a renúncia do membro efetivo independente, Sr. Rafael Vieira de Oliveira, conforme Fato Relevante publicado em 21 de fevereiro de 2024; e **7.7.2.** Foi aprovado, por unanimidade de votos e sem ressalvas, a eleição do membro independente ao Conselho de Administração, abaixo referenciado, indicado pelo acionista minoritário ordinarista, Postalis, em substituição ao cargo vago, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2026: **a) Vinícius Moreno**, brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade nº 27.729.196-3 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 171.442.748-05, residente e domiciliado na Rua Paulista, nº 550, Casa 1, na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, como membro efetivo independente do Conselho de Administração. **8.** Encerramento, Lavratura e Assinaturas: Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada esta ata, em forma de sumário, ficando autorizada a sua publicação com a omissão das assinaturas dos acionistas. Assinaturas: Jorge Luiz Cruz Monteiro, Presidente da Mesa; Angélica dos Santos Rodrigues, Secretária. Após lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. *Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio*. Rio de Janeiro, 22 de março de 2024. Mesa: **Jorge Luiz Cruz Monteiro** - Presidente; **Angélica dos Santos Rodrigues** - Secretária.

LIGHT ENERGIA S.A.
CNPJ/MF Nº 01.917.818/0001-36 - NIRE Nº 33.3.0016560-6
Companhia Aberta - Subsidiária Integral da LIGHT S.A.
Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Light Energia S.A., realizada em 05 de Fevereiro de 2024, lavrada sob a forma de sumário, conforme faculta o §1° do artigo 130 da lei nº 6.404/1976. 1. Dia, local e hora: Aos 05 dias de fevereiro de 2024, às 11h30min, na sede social da Light Energia S.A. ("Companhia"), localizada na Av. Marechal Floriano, nº 168, parte, 2º andar, corredor B, Centro, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. **2. Convocação e Presença:** Compareceu à Assembleia a única acionista da Companhia, Light S.A., neste ato representada pelo Diretor sem designação específica, Sr. Rodrigo Ribeiro Pereira Brandão, e pelo Diretor sem designação específica, Sr. Carlos Vinicius de Sá Roriz, representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas apostas no Livro de Presença dos Acionistas, tendo sido dispensada a publicação dos avisos de convocação, na forma do disposto no artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404/1976.**3. Composição da Mesa:** Sr. Carlos Vinicius de Sá Roriz, Presidente da Mesa. Escolhido o Sr. Igor Martins Mesquita para secretariar os trabalhos**. 4. Ordem do Dia:** (i) Eleição de membro do Conselho de Administração. **5. Leitura de Documentos e Lavratura da Ata:** Tendo sido dispensada, pela única acionista, a leitura dos documentos relacionados às matérias a serem deliberadas, uma vez que o seu conteúdo é do inteiro conhecimento da Acionista. **6. Deliberações Adotadas: 6.1.** Aprovada a lavratura da presente ata, na forma de sumário dos fatos ocorridos, como faculta o §1º do artigo 130 da Lei 6.404/76, Lei das Sociedades por Ações. **6.2.** A única acionista deliberou a eleição do Sr. **Rodrigo Tostes Solon de Pontes**, brasileiro, casado, bacharel em direito, portador da carteira de identidade nº 103.681.490, expedida pelo IFP/RJ, e inscrito no CPF/ME sob o n° 070.634.807-90, com endereço comercial na Avenida Marechal Floriano, 168, Centro, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 20080-002, para o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia, em substituição ao Conselheiro renunciante, Sr. Eduardo Guardiano Leme Gotilla, para cumprimento do prazo remanescente do mandato, ou seja, até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada dentro dos quatro primeiros meses do exercício social de 2025. **6.2.1.** A acionista declara que obteve a confirmação de que o Conselheiro eleito possui as qualificações necessárias e cumpre os requisitos estabelecidos no art. 147 e parágrafos da Lei das S.A., para o exercício do respectivo cargo, e de que não possui qualquer impedimento legal que obste sua eleição, nos termos da Resolução CVM nº 80/2022. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta ata, que segue assinada pela Mesa e pelos representantes da acionista. Carlos Vinicius de Sá Roriz - Presidente da Mesa e Igor Martins Mesquita - Secretário da Mesa. **Acionista:** LIGHT S.A., rep/ Rodrigo Ribeiro Pereira Brandão/ Carlos Vinicius de Sá Roriz. Arquivado na Jucerja nº 6109000 em 01/03/2024. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

LIGHT ENERGIA S.A.
CNPJ/MF Nº 01.917.818/0001-36 - NIRE Nº 33.3.0016560-6
Subsidiária Integral Light S.A.
Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração da Light Energia S.A. ("Companhia") realizada em 30 de Janeiro de 2024, lavrada sob a forma de sumário. 1. Data, hora e local: 30 de janeiro de 2024, às 17h45min, mediante videoconferência, nos termos do art. 10 do Estatuto Social da Companhia. **2. Presentes:** Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, o Sr. Alexandre Nogueira Ferreira, Déborah Meirelles Rosa Brasil, Rodrigo Ribeiro Pereira Brandão e Eduardo Xavier Rodrigues. Sem participar das votações, a Sra. Alana da Costa de Carvalho, convidada para secretariar a reunião. **3. Convocação, instalação e lavratura da ata:** Dispensada a convocação nos termos do artigo 10 do Estatuto Social da Companhia. A reunião foi devidamente instalada com a presença da totalidade dos membros do Conselho. **4. Carta de Renúncia:** O Presidente do Conselho informou que recebeu, nesta data, a carta de renúncia do Sr. Valdir Gomes Barbosa Sobrinho ao cargo de Diretor sem designação específica da Companhia. **5. Assunto para deliberação: 5.1. Alteração na composição da Diretoria da Companhia:** O Conselho, por unanimidade dos votos, elegeu o Sr. Rodrigo Tostes Solon de Pontes, brasileiro, casado, bacharel em direito, portador da carteira de identidade nº 103.681.490, expedida pelo IFP/RJ, e inscrito no CPF/ME sob o n° 706.348.079-0, com endereço comercial na Av. Marechal Floriano, 168, parte, 2º andar, corredor A, Centro, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 20080-002, para o cargo de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, com efeitos a partir de 05 de fevereiro de 2024, para o cumprimento do restante do mandato a encerrar-se em 31 de agosto de 2024. Até tal data o Sr. Carlos Vinícius de Sá Roriz, atual Diretor-Presidente, continuará exercendo, cumulativamente, suas funções como Diretor de Relações com Investidores Interino da Companhia. **5.2. Composição da Diretoria da Light Energia.** Em virtude da deliberação acima, a Diretoria da Companhia, a partir de 05 de fevereiro de 2024, fica assim constituída pelo prazo remanescente do mandato, com encerramento em 31 de agosto de 2024: Carlos Vinicius de Sá Roriz - Diretor-Presidente; Rodrigo Tostes Solon de Pontes - Diretor de Relações com Investidores. **6.Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que lida e aprovada, será realizada de forma eletrônica por todos os Conselheiros presentes, sendo que as assinaturas retroagem à data da reunião. Alexandre Nogueira Ferreira- Presidente da Mesa; Alana da Costa de Carvalho - Secretária da Mesa. Conselheiros de Administração: Alexandre Nogueira Ferreira, Déborah Meirelles Rosa Brasil, Rodrigo Ribeiro Pereira Brandão e Eduardo Xavier Rodrigues. Arquivado na Jucerja nº 6099700 em 26/02/2024. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

LIGHT ENERGIA S.A.
CNPJ/MF Nº 01.917.818/0001-36 - NIRE Nº 33.3.0016560-6
Subsidiária Integral Light S.A.
Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração da Light Energia S.A. ("Companhia") realizada em 09 de Janeiro de 2024, lavrada sob a forma de sumário. 1. Data, hora e local: 09 de janeiro de 2024, às 20h50min, mediante videoconferência, nos termos do art. 10 do Estatuto Social da Companhia. **2. Presentes:** Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, o Sr. Alexandre Nogueira Ferreira, Déborah Meirelles Rosa Brasil, Rodrigo Ribeiro Pereira Brandão e Eduardo Xavier Rodrigues. Sem participar das votações, o Sr. Igor Martins Mesquita, convidado para secretariar a reunião. **3. Convocação, instalação e lavratura da ata:** Dispensada a convocação nos termos do artigo 10 do Estatuto Social da Companhia. A reunião foi devidamente instalada com a presença da totalidade dos membros do Conselho. **4. Carta de Renúncia:** O Presidente do Conselho informou que recebeu, nesta data, a carta de renúncia do Sr. Eduardo Guardiano Leme Gotilla aos Cargos de Diretor de Relações com Investidores e Conselheiro de Administração da Companhia. **5. Assunto para deliberação: 5.1. Alteração na composição da Diretoria da Companhia:** O Conselho, por unanimidade dos votos, elegeu o Sr. Carlos Vinicius de Sá Roriz, brasileiro, casado, economista, portador da carteira de identidade nº 084306919, expedida pela IFP/RJ, regularmente inscrito no CPF/ME sob o nº 905.633.447-68, com endereço comercial na Avenida Marechal Floriano, nº 168, parte, 2° andar, corredor A, Centro, Rio de Janeiro/RJ, atual Diretor-Presidente, para acumular, interinamente, o cargo de Diretor de Relações com Investidores até a eleição de um novo Diretor, para o cumprimento do prazo remanescente do mandato, com encerramento em 31 de agosto de 2024. O Presidente do Conselho informou que a Diretoria da Companhia ficou assim constituída: Carlos Vinicius de Sá Roriz - Diretor-Presidente; Carlos Vinicius de Sá Roriz - Diretor de Relações com Investidores (interino); Valdir Gomes Barbosa Sobrinho - Diretor sem designação específica. **6.Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta ata, que lida e aprovada é firmada por todos os conselheiros presentes. Alexandre Nogueira Ferreira - Presidente da Mesa; Igor Martins Mesquita, Secretário da Mesa. Conselheiros de Administração: Alexandre Nogueira Ferreira, Déborah Meirelles Rosa Brasil, Rodrigo Ribeiro Pereira Brandão e Eduardo Xavier Rodrigues. Arquivado na Jucerja nº 6087416 em 19/02/2024. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

RIO+ SANEAMENTO BL3 S.A.
CNPJ/ME nº 42.292.007/0001-74
NIRE 33.300.339.566
Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de março de 2024
Data, Hora e Local: Em 15/03/2024 às 9h, na Rua Victor Civita nº 66, bloco 1, salas 201 e 202, Jacarepaguá, CEP 22775-044, Rio de Janeiro/RJ. **Convocação:** Dispensada **Presença:** Totalidade dos membros do Conselho de Administração. **Mesa**: *Presidente*: Sra. Marilene de Oliveira Ramos Murias dos Santos. *Secretária*: Cecília Camargo de Ferreira. **Ordem do Dia e Deliberações:** Os membros do Conselho de Administração examinaram e discutiram a Ordem do Dia acima e deliberaram, por unanimidade e sem ressalvas: **(I)** Aprovaram e recomendaram a deliberação dos itens (a); (b); e (c). Íntegra da ata pode ser lida no website do jornal: https://diariocomercial.com.br/publicidade-legal/

EMPRESA AUTO VIAÇÃO JUREMA S/A
CNPJ (MF) nº 29.336.674/0001-43
Convocação: Ficam os Srs. Acionistas convocados a se reunirem em AGO a realizar-se no dia 25/04/2024, às 10hs., na Av. Governador Leonel de Moura Brizola, 559, Duque de Caxias, RJ , a fim de deliberarem sobre a seguintes Ordens do Dia: 1. Aprovação do Balanço Patrimonial exercício encerrado em 2023; 2. Destinação do Resultado do exercício; 3. Eleição da Diretoria para o Biênio 2024/2025 4. Fixação dos honorários da Diretoria; e 5. Assuntos Gerais. Duque de Caxias, 20/03/2024. A Diretoria.

OCEÂNICA ENGENHARIA E CONSULTORIA S.A.
CNPJ: 29.980.141/0001-08 - NIRE: 33.3.0033158-1
EXTRATO DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 15 DE MARÇO DE 2024. Realizada em 15 de março de 2024, às 9:00 horas, na sede social da **OCEÂNICA ENGENHARIA E CONSULTORIA S.A.**, localizada no Estado do Rio de Janeiro, na Cidade do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 3.434, bloco 1, 3º andar, Barra da Tijuca, CEP 22640-102 ("Companhia") a reunião do Conselho de Administração da Companhia, presidida por Alfredo José Califfa e secretariada por Fernanda Bernadino de Almeida, teve a totalidade de seus membros presentes, dispensada a convocação. Os principais pontos abordados incluíram (i) a aprovação da 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, da Companhia, as quais serão objeto de distribuição pública, sob o rito de registro automático de distribuição, sem análise prévia, destinada exclusivamente a investidores profissionais, nos termos da Resolução da CVM nº 160, no valor total de R$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), na data de emissão, com prazo de vencimento de 4 anos contados da data de emissão e juros remuneratórios inicialmente correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das Taxa DI de um dia, "*over extra-grupo*", expressas na forma percentual ao ano-base de 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, acrescida de *spread* de 4,50% ao ano-base 252 dias úteis, sem atualização monetária do valor nominal unitário e com possibilidade de resgate antecipado facultativo, amortização extraordinária facultativa e aquisição facultativa das debêntures; e (ii) a outorga, pela Companhia, no âmbito da emissão, de cessão fiduciária sobre determinados direitos creditórios, em favor dos debenturistas, representados pelo agente fiduciário, em garantia das obrigações garantidas. Foi autorizado e ratificado também a outorga de poderes à Diretoria da Companhia para formalização da emissão e da oferta, incluindo a contratação dos coordenadores e a assinatura da escritura de emissão, do contrato de cessão fiduciária e demais documentos necessários. No término, a ata foi lida, considerada conforme e assinada por todos os membros presentes. A íntegra deste documento está disponível na versão digital do jornal. JUCERJA nº 6142671 em 21/03/2024.

GYPSOLITE DO BRASIL S/A
INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE GESSO

CNPJ: 33.965.146/0001-20
Aviso aos Acionistas
Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício findo em 31.12.2023. Solicitamos que o pedido de envio seja feito através do e-mail: assembleia.tmc.2021@gmail.com, mencionando o nome da empresa. Duque de Caxias, 24/03/2024. **A Diretoria.**

Sindicato dos Estivadores e Trabalhadores em Estiva de Minérios do Rio de Janeiro - SETEMRJ
(com extensão de base territorial nos municípios de Niterói, São Gonçalo, Itaboraí e Itaguaí no Estado do RJ)
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
DE ACORDO COM O PARÁGRAFO 8º DO ARTIGO 75º, BEM ASSIM A ALÍNEA "A" DO ARTIGO 76º DO ESTATUTO EM VIGOR, CONVOCO OS SENHORES ASSOCIADOS ATIVOS E APOSENTADOS, EM PLENO GOZO DE SUAS REGALIAS SOCIAIS, PARA PARTICIPAR DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA EM NOSSA SEDE SOCIAL, SITUADA NA RUA ANTONIO LAJE Nº42 - SAÚDE - RJ, QUE REALIZAR-SE-À NO PRÓXIMO DIA **27 DE MARÇO DO CORRENTE ANO (QUARTA-FEIRA), ÀS 10H30 E 11:00HORAS**, RESPECTIVAMENTE, EM PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÕES, TRATARMOS DA SEGUINTE: **ORDEM DO DIA: A) LEITURA, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA REDAÇÃO DA ATA DA ASSEMBLÉIA ANTERIOR; B) DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO ACERCA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DO ANO DE 2023, ACOMPANHADA DE PARECER DO CONSELHO FISCAL.**
RIO DE JANEIRO, 22 DE MARÇO DE 2024.
MARCELO DA SILVA LIMA
DIRETOR - PRESIDENTE.

Setimob Serviços Técnicos e Investimentos Imobiliários S.A.
CNPJ/MF nº 68.633.825/0001-87 - NIRE: 33.3.00316914
Ata da Assembleia Geral Ordinária Realizada em 21 de março de 2024
I. **Data, Hora e local da Assembleia**: Às 10:00hs do dia 21 de março de 2024, na sede social da Companhia, à Rua Visconde de Pirajá, n.º 470, sala 301 - 3º Andar, Ipanema, CEP 22410-002, cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. II. **Quórum:** Acionistas representando a totalidade do capital social. III. **Convocação:** Dispensada na forma do § 4°, do Artigo 124 da Lei n° 6.404/76. IV. **Mesa:** Presidente: Sr. Antonio Carlos Borges Camanho. Secretário: Sr. Marco Aurelio Monteiro de Oliveira Cunha. V. **Resoluções Aprovadas:** Foram aprovadas, pela unanimidade dos acionistas presentes, representando a totalidade do capital social, as seguintes matérias: (A) O Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31/12/2023; (B) Que o prejuízo do exercício apurado em 31/12/2023 no valor de R$ 2.266.576,95 (dois milhões, duzentos e sessenta e seis mil, quinhentos e setenta e seis reais e noventa e cinco centavos) seja absorvido, parcialmente, com o saldo da conta Ajustes de Exercícios Anteriores no valor de R$ 1.624,97 (hum mil, seiscentos e vinte e quatro reais e noventa e sete centavos), restando o saldo de prejuízo do exercício no valor de R$ 2.264.951,98 (dois milhões, duzentos e sessenta e quatro mil, novecentos e cinquenta e um reais e noventa e oito centavos) que serão absorvidos com a redução parcial do capital social; (C) Em razão da redução do capital, ora aprovada, fica alterado o Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, passando o referido a viger com a seguinte redação: **Art. 5º** - O capital social da Companhia é de R$ 23.846.976,46 (vinte e três milhões, oitocentos e quarente e seis mil, novecentos e setenta e seis reais e quarenta e seis centavos), dividido em 22.380.081 (vinte e dois milhões, trezentas e oitenta mil e oitenta e uma) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, e 5.787.924 (cinco milhões, setecentas e oitenta e sete mil e novecentas e vinte e quatro) ações preferenciais nominativas, sem valor nominal. **Parágrafo Primeiro** - Cada uma das ações em que é dividido o capital social da Companhia confere ao seu titular o direito a 1 (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais. **Parágrafo Segundo** - As ações preferenciais não possuem direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral da Companhia, e terão prioridade em relação às demais classes e espécies de ações da Companhia no reembolso do capital, em caso de liquidação da Companhia, no valor de R$ 100,00 (cem reais) por ação, sem prêmio. **Parágrafo Terceiro** - As ações da Companhia serão nominativas, presumindo-se a sua propriedade pela inscrição do nome do acionista no Livro de Registro de Ações Nominativas, sem emissão de certificados. (D) Autorizar os Diretores da Companhia, individualmente, a praticar todos os atos necessários a efetivação das deliberações propostas e aprovadas pelos Acionistas; (E) Os acionistas ratificam, neste ato, todos os demais Artigos do Estatuto Social da Companhia não alterados pela presente Assembleia Geral Extraordinária; e (F) Em consequência das deliberações acima aprovadas os acionistas resolvem consolidar o Estatuto Social da Companhia (Anexo I). VI. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, deram por encerrada a presente Assembleia, tendo-se antes feito lavrar a presente Ata que lida e achada conforme, vai devidamente assinada pelo Presidente e pelo Secretário da Assembleia. VII. **Acionistas Presentes:** Antonio Carlos Borges Camanho e Pedro David de Sanson Camanho. A presente é cópia fiel da Ata da Assembleia Geral Ordinária da Setimob Serviços Técnicos e Investimentos Imobiliários S/A., realizada em 21/03/2024, lavrada no livro próprio. Rio de Janeiro, 21 de março de 2024. **Antonio Carlos Borges Camanho - Presidente. Marco Aurelio Monteiro de Oliveira Cunha - Secretário.**

GRUPO SALTA EDUCAÇÃO S.A.
CNPJ nº 17.765.891/0001-70 - NIRE 33.3.0030675-7
Edital de Convocação para Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 2 de abril de 2024. Ficam convocados os acionistas do **Grupo Salta Educação S.A.** ("Companhia"), na forma prevista no art. 124 da Lei 6.404/76 e no artigo 8º do Estatuto Social da Companhia, a comparecerem em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada, no dia 2 de abril de 2024, às 10:00, na sede da Companhia, localizada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Rodrigo de Brito, nº 13, Botafogo, CEP 22.280-100, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da ordem do dia: **(i)** alterar o Estatuto Social da Companhia em relação (a) às matérias de competência exclusiva da Assembleia Geral; (b) à composição do Conselho de Administração para prever que esse passe a ser composto por 6 (seis) membros; (c) às matérias de competência exclusiva do Conselho de Administração; (d) à inclusão de previsão de indicação de membros observadores para o Conselho de Administração; e (e) a outras alterações que se fizerem necessárias em razão dos ajustes referidos acima, com a consequente consolidação do Estatuto Social; e **(ii)** sujeito à aprovação do item anterior, eleger um membro efetivo e um observador para o Conselho de Administração. Para exercer seus direitos, os acionistas deverão comparecer à Assembleia Geral Extraordinária portando documento de identidade. Nos termos do art. 126 da Lei 6.404/76, os acionistas poderão ser representados por procurador, desde que estes apresentem o respectivo instrumento de mandato, com firma reconhecida em cartório. A Administração da Companhia, adicionalmente, permanece à disposição para quaisquer esclarecimentos e instruções adicionais que se façam necessários. Rio de Janeiro/RJ, 21 de março de 2024. **Maria Eduarda de Arruda Falcão Vasconcellos** - Presidente do Conselho de Administração.

COPAPA - COMPANHIA PADUANA DE PAPÉIS
CNPJ nº 31.590.862/0001-45 - NIRE nº 3330014720-9
AVISO. Acham-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede da empresa, Avenida José Homem da Costa, nº 635/693, Bairro São Luiz, em Santo Antônio de Pádua - RJ, os documentos referidos no artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023.
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
Ficam convidados os senhores acionistas da COPAPA - COMPANHIA PADUANA DE PAPÉIS a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, na sede social da empresa, Avenida José Homem da Costa, nº 635/693, Bairro São Luiz, em Santo Antônio de Pádua - RJ, às 10h00 do dia 24.04.2024, a fim de examinar, discutir e votar a seguinte ordem do dia: **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA.** a) Aprovação das contas do exercício de 2023; b) Destinação do resultado do exercício encerrado; c) Fixação da remuneração dos Administradores (Conselho de Administração e Diretoria) e dos Conselheiros Fiscais para o exercício de 2024; e, d) Outros assuntos de interesse da sociedade. **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA.** a) Aprovação de nova redação do Estatuto Social. Santo Antônio de Pádua, 20 de março de 2024. **SAULO FONSECA PADILHA - Presidente do Conselho de Administração.**

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 45B5-643A-8486-7299.

Enesa Engenharia S.A.

CNPJ: 48.785.828/0001-29

Demonstrações Financeiras

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Ativo/circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	70.542	16.394	72.039	19.877
Contas a receber	152.673	100.187	161.551	103.963
Estoques	13.819	9.141	13.819	9.141
Adiantamentos a fornecedores	3.254	3.702	3.254	3.702
Tributos a recuperar	5.010	4.581	5.010	4.581
Despesas antecipadas	1.336	2.658	1.336	2.658
Outros créditos	38.529	29.950	2.884	32.000
Total do ativo circulante	**285.163**	**166.613**	**259.893**	**175.922**
Ativo não circulante				
Impostos e contribuições diferidos	183.786	178.983	183.786	178.983
Tributos diferidos	4.689	1.530	4.689	1.530
Depósitos judiciais	18.506	18.998	18.506	18.998
Partes relacionadas	46.002	32.695	33.059	43.507
Outros créditos	229	195	229	195
	253.212	**232.401**	**240.269**	**243.213**
Imobilizado	28.594	22.320	28.594	22.320
Direito de uso	4.167	495	4.167	495
Intangível	117	97	117	97
Total do ativo não circulante	**286.090**	**255.313**	**273.147**	**266.125**
Total do ativo	**571.253**	**421.926**	**533.040**	**442.047**

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Passivo/Circulante				
Empréstimos e financiamentos	25.634	–	25.634	–
Fornecedores	54.260	47.650	54.415	71.698
Obrigações trabalhistas	73.135	35.879	73.135	47.395
Obrigações tributárias	28.152	19.983	28.165	22.840
Parcelamentos fiscais	19.416	16.124	19.416	16.124
Adiantamentos de clientes	69.136	53.486	69.136	59.849
Contas a pagar	46.161	–	46.161	–
Direito de uso a pagar	1.443	529	1.443	2.297
Dividendos a pagar	–	7.046	–	7.046
Participações no resultado dos administradores	–	2.427	–	2.427
Total do passivo circulante	**317.337**	**183.124**	**317.505**	**229.676**
Passivo não Circulante				
Obrigações legais	69	69	69	5.138
Direito de uso a pagar	2.724	–	2.724	–
Partes relacionadas	8.052	7.501	8.052	7.501
Provisão para investimentos a descoberto	38.381	31.500	–	–
Parcelamentos fiscais	37.783	44.926	37.783	44.926
Provisão para demandas judiciais e administrativas	8.352	10.203	8.352	10.203
Total do passivo não circulante	**95.361**	**94.199**	**56.980**	**67.768**
Patrimônio líquido				
Capital social	133.921	133.921	133.921	133.921
Reservas de lucros	26.633	12.305	26.633	12.305
Ajuste de avaliação patrimonial	(1.999)	(1.623)	(1.999)	(1.623)
Total do Patrimônio líquido	**158.555**	**144.603**	**158.555**	**144.603**
Total do passivo e patrimônio líquido	**571.253**	**421.926**	**533.040**	**442.047**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

Descrição	Capital social	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Reserva de dividendos propostos	Reserva de lucros: Lucros (prejuízos) acumulados	Total	Ajuste de avaliação patrimonial	Total Patrimônio líquido
Saldos em 31/12/2021	**186.590**	–	–	(52.653)	(52.653)	132	134.069
Redução de capital social	(52.669)	–	–	52.669	**52.669**	–	–
CTA - Ajuste cumulativo de conversão	–	–	–	–	–	(1.759)	(1.759)
Realização de reserva de reavaliação	–	–	–	(4)	**(4)**	4	–
Lucro líquido do exercício	–	–	–	16.831	**16.831**	–	16.831
Distribuição de dividendos	–	–	–	(4.538)	**(4.538)**	–	(4.538)
Constituição da reserva legal	–	842	–	(842)	–	–	–
Saldos em 31/12/ 2022	**133.921**	**842**	–	**11.463**	**12.305**	**(1.623)**	**144.603**
CTA - Ajuste cumulativo de conversão	–	–	–	–	–	(380)	(380)
Realização de reserva de reavaliação	–	–	–	(4)	**(4)**	4	–
Lucro líquido do exercício	–	–	–	4.857	**4.857**	–	4.857
Reconhecimento de reserva de dividendos propostos	–	–	9.475	–	**9.475**	–	9.475
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	1.154	(1.154)	–	–	–
Constituição da reserva legal	–	243	–	(243)	–	–	–
Saldos em 31/12/2023	**133.921**	**1.085**	**10.629**	**14.919**	**26.633**	**(1.999)**	**158.555**

Demonstrações dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**11.625**	**28.601**	**11.625**	**28.601**
Ajustes para reconciliação do lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social				
Tributos diferidos	(3.159)	2.364	(3.159)	2.364
Depreciação e amortização	2.896	3.274	2.896	3.274
Depreciação direito de uso	495	495	495	495
Atualização do arrendamento mercantil	11	25	11	25
Reversão de provisão para demandas judiciais	(1.851)	(36.161)	(1.851)	(36.161)
Provisão para demandas judiciais	–	–	–	5.069
Resultado de ativo permanente baixados	2.872	704	2.872	704
Baixa de depósitos judiciais	–	1.940	–	1.940
Provisão (reversão) para perda de depósitos judiciais	–	7.972	–	7.972
Provisão (reversão) para tributos a recuperar	–	(1.095)	–	(1.095)
Provisão (reversão) para crédito de liquidação duvidosa	–	(10.731)	–	(10.731)
Recuperação de créditos tributários	–	(711)	–	(711)
Atualização do REFIS IV	635	90	635	90
Atualização Tributos Parcelados	4.738	8.099	4.738	8.099
Resultado com equivalência patrimonial	6.502	35.078	–	–
Decréscimo (acréscimo) em ativos	**24.764**	**39.944**	**18.262**	**9.935**
Contas a receber	(52.486)	(38.467)	(57.588)	(42.243)
Estoques	(4.678)	(685)	(4.678)	(685)
Adiantamentos a fornecedores	448	(436)	448	(436)
Impostos a recuperar	(429)	12.475	(429)	12.475
Depósitos judiciais	492	(759)	492	(759)
Despesas antecipadas	1.322	(2.658)	1.322	(2.658)
Outros créditos	(8.613)	(28.014)	29.082	(29.777)
(Decréscimo) acréscimo em passivos				
Fornecedores	6.610	25.753	(17.284)	44.494
Contas a pagar	46.161	–	46.161	–
Adiantamentos de clientes	15.650	42.228	9.287	39.251
Obrigações trabalhistas	37.256	2.506	25.740	13.262
Obrigações tributárias	8.169	(228)	5.325	1.801
Tributos parcelados	(17.406)	(13.138)	(17.406)	(13.138)
Arrendamento mercantil	(540)	(742)	(2.308)	973
Obrigações legais	–	–	(5.067)	–
Caixa gerado das operações	**56.720**	**37.779**	**31.359**	**32.495**
Imposto de renda e contribuição social	(3.388)	(395)	(3.388)	(395)
Juros pagos				
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	**53.332**	**37.384**	**27.971**	**32.100**
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Venda de ativo imobilizado	–	153	–	153
Investimentos em controladas e coligadas	–	(5.198)	–	–
Efeito acumulativo de conversão em investimentos no exterior	–	1.759	(380)	–
Créditos com pessoas ligadas	(13.307)	(20.868)	10.448	(23.957)
Aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível	(12.062)	(4.327)	(12.062)	(4.327)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimentos	**(25.369)**	**(28.481)**	**(1.994)**	**(28.131)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Dividendos pagos	–	(4.538)	–	(4.538)
Débitos com pessoas ligadas	551	(11.335)	551	(7.897)
Pagamentos e amortização dos empréstimos	25.634	–	25.634	–
Caixa líquido proveniente (aplicado) das atividades de financiamentos	**26.185**	**(15.873)**	**26.185**	**(12.435)**
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**54.148**	**(6.970)**	**52.162**	**(8.466)**
No início do exercício	16.394	23.364	19.877	28.343
No final do exercício	70.542	16.394	72.039	19.877
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**54.148**	**(6.970)**	**52.162**	**(8.466)**

Demonstrações do resultado - Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Receita líquida	1.278.894	437.152	1.288.028	552.850
Custo dos serviços	(1.218.389)	(385.938)	(1.232.328)	(533.258)
Resultado bruto	**60.505**	**51.214**	**55.700**	**19.592**
Despesas e receitas operacionais				
Despesas gerais e administrativas	(30.514)	(25.368)	(31.005)	(27.891)
Outras receitas operacionais	3.804	33.050	3.805	33.050
Equivalência patrimonial	(6.502)	(35.078)	–	–
	(33.212)	**(27.396)**	**(27.200)**	**5.159**
Resultado operacional	**27.293**	**23.818**	**28.500**	**24.751**
Resultado financeiro				
Despesas financeiras	(17.544)	(10.523)	(18.756)	(12.631)
Receitas financeiras	1.876	15.306	1.881	16.481
	(15.668)	**4.783**	**(16.875)**	**3.850**
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	**11.625**	**28.601**	**11.625**	**28.601**
Imposto de renda e contribuição social - Corrente e diferido	(6.768)	(11.770)	(6.768)	(11.770)
Lucro líquido do exercício	**4.857**	**16.831**	**4.857**	**16.831**
Lucro por ação (em Reais)	**0,0260**	**0,0902**		

Demonstrações do resultado abrangente em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Lucro líquido do exercício	**4.857**	**16.831**	**4.857**	**16.831**
Ajuste cumulativo de conversão	(380)	(1.759)	(380)	(1.759)
Resultado abrangente do exercício	**4.477**	**15.072**	**4.477**	**15.072**

Demonstrações dos valores adicionados em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Receitas				
Receita operacional bruta	1.377.070	486.570	1.386.532	603.494
Outras receitas	2.395	10.546	2.395	10.546
	1.379.465	**497.116**	**1.388.927**	**614.040**
Insumos adquiridos de terceiros				
Materiais, energia, serviço de terceiros e outros	(577.847)	(176.427)	(591.786)	(234.652)
Perda/recuperação de valores ativos	–	(6.877)	–	(6.877)
	(577.847)	**(183.304)**	**(591.786)**	**(241.529)**
Valor adicionado bruto	**801.618**	**313.812**	**797.141**	**372.511**
Retenções				
Depreciação e amortização	(3.372)	(3.768)	(3.372)	(3.768)
Valor adicionado líquido produzido	**798.246**	**310.044**	**793.769**	**368.743**
Valor adicionado recebido em transferências				
Receitas financeiras	1.713	15.306	1.718	16.481
Equivalência patrimonial	(6.502)	(35.078)	–	–
	(4.789)	**(19.772)**	**1.718**	**16.481**
Valor adicionado total a distribuir	**793.457**	**290.272**	**795.487**	**385.224**
Pessoal	**553.853**	**161.904**	**554.343**	**253.522**
Remuneração direta	379.276	111.162	379.766	201.853
Benefícios	141.801	31.656	141.801	32.583
FGTS	32.776	19.086	32.776	19.086
Impostos, taxas e contribuições	**134.616**	**71.570**	**134.944**	**72.796**
Federais	110.864	54.999	111.192	56.225
Estaduais	5	25	5	25
Municipais	23.747	16.546	23.747	16.546
Financiadores	**100.131**	**39.967**	**101.343**	**42.075**
Juros	17.447	10.523	18.659	12.631
Aluguéis	82.684	29.444	82.684	29.444
Remuneração de capitais próprios	**4.857**	**16.831**	**4.857**	**16.831**
Lucros retidos	4.857	16.831	4.857	16.831
Valor adicionado total distribuído	**793.457**	**290.272**	**795.487**	**385.224**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Contexto operacional, principais práticas contábeis e parecer dos auditores independentes: A Enesa Engenharia S.A., é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em São Paulo - SP, cuja atividade preponderante é prestar serviços de engenharia civil e de montagens industriais e eletromecânicas. Suas demonstrações financeiras são elaboradas e estão sendo apresentadas, de forma resumida, de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, em milhares de reais, que é a moeda funcional e de apresentação das demonstrações. Não houve mudança de prática contábil no transcorrer do exercício. O relatório dos auditores independentes, emitido em 12/03/2024, pela Rengi Trevor Auditores Independentes S.S., expressa a opinião de que as demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31/12/2023, e chama a atenção para a reapresentação dos valores correspondentes. A íntegra das notas explicativas e do relatório dos auditores estão à disposição na sede da Companhia.

A Diretoria

Contador

Jorge Bezerra de Souza - CRC 1SP260.050/O-3

Aviso: As demonstrações financeiras estão disponíveis no endereço eletrônico do Jornal Diário Comercial (https://www.diariocomercial.com.br/publicidade-legal).

Lau-Rent Locação de Máquinas e Equipamentos Ltda.

CNPJ: 07.042.381/0001-10

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Balanços patrimoniais	31/12/2023	31/12/2022
Ativo/Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	29.917	9.416
Contas a receber	9.510	11.460
Estoques	4.955	2.953
Créditos diversos	780	499
Tributos a recuperar	358	520
Total do ativo circulante	**45.520**	**24.848**
Não circulante		
Depósitos judiciais	41	44
Partes relacionadas	201	–
Imobilizado	80.930	91.624
Direito de uso	1.464	587
Total do ativo não circulante	**82.636**	**92.255**
Total do ativo	**128.156**	**117.103**

Demonstrações do valor adicionado	2023	2022
Receitas		
Receita operacional bruta	76.153	55.614
Outras receitas	2.521	15
	78.674	**55.629**
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, energia, serviço de terceiros e outros	(25.535)	(21.646)
	(25.535)	**(21.646)**
Valor adicionado bruto	**53.139**	**33.983**
Retenções		
Depreciação e amortização	(5.896)	(4.878)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	**47.243**	**29.105**
Valor adicionado recebido em transferências		
Receitas financeiras	218	111
Valor adicionado total a distribuir	**47.461**	**29.216**
Pessoal	**21.558**	**17.539**
Remuneração direta	14.993	12.275
Benefícios	5.189	4.028
FGTS	1.376	1.236
Impostos, taxas e contribuições	**14.787**	**9.524**
Federais	13.285	8.682
Estaduais	108	141
Municipais	1.394	701
Financiadores	**2.605**	**1.828**
Juros	168	194
Aluguéis	2.437	1.634
Remuneração de capital próprio	**8.511**	**325**
Lucros retidos no período	8.511	325
Valor adicionado total distribuído	**47.461**	**29.216**

Demonstrações do resultado abrangente	2023	2022
Lucro líquido do exercício	8.511	325
Resultado abrangente do exercício	**8.511**	**325**

Balanços patrimoniais	31/12/2023	31/12/2022
Passivo/Circulante		
Fornecedores	2.514	3.026
Direito de uso a pagar	276	340
Obrigações trabalhistas	4.473	3.356
Obrigações tributárias	986	1.283
Outros débitos a pagar	322	247
Total do passivo circulante	**8.571**	**8.252**
Não circulante		
Direito de uso a pagar	1.150	189
IR e CS diferidos	13.459	13.633
Partes relacionadas	1.436	–
Total do passivo não circulante	**16.045**	**13.822**
Patrimônio líquido		
Capital social	68.233	68.233
Reserva de lucros	35.240	26.456
Ajuste de avaliação patrimonial	67	340
Total do Patrimônio líquido	**103.540**	**95.029**
Total do passivo e patrimônio líquido	**128.156**	**117.103**

Demonstrações do resultado	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Receita bruta	16	76.153	55.614
Impostos incidentes sobre a receita	16	(5.989)	(5.267)
Receita líquida		**70.164**	**50.347**
Custo dos serviços	17	(50.302)	(42.783)
Resultado bruto		**19.862**	**7.564**
Despesas gerais e administrativas	17	(5.084)	(5.687)
Receitas e despesas operacionais	18	(1.551)	(359)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		**13.227**	**1.518**
Despesas financeiras	19	(135)	(194)
Receitas financeiras	19	218	111
Resultado antes do IR e da CS		**13.310**	**1.435**
IR e CS - Corrente e diferido	12.1	(4.799)	(1.110)
Lucro líquido do exercício		**8.511**	**325**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Descrição	Capital Social	Reserva de Lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
Saldos em 31/12/2021	**68.233**	**26.142**	**329**	**94.704**
Ajuste de avaliação patrimonial	–	(11)	11	–
Lucro líquido do exercício	–	325	–	325
Saldos em 31/12/2022	**68.233**	**26.456**	**340**	**95.029**
Ajuste de avaliação patrimonial	–	273	(273)	–
Lucro líquido do exercício	–	8.511	–	8.888
Saldos em 31/12/2023	**68.233**	**35.420**	**66**	**103.540**

Demonstrações dos fluxos de caixa	2023	2022
Das atividades operacionais		
Resultado antes do IR e da CS	**13.310**	**1.435**
Ajustes para reconciliação do lucro líquido		
Depreciação e amortização	5.417	4.580
Depreciação do direito de uso	479	299
Despesas financeiras - direito de uso	16	23
Tributos diferidos	101	324
Resultado de ativos permanentes baixados	4.071	464
	23.394	**7.125**
Decréscimo ou (acréscimo) em ativos		
Contas a receber	1.950	(6.083)
Impostos a recuperar	162	(353)
Estoques	(2.002)	(2.007)
Depósitos judiciais	3	513
Créditos diversos	(281)	(71)
(Decréscimo) ou acréscimo em passivos		
Fornecedores	(512)	753
Obrigações trabalhistas	1.117	(277)
Obrigações tributárias	(297)	1.149
Arrendamentos a pagar	881	(13)
Outros débitos	74	(501)
Caixa gerado nas (aplicado nas) operações	**24.489**	**235**
IR e CS pagos	(5.057)	(736)
Caixa líquido gerado nas (aplicado nas) atividades operacionais	**19.432**	**(501)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(196)	(459)
Direito de uso	(1.372)	–
Recursos de venda de ativos imobilizados	1.402	–
Caixa líquido (aplicado) proveniente das atividades de investimentos	**(166)**	**(459)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Partes relacionadas	1.235	8.040
Caixa líquido (aplicado) das atividades de financiamento	**1.235**	**8.040**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**20.501**	**7.080**
No início do período	9.416	2.336
No final do período	29.917	9.416
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**20.501**	**7.080**

A Diretoria

Contador

Jorge Bezerra de Souza - CRC 1SP260.050/O-3

As demonstrações financeiras são elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil. O Relatório dos Auditores Independentes, emitidos em 12/03/2024, expressa a opinião de que as demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sociedade em 31/12/2023. A íntegra das notas explicativas e do relatório dos auditores está à disposição na sede da Sociedade.

Aviso: A demonstração financeira estão disponíveis no endereço eletrônico do Jornal Diário Comercial (https://www.diariocomercial.com.br/publicidade-legal).

Lavvi Empreendimentos Imobiliários S.A.

Companhia Aberta - CNPJ n° 26.462.693/0001-28 - NIRE 35.300.554.531

Edital de Convocação para Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os senhores acionistas titulares de ações ordinárias emitidas pela Lavvi Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Companhia" e "Acionistas", respectivamente) para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE"), a ser realizada às 14 horas do dia 22 de abril de 2024, **exclusivamente de forma digital**, por meio de Boletim de Voto a Distância ou da plataforma digital **"Ten Meetings"** ("Plataforma Digital"), com base na Resolução da CVM n° 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81") para deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da ordem do dia: Em sede de Assembleia Geral Ordinária ("AGO"): **(i)** apreciação das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas das suas respectivas notas explicativas, do relatório da administração, parecer dos auditores independentes e relatório resumido anual do Comitê de Auditoria Estatutário; **(ii)** apreciação do relatório de administração e as contas dos administradores, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(iii)** proposta da administração para a destinação do lucro líquido e distribuição de dividendos, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(iv)** definição do número de membros do Conselho de Administração da Companhia; **(v)** eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia; e **(vi)** proposta de fixação da remuneração global anual dos membros da administração da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2024. Em sede de Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"): **(vii)** reforma e consolidação do estatuto social da Companhia ("Estatuto Social") com o objetivo de alterar as regras de representação para celebração de instrumentos de garantia, mediante alteração dos artigos 25 e 26 do Estatuto Social, conforme previsto na Proposta da Administração. **1. Documentos à disposição dos Acionistas**: A administração da Companhia, em atendimento ao disposto nos artigos 133 e 135 da Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social, nas normas da Resolução CVM 81 e nas normas da Resolução CVM n° 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, coloca à disposição dos acionistas da Companhia ("Acionistas"), com pelo menos 1 (um) mês de antecedência da data marcada para realização da AGOE, os seguintes documentos: **(i)** demonstrações financeiras completas da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas das suas respectivas notas explicativas, do relatório da administração, parecer dos auditores independentes e relatório resumido anual do Comitê de Auditoria Estatutário; **(ii)** a Proposta da Administração da AGOE, com seus respectivos anexos; e **(iii)** boletins de voto a distância. Os documentos arrolados acima estão à disposição dos Acionistas na sede da Companhia e nos *websites* da Companhia (https://ri.lawi.com.br), da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (http://www.b3.com.br). **2. Participação dos Acionistas na AGOE:** Poderão participar da AGOE ora convocada os Acionistas, por si, seus representantes legais ou procuradores, via: **(a)** boletim de voto a distância ("Boletim"), sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida para a votação a distância constam abaixo e no Boletim, que pode ser acessado nos *websites* da Companhia (https://ri.lavvi.com.br), da CVM (www.cvm.gov.br), da B3 (www.b3.com.br) e da Plataforma Digital (https://assembleia.ten.com.br/913862187); e/ou **(b)** via Plataforma Digital, pessoalmente ou por procurador devidamente constituído, nos termos do artigo 28, §§2° e 3° da Resolução CVM 81, caso em que o Acionista poderá: **(i)** simplesmente participar da AGOE, tenha ou não enviado o Boletim; ou **(ii)** participar e votar na AGOE, observando-se que, quanto ao Acionista que já tenha enviado o Boletim e queira votar na AGOE, todas as instruções de voto recebidas por meio de Boletim serão desconsideradas. 2.1. Participação via Plataforma Digital: Os acionistas poderão participar da AGOE de forma remota, por meio da Plataforma Digital, acessível no link abaixo, com a utilização de vídeo e áudio: https://assembleia.ten.com.br/913862187. Os acionistas deverão se cadastrar por meio de acesso ao link acima, anexando os seguintes documentos, com até dois dias de antecedência à AGE (ou seja, até **20 de abril de 2024)**: **Acionista - Documentos:** Pessoa física • documento de identidade com foto do Acionista ou seu representante legal; • documentos que comprovem a representação legal, se for o caso (procuração); e • extrato de posição acionária. Pessoa jurídica • contrato social ou estatuto social consolidado e atualizado; documento hábil que comprove a outorga de poderes, inclusive de representação legal, se for o caso; documento de identificação do(s) representante(s) legal(is) com foto; e • extrato de posição acionária. Fundo de investimento • regulamento vigente do fundo; • estatuto social ou contrato social do administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação (ata da eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à assembleia, termo(s) de posse e/ou procuração); • documento de identificação do(s) representante(s) legal(is) com foto; e • extrato de posição acionária. Não será admitido o acesso à Plataforma Digital de Acionistas que não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui previsto, nos termos do artigo 6º, §3° da Resolução CVM 81. Uma vez que a Companhia aprove o cadastro, o acionista ou procurador receberá uma confirmação via e-mail de que foi aprovado. Caso seja reprovado, o acionista ou procurador também receberá um e-mail explicando o motivo da reprovação e, caso seja possível, a forma como esse acionista ou procurador deverá regularizar seu cadastro. Considerando a realização da AGOE de forma digital e disponibilização da Plataforma Digital para participação virtual dos Acionistas, a Companhia informa as seguintes medidas que decidiu adotar: **(i)** dispensa da necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos Acionistas para o escritório da Companhia; **(ii)** dispensa do cumprimento das formalidades de reconhecimento de firma, autenticação, notarização, consularização e apostilamento dos documentos listados no edital de convocação referentes à participação na AGOE via Plataforma Digital; e **(iii)** permissão da apresentação de procurações assinadas por meio eletrônico por certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil em caso de constituição de procuradores para participação na AGOE, nos termos do art. 126, §1°, da Lei das Sociedades por Ações. 2.2. Participação via Boletim: Em atendimento à Resolução CVM 81, na presente data foram disponibilizados Boletins pela Companhia nas páginas eletrônicas da Companhia (ri.lavvi.com.br) da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br) e da B3 (http://www.b3.com.br), em versão passível de impressão e preenchimento manual, bem como na página eletrônica da Plataforma Digital (https://assembleia.ten.com.br/913862187), em versão para preenchimento digital. Os Acionistas que optarem por manifestar seus votos a distância na AGOE deverão preencher o Boletim disponibilizado pela Companhia, seja manualmente, seja por meio da Plataforma Digital, indicando se desejam aprovar, rejeitar ou abster-se de votar em cada um dos itens. Para serem aceitos validamente, os Boletins deverão estar acompanhados da documentação requerida (conforme indicada no item 2.1. acima) e deverão ser enviados à Companhia ou a prestador de serviços apto a coletar e transmitir as instruções de voto até o dia **15 de abril de 2024.** inclusive, observados os procedimentos detalhados na Proposta da Administração. **3. Voto Múltiplo:** Nos termos da Resolução CVM n° 70, de 22 de março de 2022, o percentual mínimo sobre o capital votante necessário à requisição da adoção do voto múltiplo é de 5% (cinco por cento). A faculdade para requerer a adoção do processo de voto múltiplo deverá ser exercida até 48 horas antes da AGOE, ou seja, até as **14 horas do dia 20 de abril de 2024**. **4. Informações e Documentação:** A Proposta da Administração, com informações detalhadas sobre as regras e procedimentos para participação e/ou votação a distância na AGOE, incluindo orientações adicionais para envio do Boletim, bem como toda a documentação pertinente às matérias que serão deliberadas na Assembleia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e da regulamentação em vigor, encontram-se disponíveis nos websites da Companhia (https://ri.lavvi.com.br/), da CVM (https://sistemas.cvm.gov.br/) e da B3 (https://www.b3.com.br/pt br/). São Paulo, SP, 22 de março de 2024. **Conselho de Administração.**

ALLPARK EMPREENDIMENTOS, PARTICIPAÇÕES E SERVIÇOS S.A.

CNPJ 60.537.263/0001-66 - NIRE 35.300.370.406 - *Companhia Aberta*

Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 05 de Março de 2024

Data, Hora, Local: 05.03.2024, às 14hs, na sede social, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek 1830, Torre 3, 3º andar, São Paulo/SP. **Convocação:** edital de convocação enviado pelo Presidente do Conselho de Administração, o Sr. Edwyn Neves, conforme correspondência eletrônica (e-mail) enviado aos membros do Conselho de Administração em 27.02.2024, nos termos do Artigo 13, §1º do Estatuto Social. **Presença:** Presentes os(as) conselheiros(as) Edwyn Neves, Lilian Marques Esteves, Helio Francisco Alves Cerqueira, Joshua Edward Livingstone, Fábio Soares de Miranda Carvalho, Mariane Wiederkehr Grechinski e Luiz Filipe Frozoni Lomonaco, ausente Renato Antonio Secondo Mazzola e também presentes os membros da Diretoria, Srs. Emilio Sanches Salgado Junior, Daniel Henrique Soraggi e Castro, Murillo Cozza Alves Cerqueira, bem como os Srs. Flavio Serpejante Peppe (Ernst & Young – EY), Danilo Cecchin (Ernst & Young – EY). **Mesa:** Presidente: Edwyn Neves; Secretária: Alessandra Martão de Andrade. **Deliberações Aprovadas:** i. o Relatório da Administração e a proposta de Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31.12.2023, acompanhadas do parecer da Ernst & Young – EY, auditoria independente, a recomendação do Comitê de Auditoria, e decidiram recomendar à Assembleia Geral suas aprovações, com exceção do conselheiro Joshua Edward Livingstone, que se absteve. ii. Considerando o resultado negativo no exercício de 2023, não há lucros a serem destinados, não havendo, portanto, proposta a ser deliberada a respeito da matéria. iii. Apresentação de Resultados 2023, conforme material arquivado na sede. iv. Apresentação da diretoria jurídica sobre o andamento de ações relevantes, conforme material arquivado na sede. v. Apresentação da diretoria da On Tecnologia sobre os resultados de janeiro e fevereiro referentes a débitos veiculares. vi. Aprovaram a revisão Contrato GD, conforme apresentação da Diretoria e material arquivado na sede. vii. Aprovaram, com exceção dos conselheiros Edwyn Neves e Lilian Esteves, que se abstiveram de votar, uma operação de Nota Comercial Privada, no valor de R$ 70.000.000,00 com o Banco BTG Pactual S.A., tendo como garantidoras Hora Park Sistema de Estacionamento Rotativo Ltda. (CNPJ/MF nº 01.808.151/0001-33) e Primeira Estacionamentos Ltda. (CNPJ/MF nº 52.024.452/0001-07), nos termos do art.14, (xi), (xii) e (xiv) do Estatuto Social e conforme documentos arquivados na sede da Companhia. viii. A apresentação e deliberação dos KPIs corporativos foram postergadas para a próxima reunião. ix. Aprovaram a tomada de providências para a convocação de AGO/E, para discutir e deliberar sobre: **em sede de AGO: (i)** tomada das contas dos administradores, apreciação, discussão e votação das demonstrações financeiras, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório da administração, dos auditores independentes e do parecer do Comitê de Auditoria, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2023; **(ii)** aprovação da proposta da administração para a destinação do resultado relativo ao exercício social encerrado em 31.12.2023; **(iii)** fixação da remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2024; **(iv)** fixação do número de membros Conselho de Administração; e **(v)** reeleição dos membros do Conselho de Administração para o mandato de 2 anos; **em sede de AGE**: alteração e consolidação do Estatuto Social contemplando **(i)** a adequação do Art. 14 (xxi) a fim de excluir o termo "normas"; **(ii)** a adequação do descritivo dos cargos e atribuições da Diretoria constantes dos Arts. 15 e 16 do Estatuto Social; **(iii)** a alteração do Art. 5º do Estatuto Social a fim de consolidar o aumento do capital social aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 28/11/2023; conforme material arquivado na sede; x. Aprovaram a publicação (i) de anúncio de informação para os acionistas, nos termos do artigo 133 da Lei das S/A, no sentido de que os documentos indicados em tal artigo se encontram à disposição dos acionistas na sede da Companhia; (ii) das Demonstrações Financeiras, após manifestação do Conselho de Administração, nos termos do artigo 133, § 3º, da Lei das S/A; e (iii) do edital de convocação e proposta da administração da AGO/E. xi. Autorizaram os diretores a praticarem todos os atos que se fizerem necessários. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 05.03.2024. Conselheiros: Edwyn Neves, Lilian Marques Esteves, Helio Francisco Alves Cerqueira, Joshua Edward Livingstone, Fábio Soares de Miranda Carvalho, Mariane Wiederkehr Grechinski e Luiz Filipe Frozoni Lomonaco. Edwyn Neves - Presidente, Alessandra Martão de Andrade - Secretária. JUCESP nº 102.921/24-6 em 12.03.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Galgo Sistemas de Informações S.A.

CNPJ: 25.197.090/0001-83 - NIRE: 35300493206

Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária - Edital de Convocação

Conforme disposto no parágrafo 2º da Lei 6404/76, instituído pela Medida Provisória 931, de 30 de março de 2020, e em conformidade com o disposto na IN nº 81 do Departamento de Registro Empresarial e Integração, publicada em 15 de junho de 2020, ficam convocados os acionistas da **Galgo Sistemas de Informações S.A.** (**Galgo S.A.**) para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, que se realizará no dia **25 de abril de 2024**, às 15:30 horas, em formato digital, na rede mundial de computadores (Internet), no endereço eletrônico **https://galgosistemas.webex.com/meet/institucional**, a fim de deliberarem sobre: **Em AGO:** (i) a realização da Assembleia Geral Ordinária em formato digital, conforme previsto na IN nº 81 do Departamento de Registro Empresarial e Integração. (ii) o "Relatório da Administração" e as "Demonstrações Financeiras" do exercício de 2023 da **Galgo S.A.,** conforme requerido no inciso (i) do Parágrafo 1º do Artigo 10 do Estatuto Social da companhia. (iii) a proposta de destinação do lucro líquido do exercício de 2023, conforme requerido no Artigo 33 do Estatuto Social da companhia. (iv) a proposta de remuneração global anual dos administradores para o exercício de 2024, conforme requerido no inciso (iv) do Parágrafo 1º do Artigo 10 do Estatuto Social da companhia. (v) eleição dos membros do Conselho de Administração e suplentes da Companhia, com mandatos unificados de 2 (dois) anos. (vi) nomeação do Presidente do Conselho de Administração da Companhia. Observamos que o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do exercício de 2023 da **Galgos S.A.** encontram-se à disposição dos Acionistas na sede da companhia, podendo ser disponibilizados por meio digital, mediante requerimento para o endereço eletrônico (e-mail) governanca@galgosistemas.com.br. **Em AGE:** (i) a realização da Assembleia Geral Extraordinária em formato digital, conforme previsto na IN nº 81 do Departamento de Registro Empresarial e Integração. (ii) o "Plano de Negócios - visão 2024" da **Galgo S.A.,** conforme requerido no inciso (i) do Artigo 24 do Estatuto Social da companhia. Observamos que o Plano de Negócios - Visão 2024 da **Galgo S.A.** encontra-se à disposição das Acionistas na sede da companhia, podendo ser disponibilizado por meio digital, mediante requerimento para o endereço eletrônico (e-mail) governanca@galgosistemas.com.br. Os Acionistas deverão enviar as respectivas Procurações com a indicação de seu(s) representante(s) legal(is) para o endereço eletrônico (e-mail) governanca@galgosistemas.com.br, juntamente com uma cópia digital do documento de identificação do referido representante legal, até o dia 23 de abril de 2024. Informamos antecipadamente que a reunião da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária será gravada, a fim de registrar a efetiva participação, as manifestações e votos dos Acionistas durante sua realização. São Paulo, 25 de março de 2024. Roberto Paolino - Presidente do Conselho de Administração.

Diário Comercial

O Diário Comercial oferece o melhor custo benefício do mercado para publicações legais, como: Atas, Avisos, Balanços, Comunicados, Editais e Fatos Relevantes.

Com atendimento ágil e personalizado é o veículo adequado ao público do setor financeiro.

www.diariocomercial.com.br

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 45B5-643A-8486-7299.

Enesa Holding de Participações e Investimentos Ltda.

CNPJ: 30.780.666/0001-70

Demonstrações Financeiras

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	1	1	101.957	30.877
Contas a receber	–	–	171.061	116.270
Estoques	–	–	18.774	12.094
Adiantamentos a fornecedores	–	–	3.254	3.702
Tributos a recuperar	–	–	5.368	5.280
Despesas antecipadas	350	314	1.686	2.972
Outros créditos	–	–	3.664	32.582
Total do ativo circulante	**351**	**315**	**305.764**	**203.777**
Não circulante				
Impostos e contribuições diferidos	–	–	170.327	165.350
Tributos diferidos	–	–	4.689	1.530
Depósitos judiciais	–	–	18.547	19.042
Partes relacionadas	8.151	7.799	12.487	33.708
Outros créditos	–	–	228	195
Investimentos	262.637	253.932	543	879
Imobilizado	–	–	109.524	128.241
Direito de uso	–	–	5.631	1.082
Intangível	–	–	117	3.071
Total do ativo não circulante	**270.788**	**261.731**	**322.093**	**353.098**
Total do ativo	**271.139**	**262.046**	**627.857**	**556.875**

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Passivo				
Circulante				
Empréstimos e financiamentos	–	–	25.634	–
Fornecedores	200	125	57.128	75.455
Adiantamentos de clientes	–	–	69.136	60.754
Direito de uso a pagar	–	–	1.719	2.637
Obrigações trabalhistas	–	3	77.608	50.785
Obrigações tributárias	2	1	29.153	24.287
Parcelamentos fiscais	–	–	19.416	16.124
Contas a pagar	–	–	46.483	245
Dividendos a pagar	–	–	–	7.046
Participações no resultado dos administradores	–	–	–	2.427
Total do passivo circulante	**202**	**129**	**326.277**	**239.760**
Não circulante				
Obrigações legais	–	–	69	5.138
Direito de uso a pagar	–	–	3.874	189
Partes relacionadas	26.690	15.882	7.254	7.946
Parcelamentos fiscais	–	–	37.783	44.926
Provisão para demandas judiciais e administrativas	–	–	8.353	10.203
Total do passivo não circulante	**26.690**	**15.882**	**57.333**	**68.402**
Patrimônio líquido				
Capital social	14.143	14.143	14.143	14.143
Reservas de lucros	230.316	232.104	230.316	232.104
Cotas em tesouraria	(212)	(212)	(212)	(212)
Total do Patrimônio líquido	**244.247**	**246.035**	**244.247**	**246.035**
Participação de não controladores	–	–	–	2.678
Total do Patrimônio líquido	**244.247**	**246.035**	**244.247**	**248.713**
Total do passivo e patrimônio líquido	**271.139**	**262.046**	**627.857**	**556.875**

Demonstrações do resultado em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita líquida	–	–	1.352.918	601.985
Custo dos serviços	–	–	(1.277.356)	(574.526)
Resultado bruto	**–**	**–**	**75.562**	**27.459**
Despesas gerais e administrativas	(524)	(553)	(36.613)	(34.623)
Outras receitas (despesas) operacionais	–	85	10.970	32.789
Resultado com equivalência patrimonial	21.748	17.663	(337)	796
	21.224	**17.195**	**(25.980)**	**(1.038)**
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	**21.224**	**17.195**	**49.582**	**26.421**
Despesas financeiras	(31)	(32)	(18.922)	(12.903)
Receitas financeiras	–	–	2.099	16.678
Resultado antes do IRPJ e da CSLL	**21.193**	**17.163**	**32.759**	**30.196**
IRPJ e CSLL Corrente e diferido	–	–	(11.566)	(13.113)
Lucro líquido do exercício	**21.193**	**17.163**	**21.193**	**17.083**
Participação de não controladores	**–**	**–**	**–**	**(80)**
Participação dos controladores	**21.193**	**17.163**	**21.193**	**17.163**

Demonstrações do resultado abrangente em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro líquido do exercício	**21.193**	**17.163**	**21.193**	**17.083**
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Resultado abrangente do exercício	**21.193**	**17.163**	**21.193**	**17.083**

Demonstrações dos valores adicionados em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receitas				
Receita operacional bruta	–	–	1.462.685	666.114
Outras receitas	–	85	13.633	10.659
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	–	–	–	–
	–	**85**	**1.476.318**	**676.773**
Insumos adquiridos de terceiros				
Materiais, energia, serviço de terceiros e outros	(508)	(514)	(617.829)	(261.233)
Perda/recuperação de valores ativos	–	–	–	(6.877)
	(508)	**(514)**	**(617.829)**	**(268.110)**
Valor adicionado bruto	**(508)**	**(429)**	**858.489**	**408.663**
Retenções				
Depreciação e amortização	–	–	(9.268)	(10.326)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	**(508)**	**(429)**	**849.221**	**398.337**
Valor adicionado recebido em transferências				
Receitas financeiras	–	–	1.936	16.678
Despesas financeiras	(31)	(32)	(31)	(48)
Resultado de equivalência patrimonial	21.748	17.664	(337)	796
	21.717	**17.632**	**1.568**	**17.426**
Valor adicionado total a distribuir	**21.209**	**17.203**	**850.789**	**415.763**
Pessoal	**16**	**20**	**575.916**	**271.271**
Remuneração direta	16	20	394.774	214.313
Benefícios	–	–	146.990	36.617
FGTS	–	–	34.152	20.341
Impostos, taxas e contribuições	**–**	**20**	**149.732**	**83.309**
Federais	–	20	124.477	65.779
Estaduais	–	–	113	172
Municipais	–	–	25.142	17.358
Financiadores	**–**	**–**	**103.948**	**44.020**
Juros	–	–	18.795	12.855
Aluguéis	–	–	85.153	31.165
Remuneração de capitais próprios	**21.193**	**17.163**	**21.193**	**17.163**
Lucros retidos no exercício	21.193	17.163	21.193	17.082
Valor adicionado total distribuído	**21.209**	**17.203**	**850.789**	**415.763**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

Descrição	Controladora: Capital social	Controladora: Cotas em tesouraria	Controladora: Reservas de Lucros	Controladora: Total Patrimônio Líquido	Participação de não controladores	Total Patrimônio Líquido
Saldos em 31/12/2021	**14.143**	**–**	**221.211**	**235.354**	**2.760**	**238.114**
Lucro líquido do exercício	–	–	17.163	17.163	(82)	17.081
Cotas em tesouraria	–	(212)	212	–	–	–
Distribuição de lucros	–	–	(6.482)	(6.482)	–	(6.482)
Saldos em 31/12/2022	**14.143**	**(212)**	**232.104**	**246.035**	**2.678**	**248.713**
Lucro líquido do exercício	–	–	21.193	21.193	–	21.193
Baixa de participação de não controladores	–	–	–	–	(2.678)	(2.678)
Distribuição de lucros	–	–	(22.981)	(22.981)	–	(22.981)
Saldos em 31/12/2023	**14.143**	**(212)**	**230.316**	**244.247**	**–**	**244.247**

Demonstrações do fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Das atividades operacionais				
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	**21.193**	**17.163**	**21.193**	**30.196**
Ajustes para reconciliação do lucro líquido				
Depreciação e amortização	–	–	8.314	9.534
Depreciação do direito de uso	–	–	974	794
Despesas financeiras - direito de uso	–	–	16	48
Tributos diferidos	–	–	(3.058)	2.688
Baixa depósitos judiciais	–	–	–	1.940
Provisão (reversão) para perdas de depósitos judiciais	–	–	–	7.972
Provisão (reversão) para tributos a recuperar	–	–	–	(1.095)
Recuperação de crédito tributário	–	–	–	(711)
Reversão de provisão para demandas judiciais	–	–	(1.851)	(36.161)
Atualização refis	–	–	635	90
Atualização tributos parcelados	–	–	4.738	8.099
Resultado de ativos permanentes baixados	–	–	6.943	1.168
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	–	–	11	(10.731)
Resultado com equivalência patrimonial	(21.748)	(17.663)	–	(796)
	(555)	**(500)**	**37.915**	**13.035**
Decréscimo ou (acréscimo) em ativos				
Contas a receber	–	–	(55.638)	(50.007)
Impostos a recuperar	–	–	(267)	25.519
Estoques	–	–	(6.680)	(2.692)
Depósitos judiciais	–	–	495	(246)
Créditos diversos	(36)	–	30.535	(32.558)
(Decréscimo) ou acréscimo em passivos				
Fornecedores	74	6	(17.722)	48.333
Adiantamento de clientes	–	–	9.287	40.156
Obrigações trabalhistas	(4)	4	26.853	13.153
Obrigações tributárias	1	1	5.029	(7.711)
Tributos parcelados	–	–	(17.406)	(15.501)
Arrendamentos a pagar	–	–	(1.427)	862
Outros débitos	–	–	41.168	3.813
Caixa gerado nas (aplicado nas) operações	**(520)**	**(489)**	**52.142**	**36.156**
Imposto de renda e contribuição social pagos	–	–	(8.445)	(1.131)
Caixa líquido gerado nas (aplicado nas) atividades operacionais	**(520)**	**(489)**	**43.697**	**35.025**
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de bens do ativo imobilizado	–	–	(12.259)	(4.445)
Direito de uso	–	–	(1.372)	–
Recursos de venda de ativos imobilizados	–	–	1.402	–
Recebimento de dividendos de empresa investidas	–	6.211	–	–
Créditos com pessoas ligadas	–	(133)	8.485	(25.101)
Caixa líquido (aplicado) proveniente das atividades de investimentos	**–**	**6.078**	**(3.744)**	**(29.546)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Partes relacionadas	10.459	892	15.432	368
Empréstimos e financiamentos	–	–	25.634	–
Dividendos pagos	(9.939)	(6.481)	(9.939)	(6.482)
Caixa líquido (aplicado) das atividades de financiamento	**520**	**(5.589)**	**31.127**	**(6.114)**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**–**	**–**	**71.080**	**(635)**
No início do período	1	1	30.877	31.512
No final do período	1	1	101.957	30.877
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**–**	**–**	**71.080**	**(635)**

A Diretoria

Contador

Jorge Bezerra de Souza - CRC 1SP260.050/O-3

As demonstrações financeiras são elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil. O Relatório dos Auditores Independentes, emitido em 12/03/2024, expressa a opinião de que as demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sociedade em 31/12/2023. A íntegra das notas explicativas e do relatório dos auditores está à disposição na sede da Sociedade.

Aviso: As demonstrações financeiras estão disponíveis no endereço eletrônico do Jornal Diário Comercial (https://www.diariocomercial.com.br/publicidade-legal)

Impacto Energia Ltda.

CNPJ: 27.569.384/0001-14

Demonstrações Financeiras

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Ativo circulante				
Caixa e equivalente de caixa	–	–	452	1.582
Contas a receber	–	–	298	847
Tributos a recuperar	77	77	211	179
Créditos diversos	330	–	401	72
Total ativo circulante	**407**	**77**	**1.362**	**2.680**
Não circulante				
Partes relacionadas	13.373	12.855	10.306	9.806
Investimentos	51.434	51.420	–	–
Imobilizado	–	–	14.991	14.297
Total ativo não circulante	**64.807**	**64.275**	**25.297**	**24.103**
Total do ativo	**65.214**	**64.352**	**26.659**	**26.783**

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Passivo circulante				
Fornecedores	243	53	1.009	607
Obrigações trabalhistas e tributárias	81	68	224	193
Adiantamentos de clientes	–	–	899	905
Total passivo circulante	**324**	**121**	**2.132**	**1.705**
Não circulante				
Partes relacionadas	51.924	50.447	12.158	11.687
Provisões para passivo à descoberto	597	393	–	–
Total passivo não circulante	**52.521**	**50.840**	**12.158**	**11.687**
Patrimônio líquido				
Capital social	16.605	16.605	16.605	16.605
Prejuízos acumulados	(4.236)	(3.214)	(4.236)	(3.214)
Total do patrimônio líquido	**12.369**	**13.391**	**12.369**	**13.391**
Total do passivo	**65.214**	**64.352**	**26.659**	**26.783**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**16.605**	**(2.807)**	**13.798**
Prejuízo do exercício	–	(407)	(407)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**16.605**	**(3.214)**	**13.391**
Prejuízo do exercício	–	(1.022)	(1.022)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**16.605**	**(4.236)**	**12.369**

Demonstrações dos valores adicionados
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receitas				
Receita operacional bruta	–	–	6.232	7.006
Outras receitas	–	–	26	13
	–	**–**	**6.258**	**7.019**
Insumos adquiridos de terceiros				
Materiais, energia, serviço de terceiros e outros	(804)	(244)	(4.612)	(4.495)
	(804)	**(244)**	**(4.612)**	**(4.495)**
Valor adicionado bruto	**(804)**	**(244)**	**1.646**	**2.524**
Retenções				
Depreciação e amortização	–	–	(1.749)	(1.680)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	**(804)**	**(244)**	**(103)**	**844**
Valor adicionado recebido em transferências				
Resultado de equivalência patrimonial	(190)	(162)	–	–
Despesas financeiras	–	–	5	(16)
Receitas financeiras	–	–	(14)	46
	(190)	**(162)**	**(9)**	**30**
Valor adicionado total a distribuir	**(994)**	**(406)**	**(112)**	**874**
Pessoal	**13**	**–**	**192**	**193**
Remuneração direta	13	–	170	168
Benefícios	–	–	10	6
FGTS	–	–	12	19
Impostos, taxas e contribuições	**15**	**1**	**717**	**971**
Federais	1	–	616	854
Estaduais	14	1	53	6
Municipais	–	–	48	111
Financiadores	**–**	**–**	**1**	**117**
Juros	–	–	1	30
Aluguéis	–	–	–	87
Remuneração de capitais próprios	**(1.022)**	**(407)**	**(1.022)**	**(407)**
Prejuízo do exercício	(1.022)	(407)	(1.022)	(407)
Valor adicionado total distribuído	**(994)**	**(406)**	**(112)**	**874**

Demonstrações do resultado
em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita líquida	–	–	5.691	6.307
Custo dos serviços	–	–	(5.761)	(6.004)
Resultado bruto	**–**	**–**	**(70)**	**303**
(–) Despesas e receitas operacionais				
Despesas gerais e administrativas	(832)	(245)	(889)	(490)
Outras receitas operacionais	–	–	26	13
Resultado de equivalência patrimonial	(190)	(162)	–	–
	(1.022)	**(407)**	**(863)**	**(477)**
(=) Resultado operacional	**(1.022)**	**(407)**	**(933)**	**(174)**
Despesas financeiras	–	–	(15)	(46)
Receitas financeiras	–	–	5	46
(=) Resultado antes das provisões tributárias	**(1.022)**	**(407)**	**(943)**	**(174)**
(–) Provisão de IRPJ e CSLL	–	–	(79)	(233)
Prejuízo do exercício	**(1.022)**	**(407)**	**(1.022)**	**(407)**

Demonstrações do resultado abrangente
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Prejuízo do exercício	**(1.022)**	**(407)**	**(1.022)**	**(407)**
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Resultado abrangente do exercício	**(1.022)**	**(407)**	**(1.022)**	**(407)**

Demonstrações dos fluxos de caixa
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Das Atividades Operacionais				
Prejuízo do exercício	**(1.022)**	**(407)**	**(1.022)**	**(407)**
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades				
Depreciação e amortização	–	–	1.749	1.680
Resultado de equivalência patrimonial	190	162	–	–
	(832)	**(245)**	**727**	**1.273**
Aumento ou redução em ativos e passivos				
Contas a receber	–	–	543	384
Créditos diversos	(330)	–	(329)	3
Tributos a recuperar	–	–	(32)	(28)
Fornecedores	190	–	402	416
Obrigações trabalhistas e tributárias	12	1	30	(100)
Caixa líquido gerado das atividades operacionais	**(960)**	**(244)**	**1.341**	**1.948**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Adições no investimento	–	(40.000)	–	–
Adições e baixas no imobilizado	–	–	(2.443)	(15)
	–	**(40.000)**	**(2.443)**	**(15)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Partes relacionadas	960	40.244	(28)	(1.183)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**–**	**–**	**(1.130)**	**750**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	–	–	1.582	832
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	–	–	452	1.582
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**–**	**–**	**(1.130)**	**750**

A Diretoria

Contador

Jorge Bezerra de Souza - Contador - CRC 1SP260.050/O-3

As demonstrações financeiras são elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil. O Relatório dos Auditores Independentes, emitido em 12/03/2024, expressa a opinião de que as demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sociedade em 31/12/2023. A íntegra das notas explicativas e do relatório dos auditores está à disposição na sede da Sociedade.

Aviso: As demonstrações financeiras estão disponíveis no endereço eletrônico do Jornal Diário Comercial (https://www.diariocomercial.com.br/publicidade-legal)

Anemus Wind Holding S.A.

CNPJ/MF nº 38.482.780/0001-26 - NIRE 35.300.556.453

Edital de Segunda Convocação da Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a ser Convolada em com Garantia Real, com Garantia Fidejussória, sob Condição Resolutiva, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, em Série Única, da Anemus Wind Holding S.A.

Ficam convocados os senhores titulares das debêntures em circulação (em conjunto, "**Debenturistas**") da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada em com garantia real, com garantia fidejussória, sob condição resolutiva, para distribuição pública, com esforços restritos, em série única, da Anemus Wind Holding S.A. ("**Emissão**", "**Debêntures**" e "**Emissora**", respectivamente), emitidas nos termos do "*Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a ser Convolada em com Garantia Real, com Garantia Fidejussória sob Condição Resolutiva, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, em Série Única, da Anemus Wind Holding S.A.*", celebrado em 2 de julho de 2021, entre a Emissora, o Sr. Walter Milan Tatoni, 2W Investments LLC ("**2W Investments**" e, em conjunto com o Sr. Walter Milan Tatoni, os "**Acionistas Diretos**"), Anemus Wind 1 Participações S.A. ("**Anemus 1**"), Anemus Wind 2 Participações S.A. ("**Anemus 2**") e Anemus Wind 3 Participações S.A. ("**Anemus 3**", em conjunto com a Anemus 1 e a Anemus 2, "**Subsidiárias**", e as Subsidiárias, em conjunto com os Acionistas Diretos, "**Intervenientes Garantidores**"), 2W Ecobank S.A. ("**2W**" e, em conjunto com os Intervenientes Garantidores, "**Intervenientes**") e a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("**Agente Fiduciário**"), conforme aditado de tempos em tempos ("**Escritura de Emissão**") para se reunirem em segunda convocação, **no dia 03 de abril de 2024, às 14:00 horas**, em Assembleia Geral de Debenturistas ("**AGD**"), a ser realizada de modo exclusivamente digital, sem prejuízo da possibilidade de adoção de instrução de voto a distância previamente à realização da AGD, através da plataforma "*Zoom*" nos termos do art. 71, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("**Resolução CVM 81**"), para analisar e deliberar sobre a seguinte **ORDEM DO DIA**: **(i)** Aprovação, de forma cumulativa, de modo que ambas as concessões deverão ser lidas em conjunto e, consequentemente, **objeto de deliberação e aprovação (ou desaprovação) única pelos Debenturistas:** **(a)** Aprovação da concessão de anuência prévia pelos Debenturistas para alterar determinadas disposições do "*Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Contas e Direitos Creditórios, Administração de Contas e Outras Avenças*", celebrado em 19 de julho de 2021, entre a Emissora, as Subsidiárias, TMF Brasil Administração e Gestão de Ativos Ltda. ("**Agente de Garantia**"), Banco BTG Pactual S.A. ("**Banco BTG**"), Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. ("**SMBC**" e, em conjunto com o Banco BTG, os "**Fiadores**") e o Agente Fiduciário, conforme aditado de tempos em tempos ("**Contrato de Cessão Fiduciária**"), de modo a **(x)** alterar a redação do item 2.4.2 do Anexo XII do Contrato de Cessão Fiduciária para permitir que, até o implemento da Condição Suspensiva (conforme definido na Escritura de Emissão), na forma de verificação definida no item 2.4 caput do Contrato de Cessão Fiduciária, a diferença existente entre os recursos presentes na Conta Reserva do Serviço das Debêntures e o Saldo Mínimo da Conta Reserva do Serviço seja composta pela contratação de fiança bancária, junto a uma ou mais instituições financeiras que possuam rating mínimo de "AA" em escala local pela Standard & Poor's, Fitch Ratings ou pela Moody's, com prazo de vigência mínimo de 12 (doze) meses e valor correspondente à diferença entre os recursos presentes na Conta Reserva do Serviço das Debêntures e o Saldo Mínimo da Conta Reserva do Serviço das Debêntures ("**Fiança Bancária Conta Reserva**"), sendo certo que a Fiança Bancária Conta Reserva deverá ser renovada anualmente, de forma que o Saldo Mínimo da Conta Reserva do Serviço das Debêntures esteja sempre coberto, seja exclusivamente pela Fiança Bancária da Conta Reserva ou pela Fiança Bancária Conta Reserva em conjunto com recursos presentes na Conta Reserva do Serviço das Debêntures, até: (i) o pagamento integral das Obrigações Garantidas; ou (ii) até a exoneração da Fiança Bancária Conta Reserva em virtude do preenchimento da Conta Reserva do Serviço das Debêntures com a integralidade do Saldo Mínimo da Conta Reserva do Serviço das Debêntures, o que ocorrer primeiro; e, consequentemente **(y)** afastar a Hipótese de Vencimento Antecipado nos termos da Cláusula 5.2., item (a) (vencimento não automático), em razão da previsão da Cláusula 6.1, (k) (obrigações da Emissora) da Escritura de Emissão, em virtude da contratação da Fiança Bancária Conta Reserva, caso esta seja aprovada. A Emissora esclarece que haverá a outorga da Fiança Bancária Conta Reserva até o implemento da Condição Suspensiva (conforme definido na Escritura de Emissão); e **(b)** Aprovação da concessão de anuência prévia pelos Debenturistas, de modo a afastar as Hipóteses de Vencimento Antecipado nos termos da Cláusula 5.2., itens (a) e (j) (vencimento não automático), em razão da previsão da Cláusula 6.1, (t) (obrigações da Emissora) da Escritura de Emissão, e da Cláusula 14.1, itens (iv) e (vi) do Contrato de Cessão Fiduciária, para que seja realizada a dação em pagamento ou a compensação de determinados créditos detidos pelas Subsidiárias oriundos do "*Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica*", celebrado entre as empresas referidas acima, a WEG Linhares Equipamentos Elétricos S.A. ("**WEG Linhares**"), e a WEG Equipamentos Elétricos S.A. ("**WEG Equipamentos**" e, em conjunto com a WEG Linhares, a "**WEG**"), em 04 de julho de 2023, no montante de 402.000 MW/h (quatrocentos e dois mil megawatts-hora) ("**PPA**"), cujos créditos foram cedidos no âmbito do Contrato de Cessão Fiduciária, com a totalidade dos valores devidos pelas Subsidiárias à WEG Equipamentos no âmbito do Contrato de Fornecimento, Supervisão de Montagem, Montagem e Comissionamento de Aerogeradores ("**Contrato de Fornecimento**") firmado entre as Subsidiárias e a WEG Equipamentos em 28 de janeiro de 2021 (sendo a dinâmica acima denominada como "**Dação em Pagamento/Compensação**"). Em contrapartida, a WEG Equipamentos outorgará plena, irrevogável e irretratável quitação da totalidade dos valores devidos pelas Subsidiárias no âmbito do Contrato de Fornecimento, para nada mais reclamar das Subsidiárias, em juízo ou fora dele, em razão do Contrato de Fornecimento. Resta esclarecido que os créditos do PPA aqui mencionados, uma vez efetivada a Dação em Pagamento/Compensação, não serão mais abarcados pelos Direitos Creditórios cedidos no âmbito do Contrato de Cessão Fiduciária e, portanto, não irão compor as Contas do Projeto (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária). **Informações Gerais: 1.** Nos termos da Escritura de Emissão, a (i) instalação da AGD objeto deste Edital ocorrerá com qualquer quórum; e (ii) as decisões da AGD objeto deste Edital estão sujeitas à aprovação por Debenturistas detentores da maioria absoluta das Debêntures em Circulação. **2.** Adicionalmente, a Emissora informa que realizou a publicação de Material de Apoio referente às matérias constantes da Ordem do Dia, que se encontra disponíveis nas respectivas páginas da Emissora (http://ri.2wecobank.com.br/2w-energia/anemus-wind-holding-s-a/) e da CVM na rede mundial de computadores (https://www.gov.br/cvm/pt-br). **3.** Os Debenturistas interessados em participar da AGD por meio da plataforma "*Zoom*" deverão solicitar o cadastro para o Departamento de Relações com Investidores da Emissora por meio do endereço eletrônico ri@2wecobank.com.br, com cópia para o Agente Fiduciário através do endereço eletrônico agentefiduciario@vortx.com.br, com cópia para o endereço eletrônico ahg@vortx.com.br, impreterivelmente, com antecedência de até 2 (dois) Dias Úteis antes da data designada para a realização da AGD, manifestando seu interesse em participar da AGD e solicitando o *link* de acesso ao sistema ("**Cadastro**"). A solicitação de Cadastro deverá (i) conter a identificação do Debenturista e, se for o caso, de seu representante legal/procurador que comparecerá à AGD, incluindo seus (a) nomes completos, (b) números do CPF ou CNPJ, conforme o caso, e (c) endereço de e-mail do solicitante; e (ii) ser acompanhada dos documentos necessários para participação na AGD, conforme detalhado abaixo. **4.** Nos termos do artigo 71 da Resolução CVM 81, além da participação e do voto a distância durante a AGD, por meio da plataforma "*Zoom*", também será admitido o preenchimento e envio de instrução de voto a distância, conforme modelo disponibilizado pela Emissora no seu *website* http://ri.2wecobank.com.br/2w-energia/anemus-wind-holding-s-a/ e atendidos os requisitos apontados no referido modelo (sendo admitida a assinatura digital), o qual deverá ser enviado à Emissora e ao Agente Fiduciário, para os endereços eletrônicos ri@2wecobank.com.br e agentefiduciario@vortx.com.br / ahg@vortx.com.br, impreterivelmente, com antecedência de até 2 (dois) dias antes da realização da AGD, com o seguinte assunto "AGD - 1ª Emissão de Debêntures da Anemus". A instrução de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Debenturista ou por seu procurador, conforme aplicável, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Debenturista com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05, ao artigo 115 § 1º da Lei das Sociedades por Ações, e outras hipóteses previstas em lei. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. **5.** Nos termos dos artigos 126 e 71 da Lei das Sociedades por Ações, para participar da AGD ou enviar instrução de voto os Debenturistas deverão encaminhar à Emissora e ao Agente Fiduciário: **(i)** cópia do documento de identidade do debenturista, representante legal ou procurador (Carteira de Identidade Registro Geral (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular); **(ii)** comprovante atualizado da titularidade das Debêntures, expedido pela instituição escrituradora, o qual recomenda-se tenha sido expedido, no máximo, 5 (cinco) dias antes da data da realização da AGD; e **(iii)** caso o Debenturista seja representado por um procurador, cópia da procuração assinada com poderes específicos para sua representação na AGD ou instrução de voto, observados os termos e condições estabelecidos neste Edital. **6.** O representante do Debenturista que for pessoa jurídica deverá apresentar, ainda, cópia dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente (Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou Junta Comercial competente, conforme o caso): **(a)** contrato ou estatuto social; e **(b)** ato societário atualizado de eleição do administrador que **(b.i)** comparecer à AGD como representante da pessoa jurídica, ou **(b.ii)** assinar procuração para que terceiro represente o Debenturista pessoa jurídica, sendo admitida a assinatura digital. **7.** Com relação aos Debenturistas que forem fundos de investimento, a representação destes na AGD caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar também a cópia do regulamento atualizado do fundo, devidamente registrado no órgão competente. **8.** Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do art. 126, § 1º da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no art. 654, §1º e §2º da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("**Código Civil**"), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante, ou com assinatura digital, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil, como alternativa ao reconhecimento de firma. **9.** Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou para o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. **10.** Os Debenturistas que não realizarem o Cadastro e não enviarem os documentos na forma prevista acima não estarão aptos a participar da AGD via sistema eletrônico de votação a distância. **11.** Validada a sua condição e a regularidade dos documentos pela Emissora após o Cadastro, o Debenturista receberá, até 01 (um) Dia Útil antes da AGD, as instruções para acesso à plataforma "*Zoom*". **12.** Caso determinado Debenturista não receba as instruções de acesso com até 01 (um) Dia Útil de antecedência do horário de início da AGD, deverá entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores, por meio do e-mail ri@2wecobank.com.br, com até 4 (quatro) horas de antecedência do horário de início da AGD, para que seja prestado o suporte necessário. Qualquer dúvida, os Debenturistas poderão contatar a Emissora diretamente pelo e-mail ri@2wecobank.com.br e/ou pelo telefone 11.3957.9400, ou com o Agente Fiduciário, através do e-mail agentefiduciario@vortx.com.br / ahg@vortx.com.br. **13.** A administração da Emissora reitera aos Senhores Debenturistas que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à AGD, uma vez que essa será realizada exclusivamente de modo digital. **14.** Na data da AGD, o *link* de acesso à plataforma "*Zoom*" estará disponível a partir de 60 (sessenta) minutos de antecedência e até 10 (dez) minutos após o horário de início da AGD, sendo que o registro da presença somente se dará conforme instruções e nos horários aqui indicados. Após 10 (dez) minutos do início da AGD, não será possível o ingresso do Debenturista na AGD, independentemente da realização do cadastro prévio. Assim, a Emissora recomenda que os Debenturistas acessem a plataforma digital para participação da AGD com pelo menos 30 (trinta) minutos de antecedência do início da AGD a fim de evitar eventuais problemas operacionais e que os Debenturistas Credenciados se familiarizem previamente com a plataforma "Zoom" para evitar problemas com a sua utilização no dia da AGD. **15.** Eventuais manifestações de voto na AGD deverão ser feitas exclusivamente por meio do sistema de videoconferência, conforme instruções detalhadas a serem prestadas pela mesa no início da AGD. Dessa maneira, o sistema de videoconferência será reservado para acompanhamento da AGD, acesso ao vídeo e áudio da mesa, bem como visualização de eventuais documentos que sejam compartilhados pela mesa durante a AGD, sem a possibilidade de manifestação. **16.** A Emissora ressalta que será de responsabilidade exclusiva do Debenturista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização da plataforma digital e com o acesso à videoconferência. A Emissora não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital e outras situações que não estejam sob controle da Emissora. **17.** Os Debenturistas que fizerem o envio da instrução de voto, e esta for considerada válida, não precisarão acessar o link para participação digital da AGD, sendo sua participação e voto computados de forma automática. Contudo, em caso de envio da instrução de voto de forma prévia pelo Debenturista ou por seu representante legal com a posterior participação na AGD através de acesso ao *link* e, cumulativamente, manifestação de voto deste Debenturista no ato de realização da AGD, será desconsiderada a instrução de voto anteriormente enviada, conforme disposto no artigo 71, §4º, II da Resolução CVM 81. **18.** Por fim, a Emissora esclarece, caso sejam editadas normas legais ou regulamentares alterando as orientações acima até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da AGD, a Emissora poderá adotar os procedimentos previstos na referida autorização para que a AGD se adeque às novas normas legais ou regulamentares editadas, sendo que, neste caso, a Emissora publicará um novo Edital de Convocação com todas as novas instruções necessárias pelos mesmos meios de comunicação adotados para a publicação deste Edital, sem que tal fato implique a reabertura do prazo de convocação da AGD. Este Edital se encontra disponível nas respectivas páginas do Agente Fiduciário (http://www.vortx.com.br), da Emissora (http://ri.2wecobank.com.br/2w-energia/anemus-wind-holding-s-a/) e da CVM na rede mundial de computadores (https://www.gov.br/cvm/pt-br). Todos os termos aqui iniciados em letras maiúsculas e não expressamente aqui definidos terão os mesmos significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão.

São Paulo, 22 de março de 2024

Adriano Fernandes Nascentes - Diretor de Relações com Investidores

Embu Empreendimentos S.A.

CNPJ/MF nº 06.243.416/0001-17 - NIRE 35.300.566.963

Carta de Convocação

Na qualidade de Conselheiros da **EMBU EMPREENDIMENTOS S.A.**, vimos pela presente convocar seus sócios a comparecerem na sede da Sociedade, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Ferreira de Araujo, nº 202, Cj. 41, CEP 05428-000, no dia 04/04/2024, às 10:00 horas, em primeira convocação, a fim de, em Reunião Ordinária de Sócios, discutirem e deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia:

(a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023;
(b) Distribuição de dividendos aos acionistas;
(c) Eleger os membros do Conselho de Administração e os membros do Conselho Fiscal, quando for o caso;
(d) Fixação dos honorários da Diretoria para o exercício de 2024.

Aproveitamos para informar que o Balanço Patrimonial da **EMBU EMPREENDIMENTOS S.A.**, levantado em 31/12/2023, foi publicado no Diário Comercial nas páginas B8, e B9, e no Site do Diário Comercial nas páginas 7, e 8, ambos em 08 de março de 2024. O Balanço Patrimonial está disponível na sede da Sociedade.

São Paulo, 22 de março de 2024

Luiz Eulalio de Moraes Terra - Presidente
Fabio Luna Camargo Barros - Conselheiro

ALLPARK EMPREENDIMENTOS, PARTICIPAÇÕES E SERVIÇOS S.A.

Companhia Aberta - CNPJ 60.537.263/0001-66 - NIRE 35.300.370.406

AVISO AOS ACIONISTAS

Comunicamos que os documentos referidos no Art. 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 se encontram à disposição dos Senhores Acionistas da Allpark Empreendimentos, Participações e Serviços S.A. ("Companhia"), na sede social da Companhia, localizada na Avenida Presidente Juscelino Kubitscheck, nº 1.830, Torre 3, 3º andar, CEP 04543-900, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e no website da Companhia (https://ri.estapar.com.br/). São Paulo, 22 de março de 2024. **Edwyn Neves** - Presidente do Conselho de Administração

Diário Comercial

PARA A PUBLICAÇÃO DE ATAS, BALANÇOS, EDITAIS, FATOS RELEVANTES
E UNDERWRITING NO DIÁRIO COMERCIAL,
FALE COM SUA AGÊNCIA DE PUBLICIDADE OU NOS CONSULTE

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 45B5-643A-8486-7299.

I-Systems Soluções de Infraestrutura S.A.

CNPJ nº 40.166.794/0001-82

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Balanços Patrimoniais	Nota explicativa	2023	2022
Ativo/Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	72.445	169.587
Aplicações financeiras vinculadas	5	19.927	–
Contas a receber	6	104.668	71.531
Impostos a recuperar	7	10.577	9.618
Outros créditos	8	33.948	17.921
Total do ativo circulante		241.565	268.657
Não circulante			
Depósitos judiciais	9	18.260	14.751
Impostos a recuperar	7	24.164	17.417
Outros créditos	8	36.295	–
Imobilizado	10	1.670.876	1.490.561
Intangível	11	59.121	23.533
Direito de uso	12	3.605	5.304
Total do ativo não circulante		1.812.321	1.551.566
Total do ativo		2.053.886	1.820.223

Balanços Patrimoniais	Nota explicativa	2023	2022
Passivo e patrimônio líquido/Circulante			
Fornecedores	13	128.052	123.327
Passivo de arrendamento	14	2.416	2.204
Empréstimos	15	11.355	6.583
Obrigações com pessoal e encargos sociais	16	19.869	9.312
Impostos a recolher	17	41.564	31.994
Partes relacionadas	18	43.279	26.092
Total do passivo circulante		246.535	199.512
Não circulante			
Passivo de arrendamento	14	1.737	3.700
Empréstimos	15	390.319	194.468
Impostos a recolher	17	17.348	508
Partes relacionadas	18	13.982	–
Total do passivo não circulante		423.386	198.676
Patrimônio líquido			
Capital social	19	1.794.288	1.794.288
Capital a integralizar	19	(77.372)	(222.833)
Prejuízos acumulados		(332.951)	(149.420)
Total do patrimônio líquido		1.383.965	1.422.035
Total do passivo e patrimônio líquido		2.053.886	1.820.223

Demonstrações do Resultado	Nota explicativa	2023	2022
Receita líquida	20	365.874	291.764
Custos dos serviços prestados	21	(373.012)	(329.677)
Prejuízo bruto		(7.138)	(37.913)
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	22	(133.906)	(94.426)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		(141.044)	(132.339)
Receitas financeiras	23	17.630	15.264
Despesas financeiras	23	(60.117)	(10.121)
Prejuízo antes do IR e da CS		(183.531)	(127.196)
IR e CS	24	–	–
Prejuízo do exercício		(183.531)	(127.196)
Prejuízo por ação		(0,00010)	(0,00007)

Demonstrações do Resultado Abrangente	2023	2022
Prejuízo do exercício	(183.531)	(127.196)
Item que será reclassificado subsequentemente para o resultado:		
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente do exercício	(183.531)	(127.196)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa	2023	2022
Prejuízo liquido do período	(183.531)	(127.196)
Ajustes de		
Depreciação e amortização	310.487	259.896
Baixa imobilizado	194	492
Juros apropriados	56.812	7.889
Atualizações monetárias	(1.503)	–
Ajustes de resultado que não afetaram o caixa	182.459	141.081
Contas a receber	(33.137)	(26.881)
Impostos a recuperar	(7.706)	(5.258)
Outros Créditos	(52.323)	(17.921)
Depósitos judiciais	(2.006)	(14.751)
Fornecedores	4.725	41.941
Obrigações com pessoal e encargos sociais	10.557	5.175
Impostos a recolher	26.410	16.479
Partes relacionadas	31.169	19.774
Caixa gerado pelas operações	160.148	159.639
Juros Pagos	(49.145)	–
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	111.003	159.639
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Imobilizado e intangível	(524.259)	(475.245)
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	(524.259)	(475.245)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Captações empréstimos	200.000	200.000
Aumento de capital	145.461	126.666
Aplicações vinculadas	(19.927)	–
Pagamento de custos de empréstimos	(6.520)	(6.520)
Pagamento arrendamento financeiro	(2.900)	(807)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	316.114	319.339
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	(97.142)	3.733
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	169.587	165.854
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	72.445	169.587

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	Nota explicativa	Capital social	Capital social a integralizar	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31/12/2021		1.794.288	(349.499)	(22.224)	1.422.565
Aumento de capital		–	126.666	–	126.666
Prejuízo do exercício		–	–	(127.196)	(127.196)
Saldos em 31/12/2022		1.794.288	(222.833)	(149.420)	1.422.035
Aumento de capital	19	–	145.461	–	145.461
Prejuízo do exercício		–	–	(183.531)	(183.531)
Saldos em 31/12/2023		1.794.288	(77.372)	(332.951)	1.383.965

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

1. Contexto Operacional: A I-Systems Soluções de Infraestrutura S.A. (anteriormente denominada Fiberco Soluções de Infraestrutura S.A.), ("Companhia" ou "I-Systems") foi criada em 16/12/2020. Em 01/11/2021, a TIM S.A. ("TIM") realizou cisão parcial de seus ativos relacionados à operação de fibra e o correspondente acervo líquido foi integralizado no capital social da I-Systems. Em 16/11/2021, a empresa IHS Fiber Brasil S.A. ("IHS Brasil"), após as autorizações regulatórias da ANATEL e do CADE, adquiriu participação societária na I-Systems, empresa constituída pela TIM para segregação de ativos de rede e prestação de serviços de infraestrutura, sendo o montante da transação no valor de R$ 1.357.005. Como resultado da conclusão da referida transação, a IHS Brasil passou a deter 51% do capital social da I-Systems permanecendo os 49% remanescentes com a TIM S.A., como acionista minoritária (não controladora). Os termos do acordo definem a TIM como principal cliente neste momento, tendo a prerrogativa de 6 meses de exclusividade após a entrada de novas áreas. Com sede na cidade de São Paulo, a Companhia tem como objeto social a: (i) implantar, expandir, operar e prestar qualquer modalidade de serviços de telecomunicações, em especial, o Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), além de comunicações eletrônicas e respectivos conteúdos, na forma da legislação aplicável; (ii) fornecer meios industriais de redes de telecomunicações para outros prestadores de telecomunicações; (iii) alugar ou ceder, por qualquer forma, o uso e a exploração de infraestrutura passiva dos elementos de redes de telecomunicações; (iv) planejar, construir, gerenciar, implantar, executar, operar, prestar serviços de manutenção, ou comercializar infraestrutura, incluindo redes de suporte e acesso, para a prestação de serviços de telecomunicações para uso próprio e/ou de terceiros; (v) comercializar bens e/ou mercadorias, prestar serviços, desenvolver atividades e praticar quaisquer atos e/ou negócios jurídicos relacionados, direta ou indiretamente, ou que sejam complementares, associados ou vinculados aos serviços e às atividades previstas no âmbito do objeto social da Sociedade; (vi) gerir e prestar serviços de engenharia e execução de obras de construção civil e correlatas necessárias para a execução e projetos relacionados às suas atividades; (vii) prestar serviços de agendamento, instalação e manutenção de redes de telecomunicações; (viii) prestar e revender serviços de valor adicionado; (ix) participar do capital social de outras companhias empresárias ou não empresárias; e (v) exercer outras atividades afins ou correlatas às descritas nos itens anteriores. Ao final do exercício, o capital circulante líquido (CCL) da Companhia encontra-se negativo em R$ 4.970. Este cenário é principalmente atribuído ao passivo com partes relacionadas, totalizando R$ 43.279. Deste montante, R$ 14.315 correspondem a obrigações com IHS e R$ 28.963 referem-se à TIM (relacionados a acordos de compartilhamento de infraestrutura, tais como TSA, Postes e Energia). Para assegurar o cumprimento das obrigações financeiras, a Companhia está adotando diversas estratégias. Em novembro de 2024, está previsto o aumento de capital no valor de R$ 149.580, o que contribuirá significativamente para a melhoria da situação financeira. Além disso, a empresa está explorando oportunidades de captação de recursos no mercado financeiro, tal como emissão de debêntures aprovada pela Administração e refletido no Plano de Longo Prazo "*LTP*", bem como no Budget 2024 e no Forecast 01. A previsão de captação é de aproximadamente R$ 162.000, previsto para abril de 2024. Destaca-se também a renegociação do contrato com a TIM, denominada "Rebalance", firmado em 26/12/2023, o qual trouxe positivamente maior equilíbrio aos preços praticados, favorecendo a Companhia; bem como o ingresso de novos clientes, como a SKY, conforme previsto no plano de longo prazo da empresa, o que contribuirá para a melhoria do capital circulante líquido de 2024. A Administração está comprometida em monitorar de perto a situação financeira da Companhia e implementar as medidas necessárias para fortalecer sua posição de liquidez e entende não haver riscos de continuidade operacional. A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria da Companhia em 18/03/2024. **2. Base de Preparação: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A administração utiliza-se de processos e controles internos existentes, não tendo sido reportada à mesma, qualquer deficiência significativa nestes processos e controles, no contexto da auditoria das demonstrações financeiras, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. **2.2. Base de preparação e apresentação:** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil considerando o custo histórico como base de valor apurado no caso dos ativos financeiros e passivos financeiros para refletir a mensuração ao valor justo. As Demonstrações dos Fluxos de Caixa foram preparadas conforme o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa e reflete as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando-se o método indireto. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando for provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são classificados e demonstrados como não circulantes. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** Apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação e os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. A estimativa que apresenta um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos para o próximo exercício social, está contemplada a seguir: **2.4.1 Vida útil dos ativos imobilizados e intangíveis:** A Companhia utiliza uma vida útil estimada para calcular e registrar a depreciação aplicada em seus ativos imobilizados e amortização de seus intangíveis, que é aplicada enquanto os referidos ativos gerarem benefícios econômicos. A administração revisou as estimativas de vida útil para o exercício e não identificou necessidade de alteração nas taxas. A depreciação e a amortização dos ativos são calculadas usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Tangível	Vida útil (anos)
Equipamentos de transmissão	5 a 15
Cabos de fibra ótica	10
Infraestrutura	5 a 25
Benfeitorias em propriedades de terceiros	5
Bens de informática	5 a 10
Bens de uso geral	5 a 10
Intangível	**Vida útil (anos)**
Direito de uso de softwares	5
Direito de uso de exploração	até 18

3. Políticas Contábeis Materiais: a) Caixa e equivalentes de caixa: Incluem os saldos de caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e baixo risco de variação no valor, sendo demonstrados pelo custo, acrescido dos juros auferidos. A rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" é classificada como mensurados ao custo amortizado, e seus rendimentos são registrados ao resultado do exercício. **b) Contas a receber:** Os valores a receber são registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor justo dos títulos representativos desses créditos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída quando há indícios de perdas esperadas pela Companhia no montante a receber devidos de acordo com os termos dessas contas a receber, mediante análise de riscos e levando em consideração a análise histórica da recuperação dos valores em atraso. O valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. **c) Imobilizado e intangível:** Os ativos imobilizados estão avaliados ao custo de aquisição e/ou construção, deduzidos das respectivas depreciações. Os gastos realizados com manutenção das redes de fibra ótica e cobre que visam garantir a disponibilidade, qualidade e salvaguardar à vida útil da rede, evitando perdas e danos financeiros à Companhia, bem como a manutenção da fonte produtora da receita são contabilizados como ativo imobilizado. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado. A depreciação é calculada pelo método linear e leva em consideração a vida útil econômica dos bens, sendo esta revisada periodicamente com objetivo de adequar as taxas de depreciação de acordo com a necessidade. Os valores contábeis do ativo imobilizado são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo, se necessário. Os ativos intangíveis são avaliados ao custo de aquisição, deduzidos das amortizações. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados levando em conta o prazo estimado de geração de benefícios econômicos futuros. **d) *Impairment* de ativos:** A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (contas a receber, por exemplo) e de ativos não financeiros (imobilizado e intangível) estão deteriorados. Ativos com vida útil definida (imobilizado, intangível e software) são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. No decorrer do exercício, a Companhia não encontrou evidência objetiva que levasse estes ativos ao teste de *impairment*. **e) Fornecedores:** As contas a pagar correspondem ao montante das obrigações a pagar pelos bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios da Companhia. Estão reconhecidas pelo valor nominal dos títulos representativos dessas obrigações, acrescidos das variações monetárias ou cambiais, quando aplicáveis. **f) IR e CS correntes e diferidos:** A despesa de imposto de renda - IRPJ e contribuição social - CSLL correntes é calculada com base na legislação tributária vigente nas datas dos balanços, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda quanto a situações em que a legislação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar. O IRPJ e a CSLL diferidos, quando aplicável, são calculados sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis. O IRPJ e a CSLL diferidos são determinados usando as alíquotas vigentes nas datas dos balanços e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou se o passivo for liquidado. **g) Benefício a empregados:** As despesas com pessoal incluem participação nos resultados da Companhia. Tais objetivos são vinculados ao atingimento das metas preestabelecidas de acordo com a convenção coletiva. **h) Reconhecimento de receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos. A receita é calculada e provisionada mensalmente com as informações enviadas pela área de operações com toda a movimentação do período, para validação dos clientes e posterior emissão da nota fiscal. As receitas da Companhia correspondem, substancialmente, à prestação de serviços de telecomunicações através da utilização de uma rede de fibra ativa neutra FTTH (Fiber to the Home) e FTTC (Fiber-to-the-Curb). **i) Ativos e passivos financeiros:** Os valores recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os recebíveis, incluindo contas a receber e outros, são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. **j) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º/01/2023: **• Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis":** emitida em maio de 2020, com o objetivo esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório (por exemplo, o recebimento de um waiver ou quebra de covenant). As alterações também esclarecem o que se refere "liquidação" de um passivo à luz do IAS 1. As alterações do IAS 1 tiveram seu início em 1º/01/2023. **• Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis**: em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração teve início de sua vigência a partir de 1º/01/2023. **• Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro**: a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração teve inicio de sua vigência a partir de 1º/01/2023. **• Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro:** a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração teve início de sua vigência a partir de 1º/01/2023. As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para a Companhia.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa:

	2023	2022
Caixa e Bancos	537	–
Aplicações financeiras	71.909	169.587
	72.446	169.587

As aplicações financeiras referem-se a investimentos em Certificado de Depósito Bancário - CDB que possuem compromisso de recompra firme pelos bancos, atualizados com base na variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. As aplicações financeiras são de liquidez imediata e possuem prazo de carência inferior a 90 dias, sendo registradas ao custo, podendo ser resgatadas a qualquer momento, sem modificação substancial de seus valores. Em 31/12/2023 e 2022, as aplicações financeiras apresentam rentabilidade de 98% e 99% do Certificado de Depósito Interbancário, respectivamente.

5. Aplicações Financeiras Vinculadas:

	2023	2022
Aplicações financeiras vinculadas	19.927	–
	19.927	–

Na contratação do empréstimo obtido junto ao Banco Itaú, conforme demonstrado na nota explicativa 15, ficou acordado que 35% dos recebíveis mensais serão retidos até a soma de R$ 19.000, a título de conta garantida para compor parte do juros a serem pagos no vencimento seguinte. Tão logo esse valor é retido, o mesmo é aplicado automaticamente pela própria instituição.

6. Contas a Receber:

	2023	2022
Clientes	37.712	35.723
Serviço prestado e não faturado (a)	66.956	35.807
	104.668	71.530

A Companhia e a TIM decidiram rever as condições contratuais, vigentes desde 16/11/2021, e nessa revisão foram alterados os preços e a forma de cálculo dos serviços prestados pela Companhia. Apesar do contrato ter sido assinado em 26/12/2023, os efeitos retroagiram a julho de 2023, obrigando-nos a recalcular todo o período já faturado, ou seja, julho a novembro de 2023. O total da receita reconhecida e faturada desse período foi de R$ 22.000. Em 31/12/2023, o contas a receber estava classificado como a vencer. A Companhia avaliou os seus recebíveis na perspectiva do CPC 48, e nesta avaliação foram considerados os seguintes fatores: • Avaliação acerca da capacidade do cliente para cumprir suas obrigações contratuais de fluxo de caixa no curto prazo; • Avaliação acerca de fatores econômicos que podem impactar o cliente e fazer com que ele não cumpra com as obrigações junto à Companhia. Como resultado dessa avaliação, não foi identificada necessidade de registro de provisão para perda de créditos de liquidação duvidosa.

7. Impostos a Recuperar:

	2023	2022
Crédito ICMS Ativo Permanente (CIAP) (a)	26.156	22.853
Imposto de Renda Retido na Fonte	6.569	2.317
Outros Impostos a recuperar	2.016	1.865
	34.741	27.035
Curto Prazo	10.577	9.618
Longo Prazo	24.164	17.417
	34.741	27.035

(a) Refere-se a crédito de ICMS sobre ativo imobilizado a ser compensado em 48 meses a partir de 16/11/2021. Na cisão parcial mencionada na nota 1, foi absorvido o montante de R$ 21.812, dos quais R$ 11.795 foram compensados em 2022 e 2023. Demais variações referem-se a créditos decorrentes de novas aquisições.

8. Outros Créditos:

	2023	2022
Adiantamentos a fornecedores (c)	16.725	4.943
Contrato Compromisso Sky Serv. (a)	40.442	–
Adiantamentos obras - CP (b)	12.541	12.819
Adiantamentos de férias	507	125
Prêmio de seguros a apropriar - CP	27	36
	70.242	17.923
Curto Prazo	33.948	17.923
Longo Prazo	36.294	–
	70.242	17.923

a) Em 08/08/2023, a I-Systems, IHS e a empresa SKY Serviços de Banda Larga Ltda. celebraram um Termo de Compromisso e Distrato através do qual acordou-se a transformação da relação comercial entre as Partes, gerando a obrigação da I-Systems de compensar a IHS por certos investimentos realizados para a construção e operação de sites que vinham sendo ocupados pela SKY. O valor da compensação acordado é de R$ 41.479. Tal fato se dá pelo interesse da SKY em modificar a tecnologia utilizada para provimento do Serviço de Internet Banda Larga, deixando de ocupar sites para instalação de infraestrutura sem fio, e passando a adotar infraestrutura de fibra. Como consequência dessa opção tecnológica, a I-Systems e a SKY estabeleceram relações comerciais com a finalidade de permitir que a SKY passe a utilizar a rede de fibra óptica da I-Systems para a prestação de serviços de banda larga aos seus usuários finais e, consequentemente, os termos e condições do contrato substituíram a IHS pela I-Systems na relação comercial existente com SKY. O contrato firmado prevê um prazo mínimo de 10 anos, prazo pelo qual também será amortizado o valor compensado a IHS. Em 31/12/2023 temos o saldo de R$ 40.442 que será diferido pelo tempo restante de 117 meses. b) Antecipação financeira liberada no início da construção e implantação para determinados fornecedores para atendimento dos municípios de Campinas, Limeira, Piracicaba. c) Em dezembro de 2023 recepcionamos as notas fiscais referentes aos serviços prestados pela TIM no valor de R$ 7.443. Entretanto, em função de cadastro de itens realizado pelo CSS Global estar atrasado, dado que as faturas estavam vencidas, realizamos os pagamentos por intermédio de adiantamento. No período seguinte o processo foi saneado.

9. Depósitos Judiciais:

	2023	2022
Depósitos concedidos em caução	168	168
Depósitos judiciais ICMS (a)	18.092	14.583
	18.260	14.751

a) Decorrente das discussões de multa por denúncia espontânea nos Estados de Rio de Janeiro, Distrito Federal, Goiás e Amazonas, sendo os recolhimentos feitos em juízo. Em 2023 depositamos judicialmente o montante de R$ 2.013 para Estado de São Paulo para assegurarmos a discussão de denúncia espontânea, totalizando R$ 15.269 mais R$ 2.830 de atualização monetária.

10. Imobilizado:

Custo	Equipamentos de transmissão e Infraestrutura	Benfeitorias em imóveis de terceiros e móveis e utensílios	Imobilizado em andamento (i)	Total
Saldo em 31/12/2021	**1.227.103**	**1.545**	**95.234**	**1.323.882**
(+) Adição	477.751	4.585	409.319	891.654
(–) Baixas	(2.230)	–	(438.129)	(440.359)
Saldo em 31/12/2022	**1.702.624**	**6.130**	**66.423**	**1.775.177**
(+) Adição	405.490	4.414	488.540	898.144
(–) Baixas (ii)	(170.359)	(118)	(415.376)	(585.853)
Saldo em 31/12/2023	**1.937.755**	**10.126**	**139.587**	**2.087.468**

Depreciação	Equipamentos de transmissão e Infraestrutura	Benfeitorias em imóveis de terceiros e móveis e utensílios	Imobilizado em andamento	Total
Saldo em 31/12/2021	**(28.438)**	**(30)**	**–**	**(28.468)**
(+) Adição	(257.374)	(512)	–	(257.886)
(–) Baixas	1.738	–	–	1.738
Saldo em 31/12/2022	**(287.074)**	**(542)**	**–**	**(284.616)**
(+) Adição	(298.318)	(2.492)	–	(300.810)
(–) Baixas (ii)	168.800	34	–	1.738
Saldo em 31/12/2023	**(413.592)**	**(3.000)**	**–**	**(416.592)**
Vida útil (em anos)	5 a 13	5 a 10		
Líquido 2022	1.418.550	5.588	66.423	1.490.561
Líquido 2023	**1.524.163**	**7.126**	**139.587**	**1.670.876**

(i) Imobilizado em andamento trata-se dos gastos incorridos nas construções de OLTS (*Optical Line Terminal)* cujo prazo de entrega está previsto para o decorrer do ano de 2024. (ii) No decorrer do ano de 2023, prévia à implementação do D365, ERP eleito pela Companhia, efetuamos a revisão dos itens do ativo imobilizado, denominado "*cleasing*". Essa revisão consistia num primeiro momento adequar alocação dos bens, equipamentos e serviços que estavam segregados em contas contábeis de nomenclatura de telefonia móvel para as tecnologias de fibra e cobre (FTTH e FTTC), bem como, averiguar a vida útil, taxas aplicadas, *threshold* dos bens, momento da ativação, início da depreciação e saldos contábeis. Além da aplicação da norma corrente (e CPC 27), revisitamos também a política contábil do Grupo, e concluímos em uma redução da nossa base em cerca de 55.528 mil ativos de imobilizado e com um impacto líquido no resultado contábil em 2023 de R$ 1.500.

11. Intangível:

Custo	Software	Direito de uso passagem	Total
Saldo em 31/12/2021	112.593	1.737	114.330
(+) Adição	21.720	–	21.720
(–) Baixas	–	–	–
Saldo em 31/12/2022	134.313	1.737	136.050
(+) Adição (i)	41.491	–	41.491
(–) Baixas (ii)	(70.469)	–	(70.469)
Saldo em 31/12/2023	105.335	1.737	107.072

Amortização	Software	Direito de uso passagem	Total
Saldo em 31/12/2021	(110.749)	(783)	(111.532)
(+) Adição	(889)	(95)	(984)
(–) Baixas	–	–	
Saldo em 31/12/2022	(111.638)	(878)	(112.516)
(+) Adição	(5.839)	(98)	(5.937)
(–) Baixas (ii)	70.502	–	70.502
Saldo em 31/12/2023	(46.975)	(976)	(47.951)
Vida útil em anos	5 anos	18 anos	
Líquido 2022	22.675	858	23.533
Líquido 2023	**58.360**	**761**	**59.121**

(i) Em 2023 ocorreu a implementação do novo ERP da empresa, Dynamics 365. (ii) Conforme mencionado no (ii) nota explicativa 10, utilizamos a mesma premissa para os ativos intangíveis e além da aplicação da norma corrente (CPC 04), revisitamos também a política contábil do Grupo, e concluímos em uma redução da nossa base em cerca de 487 ativos intangíveis e sem impacto no resultado contábil em 2023 pois estavam totalmente amortizados.

12. Direito de Uso:

Custo	Direito uso imóveis e veículos	Total
Saldo em 31/12/2021	2.786	2.786
(+) Adição	3.588	3.588
(–) Baixas	–	–
Saldo em 31/12/2022	6.374	6.374
(+) Adição	626	626
(–) Baixas	–	–
Saldo em 31/12/2023	7.000	7.000

Depreciação	Direito uso imóveis e veículos	Total
Saldo em 31/12/2021	(45)	(45)
(+) Adição	(1.025)	(1.025)
(–) Baixas	–	–
Saldo em 31/12/2022	(1.070)	(1.070)
(+) Adição	(2.325)	(2.325)
(–) Baixas	–	–
Saldo em 31/12/2023	(3.395)	(3.395)
Vida Útil em anos	3	
Líquido 2022	5.304	5.304
Líquido 2023	**3.605**	**3.605**

13. Fornecedores:

	2023	2022
Materiais e serviços	128.052	123.327
	128.052	123.327

Substancialmente, materiais e serviços de construção de OLTS (Optical LineTerminal) adquiridos no curso normal dos negócios.

14. Passivo de Arrendamento:

	2023	2022
Saldo Inicial	5.904	2.805
(+) Adições e mensurações	626	3.588
(–) Contraprestações pagas	(2.900)	(807)
(+) Juros incorridos	524	318
	4.153	5.904
Circulante	2.416	2.204
Não circulante	1.737	3.700
	4.153	5.904

Contratos de arrendamento mercantil firmados em 2022 e 2023 para locações de escritórios e veículos com prazos de vencimentos de 360 e 240 meses, respectivamente. Atualizados anualmente pelos índices IGP-M ou IPCA e a taxa de desconto aplicada foi de 11,2% a 12,4%.

15. Empréstimos:

	Taxa	2023	2022
Banco Itau	CDI + 2,5%	401.674	201.051
		401.674	201.051
Circulante		11.355	6.583
Não circulante		390.319	194.468
		401.674	201.051

Empréstimo obtido em outubro de 2022 junto ao Banco Itaú no total de R$ 400.000 a ser liberado em 3 tranches, sendo: (i) a primeira no mesmo mês de contratação e no valor de R$ 200.000 e (ii) as demais tranches liberadas no decorrer de 2023, compondo os demais R$ 200.000. Os juros são devidos semestralmente e com início em abril de 2023 e finalização em outubro de 2030. A amortização do principal ocorrerá em 9 parcelas semestrais a partir de outubro de 2026 com vencimento final em outubro de 2030. Para parte desse empréstimo existe uma conta garantida conforme nota explicativa 5.

Movimentação	2023	2022
Saldo Inicial	201.051	–
Captação de empréstimos	200.000	200.000
Pagamentos juros	(49.145)	–
Apropriação de juros e custas	56.288	7.571
Pagamento de IOF e custas	(6.520)	(6.520)
Saldo Final	401.674	201.051

16. Obrigações com Pessoal e Encargos Sociais:

	2023	2022
Bônus a pagar	11.421	4.340
Provisão e encargos sociais férias	5.012	3.236
INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social	1.122	835
Imposto de renda retido na fonte	961	654
FGTS - Fundo de Garantia Tempo de Serviço	–	246
Salários a pagar	76	1
	18.592	9.312

17. Impostos a Recolher:

	2023	2022
ICMS a recolher (ii)	50.606	26.870
Impostos retidos na fonte a recolher	281	1.885
COFINS	1.963	1.229
FUNTTEL (i)	1.166	885
INSS Terceiros	826	666
ISS	466	450
Programa de Integração Social - PIS	382	261
FUST	2.493	254
Outros	729	–
	58.912	32.502
Circulante	41.564	31.994
Não circulante	17.348	508
	58.912	32.502

(i) Em agosto de 2022, a Companhia ingressou com mandado de segurança para suspender a cobrança do FUNTTEL e na obtenção de liminar foi concedida a suspensão da cobrança do FUNTTEL. (ii) Em 2022 a Companhia ingressou com mandado de segurança a fim de recolher o ICMS dos Estados do AM, DF, RJ, PE e GO do período de nov/21 a fev/22 sem o acréscimo de multa utilizando a prerrogativa da denúncia espontânea. As liminares foram concedidas e depositamos em juízo o montante de R$ 13. Em 2023, apesar de termos procedido corretamente com o processo na SEFAZ de SP e GO de denúncia espontânea para recolhimento do ICMS no mesmo período citado acima, ainda assim fomos executados fiscalmente e ingressamos com mandado de segurança pra suspender a exigibilidade, porém efetuamos o depósito de R$ 2.013 para continuarmos a discussão judicialmente. Portanto, do total do saldo de R$ 18.009, sendo R$ 15.269 como principal e R$ 2.830 atualização do depósito.

18. Partes Relacionadas:

	Contas a receber	Contas a pagar	Receitas	Custos e despesas
TIM S.A. (a)	71.531	25.661	395.576	59.186
IHS Brasil	–	432	–	432
Remuneração Administradores	–	–	–	4.138
Total 2022	71.531	26.093	395.576	63.756
TIM S.A. (a)	104.334	28.963	477.430	51.997
IHS Brasil (b)	–	28.298	–	28.298
Remuneração Administradores	–	–	–	6.636
Total 2023	104.334	57.261	477.430	86.930
Circulante			104.334	43.279
Não Circulante			–	13.982
			104.334	**57.261**

(a) Foram realizadas transações comerciais de compra e venda de serviços, além de reembolsos de despesas pré-operacionais, com realização de recebimento e pagamento com prazo inferior a 12 meses em dezembro de 23 parte do contas a pagar para a TIM foi pago o valor de R$ 7.443 a titulo de adiantamento conforme mencionado na NE 8. (b) Valor correspondente a compensação contratual da Companhia com a IHS, confome NE 8, o valor de R$ 41.479 a ser quitado em 3 parcelas anuais, com vencimento inicial setembro de 2023. **19. Patrimônio Líquido:** a) Capital Social:

Quantidade de ações	Capital social	Capital social a integralizar	Total
1.794.287.995	1.794.288	(222.833)	1.571.455
Saldo em 31/12/2022	**1.794.288**	**(222.833)**	**1.571.455**
1.794.287.995	1.794.288	(77.372)	1.716.916
Saldo em 31/12/2023	**1.794.288**	**(77.372)**	**1.716.916**

A IHS Brasil, detentora de 51% das ações da I-Systems, realizou em Julho de 22 a primeira integralização de capital no valor de R$ 125.595, a segunda integralização em setembro de 2023 no valor de R$ 145.461 e a última integralização está prevista para ocorrer em novembro de 2024.

b) Distribuição de ações: Participação Societária	2023
IHS Fiber Brasil - Cessão de Infraestruturas Ltda.	51%
TIM S.A.	49%

c) Destinação de dividendos: Conforme Estatuto Social da Companhia, após as destinações requeridas, do lucro líquido anual, se houver, serão destinados 2% ao pagamento de dividendo mínimo obrigatório. Nos exercícios de 2022 e 2023 a Companhia apurou prejuízo.

20. Receita Líquida:

	2023	2022
Receita de serviços - Fibra	363.268	252.687
Receita de serviços - Cobre	89.744	115.470
Outros serviços	24.461	27.418
Impostos sobre vendas	(111.598)	(103.811)
	365.874	291.764

Em 26/12/2023 foi assinado o segundo aditivo contratual com a TIM o qual as partes alteraram a forma de precificação. Esse aditivo contratual alterou os preços pelos serviços prestados não só considerando os arquétipos, mas outros elementos, tais como velocidade de cada cliente HC's, (Home Passed), bem como perfazer a cobrança dos HP´s (Home connect) mediante percentual de ocupação das OLT's, percentual que deve ser acompanhado mensalmente. Em função das novas condições contratuais, a Companhia registrou receita adicional em dezembro de 2023, no montante de R$ 22.482.

21. Custos dos Serviços Prestados:

	2023	2022
Depreciação e amortização	310.487	257.323
Serviços terceiros	46.439	54.276
Custos energia elétrica	12.272	16.092
Custos postes	3.814	1.986
	373.011	329.677

22. Despesas Gerais e Administrativas:

	2023	2022
Salários e encargos	77.401	53.397
Provisão TSA (i)	23.154	17.622
Serviços terceiros	26.620	10.526
Aluguéis	1.233	1.395
Outras	4.221	12.014
	132.629	94.954

Custos relacionados ao contrato de prestação de serviços assinado entre TIM e a Companhia em 16/11/2021, no qual a TIM se compromete a prestar serviços de segurança patrimonial, monitoramento, gerenciamento de rede, logística através da utilização sistemas e equipamentos de propriedade da TIM. O prazo se encerrou em 31/12/2023, porém, as partes estão em renegociação para extensão do prazo e dos serviços.

23. Resultado Financeiro:

	2023	2022
Receitas financeiras:		
Rendimento de aplicações financeiras	16.868	15.251
Outras	762	13
Subtotal	17.630	15.264
Despesas financeiras:		
Despesas bancárias	(2.476)	(528)
IOF	(947)	(172)
Juros	(56.694)	(9.422)
Subtotal	(60.177)	(10.121)
Resultado financeiro, líquido	(42.487)	5.143

24. IR e CS: O saldo acumulado em 31/12/2023, de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, é de R$ 244.357 (R$ 92.607 em 31/12/2022). De acordo com a legislação fiscal vigente, prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social não estão sujeitos a prazo de prescrição, mas sua utilização está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis futuros. A Companhia decidiu por não registrar imposto de renda diferido em 31/12/2023 e de 2022 por não haver expectativa de rentabilidade futura. **25. Instrumentos Financeiros:** Os ativos e passivos financeiros estão representados no balanço pelos valores de custo e pelas respectivas apropriações de receitas e despesas, quando aplicável, os quais se aproximam dos valores de mercado. **Instrumento financeiros por categorias:**

	2023	2022
Ativos Financeiros		
Caixa e Equivalentes	72.445	169.587
Aplicações	19.927	–
Contas a Receber	104.668	71.531
	197.040	241.118
	2023	**2022**
Passivos Financeiros		
Fornecedores	128.052	123.327
Arrendamento Mercantil	4.153	5.904
Empréstimos	401.674	201.051
	533.879	330.282

A Companhia não utiliza instrumentos financeiros derivativos. Os principais riscos são os seguintes: a) Risco de crédito: O risco de crédito decorre de eventual prejuízo financeiro para a Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia. A Companhia estabelece uma política de crédito sob a qual a capacidade de pagamento da contraparte é analisada antes dos termos e das condições de pagamento. Adicionalmente, os instrumentos financeiros ativos estão representados por aplicações financeiras compromissadas com bancos de primeira linha e com avaliação de baixo risco de perdas ou mudança de valor, dadas as características das aplicações financeiras. b) Risco de liquidez: O risco de liquidez consiste na eventualidade de a Companhia não disponha de recursos suficientes para cumprir seus compromissos, em virtude dos diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente para garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessário, sejam suficientes para manutenção do seu cronograma de compromissos, mitigando, assim, os riscos de liquidez para a Companhia. Adicionalmente, a Companhia têm apresentado índices de liquidez suficientes para manutenção de suas operações, para as quais a Companhia já gera caixa suficiente, e tem recebido aportes de seus acionistas para fazer frente às necessidades de investimento para desenvolvimento de seu plano de negócios. c) Risco de mercado: Risco de mercado está relacionado a eventuais alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros que poderiam impactar os negócios da Companhia. Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era com relação as aplicações financeiras remuneradas pelo CDI e aos empréstimos e financiamentos que são atualizados com base na TJLP/SELIC. Não há instrumentos financeiros com moeda diferente da moeda funcional da Companhia. **26. Cobertura de Seguros (Não Auditado):** A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza das suas atividades. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. Os principais contratos de seguros se referem a incêndio, raio, explosão, lucros cessantes e roubo. As premissas de riscos adotados e suas respectivas coberturas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram auditados pelos nossos auditores independentes.

Diretoria

Daniel Cardoso (CEO)

Fernando José Mendonça de Barros (CFO)

Contadora

Silvia Cristina Pirola - CRC 1SP210957/O-5

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da I-Systems Soluções de Infraestrutura S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da I-Systems Soluções de Infraestrutura S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31/12/2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Ênfase - Partes relacionadas:** Chamamos atenção para a Nota 18 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia mantém saldos e realiza transações com partes relacionadas em montantes significativos em relação à sua posição patrimonial e financeira e aos resultados de suas operações. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 18 de março de 2024

pwc

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Ricardo Novaes de Queiroz
Contador - CRC 1DF012332/O-2

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 45B5-643A-8486-7299.

Galgo Sistemas de Informações S.A.

CNPJ nº 25.197.090/0001-83

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de reais (R$), exceto quando indicado)*

Balanços patrimoniais Ativo/Circulante	Notas Explicativas	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.945	1.288
Aplicações financeiras	5	16.627	17.573
Contas a receber	6	3.311	3.676
Impostos e contribuições a recuperar	7	216	238
Despesas antecipadas	8	–	52
Adiantamentos	9	30	129
		22.129	22.956
Não Circulante			
Realizável a longo prazo -			
Depósitos judiciais		22	22
Impostos diferidos	21(b)	1.924	2.729
Imobilizado	10	192	228
Intangível	11	16.781	7.735
		18.919	10.714
Total do ativo		41.048	33.670

Balanços patrimoniais Passivo e Patrimônio Líquido/Circulante	Notas Explicativas	2023	2022
Fornecedores	12	1.702	1.669
Obrigações trabalhistas	13	837	794
Obrigações tributárias	14	588	268
Adiantamento de clientes		–	4
Dividendos propostos		1.635	329
		4.762	3.064
Não circulante			
Provisões para contingências	20	4.103	3.266
		4.103	3.266
Patrimônio Líquido			
Capital social	15	26.283	26.283
Reserva legal		392	70
Reserva estatutária		5.508	987
		32.183	27.340
Total do passivo e do patrimônio líquido		41.048	33.670

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Notas Explicativas	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	Lucros/(prejuízos) acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	16	26.283	–	–	(5.025)	21.258
Lucro líquido do exercício		–	–	–	6.411	6.411
Constituição da reserva legal		–	70	–	(70)	–
Constituição da reserva estatutária		–	–	987	(987)	–
Dividendos propostos		–	–	–	(329)	(329)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	16	26.283	70	987	–	27.340
Lucro líquido do exercício		–	–	–	6.458	6.458
Constituição da reserva legal		–	322	–	(323)	–
Constituição da reserva estatutária		–	–	4.521	(4.521)	–
Dividendos propostos		–	–	–	(1.615)	(1.615)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	16	26.283	392	5.508	–	32.183

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados	Notas Explicativas	2023	2022
Receita operacional líquida	16	28.896	26.337
(–) Custo dos serviços prestados	17	(10.098)	(9.818)
Lucro Bruto		18.798	16.519
Despesas/receitas operacionais			
Despesas com pessoal	18	(7.400)	(6.468)
Despesas gerais e administrativas	18	(2.665)	(2.132)
Despesas tributárias	18	(191)	(52)
Despesas com depreciação e amortização	18	(67)	(59)
Outras receitas e despesas operacionais	18/20	(832)	–
Resultado antes das receitas do resultado financeiro		7.643	7.808
Despesas financeiras		(18)	(5)
Receitas financeiras		2.159	1.995
Resultado financeiro líquido	19	2.141	1.990
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		9.784	9.798
Imposto de renda e contribuição social - Correntes	21	(2.520)	(2.364)
Imposto de renda e contribuição social - Diferidos	21	(806)	(1.023)
Lucro líquido do exercício		6.458	6.411
Lucro por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R$ por ação)			
Lucro básico por ação	23	0,25	0,24

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados abrangentes	2023	2022
Lucro líquido do exercício	6.458	6.411
Outros resultados abrangentes	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	6.458	6.411

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa Método indireto	Notas Explicativas	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		6.458	6.411
Ajustes			
Depreciação		73	59
Impostos diferidos	21	806	1.023
Provisões para contingências	20	837	–
Impostos Prescritos/Outros		(33)	–
		8.141	7.493
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Contas a receber		365	(1.332)
Impostos e contribuições a recuperar		(1.633)	248
Adiantamentos		98	(115)
Demais ativos circulantes		52	(5)
Fornecedores		32	410
Adiantamento de clientes		(4)	4
Obrigações tributárias		320	(160)
Obrigações trabalhistas		43	148
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		7.414	6.691
Fluxo de caixa para atividades de investimentos			
Aplicações em fundos de investimentos		946	(2.067)
Imobilizado	10	37	(101)
Intangível	11	(9.046)	(5.452)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(8.063)	(7.620)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Dividendos Propostos		1.306	–
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		1.306	–
Diminuição no caixa e equivalentes de caixa:		657	(929)
Saldo inicial de caixa e equivalentes		1.288	2.217
Saldo final de caixa e equivalentes		1.945	1.288
Diminuição no caixa e equivalentes de caixa		657	(929)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1 . Contexto operacional: A Galgo Sistemas de Informações S.A., ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 13 de julho de 2016. Tem sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Santo Amaro, nº 48, Vila Nova Conceição, e tem por objeto social administrar sistemas informatizados destinados à padronização e otimização das transferências de informações entre instituições que atuam ou prestam serviços nos mercados financeiro e de capital. Todos os seus clientes fazem parte do sistema financeiro nacional e estão divididos em partes relacionadas e não relacionadas. A Galgo Sistemas de Informações S.A. é proprietária do Sistema Galgo, estando em desenvolvimento os sistemas Border Pro, Galgo Max e Galgo CVM 175 e de todos os direitos a eles relativos, tendo autonomia absoluta para geri-los, mantê-los e desenvolvêlos. O Sistema Galgo é um sistema de troca de informações padronizadas para os mercados financeiro e de capitais brasileiro, criado para funcionar como integrador entre as instituições que atuam ou prestam serviços para fundos de investimento, carteiras administradas e clubes de investimento nas atividades de administração, controladoria, custódia, distribuição e negociação de ativos. O BORDER PRO é uma plataforma de roteamento de ordens, criada para dar mais transparência, segurança e controle nos processos de envio e/ou recebimento de boletas com as ordens de compra/venda de ativos, tendo priorizado, em seus primeiros fluxos, o ativo "cota de fundo de investimento". O GALGO MAX está sendo desenvolvido para, no longo prazo, substituir o Sistema Galgo. Sua primeira funcionalidade é o "Consumo de Cotas de Fundos de Investimento", já em produção. Simples de se integrar e fácil de usar, o GALGO MAX tem viabilizado a integração de novos Clientes na companhia. O GALGO CVM 175 está sendo desenvolvido para atender às alterações determinadas pela Resolução CVM 175. **2. Apresentação das demonstrações financeiras: a. Declaração de conformidade:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma. Estas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico de Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (CPC-PME), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) conforme adotado no Brasil por meio de aprovação do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), ou seja, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC - T - 19.41). **b. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais, moeda funcional da "Companhia". Todos os saldos apresentados em milhares de Reais nestas demonstrações financeiras foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações contábeis da Companhia foram aprovadas em 08 de fevereiro de 2024. **3. Resumo das principais práticas contábeis: a. Apuração do resultado:** O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência; as receitas e despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem, independente de recebimento ou pagamento. Anualmente é efetuada a apuração do resultado do exercício social de 1º de janeiro a 31 de dezembro. **b. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo. Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com vencimento igual ou inferior a noventa dias considerada a data de aquisição, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. **c. Receitas:** As receitas são apuradas em conformidade com o regime contábil de competência e compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Nas demonstrações do resultado, a receita é apresentada líquida dos impostos. Em conformidade com o CPC-PME Seção 23 - Receitas, a receita é reconhecida quando, e somente quando: (i) a Companhia tenha transferido para o comprador os riscos e benefícios mais significativos inerentes ao serviço prestado; (ii) o valor da receita pode ser mensurado de forma confiável; (iii) é provável que os benefícios econômicos associados com a transação fluirão para a Entidade; (iv) as despesas incorridas ou a incorrer com relação à transação podem ser mensuradas de forma confiável. **d. Ativo imobilizado:** O ativo imobilizado é demonstrado ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Quando partes significativas do ativo imobilizado precisarem ser substituídas em intervalos, a Companhia as deprecia separadamente com base em suas vidas úteis específicas. Da mesma forma, quando for realizada uma inspeção de grande porte, seu custo é reconhecido no valor contábil do ativo imobilizado como substituição, se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **e. Ativo intangível:** Os gastos com aquisição e implementação de sistemas de gestão empresarial são capitalizados como ativo intangível quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica. Os gastos com desenvolvimento de *software* reconhecidos como ativos são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada, cinco anos, pelo método fiscal de amortização de 20% ao ano, com amortizações mensais. As despesas relacionadas à manutenção de *software* são reconhecidas no resultado do exercício, quando incorridas. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de amortização são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. O valor do Ativo intangível deve ser contabilizado deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas (*impairment*). Para mensurar estas perdas, é necessária uma avaliação de expectativa de rentabilidade futura periodicamente. **f. Instrumentos financeiros: Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e pelo custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. A Companhia não possui ativos financeiros classificados como disponível para venda e mantido até o vencimento. (i) **Cotas de fundos de investimento:** As aplicações em cotas de fundo de investimento são atualizadas, diariamente, pelo respectivo valor da cota, divulgadas pelos respectivos administradores, e são classificadas como mensurados a valor justo por meio do resultado. **Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e os custos da transação são debitados ao resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxo de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. O custo amortizado é reduzido por *impairment*, o qual é reconhecido no resultado. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas financeiras" e "Despesas financeiras" no período em que ocorrem. **g. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, os saldos são apresentados no passivo não circulante. **h. Demais ativos e passivos circulantes:** Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. **i. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando: (i) a entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa antes do imposto que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **j. Impostos:** As receitas de prestação de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: PIS 1,65%, COFINS 7,6% e ISS 5%. **Regime de tributação:** A provisão para tributos sobre a renda está baseada no lucro real tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque é calculado sobre uma base ajustada com deduções e adições requeridas pela legislação fiscal. A provisão para imposto sobre a renda é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. (i) **Imposto de renda pessoa jurídica:** à alíquota de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil; (ii) **Contribuição social sobre o lucro líquido:** à alíquota de 9% aplicado ao lucro tributável. A despesa de imposto de renda e contribuição social correntes são calculadas com base nas leis e nos normativos tributários promulgados no decorrer do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco. (iii) **Impostos a recuperar:** Estão representados, basicamente, pelos tributos federais PIS, COFINS, IRPJ e CSLL que são oriundos das atividades da Companhia, cuja recuperação e compensação substancialmente ocorrerão no decorrer dos próximos exercícios. **k. Principais julgamentos na aplicação das políticas contábeis e fontes de incerteza nas estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras individuais requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como a divulgação de passivos contingentes, na data do balanço. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem vida útil do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para redução ao valor recuperável de ativos, impostos diferidos ativos, provisão para garantia, provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis, mensuração do custo orçado de projetos, provisão para perdas com contratos onerosos, provisão para "overrun", base para a apuração da receita, e instrumentos financeiros. **Principais fontes de incertezas nas estimativas:** As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, que podem resultar em valores diferentes quando da liquidação, são discutidas a seguir: **(i) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (exceto ágio):** A Administração revisa anualmente e/ou quando ocorre algum evento específico o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas são lançadas ao resultado do exercício quando identificadas. O valor contábil de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. **(ii) Provisões para contingências:** A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas (Nota Explicativa nº 20). A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos externos. As provisões são revisadas ao menos no encerramento de cada balanço e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. **(iii) Realização do imposto de renda diferido:** O reconhecimento inicial e as posteriores análises da realização do imposto de renda diferido ocorrem quando seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização total, ou parcial, se for constituído o crédito integral.

4. Caixa e equivalentes de caixa:	2023	2022
Banco Itaú - Conta Corrente	1	1
Banco Itaú - Aplicação Financeira	1.944	1.287
	1.945	1.288

5. Aplicações Financeiras:

Data-base	Consolidado Fundos	Quantidade de cotas possuídas	Valor de mercado das cotas (R$)	Valor contabilizado
31/12/2023	Itaú Soberano Renda Fixa	45.580	64,63	2.946
31/12/2023	Itaú Corporate Crédito	591.271	23,138	13.681
		636.851		16.627

Data-base	Consolidado Fundos	Quantidade de cotas possuídas	Valor de mercado das cotas (R$)	Valor contabilizado
31/12/2022	Itaú Soberano Renda Fixa	75.726	57,22	4.333
31/12/2022	Itaú Corporate Crédito	643.278	20,582	13.240
		719.004		17.573

As aplicações financeiras referem-se a cotas do fundo de investimento Itaú Corporate CP Diferenciado RF FICFI e Itaú Soberano Renda Fixa, as quais apresentam um risco de grau classificado como "baixo", pois possuem alta liquidez e são prontamente conversíveis em montante conhecido como caixa, sem restrição quanto a sua liquidação e podem ser utilizadas como parte da gestão de caixa da Companhia.

6. Contas a receber:	2023	2022
No país - Terceiros	1.101	961
No país - Partes relacionadas (*)	2.316	2.821
(–) PECLD	(106)	(106)
	3.311	3.676

(*) O saldo de contas a receber classificados como partes relacionadas pertence a utilização do sistema Galgo, pelos acionistas ocorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. A provisão para devedores duvidosos foi calculada com base na análise individual de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas e considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. Nos casos de inadimplência, o grupo adota o procedimento de cobrança direta ao cliente.

7. Impostos e contribuições a recuperar:	2023	2022
CSLL a compensar (**)	43	16
PIS/COFINS/CSLL a recuperar (*)	172	188
IRPJ a compensar (**)	–	–
IRRF sobre aplicações	1	34
	216	238

(*) O saldo de PIS/COFINS/CSLL a compensar refere-se a crédito de impostos que ainda não podem ser compensados, pois referem-se a notas fiscais de serviços ainda não foram recebidas. (**) Os saldos de base negativa de IRRF e CSLL a compensar relativos a 2022 foram compensados com o lucro apurado no exercício de 2023 o saldo remanescente em base negativa de CSLL em 2023 será compensado através de PerdComp com outros impostos federais. Além disso, o saldo remanescente de CSLL retido na fonte.

8. Despesas antecipadas:	2023	2022
Seguros a apropriar	–	52
	–	52

9. Adiantamentos:	2023	2022
Adiantamentos de salários/13º salário	14	6
Adiantamentos de férias	–	–
Adiantamentos a fornecedores	16	123
	30	129

10. Imobilizado:

Descrição	Saldo em 31/12/2022	Adições	Depreciação acumulada	Saldo em 31/12/2023	Valor líquido 31/12/2022
Máquinas e equipamentos	8	–	–	8	8
Equipamentos de informática	317	37	(183)	171	199
Móveis e utensílios	3	–	(1)	2	3
Equipamentos de Comunicação	33	–	(22)	11	18
Total	361	37	(206)	192	228

Os ativos imobilizados foram avaliados pelo custo de aquisição e estão sendo depreciados mensalmente, exceto os bens Imobilizados que estão em poder de terceiros.

11. Intangível:

	%	Custo	Adição	Baixas/ Outros	Amortização acumulada	Valor líquido	Saldo em 31/12/2022
	Saldo em 31/12/2023						
Software (*)	20%	22.083	–	–	(22.083)	–	–
Software em desenvolvimento (**)	–	7.735	9.142	(96)	–	16.781	7.735
Total		29.818	9.142	(96)	(22.083)	16.781	7.735

(*) O software foi adquirido através da integralização do capital social. O valor desse ativo foi avaliado através do método de fluxo de caixa descontado. O Software foi totalmente amortizado, a uma taxa de 20% a.a., conforme estipulado pelo laudo de avaliação do bem. Em 2022 e 2023 os gastos incorridos no desenvolvimento do projeto (Border Pro, Galgo Max e Galgo CVM 175) foram registrados no ativo intangível e até o final do exercício de 2022 e 2023, não sofreram nenhuma amortização, pois se encontra ainda em desenvolvimento. (**) A empresa possui em desenvolvimento três softwares:

Descrição	Saldo em 31/12/2023	
Border Pro	9.616	(i)
Galgo Max	1.756	(ii)
Galgo CVM 175	5.409	(iii)
Total	16.781	

Descrição	2021	2022	2023	Acumulado até 12/2023
Border Pro - Sistema	398	4.401	2.515	**7.314**
Border Pro - Pesquisa & Desenvolvimento	1.814	489	–	**2.303**
Galgo Max - Sistema	–	426	615	**1.041**
Galgo Max - Pesquisa & Desenvolvimento	–	251	464	**715**
Galgo CVM 175 - Sistema	–	–	4.597	**4.597**
Galgo CVM 175 - Pesquisa & Desenvolvimento	–	–	811	**811**
Total	2.212	5.567	9.002	16.781

(i) O Border PRO é uma plataforma de roteamento de ordens (compra e venda de ativos) que tem como diferencial a transparência e o acompanhamento de todo fluxo operacional pelos envolvidos. A ideia do projeto surgiu no trabalho efetuado pela Deloitte, como continuidade dos trabalhos GT Estratégico da Galgo S.A., onde ela realizou estudos a partir de pesquisas realizadas com o mercado, tendo como entrega final o Business Case do projeto. Este trabalho foi concluído em maio de 2019, e no mesmo ano, a Galgo S.A. contratou a GFT para efetuar um detalhamento do produto junto ao mercado. Foram realizadas duas seções, em São Paulo e no Rio de Janeiro, com a participação de instituições do mercado, que auxiliaram no desenho dos fluxos propostos para a plataforma. O Conselho de Administração aprovou o projeto no ano de 2021. O início do desenvolvimento do software ocorreu em maio de 2021, pelo fluxo FoF, que foi concluído em fevereiro de 2022. Em maio de 2022, teve início o desenvolvimento do fluxo de Movimentação PCO, que por estratégia de negócio foi divido em dois, criando o fluxo Come-Cota PCO como independente do mesmo. O fluxo de Movimentação PCO foi disponibilizado em outubro de 2022 e concluído em dezembro. O fluxo do Come-Cotas foi concluído em janeiro de 2023. O investimento acumulado em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é R$ 9.616 mil e R$ 7.735 mil respectivamente. (ii) O Galgo MAX foi lançado em 2023 para modernizar ainda mais o Sistema Galgo. Ele foi criado para simplificar processos para transferência de informações entre os agentes dos mercados financeiros e de capitais, como a eliminação da gestão de "compromissos". Esse sistema é direcionado, primeiramente, para instituições que ainda não usam o Sistema Galgo. Assim como o Sistema Galgo, ele é voltado às instituições que atuam ou se relacionam na prestação de serviços na indústria de fundos de investimentos: • Gestores; • Distribuidores. (iii) O Galgo CVM 175 trata-se de uma versão modernizada, aderente à nova resolução CVM 175, destinada aos fundos que passarão pelas alterações regulatórias. A outra versão inalterada para atender aos fundos que não sofrerão modificações. Essa abordagem permite uma adaptação específica de cada versão às necessidades dos respectivos fundos. Considerando que os sistemas estão em fase de desenvolvimento, a Administração avaliou e não identificou redução ao valor recuperável *'impairment"* com relação ao valor de investimento até 31 de dezembro de 2023. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2023, não foram identificados *impairment* no valor do Ativo intangível. Dessa forma, nenhuma provisão foi realizada.

12. Fornecedores:	2023	2022
Fornecedores (*)	1.702	1.669
	1.702	1.669

(*) Nessa conta são classificadas as obrigações gerais que a companhia possui no decorrer de suas operações, os saldos referem-se basicamente a despesas com auditoria, contabilidade, assessoria jurídica, provedora de serviços para integração do mercado financeiro e prestadora de serviços para manutenção do sistema Galgo.

13. Obrigações trabalhistas	2023	2022
Provisão de férias	432	415
Provisão de INSS s/férias	116	111
INSS a recolher	102	97
IRRF sobre salário	113	102
FGTS a recolher	40	36
Provisão de FGTS s/Férias	34	33
	837	794

14. Obrigações tributárias:	2023	2022
PIS/COFINS/CSLL retido a recolher	155	90
ISS Retido a recolher	–	–
Provisão para imposto de renda	158	24
COFINS a recolher	47	1
IRRF a recolher	24	18
Provisão para CSLL	61	8
PIS a recolher	10	–
ISS a recolher	144	138
(–) Provisão de impostos sobre cancelamento	(11)	(11)
	588	268

15. Patrimônio líquido Capital Social: Capital social é de R$ 26.283 (Vinte e seis milhões e duzentos e oitenta e três mil reais), totalmente integralizado em moeda corrente nacional e em bens, dividido em 26.283.000 (vinte e seis milhões e duzentos e oitenta e três mil) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídos da seguinte forma: Integralização em dinheiro:

Acionista	2023
Anbima - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais	280
Banco BNP Paribas Brasil S.A.	280
Bradesco Holding de Investimentos S.A.	280
Banco Btg Pactual S.A.	280
Banco Citibank S.A.	280
Banco Santander (Brasil) S.A.	280
BB Banco de Investimento S.A.	280
B3 - Brasil, Bolsa, Balcão	280
BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A.	280
Caixa Econômica Federal	280
Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão	280
HSBC Bank	280
Itaú Unibanco S.A.	560
BV DTVM S.A.	280
Integralização através do software:	4.200

Acionista	2023
Itaú Unibanco S.A.	2.944
Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA	1.472
Banco BNP Paribas Brasil S.A.	1.472
Bradesco Holding de Investimentos S.A.	1.472
Banco BTG Pactual S.A.	1.472
Banco Citibank S.A.	1.472
Banco Santander (Brasil) S.A.	1.472
BB Banco de Investimento S.A.	1.472
B3 - Brasil, Bolsa, Balcão	1.472
BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A.	1.472
Caixa Econômica Federal	1.472
Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão	1.473
HSBC Bank	1.473
BV DTVM S.A.	1.473
	22.083

O valor referente ao software foi incorporado ao capital social. O ativo foi avaliado através do método de fluxo de caixa descontado. Com as demonstrações contábeis e financeiras do exercício, a Administração apresentará à Assembleia Geral Ordinária a proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício, calculado após a dedução das participações referidas no Artigo 189 da Lei da Sociedades por Ações, observado o disposto no Parágrafo 1° deste Artigo, observada seguinte ordem de dedução: (i) 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, até que esta atinja 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal, acrescido do montante da reserva de capital, exceda a 30% (trinta por cento) do capital social, não é obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal; (ii) a parcela necessária ao pagamento de um dividendo obrigatório não pode ser inferior, em cada exercício, a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual, na forma prevista pelo Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações; e (iii) a totalidade do lucro líquido remanescente, ressalvado o disposto no Parágrafo 3º deste Artigo, será alocada para a constituição de reserva estatutária que poderá ser utilizada para investimentos e para compor fundos e mecanismos necessários para o adequado desenvolvimento das atividades da Companhia.

16. Receita operacional líquida	2023	2022
Receita de serviços prestados	33.698	30.713
ISS, PIS e COFINS sobre receita	(4.802)	(4.376)
	28.896	26.337

A receita de serviços prestados é apropriada mensalmente conforme a execução dos serviços, os quais as notas fiscais são emitidas e contabilizadas dentro do próprio mês conforme a competência das receitas.

17. Custo dos serviços prestados	2023	2022
Serviços de informática	(10.098)	(9.818)
	(10.098)	(9.818)

Os custos dos serviços prestados foram apropriados mensalmente conforme o regime de competência, o faturamento ocorre mensalmente conforme a execução do serviço, não gerando estoque de serviço em andamento, sendo assim, todo o custo foi considerado como incorrido dentro do próprio exercício.

18. Despesas operacionais:	2023	2022
Salários e ordenados	(4.440)	(4.076)
Encargos sociais	(1.390)	(1.140)
Benefícios	(1.442)	(1.065)
Provisões de férias	(126)	(160)
INSS e FGTS sobre férias	(2)	(27)
Total despesa com pessoal	**(7.400)**	**(6.468)**
Provisões para contingências	(837)	–
Outras Receitas e Despesas	5	–
Total Outras de receitas e despesas	**(832)**	**–**
Serviços profissionais PJ	(1.450)	(1.107)
Despesas com propaganda	(42)	(36)
Utilidades e serviços	(1.173)	(989)
Total despesas gerais e administrativas	**(2.665)**	**(2.132)**
Impostos e taxas diversas	(191)	(52)
Total despesas tributárias	**(191)**	**(52)**
Depreciação e amortização	(67)	(59)
Total despesa com depreciação e amortização	**(67)**	**(59)**
	(11.155)	(8.711)

19. Resultado financeiro líquido:	2023	2022
Receitas		
Rendimento de aplicação	2.149	2.073
Juros e descontos obtidos	9	3
Variação cambial ativa	1	16
PIS e COFINS sobre receitas financeiras*	–	(97)
	2.159	1.995
Despesas		
Juros e descontos obtidos	(11)	–
Despesas bancárias	(7)	(5)
	(18)	(5)
	2.141	1.990

*Com o objetivo de melhorar a apresentação dos números, Pis e Cofins sobre receita financeira, para 2023 apresentamos juntamente com as demais despesas tributárias. **20 Provisões para contingências:** A companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia reconheceu em suas demonstrações contábeis uma provisão para contingência referente a um processo trabalhista com probabilidade de perda provável, no montante de R$ 3.266 mil. De acordo com a análise e acompanhamentos dos advogados, o valor provisionado se manteve e não sofreu alterações para o exercício de 2022. Em dezembro de 2023 a respectiva provisão passou para R$ 4.103 mil. **21. Imposto de renda e contribuição social: a) Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes:** A seguir está demonstrada a reconciliação do Imposto de Renda e da Contribuição Social para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

	2023	2022
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	9.784	9.798
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	**(3.327)**	**(3.331)**
Efeito sobre diferenças permanentes, líquidas	(24)	(94)
Ajuste de adicional	25	38
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	**(3.327)**	**(3.331)**
Efeito sobre diferenças permanentes, líquidas	(24)	(94)
Ajuste de adicional de IRPJ	25	38
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	**(3.326)**	**(3.387)**
Despesa de impostos de renda e contribuição social correntes	**(2.520)**	**(2.364)**
Despesa de impostos de renda e contribuição social diferidos	**(806)**	**(1.023)**

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

	Valor	Imposto de renda e contribuição social diferidos
Saldo em 31 de dezembro de 2020	–	–
Saldo acumulado prejuízo fiscal exercícios anteriores	8.869	3.015
Provisão para contingências trabalhistas	3.266	1.110
Provisão para cancelamento de notas fiscais	44	15
Provisão para PECLD	40	15
Compensação de prejuízos fiscal no exercício	(1.185)	(403)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**11.034**	**3.752**
Provisão para cancelamento de notas fiscais	22	7
Compensação de prejuízo fiscal no exercício	(3.028)	(1.030
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**8.028**	**2.729**
Provisão para contingências trabalhistas	837	284
Compensação de prejuízo fiscal no exercício	(3.206)	(1.090)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**5.659**	**1.924**

Os valores de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são provenientes de diferenças temporárias ocasionadas, principalmente, por provisões temporariamente indedutíveis e sobre o saldo de prejuízos fiscais e base negativa. O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e o respectivo valor contábil. **22. Partes relacionadas:** Existem transações que ocorreram no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, decorrentes de transações com partes relacionadas.

	Ativo/(Passivo) 2023	Ativo/(Passivo) 2022
Bradesco Holding de Investimentos S.A.	539	536
Itaú Unibanco S.A./Intrag	611	761
BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A.	261	308
Banco BTG Pactual S.A.	678	635
Banco Santander (Brasil) S.A.	181	238
Banco BNP Paribas Brasil S.A.	36	84
Caixa Econômica Federal	44	39
BV DTVM S.A.	24	16
Banco do Brasil S.A.	135	199
B3 - Brasil, Bolsa, Balcão	–	5
	2.509	2.821

	Receita (*) 2023	Receita (*) 2022
Bradesco Holding de Investimentos S.A.	6.791	6.571
Itaú Unibanco S.A./Intrag	5.220	4.621
BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A.	3.330	4.004
Banco BTG Pactual S.A.	4.106	3.545
Banco Santander (Brasil) S.A./ Santander Caceis	2.382	2.741
BB Banco de Investimento S.A.	1.114	828
Caixa Econômica Federal	484	479
Banco BNP Paribas Brasil	459	512
BV DTVM S.A.	185	203
B3 - Brasil, Bolsa, Balcão	55	52
	24.126	23.556

Refere-se a "Receita de Serviços Prestados" e compõe o saldo divulgado na nota explicativa nº 16. Todos os saldos em aberto com estas partes relacionadas são precificados com base em condições de mercado e devem ser liquidados dentro de dois meses da data do balanço. Nenhum dos saldos possui garantias. Nenhuma despesa foi reconhecida no ano ou no ano anterior para dívidas incobráveis ou de recuperação duvidosa em relação aos valores devidos por partes relacionadas. **23 Lucro básico por ação:** O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

	2023	2022
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	6.458	6.411
Média ponderada das ações	26.283	26.283
	0,25	0,24

24. Eventos Subsequentes: Não houve eventos subsequentes que pudessem ocasionar ajustes ou divulgação para as demonstrações encerradas em 31 de dezembro de 2023.

Aloisio José Torres Corrêa
Diretor Superintendente - CPF 717.930.467-00
Kátia Aparecida de Souza Abate
Contador - CRC 1SP 172.089/O-8

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da **Galgo Sistemas de Informação S.A. -** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Galgo Sistemas de Informação S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Galgo Sistemas de Informação S.A.** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas" e com a *International Financial Reporting Standards (IFRS) for Small and Medium-sized Entities (SMEs) emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB).* **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas" e com a *International Financial Reporting Standards (IFRS) for Small and Medium-sized Entities (SMEs) emitida pelo International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2024.

RSM ACAL AUDITORES INDEPENDENTES S/S - CRC - RJ - 4080/O-9
Josias Pereira Cardoso - Contador - CRC-RJ - 115.515/O-1

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03. Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 45B5-643A-8486-7299.

SENTENÇA

Enel é condenada a indenizar clientes por apagão de novembro em São Paulo

A Justiça de São Paulo condenou a Enel a indenizar clientes que ficaram longos períodos sem energia durante o apagão após as fortes chuvas na região metropolitana de São Paulo, em 3 de novembro de 2023. Em três casos diferentes, a empresa alegou que a interrupção foi provocada pelas chuvas, mas os juízes decidiram que cabe danos morais de R$ 5 mil pela demora em restabelecer o serviço.

Na primeira decisão, da juíza Patricia de Assis Ferreira Braguini, do Juizado Especial Cível e Criminal do Foro de Itapecerica da Serra, três pessoas da mesma família ficaram sete dias sem energia (entre 3 e 10 de novembro). A interrupção no serviço provocou prejuízos também no fornecimento de água, por paralisação da bomba que garante o suprimento, que é movida a energia. A juíza condenou a Enel a pagar R$ 10 mil por danos morais.

Na sentença, considerou que "a ocorrência de chuvas e vendavais são eventos previsíveis" e "evitáveis", de maneira que a empresa deveria "ter apresentado solução mais rápida". A juíza cita a resolução da Aneel que fixa em 24 horas o tempo para restabelecimento do serviço.

No segundo caso, uma mulher ficou mais de 120 horas (cinco dias) sem energia após o apagão de novembro. A juíza Leila Andrade Curto, do Juizado Especial Cível do Foro de Vargem Grande Paulista, condenou a Enel a indenizar em R$ 5 mil por danos morais.

Na terceira decisão, uma cliente também mulher ficou quase uma semana sem fornecimento de energia. A condenação do juiz Gustavo Sauaia Romero Fernandes, do Juizado Especial Cível e Criminal do Foro de Embu das Artes, determina o pagamento de R$ 5 mil de danos morais, mais R$ 350 por danos materiais pela Enel à cliente prejudicada. Ao decidir, o juiz considerou inédita a tempestade de novembro, nunca vista desde que vive na Grande São Paulo ("pouco mais de dez anos"), mas também julgou "inaceitável e não justificado" o tempo para o restabelecimento de energia. Segundo ele, é "pública e notória a lentidão da ré Enel para retomada após situações climáticas bem mais brandas".

As ações foram movidas pelo advogado Daniel Garroux, especializado em direito do consumidor. Ele destaca que os juízes têm exigido provas na hora de avaliar os danos materiais sofridos em decorrência da falta de energia, mas que os danos morais são presumidos, conforme julgou a Justiça paulista.

"De fato, conforme prevê a Resolução nº 1.000/21, da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), em seu art. 362, inciso IV, o prazo é de 24 horas para restabelecimento do serviço na zona urbana. A Enel demorou muito mais que esse prazo, extrapolando o limite do razoável. A ação de indenização é um instrumento importante que as pessoas têm para pressionar a empresa a mudar o comportamento. Porque o que temos visto é um grande desrespeito aos consumidores, afetando a vida das pessoas, prejudicando suas atividades de trabalho e interferindo muito no cotidiano daqueles que dependem do serviço básico de energia", afirma Daniel Garroux.

Rovena Rosa - Agência Brasil

Equipe da Enel trabalha em manutenção na Região Metropolitana de São Paulo

Além dessas ações, a Enel já foi multada pela Aneel em R$ 165,8 milhões pelo apagão de novembro de 2023. Mas a empresa ainda não pagou o valor.

Moradores do centro da cidade de São Paulo continuam sofrendo com a falta de energia que voltou a atingir a região na quinta-feira, 21. Conforme a Enel Distribuição São Paulo informou na manhã de sexta-feira, 22, 98% dos clientes afetados da região da Rua 25 de Março e 40% dos afetados da região da Santa Cecília tiveram o serviço normalizado. Já os moradores do Rua Paim voltaram a ter o reabastecimento da energia, conectados na rede ou por meio de geradores.

"A Enel lamenta os transtornos causados aos clientes que foram impactados nos últimos dias pelas ocorrências envolvendo a rede de distribuição subterrânea da companhia. Reitera que tem mobilizado todos os esforços e recursos para restaurar os parâmetros originais da rede afetada", disse a concessionária.

A empresa justifica que o trabalho na rede subterrânea é bastante complexo, envolvendo condições de temperatura e espaços confinados para acesso. "Equipes da companhia seguem trabalhando nos reparos da rede para normalizar integralmente o serviço. A companhia também tem mobilizado geradores para abastecer os clientes impactados enquanto atua nos reparos na rede elétrica", afirmou a Enel, sem dar previsão de restabelecimento definitivo do serviço.

Nas redes sociais, internautas relataram transtornos enfrentados pelo novo apagão registrado na quinta-feira.

Na manhã da segunda-feira, 18, os bairros de Higienópolis, Bela Vista, Cerqueira César, Santa Cecília e Vila Buarque, no centro de São Paulo, foram afetados por um apagão da rede elétrica. Para alguns usuários, o problema com a energia durou mais de 45h. Em decorrência da falta de energia, moradores também chegaram a ficar sem abastecimento de água.

A responsável pela distribuição, Enel, informou que uma escavação realizada pela Sabesp, Companhia de Saneamento Básico do Estado, atingiu acidentalmente cabos da rede subterrânea da distribuidora o que teria causado interrupção no fornecimento de energia em parte da região central.

A informação foi contestada pela Sabesp, que alegou não ter identificado danos na rede elétrica a partir de avaliações preliminares nos trabalhos realizados no local.

Na terça-feira, 19, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, cobrou a Enel sobre a capacidade de atuar nas concessões de distribuição de energia no Brasil. O comunicado veio após o apagão na segunda-feira, que impactou cerca de 35 mil moradores, afetando hospitais, comércio e outras atividades

Na manhã de quinta-feira, o prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), voltou a cobrar a Enel. "A Prefeitura de São Paulo irá representar novamente contra a Enel junto ao governo federal, através da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e do Tribunal de Contas da União (TCU), publicou ele nas redes sociais.

O prefeito vai propor que os municípios possam dar aval para as concessões federais que prestam serviços nas cidades. A decisão foi tomada após mais um apagão ser registrado na capital paulista.

Dengo Chocolates S.A.

CNPJ nº CNPJ nº 23.244.006/0001-00

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 (Valores expressos em milhares de Reais)

Balanços Patrimoniais

		Controladora		Consolidado	
Ativo	**Notas**	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.644	4.467	7.262	21.454
Contas a receber	5	25.047	20.103	25.047	20.103
Estoques	6	23.017	17.230	23.638	17.264
Tributos a recuperar	7	958	842	1.289	1.221
Créditos diversos	–	1.252	1.828	1.561	1.904
Total do ativo circulante		**51.918**	**44.470**	**58.797**	**61.946**
Ativo não circulante					
Impostos a recuperar	7	230	135	230	135
Títulos e valores mobiliários	–	76	189	326	189
		306	**324**	**556**	**324**
Investimentos	8	8.708	14.860	–	–
Imobilizado	9	59.177	54.287	62.721	54.402
Intangível	10	10.557	10.285	10.751	11.262
		78.442	**79.432**	**73.472**	**65.664**
Total do ativo não circulante		**78.748**	**79.756**	**74.028**	**65.988**
Total do ativo		**130.666**	**124.226**	**132.825**	**127.934**

		Controladora		Consolidado	
Passivo e Patrimônio Líquido	**Notas**	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Passivo circulante					
Empréstimos e financiamentos	11	11.417	4.966	11.417	4.966
Cessão de fornecedores "risco sacado"	11.4	5.016	5.588	5.016	5.667
Debêntures	12	9.899	10.769	9.899	10.769
Fornecedores	13	14.404	13.910	15.120	14.695
Obrigações trabalhistas e tributárias	14	13.209	12.975	13.588	12.977
Adiantamento de clientes	–	623	907	623	907
Outras contas a pagar	15	2.114	2.458	2.146	3.537
Total do passivo circulante		**56.682**	**51.573**	**57.809**	**53.518**
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	11	28.387	21.753	28.387	21.753
Debêntures	12	–	9.054	–	9.054
Provisão para demanda judicial	16	64	115	64	115
Total do passivo não circulante		**28.451**	**30.922**	**28.451**	**30.922**
Patrimônio líquido					
Capital social	17.1	236.429	204.848	236.429	204.848
Adiantamento para futuro aumento de capital	17.2	12.800	–	12.800	–
Reserva de Capital	–	50.450	50.450	50.450	50.450
Ações em tesouraria	–	–	(52)	–	(52)
Prejuízos acumulados	–	(254.146)	(213.515)	(254.146)	(213.516)
Ajuste de conversão	17.4				
		45.533	**41.731**	**45.533**	**41.730**
Participação de não controladores	17.5	–	–	1.032	1.764
Total do patrimônio líquido		**45.533**	**41.731**	**46.565**	**43.494**
Total do passivo e patrimônio líquido		**130.666**	**124.226**	**132.825**	**127.934**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Notas	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ações em tesouraria	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Patrimônio Líquido do controlador	Participação dos não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		167.449	–	(113)	34.726	(159.107)	42.955	–	42.955
Aumento de capital	17.1	37.347	–	–	15.724	–	53.071	–	53.071
Plano de opções de ações restritas - emissão de ações	17.3	52	–	61	–	–	113	–	113
Ajuste acumulado de conversão	8.2/17.4	–	–	–	–	685	685	–	685
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	–	(55.094)	(55.094)	(352)	(55.446)
Outras movimentações	–	–	–	–	–	–	–	2.116	2.116
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**204.848**	**–**	**(52)**	**50.450**	**(213.516)**	**41.730**	**1.764**	**43.494**
Aumento de capital	17.1	31.581	–	52	–	–	31.633	–	31.633
Adiantamento para futuro aumento de capital	17.2		12.800	–	–	–	12.800	–	12.800
Ajuste acumulado de conversão	8.2/17.4	–	–	–	–	(579)	(579)	–	(579)
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	–	(40.051)	(40.051)	(663)	(40.714)
Outras movimentações	–	–	–	–	–	–	–	(69)	(69)
		–	–	–	–	–	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**236.429**	**12.800**	**–**	**50.450**	**(254.146)**	**45.533**	**1.032**	**46.565**

Demonstrações do Resultado

		Controladora		Consolidado	
	Notas	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Receita operacional líquida	18	141.964	109.885	143.577	109.885
Custo dos produtos vendidos	19	(44.211)	(36.291)	(45.768)	(36.581)
Lucro bruto		**97.753**	**73.594**	**97.809**	**73.304**
Receitas/(despesas) operacionais:					
Administrativas, comerciais e gerais	20	(118.950)	(113.910)	(125.261)	(116.925)
		(118.950)	**(113.910)**	**(125.261)**	**(116.925)**
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		**(21.197)**	**(40.316)**	**(27.452)**	**(43.621)**
Despesas financeiras	21	(14.085)	(12.731)	(14.086)	(12.742)
Receitas financeiras	21	824	917	824	917
		(13.261)	**(11.814)**	**(13.262)**	**(11.825)**
Prejuízo operacional antes das participações societárias		**(34.458)**	**(52.130)**	**(40.714)**	**(55.446)**
Resultado de equivalência patrimonial	8	(5.593)	(2.964)	–	–
Lucro/(prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		**(40.051)**	**(55.094)**	**(40.714)**	**(55.446)**
Imposto de renda e contribuição social - corrente	22	–	–	–	–
Resultado de minoritários	17	–	–	663	352
Prejuízo do exercício		**(40.051)**	**(55.094)**	**(40.051)**	**(55.094)**

Demonstrações do Resultado Abrangente

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Lucro/prejuízo líquido do exercício	(40.051)	(55.094)	(40.714)	(55.446)
(+) Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Resultado abrangente do exercício	**(40.051)**	**(55.094)**	**(40.714)**	**(55.446)**
Resultado abrangente atribuído aos acionistas não controladores	–	–	663	352
Resultado abrangente atribuído aos acionistas controladores	**(40.051)**	**(55.094)**	**(40.051)**	**(55.094)**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do exercício	**(40.051)**	**(55.094)**	**(40.714)**	**(55.446)**
Despesas/(receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa				
Depreciação e amortização	11.807	10.223	12.096	10.223
Despesas com juros	8.247	3.448	8.247	3.448
Resultado de equivalência patrimonial	5.593	2.964	–	–
Provisão para contingências	(51)	8	(51)	8
Baixa intangível			977	
Ajuste de conversão	–	–	(579)	685
Outras movimentações	–	–	(69)	–
Aumento/redução de ativos				
Contas a receber	(4.944)	(2.859)	(4.944)	(2.859)
Estoques	(5.787)	(917)	(6.374)	(951)
Tributos a recuperar	(211)	(160)	(163)	(538)
Créditos diversos	575	(991)	343	(1.067)
Aumento/redução de passivos				
Fornecedores	(78)	(54)	(226)	1.890
Obrigações trabalhistas e tributárias	234	1.635	611	1.635
Contas a pagar	(344)	1.804	(1.391)	1.028
Adiantamento de clientes	(284)	–	(284)	775
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	**(25.294)**	**(39.993)**	**(32.521)**	**(41.169)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado e intangível	(16.969)	(13.128)	(20.881)	(14.220)
Integralização de capital em controladas	(20)	(16.317)	–	–
Aumento de capital - integralização	31.633	53.184	31.633	53.184
Adiantamento para futuro aumento de capital	12.800		12.800	
Aumento de capital - minoritários	–	–	–	2.116
Fluxo de caixa líquido nas atividades de investimento	**27.444**	**23.739**	**23.552**	**41.080**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captação (liquidação) de empréstimos e financiamentos	4.838	26.961	4.838	26.961
Captação (liquidação) de debêntures	(9.924)	(9.734)	(9.924)	(9.734)
Aplicação financeira	113	81	(137)	81
Fluxo de caixa líquido originado das/ (aplicado nas) atividades de financiamento	**(4.973)**	**17.308**	**(5.223)**	**17.308**
Aumento/ (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(2.823)**	**1.054**	**(14.192)**	**17.219**
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	4.467	3.413	21.454	4.235
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	1.644	4.467	7.262	21.454
Aumento/ (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(2.823)**	**1.054**	**(14.192)**	**17.219**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Informações sobre a Companhia e contexto operacional: 1.1. Informações sobre a controladora: A **Dengo Chocolates S.A. ("Companhia" ou "Controladora")** fundada em 2015, com sede na Rua Vigário Taques Bittencourt, nº 171, Santo Amaro, São Paulo, SP, com início em suas atividades em junho de 2017. A Companhia tem como atividade a compra, industrialização e comercialização, no atacado e no varejo, de derivados de cacau e café. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia contava com 39 lojas próprias e 03 canais para vendas online: whatsapp, ecommerce, delivery (ifood). **1.2. Empresas controladas:** Em 31 de dezembro de 2023, além de desempenhar suas operações, a Companhia possuía participações nas seguintes controladas (Grupo Dengo): **Dengo Comércio de Chocolate Ltda.:** O controle integral desta Empresa foi adquirido em janeiro de 2019, que tem como atividade preponderante o desenvolvimento de atividades relacionadas ao comércio varejista de doces, balas, bombons e bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas, como cafeterias. **Dengo Europe:** O controle foi adquirido em agosto de 2021, que tem como atividade preponderante a comercialização dos produtos da marca Dengo no território europeu através de lojas próprias e e-commerce. **1.3. Posicionamento e ações:** Apesar dos indicadores financeiros da Companhia não apresentarem um bom desempenho em 31 de dezembro de 2023, faz-se necessário observar a curva ascendente dos resultados da companhia nos últimos anos e outras informações relevantes para uma adequada interpretação da realidade operacional da Companhia, conforme a seguir: **(a)** A Companhia, segue com o objetivo de consolidar-se e impulsionar a marca no mercado, mantendo os investimentos em marketing, abertura de novas lojas próprias, e aumento da capacidade fabril; **(b)** De 2019 a 2021 a Companhia trabalhou em diversas frentes para garantir aumento da Margem Bruta e a partir de 2022 atingiu-se o target do negócio; **(c)** O Conselho de Administração da companhia aprovou em 2023 uma nova onda de capacitação fabril que deve acontecer entre 2024 e 2026 para suportar os projetos de expansão comercial no Brasil e exterior até 2032; **(d)** Desde o primeiro semestre de 2022 a empresa vem investindo em projetos para ganhos de produtividade e eficiência, com foco em "supply chain" e operação de lojas; **(e)** De forma a sustentar as estratégias da Companhia e de suas controladas seus principais acionistas aportaram, aproximadamente, R$ 89 milhões durante o exercício de 2021, R$ 53 milhões em 2022 e R$ 44 milhões em 2023; **(f)** Em 2024 a Companhia continuará investindo em projetos de inovação e tecnologia com foco em eficiência operacional, e redução das despesas administrativas. O resumo das ações citadas anteriormente reflete uma perspectiva real de crescimento da Companhia para os próximos anos e a confiança de seus investidores na operação.

Diretoria
Tulio Capeline Landin - CPF 286.656.548-79 - Co-CEO

Contadora
Neusa Fonseca Leite - CPF 153.556.348-69 - CRC 1SP 255.930/O-9

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31/12/2023, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: https://www.diariocomercial.com.br/publicidade-legal

Lifetime Assessores de Investimentos Ltda.

CNPJ nº 14.920.784/0001-80

Edital de Convocação – Reunião de Sócios

Ficam convocados os Srs. Sócios da Sociedade, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 510, 10º andar, cj 101, São Paulo-SP, para comparecerem à Reunião de Sócios a ser realizada, em 1ª convocação, no dia 01/04/2024, às 10h00, via vídeo conferência (*Microsoft Teams*), cujos dados para conexão poderão ser obtidos junto ao e-mail juridico@lftm.com.br um dia antes da realização da Reunião de Sócios, com a finalidade única de deliberar acerca da exclusão do sócio Patrick Wojcicki Abrantes, do quadro de sócios da Sociedade, com fundamento na Cláusula 14, § 1º, alíneas 'i' e 'ii', e § 2º do Contrato Social da Sociedade, sendo resguardado ao Sr. Patrick o pleno direito de comparecer e, querendo, apresentar sua defesa. São Paulo/SP, 22/03/2024. *Marcello Giuntini Popoff* e *Pedro Paulo dos Santos Chaves*, *Administradores*. (22, 25 e 26/03/2024)

Hercules S/A Fábrica de Talheres

Companhia Aberta

CNPJ nº 92.749.225/0001-63 - NIRE 35.3.003.419.53

Aviso aos Acionistas

Os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, encontram-se à disposição dos Acionistas na sede social da Companhia, na Rua do Paraíso, 148/14º andar, conj. 141 - São Paulo/SP, em nosso site www.hercules.ind.br, e arquivados junto a CVM www.cvm.gov.br e B3 www.b3.com.br.

São Paulo, 23 de março de 2024

Marcelo Fagondes de Freitas - Diretor de Relações com Investidores

Nicosander Participações Ltda.

CNPJ/MF nº 51.383.363/0001-94 - NIRE 35.26174079-1

Extrato do Instrumento de Dissolução, Liquidação e Extinção datado de 30/10/2023

Aos 30/10/2023, na sede social, o sócio único da Sociedade, Sr. Henning Tornfeldt, declarou não ter mais interesse na atividade social da Sociedade e nomeou para o cargo de liquidante a Sra. Beatriz de Almeida Prado Nistal, cujos atos de gestão ficam limitados aos negócios inadiáveis da Sociedade. Ato subsequente, a liquidante, tendo observado escorreitamente todos os procedimentos previstos nos artigos 1.103, 1.106 e 1.108 do Código Civil Brasileiro, procedeu à arrecadação dos bens, livros e documentos da Sociedade, bem como elaborou o inventário e o balanço patrimonial geral do ativo e do passivo, os quais resultaram nulos, considerando que a Sociedade nunca desenvolveu atividade econômica e, por consequência, não é parte em qualquer tipo de relação obrigacional. Por fim, a Sociedade foi declarada por seu sócio único definitivamente dissolvida, liquidada e extinta nos termos da legislação aplicável. Nada mais. São Paulo, 30/10/2023. **JUCESP** nº 424.870/23-0 em 01/11/2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Agrícola Permatex S/A

C.N.P.J. 15.617.070/0001-60

Demonstrações Financeiras Relativas ao Período Findo em 31 de Dezembro de 2023

AVISO

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: https://www.diariocomercial.com.br/publicidade-legal

Balanços Patrimoniais

Ativo	2022	2023
Circulante	**586.782,12**	**202.883,97**
Disponibilidades	**507.497,51**	**116.711,02**
Bancos c/Movimento	1.220,65	88,91
Aplicações Financeiras	506.276,86	116.622,11
Créditos	**79.284,61**	**86.172,95**
Contas a Receber	76.435,85	79.706,41
Impostos a Compensar	2.848,76	6.466,54
Não Circulante	**8.155.000,00**	**8.155.000,00**
Permanente	**8.155.000,00**	**8.155.000,00**
Imobilizado	**8.155.000,00**	**8.155.000,00**
Imóveis	8.155.000,00	8.155.000,00
Total do Ativo	**8.741.782,12**	**8.357.883,97**

Passivo	2022	2023
Circulante	**18.442,02**	**19.328,77**
Débitos de Funcionamento	**18.442,02**	**19.328,77**
Fornecedores	75,76	–
Contribuições Sociais a Recolher	3.220,33	3.352,20
Provisão p/Imposto de Renda	6.388,75	6.769,13
Contribuição Social - IRPJ	8.733,55	9.182,49
Impostos e Taxas a Recolher	23,63	24,95
Não Circulante	**8.723.340,10**	**8.338.555,20**
Patrimônio Líquido	**8.723.340,10**	**8.338.555,20**
Capital Social	**7.800.000,00**	**7.800.000,00**
Capital Integralizado	7.800.000,00	7.800.000,00
Reserva de Lucros	**923.340,10**	**538.555,20**
Lucros Acumulados	(1.010.124,96)	(426.659,90)
Lucro do Período	1.933.465,06	965.215,10
Total do Passivo	**8.741.782,12**	**8.357.883,97**

Demonstração do Resultado dos Exercícios

	2022	2023
Receita Bruta Operacional	**2.125.176,43**	**1.061.420,20**
Arrendamento	63.873,36	123.966,72
Atividade Rural	2.058.723,07	934.573,48
Aluguel Imóveis	2.580,00	2.880,00
(–) **Deduções de Vendas**	**77.569,01**	**38.741,97**
PIS s/Receitas	13.813,70	6.899,34
COFINS s/Receitas	63.755,31	31.842,63
(=) **Receita Operacional Líquida**	**2.047.607,42**	**1.022.678,23**
(=) Lucro Bruto	**2.047.607,42**	**1.022.678,23**
(+/–) **Despesas Operacionais**	**(479,32)**	**(2.854,66)**
Despesas Administrativas	63.835,47	44.034,57
Despesas Tributarias	4.871,44	3.621,91
Despesas Financeiras	1.253,82	816,99
(+) Receitas Financeiras	(70.440,05)	(51.328,13)
(=) **Lucro/Prejuízo Operacional**	**2.048.086,74**	**1.025.532,89**
(=) **Lucro/Prejuízo Líquido antes Imposto Renda**	**2.048.086,74**	**1.025.532,89**
(–) Provisão p/Imposto de Renda	47.069,80	25.081,88
(–) Contribuição Social	67.551,88	35.235,91
(=) **Lucro/Prejuízo Líquido**	**1.933.465,06**	**965.215,10**
Lucro por Ação	**0,248**	**0,124**

Diretoria
Luiz Fernando Marchi Junior **Marcos Evangelista da Roz**
Gilberto Putini Martim

Contador
Marcio Roberto Sega
1SP 214833/O-P

Demonstração das Mutações

Discriminação	Capital Social	Reservas de Lucros Lucro Acumulado	Patrimônio Líquido
Saldo Final de Dez/22	**7.800.000,00**	**923.340,10**	**8.723.340,10**
Lucro do Período	–	965.215,10	965.215,10
Distribuição de Lucros	–	(1.350 000,00)	(1.350.00.00)
Saldo Final de Dez/23	**7.800.000,00**	**538.555,20**	8.338.555,20

Demonstração dos Fluxos de Caixa	2022	2023
Recebimento de Clientes	2.081.896,61	1.066.146,24
Pagamento de Fornecedores	(60.370,25)	(42.827,48)
Distribuição de Lucros	(1.800.000,00)	(1.350.000,00)
Pagamento de Impostos	(145.088,78)	(111.811,47)
Rendimentos Financeiros	66.350,67	51.328,13
Pagamento de Despesas Financeiras	(1.253,82)	(3.621,91)
(=) Caixa Liquido Resultante das Atividades Operacionais	**141.534,43**	**(390.786,49)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
(=) Caixa Líquido Resultante das Atividades de Investimento	**–**	**–**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
(=) Caixa Líquido Resultante das Atividades de Financiamento	**–**	**–**
(=) Aumento/Diminuição de Caixa e Equivalentes a Caixa	**141.534,43**	**(390.786,49)**
Demonstração do Aumento/Redução nas Disponibilidades		
No Início do Período	365.963,08	507.497,51
No Fim do Período	507.497,51	116.711,02
Aumento/Redução nas Disponibilidades	**141.534,43**	**(390.786,49)**

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.0
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4
67/0001-03.
5B5-643A-8486-7299.

Agro Pecuária Pantanal S/A

CNPJ (MF) 52.743.184/0001-83

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de dezembro (Reais mil)

Relatório da Diretoria: Prezados Senhores: Em cumprimento aos dispositivos legais e estatutários, submetemos à apreciação de V.Sas, o Balanço Patrimonial e demais demonstrações financeiras, relativos ao exercício encerrado em 31/12/2023 prontificando-nos a prestar os esclarecimentos necessários. Mogi Guaçu, 31 de dezembro de 2023

Balanços Patrimoniais	2023	2022
Ativo/Circulante	**677**	**949**
Caixa e Bancos	–	3
Aplicações Financeiras	669	934
Contas a Receber de Clientes	1	1
Demais Contas a Receber	7	6
Adiantamentos à empregados	–	5
Permanente	**665**	**671**
Investimentos	234	234
Imobilizado	431	437
Total do Ativo	**1.342**	**1.620**
Passivo/Circulante	**370**	**248**
Fornecedores	12	36
Obrigações Sociais e Tributárias	22	19
Adiantamento de Clientes	324	180
Demais Contas a Pagar	12	13
Patrimônio Líquido	**972**	**1.372**
Capital Social	8.882	8.882
Reserva de Capital	2.591	2.591
Reserva de Reavaliação	3	3
Prejuízos Acumulados	(10.504)	(10.104)
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	**1.342**	**1.620**

Demonstração do Resultado	2023	2022
Receitas Brutas de Vendas	**559**	**553**
Receita Operacional Líquida	**559**	**553**
Lucro Bruto	**559**	**553**
Receitas (Despesas) Operacionais	**(959)**	**(821)**
Gerais e Administrativas	(1.184)	(1.058)
Despesas Financeiras	(2)	(2)
Receitas Financeiras	70	106
Receitas Operacionais Líquidas	157	133
Lucro (Prejuízo) Operacional	**(400)**	**(268)**
Lucro (Prejuízo) antes IR/CSLL	**(400)**	**(268)**
Lucro (Prejuízo) após IR/CSLL	**(400)**	**(268)**
Quantidade de Ações	**52.335.405**	**52.335.405**
Lucro (Prejuízo) por ação - R$	**(0,008)**	**(0,005)**

Demonstração dos Lucros (Prejuízos) Acumulados	2023	2022
Saldo em 01/01	(10.104)	(9.836)
Lucro (Prejuízo) do Exercício	(400)	(268)
Saldo em 31/12	**(10.504)**	**(10.104)**

Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto		
Atividades Operacionais	**2023**	**2022**
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**(400)**	**(268)**
(Acréscimos) decréscimos nos Ativos operacionais		
Adiantamentos à Empregados	5	12
Tributos à recuperar	1	–
Outros créditos - caução	1	33
Acréscimos (decréscimos) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(24)	(12)
Contas à Pagar	144	116
Débitos Sociais e Tributários	(1)	1
Atividade Investimento		
Depreciação	6	6
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	**(268)**	**(112)**
Demonstração do Aumento (Redução) do Caixa e Equivalentes		
Caixa e Equivalente no Início do Exercício	937	1.049
Caixa e Equivalente no Final do Exercício	669	937
Aumento (Redução) no Caixa e Equivalentes	**(268)**	**(112)**

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2023

1 - Contexto Operacional: A Agro Pecuária Pantanal S/A. teve como atividade principal a exploração agropecuária em todas as suas modalidades, e participações em outras sociedades comerciais ou civis na qualidade de sócia quotista ou acionista. **2 - Principais Práticas Contábeis:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância das disposições contidas na Lei das Sociedades por ações, das quais destacamos: **a)** O resultado é apurado pelo regime de competência do exercício; **b)** As aplicações financeiras estão demonstradas pelo valor de aplicação, acrescidos dos rendimentos auferidos (em base "pro-rata temporis"); **c)** Os demais ativos e passivos são apresentados ao valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e variações monetárias auferidas; **d)** As participações em sociedades controladas são avaliadas pelo método de Equivalência Patrimonial, sendo que o investimento na controlada Cerâmica Chiarelli S/A, não foi utilizado para cálculo, em virtude de ter sido zerado no exercício de 2005, e não recuperado até 31/12/2023.

Diretoria

Caio Albino de Souza - Diretor Presidente

Sonia Regina Chiarelli Coloço - Diretora Superintendente

Claudomiro Francisco - Contador - CRC1SP122974/O-6

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Diretores, Administradores, Conselho de Administração da empresa **Agro Pecuária Pantanal S/A.** Examinamos as demonstrações contábeis da empresa **Agro Pecuária Pantanal S/A.** - CNPJ: 52.743.184/0001-83, com sede em Mogi-Guaçu - SP, levantados em 31 de dezembro de 2023, que compreendem o Balanço Patrimonial e as respectivas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e do Fluxo de Caixa para o exercício, assim como o resumo das principais práticas contábeis e Notas Explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estejam livres de distorções relevantes. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião do Auditor:** Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia **Agro Pecuária Pantanal S/A**, CNPJ: 52.743.184/0001-83 em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e seu fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com aquelas práticas contábeis adotadas no Brasil. **Ênfase:** Chamamos a atenção para as Notas Explicativas 2.d, referentes às demonstrações contábeis, que descreve que a Sociedade tem investimentos em coligada cuja avaliação por equivalência patrimonial está com valor zerado desde 2005. Dessa forma, as demonstrações contábeis devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. Destacamos em observância ao CPF 24, que as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram disponibilizadas para os exames de auditoria independente em 06 de março de 2024. Mogi Guaçu - SP, 21 de março de 2024. **Sicon Auditores Independentes -** CRC 2SP013054/O-0 - **Ricardo Louzas Fernandes -** Contador - CRC 1SP044049/O-8 - **Auditor Independente** CNAI/CFC/CVM 114 - **Genésio Bosso - Auditor Independente -** CRCSP- CT - 1SP178275/O-0.

TRACK & FIELD CO S.A.

CNPJ/ME n° 59.418.806/0001-47 - NIRE 35.300.550.960

Ata de Reunião da Diretoria

Data, Hora e Local: 24 de janeiro de 2024, às 10h00, na sede da Track & Field Co S.A. ("Companhia"), na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Cipriano Barata, n° 456, 3° andar, Ipiranga, CEP 04205-000. **Convocação e Presença**: Dispensada a convocação prévia em face da presença de todos os membros da Diretoria da Companhia. **Mesa:** Patricia Abibe - Presidente; Ana Cláudia Felix do Nascimento - Secretária. **Ordem do Dia:** deliberar sobre (a) abertura de duas novas filiais; (b) alteração de endereço das filiais; e (c) consolidação dos dados das filiais; **Deliberações:** após discussão e análise das matérias constantes da ordem do dia, foram aprovadas, por unanimidade e sem quaisquer restrições, as seguintes deliberações: (a) a abertura de duas novas filiais, a filial "54", localizada na Rua Professor João Brito, n° 37, Outlet SP, Vila Nova Conceição, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04535-080, e a filial "55", localizada na Rodovia BA-099 - Estrada do Coco, s/n°, Loja - 1073, Outlet Premium Salvador, Malícia (Abrantes), na Cidade de Camaçari, Estado da Bahia, CEP 42822-394, ambas com dedicação exclusiva às seguintes atividades: **(i)** comercialização de tecidos; **(ii)** comercialização de artigos de vestuário e seus complementos em geral; **(iii)** comercialização de produtos de perfumaria e higiene e artigos de toucador em geral; **(iv)** a comercialização de acessórios em geral, para a prática de atividades esportivas; **(v)** a comercialização de produtos eletroeletrônicos em geral; e **(vi)** a comercialização de bicicletas e seus respectivos acessórios; e **(vii)** a comercialização de produtos alimentícios voltados a práticas esportivas; (b) a alteração de endereço da filial "33", localizada na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, do logradouro atual para Rodovia BR 356, n° 7515, Lojas LUC n° 70 e 89, Shopping BH Outlet Plus, Belvedere, na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CEP 30320-765; e (c) em razão da deliberação acima, consolidar os dados relativos às filiais da Companhia: **01.** Avenida Giovanni Gronchi, n° 5819 LUC 4439/440/441 - Piso 2, Shopping Jardim Sul, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05724-900, registrada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35901241481, inscrita no CNPJ sob o n° 59.418.806/0002-28; **02.** Avenida Brigadeiro Faria Lima, n° 2.232 - LUC DD 256/24, no 1° Piso, Shopping Center Iguatemi, Jardim Paulistano, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01489-900, registrada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35901418306, inscrita no CNPJ sob o n° 59.418.806/0003-09; **03.** Avenida Roque Petroni Junior, n° 1.089, LUC 56/57-I, Piso Inferior, Morumbi Shopping, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04707-900, registrada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35901485101, inscrita no CNPJ sob o n° 59.418.806/0004-90; **04.** Rua Oscar Freire, n° 959/961, Jardim Paulista, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01426-001, registrada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35901601542, inscrita no CNPJ sob o n° 59.418.806/0006-51; **05.** Travessa Casalbuono, n° 120, SUC 701, Shopping Center Norte, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 02089-900, registrada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35901953449, inscrita no CNPJ sob o n° 59.418.806/0010-38; **06.** Rua Treze de Maio, n° 1.947, área comercial n° 327 e 328, Pavimento Piso Paulista, Shopping Center Paulista, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01327-900, registrada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35901991537, inscrita no CNPJ sob o n° 59.418.806/0011-19; **07.** Avenida Lauro Sodré, n° 445, Loja 401, parte D-09 JK, 4° pavimento, Rio Sul Shopping Center, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 22290-070, registrada perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o NIRE 339.0052415-1, inscrita no CNPJ sob o n° 59.418.806/0012-08; **08.** Avenida das Américas, n° 4.666, LUC L, Barra Shopping, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 22640-902, registrada perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o NIRE 339.0053969-8, inscrita no CNPJ sob o n° 59.418.806/0013-80; **09.** Avenida Higienópolis, n° 618, ARCO n° 314/315/316/317, Pavimento Higienópolis, Shopping Center Páteo Higienópolis, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01238-000, registrada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35902218068, inscrita no CNPJ sob o n° 59.418.806/0016-23; **10.** Rua Cristiano Viana, n° 80 - casa 03, Jardim Paulista, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05411-000, registrada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35902229817, inscrita no CNPJ sob o n° 59.418.806/0017-04; **11.** Avenida Olegário Maciel, n° 1.600 - LUC n° GD-04, Nível Gonçalves Dias, Diamond Mall, Bairro de Lourdes, Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CEP 30180-915, registrada perante a Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o NIRE 31.9.0130992-9, inscrita no CNPJ sob o n° 59.418.806/0018-95; **12.** Rodovia BR trezentos e cinquenta e seis, n° 3049, LUC n° NL 83/84/85/86, Bairro Belverde, BH Shopping, Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CEP 30320-900, registrada perante a Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o NIRE 31.9.0130993-7, inscrita no CNPJ sob o n° 59.418.806/0019-76; **13.** Avenida Coronel Fernando Ferreira Leite, n° 1.540, L.U.C. n° 51/51-A, Ribeirão Shopping, Município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, CEP 14026-900, registrada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35902338977, inscrita no CNPJ sob o n° 59.418.806/0020-00; **14.** Estrada da Gávea, n° 899, LUC 115, piso 1°, São Conrado Fashion Mall, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 22610-901, registrada perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o NIRE 339.0061358-8, inscrita no CNPJ sob o n° 59.418.806/0027-86; **15.** Avenida João Wallig, n° 1.800, Loja n° 108, 1° Pavimento, Shopping Center Iguatemi Porto Alegre, Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 91349-900, registrada perante a Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul sob o NIRE 43.9.0085981-0, inscrita no CNPJ sob o n° 59.418.806/0029-48; **16.** Avenida Iguatemi, n° 777, Salão de Uso Comercial (SUC) 001, 2° piso, Shopping Center Iguatemi Campinas, Município de Campinas, Estado de São Paulo, CEP 13092-902, registrada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35902431039, inscrita no CNPJ sob o n° 59.418.806/0030-81; **17.** Rua Cipriano Barata, n° 456, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04205-000, registrada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35902513507, inscrita no CNPJ sob o n° 59.418.806/0032-43; **18.** Avenida das Nações Unidas, n° 4.777, Lote A, Shopping Villa Lobos, Lojas 201/202, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Lapa, CEP 05477-970, registrada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35902675604, inscrita no CNPJ sob o n° 59.418.806/0037-58; **19.** Avenida Afrânio de Melo Franco, n° 290, Loja 309 C/D/E, Shopping Leblon, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 22430-060, registrada perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o NIRE 339.0088417-4, inscrita no CNPJ sob o n° 59.418.806/0042-15; **20.** Avenida Magalhães de Castro, n° 12.000, loja L 22 A.1, 1° piso, Shopping Cidade Jardim, Jardim Panorama, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05502-001, registrada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35903389516, inscrita no CNPJ sob o n° 59.418.806/0044-87; **21.** Avenida Diário de Notícias, n° 300, LUC 2011/2012, Nível Guaiba, Barra Shopping Sul, Bairro Cristal, Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 90810-080, registrada perante a Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul sob o NIRE 43.9.0131539-2, inscrita no CNPJ sob o n° 59.418.806/0045-68; **22.** Avenida do Contorno, n° 6.061, LUC 329, 330, 331, 2° piso, São Pedro, Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CEP 30110-929, registrada perante a Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o NIRE 31.9.0187845-1, inscrita no CNPJ sob o n° 59.418.806/0046-49; **23.** Praça São João, n° 427, Loja, Trancoso, Cidade de Porto Seguro, Estado da Bahia, CEP 45818-000, registrada perante a Junta Comercial do Estado da Bahia sob o NIRE 2990093765-8, inscrita no CNPJ sob o n° 59.418.806/0048-00; **24.** Estrada Municipal de Itupeva IVA 118, n° 9.999, Outlet Premium, Lojas 58 e 78, Rio Abaixo, Município de Itupeva, Estado de São Paulo, CEP 13295-000, registrada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35903601981, inscrita no CNPJ sob o n° 59.418.806/0047-20; **25.** Alameda Rio Negro, n° 111, Shopping Center Iguatemi Alphaville, loja n° 202 B, piso Xingu, Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, CEP 06454-000, registrada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35903710071, inscrita no CNPJ sob o n° 59.418.806/0050-25; **26.** Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, n° 2.041, Shopping Center JK Iguatemi, piso 1, loja n° 258/259-1, Vila Nova Conceição, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04543-011, registrada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35904122947, inscrita no CNPJ sob o n° 59.418.806/0056-10; **27.** Avenida das Américas, n° 7.777, Shopping Rio Design Barra, espaço comercial n° 108A, Barra da Tijuca, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 22793-081, registrada perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o NIRE 339.0114389-5, inscrita no CNPJ sob o n° 59.418.806/0055-30; **28.** Avenida Cardeal Eugenio Pacelli, n° 1336, Somarca Outlet, loja 206, Bairro Industrial, Cidade de Contagem, Estado de Minas Gerais, CEP 32210-002, registrada perante a Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o NIRE 31.9.0221411-5, inscrita no CNPJ sob o n° 59.418.806/0057-00; **29.** BR-116, Km 236, Rua Rincão, n° 505, Rincão, no Município de Novo Hamburgo, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 93310-460, registrada perante a Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul sob o NIRE 43.9.0168736-2, inscrita no CNPJ sob o n° 59.418.806/0059-63; **30.** Rua Rafael Dias Costa, n° 140/Rodovia Presidente Castelo Branco, Km 59 +701,11, Salão Comercial n° L26, Catarina Fashion Outlet Shopping, Dona Catarina, no Município de São Roque, Estado de São Paulo, CEP 18132-852, registrada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35904597376, inscrita no CNPJ sob o n° 59.418.806/0060-05; **31.** Avenida Centenário, n° 2992, lojas 343 - L3, Shopping Barra, Barra, na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, CEP 41140-400, registrada perante a Junta Comercial do Estado da Bahia sob o NIRE 2990114015-0, inscrita no CNPJ sob o n° 59.418.806/0061-88; **32.** Rua Marquês de São Vicente, n° 52, Loja 159A/159B, Shopping Gávea, Gávea, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 22451-901, registrada perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o NIRE 339.0131258-1, inscrita no CNPJ sob o n° 59.418.806/0063-40; **33.** Rodovia BR 356, n° 7515, Lojas LUC n° 70 e 89, Shopping BH Outlet Plus, Belvedere, Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CEP 30320-765, registrada perante a Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o NIRE 31.9.0238119-4, inscrita no CNPJ sob o n° 59.418.806/0062-69; **34.** Avenida Ibirapuera, n° 3.103, SUC n°s 83/84, Piso Ibirapuera, Shopping Ibirapuera, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04029-902, registrada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35905139207, inscrita no CNPJ sob o n° 59.418.806/0064-20; **35.** Avenida das Américas, n° 3.900, LUC 242, Pavimento L2, Shopping Center Villagemall, Barra da Tijuca, CEP 22640-102, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, registrada perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o NIRE 33901478943, inscrita no CNPJ sob o n° 59.418.806/0065-01; **36.** I Fashion Outlet Santa Catarina, Loja 222, Piso Térreo, situado na rodovia BR-101, km 165, no Bairro Sul do Rio, Cidade de Tijucas, Estado de Santa Catarina, CEP 88200-000, registrada perante a Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob o NIRE 42901225121, inscrita no CNPJ sob o n° 59.418.806/0066-92; **37.** Avenida Lineu de Paula Machado, n° 640, térreo, Jardim Everest, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05601-000, registrada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35905975633, inscrita no CNPJ sob o n° 59.418.806/0067-73; **38.** Estrada de São Bento, n° 9550, Loja 136, Outlet Premium Grande São Paulo, bairro Jardim Josely, na Cidade de Itaquaquecetuba, Estado de São Paulo, CEP 08590-315, registrada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35905975641, inscrita no CNPJ sob o n° 59.418.806/0068-54; **39.** Rodovia Presidente Dutra, km 222, piso térreo, Loja B-22, Shopping Só Marcas Outlet Guarulhos, bairro Porto da Igreja, na Cidade de Guarulhos, Estado de São Paulo, CEP 07034-000, registrada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35905975650, inscrita no CNPJ sob o n° 59.418.806/0069-35; **40.** Rodovia Helio Smidt, S/N, LUC2T03P009T3, aeroporto, Cidade de Guarulhos, Estado de São Paulo, CEP 07190-100, registrada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35906085941, inscrita no CNPJ sob o n° 59.418.806/0070-79; **41.** Avenida Albert Einstein, n° 627, Bloco B/D Interligação, 2° andar, referências 627-701, Jardim Leonor, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05652900, registrada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35906161168, inscrita no CNPJ sob o n° 59.418.806/0071-50; **42.** Av. Dr. Kenkiti Shimomoto, n° 1678, Parque Logístico Osasco, Novo Osasco, na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, CEP 06045-390, registrada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35906179342, inscrita no CNPJ sob o n° 59.418.806/0072-30; **43.** Rodovia BR-060, Km 22, Zona Rural, Loja 1075, Outlet Premium Brasília, Cidade de Alexânia, Estado de Goiás, CEP 72930-000, registrada perante a Junta Comercial do Estado de Goiás sob o NIRE 52901619313, inscrita no CNPJ sob o n° 59.418.806/0073-11; **44.** Rodovia BR-101, Km 43, n° 43.000, Galpão Industrial 09-B, Bairro Nova Brasília, CEP 89213-125, Cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, registrada perante a Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob NIRE 42902075963 e inscrita no CNPJ sob o n° 59.418.806/0074-00; **45.** Rua Cipriano Barata, 456 - Sala 1 - Setor TF Custom, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04205-000, registrada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob NIRE 35906436248 e inscrita no CNPJ sob o n° 59.418.806/0075-83; **46.** Shin CA 4 - Lago Norte, Shopping Center Iguatemi Brasília, Loja n° 169, piso térreo, Cidade de Brasília, Distrito Federal, CEP 71503-504, registrada perante a Junta Comercial do Distrito Federal sob NIRE 53920026056 e inscrita no CNPJ sob o n° 59.418.806/0076-64; **47.** SAI/SO área 6589, Guará, ParkShopping Brasília, Loja n° 164, piso térreo, Cidade de Brasília, Distrito Federal, CEP 71219-900, registrada perante a Junta Comercial do Distrito Federal sob NIRE 53920026234 e inscrita no CNPJ sob o n° 59.418.806/0077-45; **48.** Rua Martin Carrasco, n° 74, loja 32.0.03A/32.0.03B/32.1.03A/32.1.03B, Pinheiros, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05426-030, registrada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob NIRE 35906518465 e inscrita no CNPJ sob o n° 59.418.806/0078-26; **49.** Avenida Praia de Belas, n° 1181, Praia de Belas Shopping Center, Loja 2061/2030/2031, Piso 2, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 90110-001, registrada perante a Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul sob NIRE 43920057620 e inscrita no CNPJ sob o n° 59.418.806/0079-07; **50.** Avenida Paulista, n° 1230, Loja 201, térreo do Shopping Cidade de São Paulo, Bela Vista, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01310-901, registrada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob NIRE 35906599961 e inscrita no CNPJ sob o n° 59.418.806/0080-40; **51.** Estrada da Cama Patente, n° 2355, Alvarenga, Loja 139, Outlet Premium Imigrantes, na Cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, CEP 09842-100, registrada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob NIRE 35906718707 e inscrita no CNPJ sob o n° 59.418.806/0081-21; **52.** Avenida Rebouças, n° 3970, 2° Subsolo, Loja 2001, Academia Bodytech do Shopping Eldorado, Pinheiros, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05402-918, registrada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob NIRE 35906729318 e inscrita no CNPJ sob o n° 59.418.806/0082-02; **53.** Avenida Rebouças, n° 3970, 1° Piso, LUC n° 201E, Shopping Eldorado, Pinheiros, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05402-918, registrada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob NIRE 35906729326 e inscrita no CNPJ sob o n° 59.418.806/0083-93; **54.** Rua Professor João Brito, n° 37, Outlet SP, Vila Nova Conceição, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04535-080, em fase de registro perante a Junta Comercial e a ser inscrita no CNPJ; e **55.** Rodovia BA-099 - Estrada do Coco, s/n°, Loja - 1073, Outlet Premium Salvador, Malícia (Abrantes), na Cidade de Camaçari, Estado da Bahia, CEP 42822-394, em fase de registro perante a Junta Comercial e a ser inscrita no CNPJ. As filiais referidas acima, com exceção da Filiais n° 17, 42, 44 e 45, destinam-se exclusivamente às atividades de **(i)** comercialização de tecidos; **(ii)** comercialização de artigos de vestuário e seus complementos em geral; **(iii)** comercialização de produtos de perfumaria e higiene e artigos de toucador em geral; **(iv)** a comercialização de acessórios em geral, para a prática de atividades esportivas; **(v)** a comercialização de produtos eletroeletrônicos em geral; **(vi)** a comercialização de bicicletas e seus respectivos acessórios; e **(vii)** a comercialização de produtos alimentícios voltados a práticas esportivas. A filial de n° 17, localizada na Rua Cipriano Barata, n° 456, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04205-000, registrada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35902513507, inscrita no CNPJ n° 59.418.806/0032- 43, destina-se exclusivamente às seguintes atividades: **(i)** comercialização de tecidos; **(ii)** industrialização e comercialização de artigos do vestuário em geral; **(iii)** prestação de serviços de industrialização de artigos do vestuário para terceiros; **(iv)** importação e exportação de artigos do vestuário em geral; **(v)** industrialização e comercialização de produtos de perfumaria e higiene e artigos de toucador em geral; **(vi)** comercialização de acessórios em geral, para a prática de atividades esportivas; **(vii)** comercialização de produtos eletroeletrônicos em geral; **(viii)** comercialização de bicicletas e seus respectivos acessórios; **(ix)** edição e publicação de revistas; **(x)** prestação de serviços de divulgação e publicidade de marcas e titularidade de terceiros; **(xi)** promoção e a participação em eventos esportivos; e **(xii)** a comercialização de produtos alimentícios voltados a práticas esportivas. A filial de n° 42, localizada na Av. Dr. Kenkiti Shimomoto, n° 1678, Parque Logístico Osasco, Novo Osasco, na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, CEP 06045-390, registrada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35906179342, inscrita no CNPJ sob o n° 59.418.806/0072-30, destina-se exclusivamente às seguintes atividades: **(i)** comercialização de tecidos, **(ii)** comercialização de artigos do vestuário e seus complementos em geral, **(iii)** importação e exportação de artigos do vestuário em geral, produtos de perfumaria e higiene e artigos de toucador em geral, acessórios em geral para a prática de atividades esportivas, eletrônicos em geral, bicicletas e respectivos acessórios, produtos alimentícios voltados a práticas esportivas, **(iv)** comercialização de produtos de perfumaria e higiene e artigos de toucador em geral, **(v)** comercialização de acessórios em geral, para a prática de atividades esportivas, **(vi)** comercialização de produtos eletroeletrônicos em geral, **(vii)** comercialização de bicicletas e seus respectivos acessórios, **(viii)** edição e publicação de revistas, **(ix)** prestação de serviços de divulgação e publicidade de marcas e titularidade de terceiros e **(x)** promoção e participação em eventos esportivos. A filial de n° 44 localizada na Rodovia BR-101, Km 43, n° 43.000, Galpão Industrial 09-B, Bairro Nova Brasília, CEP 89213-125, Cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, registrada perante a Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob NIRE 42902075963 e inscrita no CNPJ sob o n° 59.418.806/0074-00, destina-se exclusivamente às seguintes atividades: **(i)** fabricação de tecidos de malha, **(ii)** confecção de peças de vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida, **(iii)** fabricação de meias, **(iv)** comércio atacadista de tecidos, **(v)** comércio atacadista de artigos do vestuário e acessórios, exceto profissionais e de segurança e **(vi)** confecção de roupas íntimas. A filial de n° 45 localizada na Rua Cipriano Barata, 456 - Sala 1 - Setor TF Custom, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04205-000, registrada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob NIRE 35906436248 e inscrita no CNPJ sob o n° 59.418.806/0075-83, destina-se exclusivamente às seguintes atividades: **(i)** comercialização de tecidos; **(ii)** comercialização de artigos de vestuário e seus complementos em geral; **(iii)** comercialização de produtos de perfumaria e higiene e artigos de toucador em geral; **(iv)** a comercialização de acessórios em geral, para a prática de atividades esportivas; **(v)** a comercialização de produtos eletroeletrônicos em geral; e **(vi)** a comercialização de bicicletas e seus respectivos acessórios. Por fim, os Diretores da Companhia ficam, desde já, autorizados a tomar todas as providências necessárias ao cumprimento das formalidades legais relacionadas às deliberações acima. **Encerramento:** Não havendo nada mais a tratar, o presidente declarou a reunião encerrada e suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário para a lavratura da presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. **Mesa: Patricia Abibe -** Presidente; **Ana Cláudia Felix do Nascimento -** Secretária. **Diretores:** Frederico Wagner, Fernando Queiroz Tracanella, Luiz Carlos Franco Alves Júnior, Patrícia Abibe e Selda Pessoa Klein. **Certidão:** Certificamos que a presente é cópia fiel da Ata lavrada em livro próprio. Patricia Abibe - Presidente; Ana Cláudia Felix do Nascimento - Secretária. **JUCESP** n° 120.883/24-7 em 15/03/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

PARA A PUBLICAÇÃO DE ATAS, BALANÇOS, EDITAIS, FATOS RELEVANTES E UNDERWRITING NO DIÁRIO COMERCIAL, FALE COM SUA AGÊNCIA DE PUBLICIDADE OU NOS CONSULTE

Mundial S/A - Produtos de Consumo

Companhia Aberta

CNPJ nº 88.610.191/0001-54 - NIRE 35300342011

Aviso aos Acionistas

Os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, encontram-se à disposição dos Acionistas na sede social da Companhia, na Rua do Paraíso, 148/14º andar, conj. 142, São Paulo/SP, em nosso site www.mundial.com, e arquivados junto a CVM www.cvm.gov.br e B3 www.b3.com.br.

São Paulo, 23 de março de 2024.

Marcelo Fagondes de Freitas - Diretor de Relações com Investidor

ALLPARK EMPREENDIMENTOS, PARTICIPAÇÕES E SERVIÇOS S.A.

Companhia Aberta - CNPJ 60.537.263/0001-66 - NIRE 35.300.370.406

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2024

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Conselho de Administração da **Allpark Empreendimentos, Participações e Serviços S.A.**, companhia aberta, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek nº 1.830, Torre 3, 3º andar, CEP 04543-000, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 35.300.370.406 e no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 60.537.263/0001-66, registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") como companhia aberta categoria "A" sob o código 02495-3 ("**Companhia**") convoca seus acionistas para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada em primeira convocação no dia 24 de abril de 2024, às 14:00 horas ("**AGOE**"), **de modo exclusivamente à distância e digital**, nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**") e nos termos da Resolução da CVM nº 81, de 29 março de 2022, conforme alterada ("**Resolução CVM 81**"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias: **Em sede de Assembleia Geral Ordinária (i)** tomada das contas dos administradores da Companhia, apreciação, discussão e votação das demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório da administração da Companhia, dos auditores independentes e do parecer do Comitê de Auditoria, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(ii)** aprovação da proposta da administração para a destinação do resultado da Companhia relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(iii)** fixação da remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2024; **(iv)** fixação do número de membros Conselho de Administração; e **(v)** eleição dos membros do Conselho de Administração para o mandato de 2 (dois) anos. **Em sede de Assembleia Geral Extraordinária (i)** alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia contemplando (i) a adequação do Art. 14 (xxi) a fim de excluir o termo "normas"; (ii) a adequação do descritivo dos cargos e atribuições da Diretoria constantes dos Arts. 15 e 16 do Estatuto Social; e (iii) a alteração do Art. 5º do Estatuto Social a fim de consolidar o aumento do capital social aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 28/11/2023. Instruções e Informações Gerais: Conforme autorizado pelo artigo 28, parágrafo 3º, da Resolução CVM 81, a AGOE será realizada de modo exclusivamente à distância e digital, podendo os senhores acionistas participar e votar por meio do sistema eletrônico a ser disponibilizado pela Companhia ou exercer o direito de voto mediante uso do Boletim de Voto (conforme abaixo definido), em ambos os casos nos termos previstos na Resolução CVM 81. A Companhia adotará o sistema de participação à distância, permitindo que seus acionistas participem da AGOE ao acessarem a plataforma digital operacionalizada pela Ten Sistemas e Redes ("**Ten**"), desde que observadas as condições abaixo resumidas. As informações detalhadas relativas à participação na AGOE por meio do sistema eletrônico estão disponíveis na proposta da administração para a AGOE ("**Proposta da Administração"**) que poderá ser acessada por meio dos websites da Companhia (https://ri.estapar.com.br/), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("**B3**") (www.b3.com.br). Para participarem, os acionistas deverão enviar solicitação por e-mail à Companhia para o endereço **ri@estapar.com.br**, até às 14 horas do dia 22 de abril de 2024, o qual deverá conter toda a documentação necessária (conforme indicada neste Edital e na Proposta da Administração) para permitir a participação do acionista na AGOE. Para participar e votar, por meio de sistema eletrônico, no âmbito da AGOE, os senhores acionistas deverão comprovar a qualidade de detentores de ações emitidas pela Companhia, por meio dos seguintes documentos: (i) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia, na forma do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, e/ou, relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, datado de, no máximo, 2 (dois) dias úteis antes da data de envio do documento para a Companhia; (ii) instrumento de mandato, devidamente regularizado na forma da lei (incluindo, mas sem se limitar, o artigo 126, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações); (iii) cópia de documento de identificação, reconhecido legalmente como tal, com foto recente e validade nacional, dentro do prazo de validade, caso aplicável, em se tratando de pessoa física; (iv) cópia dos atos constitutivos atualizados e do ato que investe o representante de poderes bastantes para representação no âmbito da AGOE, no caso de pessoa jurídica; e (v) cópia dos atos constitutivos atualizados do acionista e do seu respectivo administrador e/ou gestor (conforme o caso), bem como do ato que investe o representante de poderes bastantes para representação no âmbito da AGOE, no caso de fundos de investimento. Caso o acionista ou, se for o caso, seu representante legal ou procurador, tenha interesse em participar de eventual eleição em separado, deverá apresentar o extrato atualizado contendo a respectiva participação acionária, expedido pela instituição financeira depositária ou custodiante, comprovando a titularidade ininterrupta de participação acionária durante o período de 3 (três) meses, no mínimo, imediatamente anteriores à realização das Assembleias Gerais. A Companhia esclarece que, exclusivamente para a AGOE, a Companhia dispensará a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos acionistas para a sede da Companhia, bem como o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do acionista, a notarização, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada dos documentos de representação do acionista, sendo, contudo, necessária a apresentação da tradução simples dos documentos que não tenham sido originalmente lavrados em português. Tendo em vista a necessidade de adoção de medidas de segurança na participação à distância, a Companhia enviará, por e-mail, as instruções, o link e a senha necessários para participação do acionista por meio da plataforma digital somente àqueles acionistas que tenham apresentado corretamente sua solicitação no prazo e nas condições apresentadas na Proposta da Administração, e após ter verificado, de forma satisfatória, os documentos de sua identificação e representação (conforme indicados na Proposta da Administração). O link e senha recebidos serão pessoais e não poderão ser compartilhados sob pena de responsabilização. Ainda, o acionista que optar por exercer seu direito de voto à distância poderá: (i) transmitir as instruções de voto diretamente pelas instituições e/ou corretoras que mantém suas posições em custódia; (ii) transmitir as instruções de voto diretamente ao escriturador das ações da Companhia, qual seja o Banco BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM, conforme instruções estabelecidas na Proposta da Administração; ou (iii) preencher o boletim de voto à distância ("**Boletim de Voto**") disponível nos endereços indicados abaixo e enviá-lo diretamente à Companhia, conforme instruções contidas na Proposta da Administração para a AGOE. Para mais informações, observar as regras previstas na Resolução CVM 81, na Proposta da Administração e no Boletim de Voto. Sem prejuízo da possibilidade de participar e votar na AGOE, conforme instruções contidas neste Edital de Convocação e na Proposta da Administração, **a Companhia recomenda aos seus acionistas que utilizem e seja dada preferência para transmitir as instruções de voto pelo sistema de escrituração**, evitando que problemas decorrentes de equipamentos de informática ou de conexão à rede mundial de computadores dos acionistas prejudiquem o exercício do seu direito de voto na AGOE. A eleição dos membros do Conselho de Administração será realizada em observância às disposições dos artigos 141 e 147 da Lei das Sociedades por Ações, e da Resolução CVM 80, sendo necessário, nos termos da Resolução da CVM nº 70, de 22 de março de 2022, no mínimo, 5% (cinco por cento) do capital votante para que os acionistas possam requerer a adoção do processo de voto múltiplo. A requisição do processo de voto múltiplo deve ser realizada por meio de notificação por escrito entregue à Companhia com até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da realização da AGOE. Estarão à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia e nos websites da Companhia (https://ri.estapar.com.br/), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br), nos termos da Resolução CVM 81, a Proposta da Administração e cópia dos demais documentos relacionados à matéria constante da ordem do dia da AGOE. São Paulo, 22 de março de 2024. Edwyn Neves - **Presidente do Conselho de Administração,** Daniel Henrique Nogueira Soraggi e Castro - **Diretor Financeiro e de Relações com Investidores.**

NU PAGAMENTOS S.A. - INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO

("Companhia")

CNPJ/MF nº 18.236.120/0001-58 - NIRE 35.300.453.387

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 29 DE DEZEMBRO DE 2023

1. Data, Hora e Local: 29 de dezembro de 2023, às 10:00 horas, na sede da Companhia, na Rua Capote Valente, nº 120, 01º ao 08º andar, 09º andar, Conjunto 902, e 16º andar, Pinheiros, CEP 05409-000, São Paulo - SP. **2. Presença e Convocação:** Convocação dispensada em razão da presença de acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas apostas no Livro de Presença de Acionistas da Companhia, nos termos do artigo 124, § 4º da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A.s"). **3. Mesa**: Presidente da Mesa: Cristina Helena Zingaretti Junqueira. Secretária: Gabriela Pugliesi Gardino. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **(a)** a criação da Reserva de Investimentos da Companhia, nos termos do artigo 194 da Lei das S.A.s; **(b)** tendo em vista a deliberação do item **(a)**, a alteração do artigo 29 do Estatuto Social da Companhia; e **(c)** a consolidação do Estatuto Social da Companhia. **5. Deliberações:** Os acionistas, sem quaisquer ressalvas ou restrições, deliberaram por unanimidade: **(a)** A criação da Reserva de Investimentos da Companhia, nos termos do artigo 194 da Lei das S.A.s, com a finalidade de preservar a integridade do patrimônio social da Companhia e prover fundos que garantam o nível de capitalização da Companhia, investimentos em atividades relacionadas ao objeto social da Companhia e/ou o pagamento de dividendos futuros ou suas antecipações, inclusive na forma de Juros Sobre Capital Próprio. A parcela anual dos lucros líquidos destinada à Reserva de Investimento será determinada pela acionista em Assembleia Geral Ordinária, com base em proposta da administração composta por até 100% (cem por cento) do saldo remanescente do lucro líquido para essa reserva, após a constituição da reserva legal e declaração do dividendo mínimo obrigatório. O limite máximo da Reserva de Investimentos será aquele estabelecido no artigo 199 da Lei das S.A.; **(b)** Tendo em vista a deliberação ora aprovada no item **(a)** acima, a alteração do artigo 29 do Estatuto Social da Companhia, o qual passará a vigorar com a seguinte nova redação: "***Artigo 29*** *O exercício social se encerrará em 31 de dezembro de cada ano.* ***Parágrafo 1º*** *Ao término de cada exercício social serão elaboradas as Demonstrações Financeiras previstas em lei. Os lucros líquidos verificados terão a seguinte destinação:* ***(a)*** *5% (cinco por cento) para a reserva legal, até que esta atinja 20% (vinte por cento) do capital social, sendo facultado à Companhia deixar de constituir a reserva legal no exercício em que seu saldo, acrescido do montante das reservas de capital previstas no artigo 182, §1º da Lei 6.404, exceder 30% (trinta por cento) do capital social;* ***(b)*** *pelo menos 1% (um por cento) do lucro líquido ajustado, estipulado de acordo com o artigo 202 da Lei das Sociedades Anônimas, para pagamento do dividendo mínimo obrigatório aos acionistas;* ***(c)*** *o saldo poderá, conforme deliberado em Assembleia Geral Ordinária mediante proposta da administração, ser destinado, total ou parcialmente, à Reserva de Investimentos de que trata o parágrafo 2º abaixo ou ser retido, total ou parcialmente, nos termos de orçamento de capital, na forma do artigo 196 da Lei das Sociedades Anônimas. Os lucros não destinados na forma da lei e deste Estatuto Social deverão ser distribuídos como dividendos, nos termos do artigo 202, parágrafo 6, da Lei das Sociedades Anônimas.* ***Parágrafo 2º*** *A Reserva de Investimentos tem o objetivo de preservar a integridade do patrimônio social da Companhia e prover fundos que garantam o nível de capitalização da Companhia, investimentos em atividades relacionadas ao objeto social da Companhia e/ou o pagamento de dividendos futuros ou suas antecipações, inclusive na forma de Juros Sobre Capital Próprio. A parcela anual dos lucros líquidos destinada à Reserva de Investimento será determinada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária, com base em proposta da administração, nos termos do parágrafo 1° deste artigo, alínea (c), que faculta a alocação de até 100% (cem por cento) do saldo remanescente do lucro líquido para essa reserva. O limite máximo da Reserva de Investimentos será aquele estabelecido no artigo 199 da Lei das Sociedades Anônimas. Quando a Reserva de Investimentos atingir seu limite máximo, ou quando a Companhia entender que o saldo da reserva excede o necessário para cumprir sua finalidade, a Assembleia Geral poderá determinar sua aplicação total ou parcial na integralização ou aumento do capital social ou na distribuição de dividendos, na forma do artigo 199 da Lei das Sociedades Anônimas.* ***Parágrafo 3º*** *A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou em qualquer outra periodicidade, para apuração dos lucros dos respectivos períodos, que poderão ter a destinação eleita pelos acionistas.* ***Parágrafo 4º*** *A Companhia poderá pagar juros sobre capital próprio, nos termos do artigo 9°, parágrafo 7°, da Lei Federal n° 9.249/95 e legislação pertinente, cujos valores totais poderão ser considerados como parte do dividendo mínimo obrigatório.* ***Parágrafo 5º*** *As demonstrações financeiras da Companhia serão auditadas anualmente por auditores independentes registrados na CVM.*" **(c)** Em virtude das deliberações tomadas acima, aprovar a nova redação e consolidação do Estatuto Social da Companhia, o qual passará a vigorar de acordo com a redação constante do **Anexo I** à presente Ata. **6. Encerramento:** Nada mais a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada esta ata que, lida e aprovada, foi assinada pelos presentes. Presidente da Mesa: Cristina Helena Zingaretti Junqueira. Secretária: Gabriela Pugliesi Gardino. Acionistas presentes: **Cristina Helena Zingaretti Junqueira**; e **Internet - Fundo de Investimento em Participações** *(por BRL Trust Investimentos Ltda., Daniela Assarito Bonifacio Borovicz - Administradora)*. São Paulo, 29 de dezembro de 2023. A presente ata é cópia fiel da ata original lavrada em livro próprio. **Gabriela Pugliesi Gardino** - Secretária. **JUCESP** nº 47.357/24-1 em 05/02/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

VERT COMPANHIA SECURITIZADORA

CNPJ/MF nº 25.005.683/0001-09 - NIRE: 35.300.492.307

EDITAL DE 2ª CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA EM RITO DE REGISTRO AUTOMÁTICO DE DISTRIBUIÇÃO, DA VERT COMPANHIA SECURITIZADORA

A **VERT COMPANHIA SECURITIZADORA**, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Cardeal Arcoverde, nº 2.365, 11º andar, Pinheiros, CEP 05407-003, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 25.005.683/0001-09 ("Companhia" ou "Emissora"), vem convocar os debenturistas da 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública em rito de registro automático de distribuição, da Companhia ("Emissão", "Debenturistas" e "Debêntures", respectivamente), nos termos do artigo 71 da lei 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S/A"), e da cláusula 4 do "*Instrumento Particular de Escritura da 2ª (segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em 2 (duas) Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Emissora*" ("Escritura de Emissão"), a reunirem-se em Assembleia Geral de Debenturistas, a se realizar em segunda convocação, de modo exclusivamente digital, em **20 de abril de 2024**, às **15h**, via vídeo conferência através da plataforma "*Zoom*", conforme previsto nos art. 127 e §2° do art. 124 da Lei das S/A, na cláusula 4.1 da Escritura de Emissão e na Resolução CVM n° 60, de 23 de dezembro de 2021 ("CVM 60" e "Assembleia", respectivamente), a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** a aprovação, ou não, para concessão de prorrogação de prazo para que a Mottu Locação apresente as demonstrações financeiras consolidadas e auditadas referentes ao exercício social de 2023 até a data limite de 05 de junho de 2024, sem que isso constitua um Evento de Vencimento Antecipado Não Automático (conforme definido na Escritura de Emissão), nos termos da letra "e" da Cláusula 6.1.2 da Escritura de Emissão e do item "(v)" da Cláusula 5.1.2 do Termo de Emissão. **Informações Gerais:** (i) a AGD será realizada de modo exclusivamente digital, sendo admitida a participação e o voto durante a AGD somente por meio de sistema eletrônico. Ademais, a AGD será realizada por meio de videoconferência, via plataforma eletrônica Zoom, sendo a assinatura da ata realizada digitalmente: (ii) o debenturista que pretender participar da AGD, deverá encaminhar os documentos listados no item "(iii)" abaixo impreterivelmente em até 2 (dois) dias antes da realização da AGD.; (iii) de acordo com o item "(ii)" acima, os Debenturistas deverão encaminhar à Emissora e ao Agente Fiduciário, para os e-mails juridico.ops@vert-capital.com, ri@vert-capital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, cópia dos seguintes documentos: (1) quando pessoa física, documento de identidade; (2) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do debenturista; e (3) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na AGD, obedecidas as condições legais; (iv) após o horário de início da AGD, os Debenturistas que tiverem sua presença verificada em conformidade com os procedimentos acima detalhados, poderão proferir seu voto na plataforma eletrônica de realização da AGD, verbalmente ou por meio do chat que ficará salvo para fins de apuração de votos. Os Debenturistas poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar por videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto à distância à Emissora, com cópia a Agente Fiduciário. A Emissora disponibilizará modelo de documento a ser adotado para envio da manifestação de voto à distância em seu website em conjunto com este Edital na categoria "Assembleia" no link https://ri.vert-capital.com/#/detalhes/423/828 e na página eletrônica da CVM pelo sistema Fundos NET. A manifestação de voto deverá (a) estar devidamente preenchida e assinada pelo Debenturista ou por seu representante legal, de forma eletrônica, por meio de plataforma para assinaturas eletrônicas, com ou sem certificados digitais emitidos pela ICP-Brasil, bem como constar a declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Debenturista com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os Debenturistas poderão se fazer representar na Assembleia, atendidas as formalidades mencionadas acima, para o recebimento do Link para acesso remoto da Assembleia. Os termos iniciados em maiúsculo possuem a respectiva definição prevista na Escritura de Emissão e nos demais Documentos da Emissão.

São Paulo, 25 de março de 2024.

VERT COMPANHIA SECURITIZADORA

BENEFÍCIO

Franco da Rocha tem feirão para famílias que perderam casas

A prefeitura de Franco da Rocha, na Grande São Paulo, convidou as imobiliárias da cidade para um feirão de imóveis destinado a famílias que perderam suas casas nos deslizamentos de 2022. O evento será realizado neste sábado (23). Os atendidos têm à disposição R$ 197 mil para adquirir imóveis de sua preferência, de ao menos 36 metros quadrados – dois quartos, sala, cozinha, banheiro e área de serviço.

Em fevereiro daquele ano, as fortes chuvas deixaram 1,1 mil desalojados e os desabamentos mataram 18 pessoas. Perderam definitivamente as casas, 70 famílias.

Essas famílias, desde então, estão sendo atendidas com auxílio-aluguel. Agora, segundo a secretária de Habitação de Franco da Rocha, Ana Carolina Nunes, elas devem conseguir a moradia definitiva. "A gente fez o cadastramento de todas as famílias e nós conseguimos dar entrada em um pedido junto ao Ministério do Desenvolvimento", disse.

Durante oito meses também foi oferecido um benefício no valor de R$ 600. "Para as famílias poderem reconstruir a estrutura da vida, recompor alguma coisa da casa", ressaltou.

Inicialmente, o projeto era construir um conjunto habitacional. De acordo com Ana Carolina, além dos R$ 9 milhões disponibilizados pelo governo federal, a prefeitura entrou com mais R$ 5 milhões para viabilizar o projeto. Entretanto, o terreno que seria usado não comportaria todas as moradias necessárias.

"Ao longo do caminho a gente percebeu que não ia ser viável neste local. Então, nós solicitamos ao governo federal que fizesse a alteração do projeto. Em vez de construir essas unidades, como tem a previsão legal, a gente poderia adquirir essas unidades existentes no município", explicou Ana Carolina sobre como a proposta mudou de rumo.

A mudança encontrou entraves burocráticos que tiveram que ser superados para possibilitar o atendimento das famílias. "Passamos uma lei na Câmara [Municipal] autorizando o município a transferir essas unidades, porque tem todo um problema com adquirir as casas pelo município e depois repassar a terceiros", explica a secretária.

Apesar de resolver, segundo Ana Carolina, o processo do ponto de vista legal, não foi possível fazer a compra diretamente por falta de interesse dos empreendedores da cidade que não apresentaram propostas. "O certame que a gente fez, a licitação que a gente fez, fracassou", lamenta a secretária que garante que todas as etapas eram informadas e conversadas com famílias interessadas.

"Tudo isso que eu estou te falando, assim, a cada passo desse processo, a gente fazia uma audiência pública, chamava os moradores, explicava o que estava acontecendo, para os momentos bons e ruins", afirmou Ana Carolina.

Para fazer o atendimento das famílias, agora, será oferecida uma carta de crédito a partir de uma parceria com a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU). De acordo com Ana Carolina, a estatal estadual vai entrar "com o know-how de fazer a documentação com as famílias, fazer laudos dos imóveis, vistoriar os imóveis para dizer: 'olha, realmente esse imóvel custa o que será pago e ele tem as características mínimas exigidas pelo ministério".

A CDHU também se responsabilizou, segundo a secretária, com o pagamento das taxas de cartório.

Ana Carolina acredita que o esforço feito em Franco da Rocha poderá ser aproveitado em outras partes do país. "Para que outros municípios possam usar esse mesmo instrumental, essas mesmas ferramentas para fazer esse tipo de atendimento".

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03. Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 45B5-643A-8486-7299.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/45B5-643A-8486-7299 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 45B5-643A-8486-7299

Hash do Documento

004AC0C01F0FC963B49D5BB02E68A0CEE908944496A099584DB4E2C24E12F8A5

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 22/03/2024 é(são) :

- Marcos Nogueira Da Luz - ***.729.427-** em 22/03/2024 23:43 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - 33.270.067/0001-03